

HERINALDO OLIVEIRA ALVES

**JUBILEU DO SENHOR BOM JESUS DE MATOZINHOS EM CONGONHAS:  
devoção, religiosidade e poder (1779 – 1809)**

Belo Horizonte  
2016

HERINALDO OLIVEIRA ALVES

**JUBILEU DO SENHOR BOM JESUS DE MATOZINHOS EM CONGONHAS:  
devoção, religiosidade e poder (1779 – 1809)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social da Cultura  
Orientadora: Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos

Belo Horizonte

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

2016

981.51  
A474j  
2016

Alves, Herinaldo Oliveira

Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em  
Congonhas [manuscrito] : devoção, religiosidade e poder  
(1779 – 1809) / Herinaldo Oliveira Alves. - 2016.

181 f. : il.

Orientadora: Adalgisa Arantes Campos.

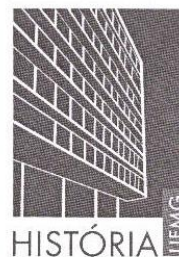
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História - Teses. 2.Festas religiosas - Teses. 3.  
Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (Congonhas, MG) -  
Teses.4.Congonhas (MG) – História – Teses. I. Campos,  
Adalgisa Arantes. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"JUBILEU DO SENHOR BOM JESUS DE MATOZINHOS EM  
CONGONHAS: devoção, religiosidade e poder (1779 1809)"**

**Herinaldo Oliveira Alves**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profª. Dra. Adalgisa Arantes Campos - Orientadora  
UFMG

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa Taborda  
FAJE

Profª. Dra. Adriana Romeiro  
UFMG

Belo Horizonte, 13 de junho de 2016.

**DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais José Alves de Souza e Maria de  
Oliveira Alves; aos meus irmãos Henricláudio  
Oliveira Alves e Cleidianne Oliveira Alves;  
Adriana Ambrósio Alves e a minha sobrinha Ana  
Laura Ambrósio Alves; Aos meus avós Valdir  
Alves de Souza (in memoriam) e Lourdes  
Efigênia Alves; Domingos Nascimento (in  
memoriam) e Clemência Cassimiro.*

## AGRADECIMENTOS

Grande é a lista de pessoas que participaram desta etapa de minha vida. A professora Dra. Adalgisa Arantes Campos pela acolhida, orientação e presença amiga na minha formação. À professora Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque pelas inúmeras conversas e leituras de textos. À professora Dra. Adriana Romeiro pelas palavras de incentivo e sua preciosa contribuição na minha qualificação.

A minha família, que sempre me incentivou e apoiou nesta caminhada. Aos meus pais José Alves de Souza e Maria de Oliveira Alves; aos meus irmãos Henricláudio Oliveira Alves e Cleidianne Oliveira Alves; Adriana Ambrósio Alves e a minha sobrinha Ana Laura Ambrósio Alves; aos meus avós Valdir Alves de Souza (*in memoriam*) e Lourdes de Aquino Alves que sempre frequentaram o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, como devotos, em suas inúmeras idas à Congonhas; Domingos Nascimento (*in memoriam*) e Clemência Cassimiro. As minhas tias pelo apoio e carinho de sempre.

Agradeço aos meus amigos que, de longas datas, contribuíram: Pedro de Freitas; Aguinaldo Tadeu; Irmã Nazaré de Souza; Irmã Débora Miguel; padre Benedito Pinto da Rocha; Cônego Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro; Diácono Agostinho Barroso; padre Luiz Antônio Reis; Márcia Seabra; Paulo de Freitas pelos inúmeros socorros com problemas técnicos dos computadores ou nas traduções; Prof. Arley Camillo; Rosa de Jesus; Ana Clara Gomes Pinto; Juliana Godoy; Laura Paim Pamplona; Karina Carvalho; Leandro Guidini; Leandro Martins; Marcela de Sá Brandão; Rodrigo Paulinelli; Sirleia Arantes; Leonan Carvalho; Sabrina Sant'Anna; Marden Oliveira; Samuel Faria; Rangel Vieira; Deolinda dos Santos; Leandro Gonçalves de Rezende pelo apoio nestes últimos anos na UFMG que sem sua ajuda teria sido tudo mais complicado e ao padre Francisco de Assis Costa Taborda pelos inúmeros comentários e bibliografia indicada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG pela oportunidade e aos diversos professores que participaram do meu processo formativo. Nomeio, aqui, em especial, os professores Luiz Carlos Villalta, Heloísa Maria Murgel Starling, e na pessoa deles a todos os professores da casa. Na pessoa de Edilene Oliveira agradeço a todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação.

Lembro, aqui, com toda a estima, os incansáveis coordenadores dos arquivos consultados como também aos seus auxiliares: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues; Luciana Viana; Fabiana Borges Maia; Delma Santos. No Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Ouro Preto – Cônego Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro; Diácono Agostinho Barroso; Museu de Arte Sacra da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto – Carlos Aparecido de Oliveira, conhecido como Caju; aos funcionários do Arquivo Público Mineiro.

Aos colegas de trabalho no Museu Aleijadinho, Colégio Nossa Senhora da Piedade e Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto meu sincero agradecimento pela paciência e compreensão. Fica registrado meu agradecimento a todos que direta ou indiretamente participaram desse processo. Se por ventura de alguém eu me esqueci, queiram desculpar-me.

## **ABREVIATURAS**

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

AEPNSC/OP – Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Ouro Preto.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APM – Arquivo Público Mineiro.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1. <i>Foto da Romaria – década de 1930</i> .....	23
IMAGEM 2. <i>Foto da Romaria que existia ao lado da Igreja</i> .....	24
IMAGEM 3. <i>Antigo Colégio do Santuário</i> .....	25
IMAGEM 4. <i>Romaria de Varandas</i> .....	25
IMAGEM 5. <i>Romarias de “porta e janela”</i> .....	26
IMAGEM 6. <i>Anteprojeto de reforma do Santuário</i> .....	45
IMAGEM 7. <i>Imagem Papa Pio VI</i> .....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Número de Sacerdotes durante o jubileu do Senhor Bom Jesus – período entre 1780 à 1800.....	92
GRÁFICO 2	Receita e Despesas da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos – período entre 1794 à 1803.....	122

## RESUMO

O presente trabalho analisa a festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, no século XVIII e início do XIX. O surto religioso que se viu florescer na Capela do Bom Jesus possibilitou uma redimensão de diversas atividades, seja religiosa, econômica, política e cultural. Possibilitou, ainda, uma prática do mecenato muito forte nas Minas, com manifestação artística do período caracterizado como Barroco. O *corpus* documental encontra-se, em especial, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Além de movimentar economicamente o arraial das Congonhas do Campo, esta festividade viabilizou práticas devocionais pautadas em uma tentativa da Igreja de implantar as diretrizes do Concílio de Trento. Possibilitou ainda a prática de uma religiosidade pautada na crença no Purgatório e na vida após a morte. Longe de uma perspectiva apenas transcendental, a festa viabilizou a formação de um *locus* próprio de poder, associado à administração do Santuário. As festividades, promovida por leigos, buscou outorgar-se certa autonomia perante as autoridades religiosas e civis. Esta atuação de leigos, potencializou práticas culturais (mediante intercâmbio dos fiéis das mais diferentes procedências e seguimentos sociais), dinamiza as relações sociais, econômicas e artísticas (viabilizando câmbios, contratos, negócios ...) e ainda reforça determinadas relações de poder, sobretudo vinculadas à administração do Santuário.

**Palavras-chave:** Jubileu, devoção, festa religiosa; mecenato leigo; relações de poder.

## ABSTRACT

The present dissertation analyses the jubilee feast of *Senhor Bom Jesus de Matosinhos* in Congonhas do Campo city, in the 18<sup>th</sup>. century and in the early 19<sup>th</sup>. The religious expansion one could see flourishing at the *Bom Jesus* Chapel, that enabled such a resizing of many activities, namely religious, economical, political, and cultural. It enabled in Minas, intensive patronage practices as well, and artistic demonstrations during a period characterized by the hint of Rococo style. The documental *corpus* can be specially found out in the Ecclesiastical Archives of Mariana City Archdiocese. Besides economically moving, the village of Congonhas do Campo, this festivity, as of the biref indulgence letter (*litterae apostolicae*), made feasible devotional practices based on the attempt of the Church for the implementation of the Trent Council Rules, and making possible the dissemination of Purgatory beliefs. Far beyond of only a transcendental perspective, the feast offered the development of a very power *locus*, associated to the administration of the Sanctuary. To the laypeople festivities it was made possible certain suitable autonomy with regard to religious and civil authorities, and such performance had strengthened cultural experiences (through interchange among churchgoers from many different origins and social stratum) dynamized social, economical and artistic relations and furthermore, reinforced determined power relations as well, mainly those entailed to the Sanctuary administration.

**Key words:** Jubilee, devotion, patronage, laypeople, power relations, indulgencies amulets.

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2 – CAPÍTULO 1</b>	
Da capela do Bom Jesus ao Complexo Religioso	
1.1 – A Construção do Complexo Arquitetônico/Religioso.....	20
1.2 – As Romarias na Capela do Bom Jesus.....	20
1.3 – A Construção das Romarias .....	27
1.4 – A Via Sacra ou os Passos da Paixão: o Sacro Monte de Congonhas.....	37
1.5 – O aqueduto do Bom Jesus em Congonhas: o problema do abastecimento de água potável durante o jubileu.....	46
<b>3 – CAPÍTULO 2</b>	
RELIGIOSIDADE DO JUBILEU: uma igreja Tridentina no coração das Minas.....	52
2.1 – Da Reforma Católica.....	52
2.2– O Jubileu: herança judaico-cristã.....	55
2.3 – A fundação do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas e os Breves Indulgenciados.....	59
2.4 - As indulgências na Capela do Bom Jesus.....	61
2.5 – O Nascimento do Purgatório.....	63
2.6 – Do discurso tridentino à Pastoral do Medo.....	67
2.7 – A diminuição do tempo no Purgatório.....	74
2.8 – As indulgências na Capela do Bom Jesus em Congonhas.....	77
2.9 – A Proclamação do jubileu e suas festividades.....	87
2.10 – As festividades do jubileu .....	94
2.11 – Os músicos e a música no jubileu do Senhor Bom Jesus.....	95
2.11.1 – Da música sacra.....	95
2.11.2 – Os músicos do Bom Jesus: solenidade, pompa e prestígio do culto....	97

2.11.3 – Dos instrumentos musicais no Santuário.....	100
2.12 – A Religiosidade do Jubileu: um olhar da historiografia.....	103
<b>4 – CAPÍTULO 3</b>	
<b>PODERES EM CONFLITOS NA CAPELA DO BOM JESUS .....</b>	<b>109</b>
3.1 – A prestação de contas na Capela do Bom Jesus no século XVIII.....	109
3.2 – O quinto bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José, e os primeiros embates políticos.....	113
3.3 – Os irmãos do Bom Jesus e Dom Frei Cipriano: a disputa por poder.....	121
3.4 – As festividades do Jubileu no ano de 1799.....	121
3.5 – Denúncias contra o Bispo de Mariana e o Novo Estatuto da Irmandade do Bom Jesus.....	131
3.6 – Irmão e Irmãos da Capela do Bom Jesus: os nomes ocultos na carta de Dom Frei Cipriano.....	143
<b>5 – CONCLUSÃO.....</b>	<b>149</b>
<b>6 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	
6.1 – Fontes primárias.....	152
6.2 – Fontes impressas.....	153
6.3 – Bibliografia básica.....	155
6.4 – Dissertações e teses.....	163
<b>7 – ANEXOS</b>	
7.1 – Índice Geral do Livro & 07.....	166
7.2 – Índice Geral do Livro & 08.....	173

## INTRODUÇÃO

Distante nove léguas desta terra  
há uma grande ermida, que se chama  
Senhor de Matosinhos; este templo  
os devotos fiéis a si convoca  
por sua arquitetura, pelo sítio  
e, ainda muito mais, pelos prodígios  
com que Deus enobreceu a Santa imagem.  
Este famoso templo (...)

*Tomás Antônio Gonzaga*<sup>1</sup>

Tomás Antônio Gonzaga é mormente conhecido pelo seu envolvimento na Inconfidência Mineira. No entanto, sua obra já foi tema de diversos trabalhos acadêmicos que analisaram seus aspectos formais, seu estilo, além de ser documento importante para compreender determinadas concepções de poder, especialmente nos limites da política, economia e sociedade. Na epígrafe acima, o autor faz menção ao atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus no arraial das Congonhas do Campo. Em 1757, por Dom Frei Manoel da Cruz concedeu autorização a Feliciano Mendes para a construção de uma ermida ou capela dedicado ao Bom Jesus de Matosinhos, no arraial das Congonhas do Campo. A capela foi erguida em um morro defronte à igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, denominado Morro do Maranhão. A formosura do templo, para o poeta, enobrece o sítio unindo-se, a isso, os inúmeros milagres atribuídos à sua imagem taumaturga (aquela que faz milagres). A epígrafe acima é encerrada pelo autor reafirmando a notoriedade que esta capela assumiu, já no século XVIII, especialmente depois da fundação das festividades do jubileu.

O Arraial das Congonhas do Campo surge em fins do século XVII e início do XVIII em torno do rio das Congonhas (atual rio Maranhão), e seus afluentes: o rio Santo

---

<sup>1</sup> GONZAGA, Tomás Antônio. *Poesias e Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957. p. 229-230. Versos 263 à 270. Cartas Chilenas são uma coleção de treze cartas, assinadas por *Critilo*, que é o próprio Tomás Antônio Gonzaga, e endereçadas a *Doroteu*, residente em Madri, que é Cláudio Manuel da Costa. Edição no Domínio Público disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=116](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=116) acessado 8 mar. 2015.

Antônio e o córrego da Goiabeira<sup>2</sup>. Os primeiros habitantes ocuparam tal sítio, em especial na parte menos íngreme onde hoje se encontra a matriz de Nossa Senhora da Conceição. A atividade da mineração trouxe a riqueza para o lugar a ponto de constar, em uma lista secreta datada de 1746, entre os “homens mais abastados da capitania, constam dez nomes da freguesia de Congonhas, termo de Vila Rica, e todos os dez eram mineiros”<sup>3</sup>. A freguesia foi criada por volta de 1715, mas como paróquia eclesiástica. Dois tipos de paróquias poderiam existir no século XVIII: a paróquia eclesiástica, criada pelo Bispo na qual o reverendo vigário era provisionado, na maioria das vezes por um ano, como se vê nos assentos dos livros de provisão, bem como as paróquias coladas. Nesta última, a indicação para o cargo de pároco era realizada pela Coroa, em decorrência do padroado régio. Na primeira, o sustento do reverendo vigário ficava a cargo da comunidade, enquanto que nas vigarias colativas, a responsabilidade recaía sobre o Erário régio.

Os documentos mais antigos que atestam a existência de uma paróquia episcopal em Congonhas do Campo refere-se a um livro de óbito<sup>4</sup>, além de uma visita pastoral realizada por Dom Frei Antônio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro, primeiro prelado a visitar, pessoalmente, a região das Minas com entrada solene na “Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo em presença do Reverendo Pároco Antônio Andrada”, em 08 de setembro de 1727<sup>5</sup>. O termo dessa visita pastoral faz menção a uma anterior realizada em 1718. Apenas no ano de 1745, quando a Matriz do Ribeirão do Carmo foi elevada à dignidade de Catedral que a Matriz de Congonhas se tornou uma paróquia colada<sup>6</sup> e cujo o Reverendo Vigário passa a ser nomeado pela Coroa, com côngrua do Erário régio.

Os primeiros dados populacionais que temos do Arraial das Congonhas do Campo datam de 1764, quando o cônego Dr. Francisco Ribeiro da Silva, por ordem do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, realiza a visita pastoral à freguesia de Nossa Senhora da Conceição. A paróquia possuía então, uma população de “mais de sete mil

---

<sup>2</sup> Cf.: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 94.

<sup>3</sup> Idem. *Ibidem*. p. 94

<sup>4</sup> ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de óbito da paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo*. Prateleira H, livro 33, ano de 1723 – 1730. F. 01. Sem termo de abertura e encerramento. A partir dessa citação, todos os documentos deste arquivo serão citados apenas como AEAM.

<sup>5</sup> AEAM. *Livro de tombo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo*. Prateleira I, livro 08, ano de 1727. f. 01 à 03.

<sup>6</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo. *Instituições de Igreja no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) nº 13, 1945. p. 97 à 99.

almas”<sup>7</sup>. Em fins do século XVIII, o 5ª bispo de Mariana Dom Frei Cypriano de São José aponta uma população de 9.088 almas para a freguesia<sup>8</sup>. Em 1825, Dom Frei José da Santíssima Trindade, sexto Bispo de Mariana, em visita pastoral à freguesia de Congonhas do Campo, aponta uma população entre 12.000 e 14.000 almas<sup>9</sup>. De 1764 a 1825 a população quase que dobrou para todo o território da paróquia. No entanto, o Arraial das Congonhas do Campo, especialmente na primeira metade do século XVIII, se concentrava em torno da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, possuindo uma rua que liga com a capela do Rosário dos Pretos e outras vias que darão acesso à capela de Santo Antônio, nas proximidades do atual Parque da Cachoeira (desta capela restam, hoje em dia, algumas ruínas). Em 1757 teve início um prolongamento da extensão da localidade com a fundação da capela do Bom Jesus e posteriormente as inúmeras edificações construídas no morro que dá acesso ao templo, originando, assim, a ladeira do Bom Jesus, ou antiga rua Direita.

A capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos teve como principal mentor Feliciano Mendes, português que viera à região das Minas ainda na primeira metade do século XVIII, passando aí a dedicar-se às atividades comerciais e mineradoras. Ele foi acometido por uma doença e, sem aparente perspectiva de cura, apelou a seu patrono, o Senhor Bom Jesus, devoção circulante no norte de Portugal. Fez uma promessa que, se ficasse livre da enfermidade, dedicaria sua vida à propagação do culto a seu padroeiro. Curado, Feliciano pretendia retornar a Portugal para cumprir o voto feito. No entanto, conforme afirmado por ele no termo de abertura do *Livro de Doação*, estando no Arraial das Congonhas do Campo, “arruinou novamente” ficando “com moléstias graves”.<sup>10</sup> Lembrou-se da promessa que tinha feito, e, no dito Arraial “se achou são de todo e sem a mínima moléstia; pelo que me veio ao pensamento que seria vontade do mesmo Senhor

---

<sup>7</sup> AEAM. *Livro de tomo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo*. Prateleira I, livro 08, ano de 1727. f. 07. Visita realizada em 05 de agosto de 1764. Ressalta-se que a freguesia das Congonhas do Campo era uma paróquia rural, abrangendo, no século XVIII, o atual município de Congonhas, Belo Vale (antigo São Gonçalo da Ponte), São Brás do Suassuí e Nossa Senhora das Grotas (Entre Rios de Minas) além do distrito de Lobo Leite (pertencente à Congonhas), antiga Soledade.

<sup>8</sup> Cf.: RODRIGUES, Flávio Carneiro. ASSUNÇÃO, Luciana Viana. As visitas Pastorais de Dom Frei Cypriano de São José. In.: *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Volume 06. Mariana: Dom Viçoso, 2010. p. 47.

<sup>9</sup> TRINDADE, José da Santíssima – Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821 – 1825)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. p. 295.

<sup>10</sup> AEAM. Termo de abertura do Livro de Doações. In: *Livro de Doações*. 1758 - 1826. Prateleira K, livro 1 A, folhas 1 A.



que eu me empregasse aqui mesmo no serviço daquela sua Santa Imagem”.<sup>11</sup> Devoto, interpretou aqueles acontecimentos como sinal de Deus e que sua promessa deveria ser cumprida neste lugar, diferente de seu intento inicial de fazê-la no Reino. Acreditava que os benefícios espirituais e corporais recebidos aqui poderiam se multiplicar a tantas outras pessoas. Curado, doou seus bens para compor o patrimônio da capela iniciando, dessa maneira, o que seria o mais importante centro de peregrinação de Minas Gerais durante o século XVIII e XIX.

A autorização dada por Dom Frei Manoel da Cruz permitiu a Feliciano Mendes construir uma ermida ou uma capela, como de fato ocorreu. No século XVIII o termo igreja é usado para designar a sede de uma paróquia, não estando associado ao seu tamanho. No início do século XIX, em data incerta, o lugar será elevado à dignidade de Santuário Diocesano, certamente o primeiro das Minas Gerais. Apenas em 1958, a capela do Bom Jesus de Matosinhos recebe o título de Basílica Menor<sup>12</sup>. Ressalta-se que neste trabalho, para designar o mesmo lugar, poderemos utilizar as nomeclaturas acima: ermida, capela do Bom Jesus ou apenas Capela, Santuário ou Basílica. Esta última, poucas vezes por ser titulação específica do século XX. Desde o século XVIII até a presente data, a capela do Bom Jesus jamais se constituiu como paróquia. Em questão de jurisdição eclesiástica, pertenceu à paróquia de Nossa Senhora da Conceição até a criação da segunda paróquia na cidade de Congonhas, a paróquia de São José Operário, fundada em 01 de janeiro de 1984. Dentro dos limites paroquiais de São José encontra-se o atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus.

O presente trabalho, no entanto, analisa a questão religiosa em torno da devoção do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, especialmente a partir de 1779, ano que ocorre a fundação do jubileu. A ereção da Capela nos idos de 1757 e seu desenvolvimento/etapas construtivas e devocionais desse período, não foi objeto de análise, o que não exclui a citação de épocas diversas para demonstração de alguma informação pertinente. Nosso corte cronológico se prolonga até o início do século XIX

---

<sup>11</sup> AEAM. Termo de abertura do Livro de Doações. In: *Livro de Doações*. 1758 - 1826. Prateleira K, livro 1 A, folhas 1 A, 2 A.

<sup>12</sup> O título de Basílica Menor foi outorgado pelo Papa Pio XII com a bula *Pietatis Artisque Monumento* (Monumento de Piedade e de Arte). A proclamação e ereção da igreja em Basílica Menor foi presidida pelo Cardeal Dom Carlos Carmelo Motta (\* 1890 † 1982), 3º Cardeal do Brasil (criado em 1946) com a presença do Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, o Arcebispo de Mariana Dom Helvécio Gomes de Oliveira e os padres Redentoristas, responsáveis pela administração do Santuário na época, além de outras autoridades. A bula e a ata da proclamação foram publicadas por: FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 178 – 180.

com a morte do quinto administrador da Capela, Irmão Vicente Freire de Andrada. A periodização proposta para análise insere-se no período de decadência aurífera, o que não pode ser considerado empobrecimento da economia na região das minas. O sucesso devocional que se viu florescer na Capela do Bom Jesus possibilitou uma redimensão de diversas atividades, seja religiosa, econômica, política e cultural. Viabilizou, ainda, prática do mecenato leigo muito forte nas Minas, com manifestação artística do período caracterizado como rococó<sup>13</sup>.

O *corpus* documental encontra-se, em especial, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana<sup>14</sup>. Em fins da década de 1970, os padres Redentoristas que administravam o Santuário deixaram a responsabilidade dessa gestão à Arquidiocese. O número de sacerdotes e irmãos que trabalhavam naquele lugar viu-se reduzido drasticamente. Dom Oscar de Oliveira<sup>15</sup>, então Arcebispo de Mariana, achou por bem recolher a documentação que se encontrava no Santuário e levá-la para o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, na sede do bispado.

---

<sup>13</sup> Myriam Andrada Ribeiro de Oliveira em *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes Europeus* aponta a capela do Bom Jesus, em Congonhas, como um “marco fundamental para o período inicial do rococó na região de Minas Gerais” Cf.: OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes Europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 253. Grifo nosso.

<sup>14</sup> Sobre os Arquivos Eclesiásticos, a referência mais antiga que temos sobre a organização documental na Igreja remete ao Papa Clemente III (\*1130 † 1191) que criou, em Roma, o sistema de “*Notórios*” com o objetivo de registrar os martírios (pessoas que morriam defendendo a fé em Cristo). Em um Martiriológico Romano, publicado em Madri, vemos a seguinte informação: “Desde os primeiros séculos da igreja se tem posto o maior cuidado e diligência em escrever, com fidelidade, as atas dos Mártires. O Sumo Pontífice Clemente III destinou sete Notários para que nas sete regiões ou bairros da cidade de Roma escrevesse cada um, em sua diligência, os fatos dos Mártires”. MARTIROLOGIO ROMANO, publicado por orden Del Papa Gregório XIII, y reconocido com la autoridad de Urbano VIII, de Inocencio XI, de Clemente X, y últimamente corregido y aumentado por el Sumo Pontífice Benedicto XIV. Traducido al Castellano por D. Agustin Alvarez Pato y Castrillon. Con licencia. Madrid, em la Imprenta Real. 1791. p. III. Disponível em: <http://books.googleusercontent.com/books/> acessado 15 jan. 2016). No ano de 235 da era cristã, o Papa Antero fez uma nova compilação sobre os testemunhos acerca do martiriológico cristão. Cf.: Espasa Calpe – Enciclopédia Universal Ilustrada. Madrid (Espanha): Rios Rosas, S/A. Tomo 5. Verbete Archivos Eclesiásticos. p. 1334. Trad. nossa

<sup>15</sup> Sobre Dom Oscar de Oliveira conferir: CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal. *Dom Oscar de Oliveira: um apóstolo admirável*. Viçosa: Folha de Viçosa, 1999; RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. O Báculo e a Mitra de Dom Oscar de Oliveira – 11<sup>a</sup> Bispo e 3<sup>a</sup> Arcebispo de Mariana. In.: *Cardernos Históricas do Arquivo Eclesiástico de Mariana*. Volume 07. Mariana: Dom Viçoso, 2012. Há dissertação de Mestrado sobre a ação pastoral de Dom Oscar de Oliveira especialmente após o Concílio Vaticano II (convocado em 25 de dezembro de 1961; aberto em 11 de outubro de 1962; concluído em 08 de dezembro de 1965): SILVEIRA, Diego Omar. Sacerdos Magnus [manuscrito]: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto/ICHS. Mariana, 2009. Disponível em: [http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4260/1/DISSERTA%C3%87%C3%82O\\_%20Sarcedos%20MagnusDom.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4260/1/DISSERTA%C3%87%C3%82O_%20Sarcedos%20MagnusDom.pdf) acessado 10 jan. 2016.

O arquivo do Santuário foi incorporado ao fundo já existente em Mariana que já se encontrava, há algumas décadas, em processo de organização. O primeiro arranjo do arquivo foi idealizado pelo Monsenhor Raimundo Trindade. No entanto, este cônego fez a organização de uma parte do arquivo, em especial, da documentação utilizada para escrever uma de suas principais obras *Arquidiocese de Mariana*<sup>16</sup>. Cônego Raimundo Trindade deixou outras obras de grande importância para a historiografia, especialmente para quem trabalha com o século XVIII ou com questões genealógicas, tornando-se obras de referência para diversos trabalhos<sup>17</sup>. Como se observa, boa parte do acervo do Arquivo Eclesiástico não havia sido submetido a uma organização sistemática, além de passar por alguns problemas, em especial com as mudanças de endereço no século XX. Inicialmente, a documentação ficava depositada na Rua Frei Durão, sendo transferida para uma casa na Praça Gomes Freire. Por último, com a construção do prédio da Cúria Metropolitana, Dom Oscar levou o arquivo para a Rua Direita. Consta, ainda, que parte da documentação estava na antiga residência episcopal, atrás da igreja de São Pedro, em Mariana. Outra parte da documentação que compõe hoje o Arquivo Eclesiástico de Mariana é resultado da vida paroquial de várias comunidades, fruto dos inúmeros registros de batismos, casamentos, óbitos, rol de desobrigas, fábricas, livros de Irmandades, etc. Coube a Dom Oscar a decisão de recolher a documentação de diversas freguesias do interior de Minas, restaurá-las e colocá-las à disposição dos pesquisadores. As históricas paróquias de Ouro Preto (a Matriz de Nossa Senhora do Pilar e a Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Antônio Dias) mantiveram seus acervos nas respectivas sedes.

Dom Oscar de Oliveira esteve à frente do Arcebispado de Mariana entre os anos de 1960 à 1988, quando, por idade canônica, tornou-se emérito transferindo a administração para um dos bispos auxiliares da Arquidiocese de São Paulo, Dom Luciano Mendes de Almeida. Especialmente entre os anos de 1965 até 1985, Dom Oscar trouxe para si a incumbência de reorganizar aquele rico patrimônio documental. O Arquivo Eclesiástico teve sua organização pensada por séries documentais e, neste período, foram

---

<sup>16</sup> A primeira edição da obra constou de três volumes; a segunda, utilizada neste trabalho, foi reduzida a dois tomos. TRINDADE, Côn. Raimundo. *Arquidiocese de Mariana – Subsídios para a sua história*. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 1º vol. e 2º vol.

<sup>17</sup> Dentre essas obra podemos citar: TRINDADE, Côn. Raimundo. *Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Publicação do SPHAN, nº 13; TRINDADE, Côn. Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17; TRINDADE, Côn. Raimundo. *Genealogias Mineiras*. Ponte Nova: Typographia Ideal, 1923; TRINDADE, Côn. Raimundo. *Genealogia da zona do Carmo*. 1943.

confeccionados os primeiros catálogos. Teve seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, com CNPJ, e junto ao governo do Estado de Minas Gerais, foi decretado de “Utilidade Pública” conforme a Lei Estadual 494 de 14/06/1967. Boa parte do acervo da cúria foi restaurado e a responsabilidade desta ação ficou a cargo do biblioterapeuta Pedro Paulo Viegas em São João Del Rei. Parte deste fundo é proveniente da própria administração do bispado que existe desde 1745. No entanto, constata-se que há documentação anterior a esta data, quando a região das Minas ainda se encontrava sob a jurisdição eclesiástica do Rio de Janeiro: provisões, devassas, querelas, sesmarias, juízos e sentenças, processos *de genere*, testamentos, etc. Uma segunda parte desse fundo é oriunda das inúmeras paróquias pelas quais Dom Oscar de Oliveira, com zelo de preservar esta rica documentação, a fez recolher na sede do bispado. Refere-se a registros de batizados, casamentos, óbitos e testamentos (alguns reunidos em um único volume), tombo (onde se vêem registrados, dentre outros documentos, as visitas pastorais), desobrigas, caixa de fábricas, cartas, etc. Desde a década de 1980, a direção do Arquivo está confiada ao Digníssimo Monsenhor Flávio Rodrigues Carneiro, que, com muito zelo, vem conservando e continuando o trabalho já há muito desenvolvido<sup>18</sup>.

Os documentos do atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus foram incorporados a este fundo e muitos destes livros passaram por restauração. Como já existiam alguns documentos ligados à vida paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, os documentos do Santuário não seguiram a mesma sequência na organização inicial. Os livros pertencentes à Congonhas estão catalogados com os *códices H e I*. Abrangem documentos relativos aos batizados, óbitos, testamentos e tombo. Inexistem livros de casamentos tanto no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana como no acervo paroquial de Congonhas do período do século XVIII e início do XIX. O *códice H* tem 18 livros manuscritos catalogados; o *códice I* contabiliza 08 exemplares que abrangem o século XVIII e XIX; O *Livro H 26*, de suma importância nesta pesquisa, se refere, notadamente, a administração da capela do Bom Jesus. Trata-se do primeiro *Livro de Despesas*<sup>19</sup> aberto em 1757 com registros até 1837. Interessam-nos, aqui, de imediato,

---

<sup>18</sup> Há uma nota histórica, mais elucidativa, com dados numéricos sobre o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, publicado no Jornal Arquidiocesano no ano de 1985. Cf.: Padre Flávio Carneiro Rodrigues. O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). In.: Jornal *O Arquidiocesano*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 24 Nov. 1985. Número 1367, ano XXVII. Folhas 2 e 3.

<sup>19</sup> A folha de rosto do livro apresenta a nomeclatura de Livro de Despesas. No entanto, no catálogo geral do Arquivo da Cúria o mesmo foi codificado como sendo o 1º Livro de Contas. Desta forma, optamos por utilizar, em notas de rodapé, a nomeclatura do catálogo, o que permitirá a outros pesquisadores encontrá-lo

apenas os livros que dizem respeito à capela do Bom Jesus nos quais nos deteremos a seguir.

O primeiro *Livro de Despesas* da capela do Bom Jesus possui termo de abertura e encerramento. Sofreu uma reencadernação e suas páginas foram restauradas sendo utilizado papel japonês. As primeiras folhas do livro possuem alguns danos provocados por infestação de insetos xilófagos, além de um processo de clareamento da escrita (tinta ferrogálica). O processo de restauração estabilizou a deterioração do quadro, mas isso dificulta um pouco a leitura das primeiras páginas. No entanto, a caligrafia de boa qualidade contribui para a leitura do livro, facilitando a compreensão paleográfica. Observa-se que os escrivães permaneceram por longo tempo na escrituração dos livros do Santuário permitindo, ao leitor, conhecer certo tipo de letra. Exemplo disso pode ser observado com a morte do primeiro Ermitão Feliciano Mendes. O escrivão que fazia a escrituração da Capela continuou o mesmo em administrações posteriores. A rubrica para finalizar o ano ou o período de prestação das contas é feita apenas pelo irmão administrador, com caligrafia diferente do restante dos registros, o que sugere pessoas distintas. Outro dado interessante é que estes escrivães não recebem pelos trabalhos prestados, pelo menos oficialmente, pois não se registram gastos com este tipo de serviço. O devoto anônimo que o fez, teve sua identidade preservada.

No decorrer do século XVIII há algumas mudanças na forma de se fazer os registros, especialmente no *Livro de Despesas*. Do ano de abertura do livro até 1776, as despesas são registradas e lançadas indistintamente, conforme foram aparecendo os gastos. A partir de 1776, o registro vem acompanhado de recibos, mas nem todos sobreviveram. Nos anos de 1784 e 1786 é realizada outra mudança nos registros contábeis: os gastos são lançados mensalmente. Os meses são escritos à margem esquerda e desaparecem o número dos recibos para o ano de 1784 retornando-os em 1785. Essa estratégia de separar mensalmente os gastos não consta no ano de 1785, talvez por um lapso do escrivão, retornando no ano subsequente. No entanto, os assentos de alguns recibos, de valores mais importantes, são apontados antes do registro do gasto. Em 1786, além da separação por mês e com o registro do número dos recibos, fizeram lançamentos por tópicos. Exemplo disso pode ser visto após as despesas do mês de dezembro, onde existe uma relação de gastos com comestíveis, vestuário e curativos. Em outro tópico, nas folhas seguintes, o

---

no referido Arquivo. No corpo do texto a expressão utilizada é a que se encontra no próprio livro: “Livro de Despesas”.

escrivão abre uma sessão para lançar os gastos, desta vez referente às “casas novas dos romeiros”. Isso demonstra não haver um padrão rigoroso para fazer os assentos. Outro fator que deve ser mencionado são os altos investimentos realizados em determinadas épocas, o que exige uma escrituração mais trabalhosa.

Esta forma de assentamento dos gastos permanece no período da administração do Irmão Ignácio Gonçalves Pereira. Ele, no final de cada ano, assina as contas, mas não as leva a nenhuma autoridade competente para aprová-las. Registra-se separadamente: gastos na capela (jubileu, ornamentação, compras de objetos litúrgicos, contratação de músicos, etc), seguindo com gastos em obras (romarias, sala dos milagres, adro, etc.) e depois com os gastos da residência do ermitão e dos padres. No ano de 1790, há um tópico separado para os gastos com alimentação e curativos dos doentes, além do vestuário da casa, especialmente para escravos. Neste ano de 1790, quem está à frente da administração da Capela é Thomas da Maya Brito. Ele leva ao conhecimento do Bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, que recebe as contas e analisa dois livros, o *Livro de Despesas* e o *Livro de Receitas*, que será apresentado mais adiante. Este bispo ainda dá algumas orientações, que serão seguidas na escrituração em diante. Uma delas é de se registrar no “alto de cada lauda” o ano respectivo, além de “deixar a soma total do ano no início de cada folha”<sup>20</sup>. As mudanças que se registraram nos livros neste período se dão por orientação burocrática administrativa. Elas se justificam com a necessidade de maior clareza na prestação de contas. Isso nos possibilita conhecer um pouco mais o cotidiano da capela como das festividades, pois nos foram legados informações sobre tais procedimentos. Thomas da Maya Brito permanece no cargo até 1793. A partir de 1794 quem assina o *Livro de Despesas* e demais documentos da Capela é o Irmão Vicente Freire de Andrada.

Irmão Vicente ao assumir a administração da Capela mantém a forma recorrente de registro contábil. No entanto, como o bispado estava com sede vacante<sup>21</sup>, ele não presta contas. Sempre de um ano para o outro se observa, na escrituração, meia página em branco, talvez para, em data futura, se lançar a prestação de contas. Entre o administrador da Capela, Irmão Vicente, e o bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano, surgirá uma disputa complexa, envolvendo outros agentes históricos que analisaremos detidamente no capítulo

---

<sup>20</sup> AEAM. *Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus*. Prateleira H, número 26. f. 24

<sup>21</sup> Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével faleceu em Vila Rica aos 16 de junho de 1793. Quem o substituirá na Cátedra no bispado de Mariana é Dom frei Cipriano de São José que tomará posse em 30 de outubro de 1798. Cf.: TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 153; 162.

03. No entanto, para melhor compreender esta relação conflituosa, alçamos mão de outros documentos, especialmente as correspondências entre o bispo e a rainha, dando esclarecimentos sobre o que ocorria na capela de Matozinhos. Vicente Freire de Andrada só prestará contas, em 1799, ao ouvidor da Vila de São João Del Rei que exige esclarecimentos na relação de gastos e arrecadação. A própria estrutura da documentação nos possibilita pensar sobre essa questão do conflito existente entre a administração da capela e as autoridades competentes. Ao ampliarmos o *corpus* documental, observamos que os agentes históricos envolvidos são maiores e não aparecem diretamente relacionados nos livros aqui analisados. Ampliando as fontes, podemos conseguir entender esta disputa por poder em torno da devoção ao Bom Jesus. No que tange às alterações operadas nos registros da capela neste período, pode-se pensar que se trata de uma mudança de posições e de escolhas daqueles que estavam ligados diretamente à administração da Capela e de seu desligamento com as autoridades religiosas, aproximando-se, mais, das autoridades civis. A crítica interna das fontes nos possibilita analisarmos a preocupação específica de cada época. Informações ausentes em certos períodos, mas valorizadas em outros, podem ser vestígios de conflitos internos ou externos, até mesmo rumos diferentes que a Capela estaria tomando com novos administradores, como é o caso do Irmão Vicente. Além do *livro H 26*, outros manuscritos do Santuário foram levados para o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, mas foram catalogados separadamente.

Alguns estão na parte denominada *Resíduos*, que receberam a catalogação com a letra latina &, variando sua numeração de 01 à 14. No entanto, nem todos os *Livros &* pertencem ao Santuário. São provenientes da Capela do Bom Jesus de Congonhas do Campo apenas sete volumes dessa prateleira que estão reduzidos aos códices correspondentes aos *Livros & 06 à & 12*. O *Livro & 6* apresenta, de forma resumida, a história do Santuário com apontamentos realizados pelo bacharel em Direito Dr. Silvino Soares de Melo, no ano do Padre Flávio Ribeiro de Almeida, em 1895. Dessa fonte utilizaram-se Monsenhor Júlio Engrácia<sup>22</sup> e Edgard Cerqueira Falcão<sup>23</sup> para produzirem suas obras, além de outros manuscritos que os autores tiveram acesso, em especial o

---

<sup>22</sup> ENGRACIA, Mons. Julio. Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1903.

<sup>23</sup> FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. (Brasiliensia Documenta, Vol. 3).

*Primeiro Livro de Despesas*. Edgar Cerqueira Falcão cita-o integralmente. Nesta mesma série, possui dois livros que nos interessam particularmente: são os códices & 07 e & 08. Ambos referem-se a recibos avulsos que existiam no Santuário. Na abertura destes livros, existem algumas folhas datilografadas que relacionam os documentos ali compilados, pois eram folhas avulsas que foram encadernadas por ordem do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IEPHA).

O *Livro & 07* possui 68 folhas (ou seja, 68 recibos) com pagamentos diversos, dentre eles a Antônio Francisco Lisboa pela “fatura” dos profetas, recibos relacionados à construção dos Passos do Senhor (as capelinhas que abrigam as imagens do Sacro Monte<sup>24</sup>), despesas com diversos pedreiros e trabalhos em geral. Estes recibos podem ser consultados, em forma de planilha, no anexo 01 desta dissertação. Já o *Livro & 08* contém 63 folhas (63 recibos) por obras e serviços diversos. Neste código também se vêem recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa, em 31 de dezembro de 1799, pelas obras dos Passos do Senhor e Manoel da Costa Ataíde por dourar quatro bustos e quatorze custódias para as relíquias da capela (folha 31 A). Encontram-se, neste mesmo código, outros três recibos assinados pelo Aleijadinho. Além deles, há um número significativo de recibos de gastos com a construção do aqueduto e outros assinados pelos músicos que atuaram, em especial durante o jubileu, além de gastos diversos. O administrador fazia os recibos para apresentá-los juntos com o *Livro de Despesas*, constante no Arquivo Eclesiástico de Mariana com o código H 26, conforme analisado acima. Estes recibos também podem ser consultados, em forma de planilha no anexo 02.

O *Livro & 09* possui inventários, bulas papais sobre relíquias adquiridas para o Santuário (refere-se às relíquias do Mártir São Jorge e São Feliciano. Esta última, encontra-se, atualmente, junto ao altar mor da basílica). O inventário existente nesse código foi realizado para entregar o Santuário aos padres da Missão, por ordem de Sua Majestade, em 26 de agosto de 1827. Há outro arrolamento de objetos pertencentes à Irmandade, datado de 14 de julho de 1875.

---

<sup>24</sup> Via Sacra é o termo utilizado para o conjunto escultórico ou pictórico representando, em 14 estações, os últimos passos de Jesus Cristo até o monte Calvário lugar onde foi crucificado. Esta forma foi incentivada pelos cruzados e assumida pelos franciscanos OFM (Ordem dos Frades Menores) a partir do século XIV. Desta forma, “Sacro Monte” distingue-se de Via Sacra por não ter um número definido de capelas, ou passos. O protótipo é Varallo, na Itália, onde se vê 43 capelas nas quais a sensibilidade teatral do século XVI, cara ao barroco, é mostrada. Cf.: [www.treccani.it/enciclopedia/sacro-monte](http://www.treccani.it/enciclopedia/sacro-monte). Acessado em 7 jun. 2016. Também aborda esse tema: BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Trad. Marisa Murray. Rio de Janeiro: Record, 1971. p. 213.



Código importante nesta pesquisa é *O Livro & 10*; como outros desta série &, trata-se de uma compilação de vários documentos avulsos que existiam no arquivo do Santuário. Primeiramente, uma petição da Irmandade do Bom Jesus solicitando à Câmara Eclesiástica de Mariana os breves que os irmãos e devotos do Bom Jesus tinham alcançado junto à Santa Sé. De fácil leitura, com caligrafia bem trabalhada, possuindo margens bem delimitadas e espaçamento entre linhas, os breves ocupam 05 folhas do livro. Cada breve inicia com uma numeração (1º breve, 2º breve etc.) e título centralizado. Os breves possuem públicos distintos, sejam aos vivos, em diversas situações, como também aos mortos. A análise deste *corpus* documental, especialmente no capítulo 02, é ponto chave para compreender o processo pelo qual a Capela se torna centro de peregrinação no século XVIII e a importância do jubileu para a religiosidade nas Minas Gerais. A história das mentalidades nos ajuda a compreender melhor este fenômeno religioso com as permanências de determinadas práticas devocionais, muitas delas ressignificadas ao longo do tempo, mas que não se restringe apenas à esfera do religioso, ultrapassando os limites espirituais, atingindo o campo social, das relações de poder e mesmo político.

Além destes documentos, no *Livro & 10* ainda existe uma autorização para bênção da capela em 1770 e algumas páginas que fazem uma breve descrição dos Estatutos da Irmandade, documento este de difícil leitura. Por ser um livro que recolheu diversos documentos da Capela do Bom Jesus, constitui uma coletânea de documentos que poderiam ser catalogados como avulsos. Talvez para dificultar o roubo de folhas soltas, na década de 1980 se considerou mais pertinente compilá-los. Este é um dos motivos pelos quais documentos de natureza diversa são encontrados em um mesmo código. Finalizando essa exposição da série documental denominada *Resíduos*, temos mais dois livros que portam informações sobre a Capela do Bom Jesus: *O Livro & 11* que traz a compilação de vários documentos relacionados às terras que o Santuário possuía (boa parte dessa documentação abrange o século XIX e foge do corte cronológico e temático proposto neste trabalho) e o *livro & 12* é um inventário da Capela realizado no século XVIII.

Outros livros do Santuário, seguindo a codificação existente no atual Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, foram compilados como *código K* contabilizando um total de 30 livros. Destes, apenas 02 volumes são do século XVIII, 27 exemplares do século XIX e 01 livro do século XX. Estes exemplares do Setecentos são: *Livros K 1ª* e *K 1B*. O livro *K 1 B*, mesmo estando na sessão do Santuário, é um livro de entradas de irmãos

da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Congonhas. Inicia-se em 1797 e suas anotações prolongam-se pelo século XIX. De modo particular, trabalharemos com o códice *K 1 A*, pois refere-se ao *Livro de Receita* da capela aberto em 1757 por Feliciano Mendes. A primeira doação foi realizada por ele, na forma de dote para a capela. Além disso, há, nas duas primeiras páginas, o termo de abertura em que Feliciano Mendes registra o motivo pelo qual dedica sua vida e entrega seus bens ao Bom Jesus: a cura milagrosa recebida. Este documento articula-se com outro códice, o *Livro de Despesas H 26*; um completa o outro. A análise simultânea dos dois documentos, permite pensar não apenas nos gastos que a capela teve durante o século XVIII, a partir de suas rendas, mas como a proporção vultosa das entradas sugere o maior afluxo de devotos no Santuário.

Neste códice, nem todos os registros de doações são lançados com o nome do devoto. Quando isso ocorre, nome do fiel e valores ofertados são quantias significativas, ou são de pessoas de reconhecimento público e notório, como é o caso do Ouvidor de Vila Rica em 1785<sup>25</sup>. Interessante notar que seu nome não é registrado, mas apenas a função que ele ocupa, que possui prestígio maior. Neste caso, o ouvidor era Tomás Antônio Gonzaga, inconfidente e poeta. Provavelmente seu relacionamento com o Santuário, ou com pessoas ligadas à administração da capela, sendo também um conhecedor daqueles espaços, tenha escrito em seus famosos versos *Cartas Chilenas*<sup>26</sup>, o trecho dedicado à Ermida do Bom Jesus, como vemos na abertura dessa introdução. Os valores mais baixos são realizados apenas em um único registro. Deve-se notar, que as abundantes doações menores, na soma final, correspondem a valores altos e contribuem de forma substancial para a economia da capela. Nos registros, vê-se apenas o lançamento, na maioria das vezes, como “deitada no cofre”.

Dois tipo de análise, preliminar, nos é permitido fazer com estes dois códices (*Livro de Doações K 1 A* e o *Livro de Despesas H 26*): primeiramente uma apreciação quantitativa, cujos dados numéricos referentes aos valores, sejam os montantes das entradas como dos gastos, podem ser analisados, por meio de gráficos, tabelas ou planilhas, com apontamentos de características mais gerais e comparação entre períodos ou mesmo dos livros. Em certos momentos, um *défict* orçamentário é latente, o que não é solucionado em anos posteriores (ver gráfico capítulo 03 p. 121). Trata-se de uma análise

---

<sup>25</sup> AEAM. *Livro de Receitas K 1 A*. ano de 1785. f. 22 V.

<sup>26</sup> Uma análise comparada das obras de Tomás Antônio Gonzaga pode ser vista em: POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*. São Paulo: Globo, 2004.

mais apurada, não apenas quantitativa, mas qualitativa, em que se buscou compreender as particularidades das fontes problematizando-as. Para solucionar algumas questões que se colocavam durante a pesquisa foi necessário ampliar o *corpus* documental e articulá-lo com outras fontes para melhor compreensão dos problemas elencados, possibilitando compreender os conflitos e tensões em torno da devoção ao Bom Jesus, da administração da Capela em relação às autoridades constituídas, o bispo de Mariana e o ouvidor de São João Del Rei. Após a recepção dos breves que fundaram o jubileu, houve maior afluxo de devotos para a Capela, o que nos leva a perceber a crença em determinadas questões religiosas, muitas vezes resignificadas com o tempo, analisadas no capítulo 02, como também uma disputa por autonomia administrativa.

São documentos que apresentam aspectos econômicos, contábeis (no sentido de servirem para fiscalização da administração da capela), mas que não se restringe a esta área do conhecimento. Essas fontes dialogam todo o tempo com outras, que precisam ser buscadas para responder a perguntas surgidas no decorrer do trabalho, preencher lacunas e completar informações acerca da religiosidade e da administração da capela do Bom Jesus. Deve-se ter o cuidado necessário com essas fontes, pois as mesmas não foram produzidas com a intenção com que a utilizamos hoje. Esta vasta documentação pode receber diferentes formas de tratamento, decompondo-a por meio de tabelas, quadros, listagens ou gráficos. Uma primeira organização é separar estas fontes; logo após, devemos seguir os rastros que elas deixam, utilizando-se para isso, a crítica documental, a interpretação das fontes e a necessidade de ampliação do *corpus* documental para compreender determinado fenômeno, como bem elucida Carlo Ginzburg<sup>27</sup>.

O jubileu do Bom Jesus, em Congonhas, carece de uma narrativa como aquela que encontramos para a solene transladação do Santíssimo da capela do Rosário dos Pretos para a matriz do Pilar no memorável *Triunfo Eucarístico* (1733) ou para posse do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz no *Áureo Trono Episcopal*<sup>28</sup>. Estas duas solenidades não eram festas anuais, trata-se de celebrações pontuais diferindo do jubileu

---

<sup>27</sup> Na obra *O fio e os rastros*, especialmente no capítulo 02, Carlo Ginzburg analisa a importância desse método interpretativo das fontes e a ampliação do *corpus* documental para um resultado qualitativamente melhor. Cf.: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros – verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 41 s.

<sup>28</sup> Há uma edição fac-símile realizada pelo Arquivo Público Mineiro com estudo introdutória de Affonso Ávila. Cf.: ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. 2ª ed. Revista e atualizada. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. Volumes 1 e 2.

que ocorria a cada ano no mês de setembro, congregando segmentos diversos da sociedade. As fontes apresentadas anteriormente nos ajudam a descrever, sumariamente, as festividades, mesmo que de forma fragmentada. Os gastos com as celebrações, as aquisições de inúmeros objetos, as despesas com sacerdotes e as mais variadas construções nos possibilitam pensar uma festividade com a devida pompa, mas de ampla abrangência social. Usando os fragmentos destes documentos nos é permitido capturar como essas festividades se organizaram. Esta imbricação do religioso e do social transforma aquela festividade em ponto importante para a compreensão do fenômeno religioso nas Minas.

Uma das possibilidades para análise levou a organizar e selecionar as fontes segundo critérios temáticos tentando apresentar um quadro mais amplo e complexo. Além de movimentar economicamente o arraial das Congonhas do Campo, nota-se que certas práticas devocionais estavam pautadas em uma tentativa da Igreja de implantar as diretrizes do Concílio de Trento, seja através de devoções cristológicas ou em crenças e ritos reafirmados pelas orientações conciliares. Para estas análises, não nos restringimos às fontes documentais arquivísticas, mas a uma variedade de documentos que permitem analisar o evento jubileu, a dinâmica e importância que a festividade teve. O Santuário de Congonhas do Campo, já nos idos do século XVIII, é visto como um importante centro religioso (BAZIN, Germain. 1973). A festividade demarca a importância e o sentido do fenômeno religioso na vida social das Minas Setecentista. Como outras festas do calendário litúrgico da Igreja (Natal, Paixão, etc.), este é um “tempo sagrado”, divisor entre o tempo da graça (idéia de jubileu) e o tempo profano, marcado pelo resto do ano.

No tocante à releitura das produções historiográficas, a pesquisa proposta apresenta-se como um diferencial, pois grande parte das publicações, de cunho memorialístico ou acadêmico, que versam sobre o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, não privilegia o jubileu como sua temática principal. Apenas uma obra, *O jubileu de Congonhas*, publicada em 1894 por Joaquim Campos Porto, trouxe essa celebração religiosa como seu objeto privilegiado. No entanto, ao analisarmos a obra percebe-se que o autor realizou um esboço histórico do Santuário sem se preocupar com a precisão de datas ou eventos. O jubileu, que seria a temática principal da obra, encontra-se reduzido a poucas informações sobre as festividades, em fins do século XIX. Trata-se, inicialmente, de matérias jornalísticas realizadas por Joaquim Campos Porto para um jornal em Juiz de Fora. Relata sua viagem de trem até Congonhas do Campo, de forma sumária, e depois

algumas poucas informações sobre o jubileu. De fato, o trabalho não deu ênfase às celebrações ocorridas seja no século XVIII ou durante o século XIX. Posteriormente este trabalho foi publicado em um opúsculo pela Typografia Americana cuja única edição encontrada está na sessão de obras raras da Biblioteca Pública de Belo Horizonte<sup>29</sup>.

Outras duas importantes obras podem aqui ser mencionadas para abordar a história do Santuário: a mais antiga, de autoria de Monsenhor Júlio Engrácia, foi inicialmente publicada pela *Revista do Archivo Publico Mineiro* em 1903, tendo como título *Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes*<sup>30</sup>. A mesma obra foi reeditada, poucos anos depois, pela editora Salesiana<sup>31</sup>, cuja edição privilegiamos neste trabalho. Outra obra de vulto, com trabalho erudito de pesquisa, foi publicada em 1962 por Edgar Cerqueira Falcão *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*, na coleção *Brasiliensia Documenta*<sup>32</sup>. Lourival Gomes Machado no livro *Barroco Mineiro*<sup>33</sup>, traz um artigo (*Nova e exata crônica do Santuário de Congonhas*) onde comenta o livro de Edgard Cerqueira Falcão.

As duas obras supracitadas apresentam expressivas particularidades. Monsenhor Júlio Engrácia, inserido nos padrões historiográficos do século XIX, pode ser caracterizado como metódico: ele transcreve e publica no seu livro diversos documentos, sem promover uma crítica documental mais profunda; nela, os documentos falam por si. Dessa maneira, em algumas passagens, observa-se a prática da transcrição literal, que não é acompanhada por qualquer intervenção do autor. Nesse sentido, Edgard Cerqueira Falcão avança. Além de republicar alguns documentos, faz uma crítica mais ampla. No entanto, muitas lacunas são percebidas. Talvez isto se dê pelo recorte cronológico que se propôs, abrangendo desde os primórdios da capela (1757) até o século XX, com a presença dos padres redentoristas no Santuário. Ambas obras não possuem uma delimitação de corte cronológico ou temático, mas tendem a abranger toda a história do Santuário.

---

<sup>29</sup> PORTO, Joaquim Campos. *O jubileu de Congonhas*. Congonhas: Typographia Americana, 1894.

<sup>30</sup> ENGRACIA, Julio, monsenhor. *Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes*. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1903. Está disponível na Revista do Arquivo Público Mineiro no Site: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=397&mid=31&full\\_pdf=1](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=397&mid=31&full_pdf=1)

<sup>31</sup> ENGRACIA, Júlio. *Relação chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Escola Profissionais Salesianas, 1908.

<sup>32</sup> FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. (Brasiliensia Documenta, Vol. 3).

<sup>33</sup> MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 429.

Em 1948, um opúsculo escrito por Djalma de Andrada, escritor natural de Conselheiro Lafaiete, diplomado em Direito pela faculdade de Belo Horizonte, aborda de forma geral a história do Santuário, desde sua fundação até o ano de 1948. Uma parte considerável de seu trabalho é dedicada ao Aleijadinho e sua obra em Congonhas do Campo. Faz uma nota histórica de todos os administradores do templo, apontando as transformações que o Santuário sofreu especialmente na administração do Cônego João Pio. Termina seu relato com a chegada dos padres Redentoristas em Congonhas<sup>34</sup>.

Posteriormente, foram editadas duas importantes publicações sobre a produção artística de Aleijadinho, que, por tal motivo, incluíram o Santuário de Congonhas como alvo de estudo. A primeira foi escrita pelo historiador francês Germain Bazin, intitulada *Aleijadinho e a escultura no Brasil*, traduzida para o português em 1973<sup>35</sup>. Esta obra apresenta um breve histórico da capela do Bom Jesus mas aborda, principalmente, seus aspectos iconográficos (em especial a produção aleijadiana).

Os estudos que vieram depois promovem um aprofundamento na questão da história da arte, como a dissertação de mestrado da professora Dra. Myriam Andrada Ribeiro de Oliveira, defendida na Bélgica, que resultou em inúmeras publicações sobre o Santuário<sup>36</sup>. Dentre essas obras, podemos citar o livro *O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho*, editado em 1981<sup>37</sup>, enfatizando, sobretudo, as questões artísticas das obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Esta autora, a maior especialista no assunto, escreveu outros trabalhos sobre o Santuário<sup>38</sup>, mas todos com ênfase na questão artística do conjunto escultórico de Congonhas. Em uma de suas últimas publicações, oferece um panorama das revitalizações que os *Passos* sofreram no século XX<sup>39</sup>. Um artigo que merece destaque dentro da reflexão sobre a arte escultórica de Antônio Francisco Lisboa

---

<sup>34</sup> ANDRADA, Djalma. *O Aleijadinho em Congonhas – história do Santuário do Senhor Bom Jesus*. Edição do Autor. S/A, Opúsculo de 70 páginas. Há uma outra versão no site do Arquivo Público Mineiro: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/congonhas\\_do\\_campo\\_e\\_o\\_aleijadinho.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/congonhas_do_campo_e_o_aleijadinho.pdf) acessado em 15 dezembro de 2015.

<sup>35</sup> BAZIN, Germain. *Aleijadinho: e a escultura no Brasil*. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro de. *Les Passos de Congonhas do Campo. Contribution à l'étude de l'oeuvre de Antônio Francisco Lisboa, dit l'Aleijadinho*. Dissertação de Mestrado Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica. Ano de Obtenção: 1969.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro de. *O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho*. Ed. Dubolso: Cataguases, 1981.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas*. Brasília, DF.: IPHAN/Monumenta, 2006. Coleção Roteiros do Patrimônio.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília, DF: IPHAN, 2011.

foi escrito pelo professor Dr. Celso Taveira intitulado *O Aleijadinho em Congonhas: as hipóteses de Germain Bazin*<sup>40</sup>.

O trabalho que apresentamos enfoca a questão da religiosidade, especialmente a partir da fundação do jubileu em 1779. A criação do jubileu, a construção do complexo arquitetônico/religioso, as peregrinações, são manifestações que expressam a crença no purgatório, a comunhão dos santos, a eficácia das orações pelos mortos. Estas são práticas devocionais revigoradas pelo Concílio de Trento e disseminada no Setecentos mineiro que podem ser constatadas no jubileu do Bom Jesus em Congonhas. Além disso, a questão religiosa em torno da devoção ao Bom Jesus em Congonhas, especialmente após a fundação do jubileu, viabilizou um *locus* específico de poder que gerou conflitos entre a administração do Santuário e as autoridades constituídas, especialmente com o bispo de Mariana. A primeira festividade jubilar ocorreu no ano de 1780, sabendo-se que a festa do Bom Jesus ocorre desde os primórdios da capela. Longe de uma perspectiva apenas transcendental, a festa viabilizou a formação de um *locus* próprio de poder, associado à administração do Santuário. A festividade, promovida por leigos, buscou certa autonomia em face das autoridades religiosas e civis. Esta atuação de leigos potencializou práticas culturais (mediante intercâmbio dos fiéis das mais diferentes procedências e segmentos sociais), dinamizou as relações sociais, econômicas e artísticas (viabilizando câmbios, contratos, negócios ...) e ainda reforçou determinadas relações de poder, sobretudo vinculadas à administração do Santuário. As ações de determinados agentes históricos que disputaram prestígio e reconhecimento pelo cargo ocupado atingirá proporções significativas, fazendo com que determinado grupo à frente da Capela do Bom Jesus ousasse autonomia administrativa.

A dissertação divide-se em três capítulos: no primeiro capítulo analisamos o esforço de diversos administradores do templo para tentar construir um complexo arquitetônico/religioso; ornamentaram a capela, empenharam em dotá-la de obras indispensáveis para o culto e a piedade, além de casas para abrigar romeiros e a construção do Sacro Monte. Trazemos à luz inúmeros artífices e trabalhadores que, dentro de uma historiografia tradicional, foram ignorados.

---

<sup>40</sup> TAVEIRA, Celso. *O Aleijadinho em Congonhas: as hipóteses de Germain Bazin*. In.: *Revista Barroco* 13. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984. p. 95 – 106.

O capítulo 02 é o cerne dessa dissertação, pois analisa o fenômeno religioso na capela do Bom Jesus, com ênfase na crença do purgatório, reafirmada em Trento, e do poder da Igreja em diminuir o tempo das almas nas penas purgativas. Trata-se de uma religiosidade de longa duração, com início no período medievo mas com uma particularização na região das Minas. A crença em uma expiação temporária e a esperança da salvação eterna é ponto central nas análises.

A capela do Bom Jesus se caracteriza pelo fenômeno religioso, mas também pelas disputas de poder. Essa análise é realizada no capítulo 03, quando analisamos as tensões em torno da administração da capela. Os administradores do templo tentam buscar autonomia administrativa em relação à autoridade episcopal. O bispo, por sua vez, utiliza sua posição para trazer a si a responsabilidade da administração espiritual e temporal da capela. Estes conflitos iniciarão em fins do século XVIII e prolongarão no século XIX, sem constituir algo exclusivo da capela do Bom Jesus, como se verá no capítulo. Os párocos das Minas também se queixarão das regalias que algumas irmandades e ordens terceiras gozavam no mesmo período. As autoridades religiosas tentarão, a todo preço, implementar um projeto de Igreja pautada nas diretrizes conciliares, e muitas dessas ações (vigilância e fiscalização das prestações de contas dos administradores das capelas, as Visitas Pastorais, as Devassas Eclesiásticas, etc.) tornam-se obstáculos.



## Capítulo 01

### DA CAPELA DO BOM JESUS AO COMPLEXO RELIGIOSO

#### 1.1 – A Construção do Complexo Arquitetônico/Religioso

Chamamos de complexo religioso o conjunto de obras realizadas no atual Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, nos séculos XVIII e XIX, cuja finalidade era atender às necessidades da capela para acolher os romeiros como também às demandas do culto religioso. Além da construção da própria capela, que merecia um estudo à parte referente às etapas construtivas, focaremos neste capítulo na estrutura criada para receber os romeiros que para lá acorrem principalmente depois da fundação do jubileu. Além das casas para hospedagem, vulgarmente chamadas de romarias, a preocupação com o abastecimento de água potável para atender ao grande afluxo de devotos foi preocupação recorrente de seus administradores.

Também nesse período, dá-se início à construção das estruturas que chamamos de *Capelinhas* ou *Passos da Paixão*, que irão receber as imagens do Sacro Monte esculpidas por Antônio Francisco Lisboa, em tamanho natural. São obras que se complementam e ajudam a pensar o espaço com uma provável hegemonia onde inúmeras obras serão realizadas com um fim único: atender às exigências de um importante centro de peregrinação. Por isso, um complexo religioso, pensado numa amplitude maior, não apenas o culto, os ritos sagrados ou as práticas devocionais, mas as demandas do cotidiano diante das provocações políticas e sociais inerentes ao exercício do poder. É neste cenário que uma das principais formas da manifestação religiosa da região das Minas irá ocorrer, motivo de nossa preocupação em apresentar como este complexo foi construído.

#### 1.2 – As Romarias na Capela do Bom Jesus

A primeira informação sobre residências nas proximidades da Capela do Bom Jesus aparece entre os anos de 1757 a 1761. Feliciano Mendes registra o acento, no Livro de Despesas, de “duas portas para a casa nova” além de “05 fechaduras para as casas novas”<sup>41</sup>. Pode-se entender casas como cômodo, ou como aponta Raphael Bluteau, como “parte do

---

<sup>41</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 2

edifício” e não necessariamente “o edifício que vive uma família” que pode ser designado como “morada de casas”<sup>42</sup>. O conjunto de “casas”, ou seja, de cômodos, constitui um edifício de residência. Neste mesmo período vê-se registrado o pagamento pelo “custo das dobradiças para as portas da casa nova” além do pagamento ao carapina e seu ajudante por “emadeiras a casa”<sup>43</sup>. Despende-se, ainda, por “duas portas que comprei para as casas mais”<sup>44</sup>. Não é possível saber se essas casas eram para os romeiros ou apenas para residência do ermitão.

Por ocasião da morte de Feliciano Mendes, em 1765, as autoridades eclesiásticas realizaram o inventário *post-mortem*. Nele podemos ver arrolados alguns móveis nos denominados “cômodos dos romeiros”. Estes “cômodos” são quartos que serviam para abrigar os romeiros que visitavam a capela. Os móveis encontrados foram: “três mesas nos quartos dos Romeiros”<sup>45</sup>, além de sete colchões, catorze travesseiros, nove lençóis de linho e um lençol de estampa.<sup>46</sup> É perceptível, a partir destes dados, a existência de peregrinos naquele período, de maneira ainda bem modesta. Pela documentação, observa-se que havia uma “estalagem e venda” administradas, quando da morte do ermitão Feliciano Mendes, por David Vieira Urzedo<sup>47</sup>. Neste lugar acolhiam-se os primeiros romeiros.

A capela vai adquirindo maior prestígio junto à população da região. Estes habitantes das redondezas do arraial das Congonhas do Campo vinham até a capela, admirados pela notícia de inúmeros milagres atribuídos ao Bom Jesus, em sua imagem taumaturga, ou por serem muitos desses oriundos do norte de Portugal onde esta devoção cristológica é recorrente. Foi no ano de 1764, antes da fundação do Jubileu, que se registra, pela primeira vez, informação da existência de romeiros no sítio. O visitador Ordinário recebe as prestações de contas de Feliciano Mendes e, no termo da visita, salienta a importância de uma maior organização para as missas dos peregrinos:

Como foi informado, é certo que os fiéis que vem a dita capela cumprir os seus votos de ação de graças, orações e esmolas, também trazem esmolas de Missas para se dizerem na mesma capela e para que se cumpram

---

<sup>42</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/casa> acessado em 20 fev. 2016.

<sup>43</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 2 V.

<sup>44</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 2 V.

<sup>45</sup> AEAM. & 12 f. 4 C

<sup>46</sup> AEAM. & 12 f. 4 C V

<sup>47</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 6

inteiramente os votos, mando a todos os sacerdotes desta freguesia, que não peçam atenção das Missas dos **Romeiros** (...) fevereiro 20 de 1764<sup>48</sup>

O visitador deixa claro a primazia que possui o reverendo vigário, e depois dele os capelães do Bom Jesus, para celebrarem as Missas para os romeiros. Os demais padres apenas com autorização do pároco da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, das Congonhas do Campo, poderiam celebrar, pois a ele é devido os chamados direitos paroquiais. Custódio Gonçalves de Vasconcelos<sup>49</sup> substituiu Feliciano Mendes na administração da capela. Ele veio a falecer no ano de 1776, sendo nomeado administrador Ignácio Gonçalves Pereira<sup>50</sup>. A devoção foi aumentando de forma significativa, até que os irmãos do Bom Jesus solicitaram autorização para a realização da festa do jubileu, a ser analisada no capítulo 2. O terceiro administrador e procurador da Capela do Bom Jesus de Matozinhos, Ignácio Gonçalves<sup>51</sup>, mandou construir a sala dos milagres (lugar onde os fiéis depositam um ex-voto, objeto que é oferecido quando de uma graça alcançada), mais casas para abrigar os romeiros e solicitou ao Papa a bênção Indulgenciada para os irmãos e devotos do Senhor Bom Jesus. Nesta época, a igreja do Bom Jesus ia se caracterizando como um ponto de referência espiritual para os fiéis. Um número considerado de devotos ali chegava, o que justificaria a solicitação das bênçãos Indulgenciadas. O oitavo Breve emitido pelo Papa ressalta a informação que lhe é repassada a partir das petições que lhe são encaminhadas, ressaltando a importância religiosa do sítio: “(...) como se afirma há um grande concurso de Povo Cristão, e *principalmente de Peregrinos* (...)”<sup>52</sup>. Com o jubileu surgiu a necessidade de criar uma melhor estrutura para acolher os devotos.

O prédio atual, que possui o nome de Romaria, foi reconstruído entre 1993 a 1995. Havia sido demolido para a construção de um luxuoso hotel, em 1968, o que nunca ocorreu. Em 1930, os padres Redentoristas administravam o Santuário e empreenderam uma série de obras com intuito de modernizar os espaços e oferecer melhores condições para os romeiros. Em 1932, este prédio circular, iniciado com dois torreões imitando as capelinhas dos passos, foi inaugurado. Esta obra estava sob responsabilidade do construtor

---

<sup>48</sup> AEAM. & 12. f. 8 A e 11 A V. grifo nosso.

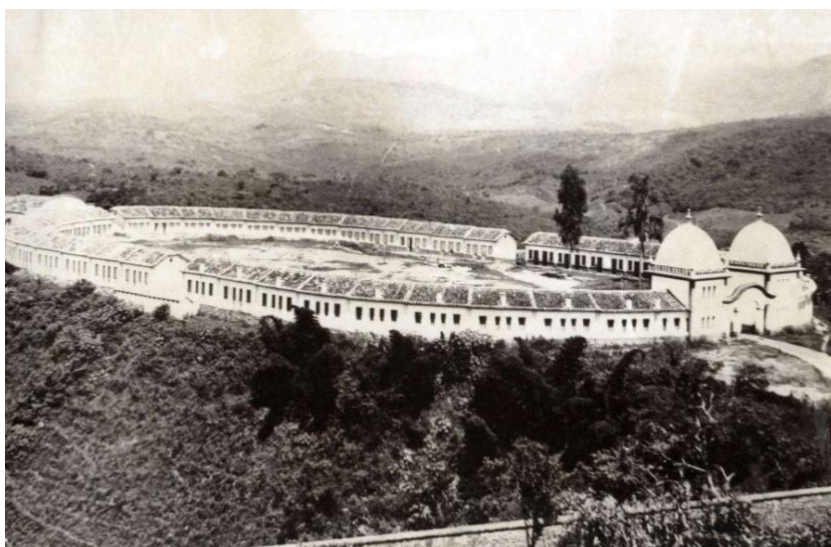
<sup>49</sup> AEAM. & 12 f. 4 B

<sup>50</sup> Cf.: FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 51

<sup>51</sup> Cf.: FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 55

<sup>52</sup> AEAM. Breves Papais. In: Livro & 6. Folhas 4 A. Oitavo Breve. 1779. grifo nosso.

Florianio Binder<sup>53</sup>. É, todavia, uma construção do século XX que mantém certa harmonia com o restante do sítio. Os lugares destinados a abrigar os romeiros durante as festividades, construídos no século XVIII, localizados ao lado da igreja, ficaram conhecidos como romarias. Quando os padres Redentoristas demoliram essas edificações do século XVIII objetivavam aumentar a área no entorno da igreja, além de podermos considerar tais procedimentos como um processo de modernização dos espaços.



*Imagem 01: Foto da Romaria – década de 1930.*

Dois elementos nos ajudam a pensar o crescimento das peregrinações junto ao Santuário: primeiramente uma demanda cada vez maior de sacerdotes que são contratados para atender durante as festividades (veja gráfico cap. 3 página 92). Estes seriam necessários se houvesse público que demandasse “pasto espiritual”<sup>54</sup>, como afirmam os documentos de época ao tratar da necessidade do cuidado espiritual do povo. Em segundo lugar, deve-se mencionar a construção de mais cômodos para a hospedagem dos romeiros que ficavam em torno da capela do Bom Jesus. Viajantes que passam pelo Santuário referem, em seus diários, a existência dessas construções. James Well, que por volta de 1875 viaja pelo interior do Brasil, afirma que as construções para abrigar os romeiros não se concentravam apenas em torno da capela do Bom Jesus, mas inúmeras casas construídas ao longo da Ladeira (antiga Rua Direita, hoje ladeira do Bom Jesus) serviam para

<sup>53</sup> Outras informações na página do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1108-iephamg-apresenta-romarias-congonhas> acessado 15 dez. 2015.

<sup>54</sup> Termo utilizado por Dom Frei Manoel da Cruz em diversas cartas pastorais. Cf.: AEAM. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. Arm. 1; Gav. 1; Pasta 6. 28 de fevereiro de 1748. f. 01. As cartas pastorais também podem ser obtidas pelo site: [http://www.gphr.ufop.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=7](http://www.gphr.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=7)

acomodar as “multidões que se aglomeram dentro da cidade por ocasião das festas anuais do Santo Padroeiro”<sup>55</sup>.

Além dele, o Barão de Schwege diz que “ao lado da igreja existe um longo edifício destinado aos romeiros que aqui se reúnem”<sup>56</sup>. Esta é a primitiva romaria, como se pode ver abaixo. Um casarão que ocupava não apenas o lado da igreja, mas havia uma porção ainda maior que se prolongava por detrás do templo.

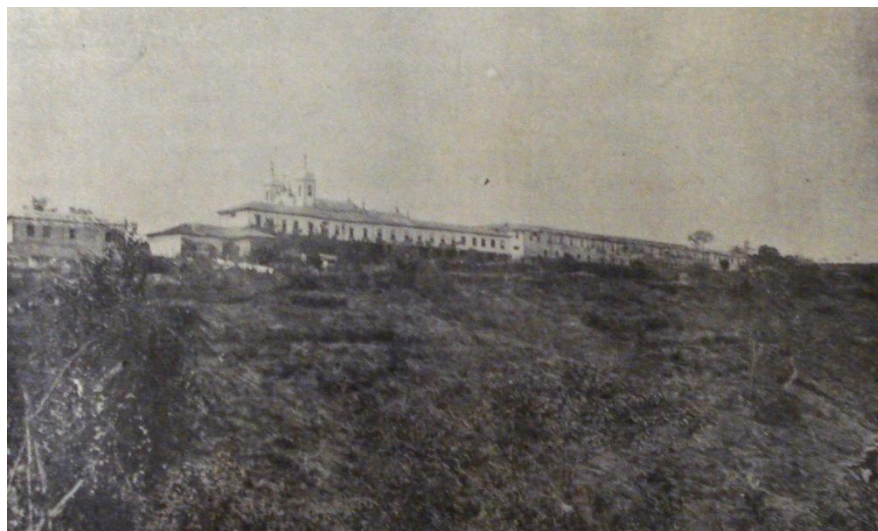


Imagem 02: Foto da Romaria que existia ao lado da Igreja<sup>57</sup>

Outro viajante que oferece informação sobre as romarias existentes ao lado e atrás da igreja é Auguste de Saint-Hilaire que passa pelo Santuário nas primeiras décadas do século XIX<sup>58</sup>. Ele afirma que “atrás da igreja vêem-se duas construções compridas, colocadas em frente uma da outra e que são destinadas a abrigar os peregrinos e confrades”<sup>59</sup>. A fotografia abaixo apresenta a construção que Saint-Hilaire afirma existir

<sup>55</sup> WELL, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. Vol. 02. Coleção Mineriana – Série Clássicos. p. 99.

<sup>56</sup> Apud.: FERREIRA, Delson Gonçalves. *O Aleijadinho*. 2º ed. Belo Horizonte: Rona, 2001. p. 69.

<sup>57</sup> Fonte da imagem: ENGRACIA, Mons. Julio. Op. Cit. p. 04

<sup>58</sup> A primeira Viagem do Rio de Janeiro à Província de Minas Gerais ocorre em 1818. Fará uma segunda viagem em 1822. O relato de suas viagens do Rio de Janeiro a Minas foi publicado, inicialmente, na França, em 1830. Três anos depois publica os relatos de viagem do litoral ao distrito Diamantino. Do seu percurso do rio São Francisco a Goiás em 1847. A viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais está disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822> acessado 17 fev. 2016.

<sup>59</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagens ao distrito Diamantífero. Apud.: MENDES, Nancy Maria (org.). *Barroco Mineiro em textos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 240.

atrás da igreja. Neste mesmo lugar funcionou, no século XIX, um colégio fundado pelos padres Lazaristas nos moldes do Colégio que existia na Serra do Caraça<sup>60</sup>.



*Imagem 03: Antigo Colégio do Santuário. Foto do autor. S/D*

As romarias que existiam do lado oeste da igreja sofreram modificações durante o século XIX quando então lhes foram acrescentadas varandas. Eram construções mais confortáveis, segundo os viajantes eram destinadas às pessoas com maior poder aquisitivo. Este pavilhão ficou conhecido como Romaria de Varandas e mesmo sendo destinado a um público economicamente superior, os viajantes não tem uma impressão favorável caracterizando-as como uma hospedagem desconfortável.



*Imagem 04: Romaria de Varandas. Foto do autor. S/D*

---

<sup>60</sup> “Durante mais de trinta anos (de 1828 a 1860), funcionou essa casa de ensino, com relativa eficiência, sob as vistas dos congregados da Missão, que, simultaneamente, passaram a dirigir a devoção ao Senhor de Matosinhos, encarregando-se de zelar a capela e promover as práticas religiosas tradicionais (jubileus, romarias, etc.). In.: FALCÃO, Edgar de Cerqueira. Op. Cit. p. 60.

Na direção Lesta da capela, havia edificações que cobriam todo o limite do Santuário nesta porção. Iniciando ao lado da primeira capela dos Passos (destinada a Santa Ceia), estas edificações iam se proliferando morro acima chegando a possuir construções detrás da sala dos milagres continuando do lado oposto do prédio que foi ocupado pelo antigo Colégio. Esta linha de romarias, com casas mais simples de “porta e janela”, estavam destinadas aos romeiros que não possuíam tantos recursos financeiros. Monsenhor Julio Engrácia fala que as romarias ao lado dos Passos foram construídas na administração do Padre Cunha: “as obras que a tradição conserva feitas pelo padre João Rodrigues (Rois) da Cunha são: as romarias dos passos, segundo andar do Colégio, os muros que cercam os pátios e as romarias da rua da poeira”<sup>61</sup>, nome este pela falta de calçamento da rua que hoje constitui parte da praça Santo Afonso e vias de acesso à Praça Bandeirantes. A imagem abaixo mostra uma parte dessas romarias. A foto apresenta a porção bem ao lado da igreja.



*Imagem 05: Romarias de “porta e janela”. Foto do autor. S/D*

Estas imagens nos oferecem um panorama da organização espacial do sítio além de nos levar a pensar na quantidade de romeiros que a capela recebia durante as festividades, demandando, desta forma, esta estrutura. Dom Frei Cipriano, em fins do século XVIII e início do XIX, ao falar sobre o Santuário do Bom Jesus e sobre o grande ajuntamento de povo, afirma que durante a festa “a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis”.<sup>62</sup> O viajante Richard Burton, em 1869, diz que a cidade parecia um convento, com inúmeras construções em torno da igreja. Estes dados revelam o grande

<sup>61</sup> ENGRÁCIA, Julio. Op. Cit. p. 129.

<sup>62</sup> TRINDADE, Con. Raimundo. *Arquidiocese de Mariana*. Op. Cit. p. 168. Vol. 01.

número de peregrinos que iam e permaneciam durante a festa o que demonstra a importância desse conjunto religioso nas Minas Gerais.

### 1.3 – A Construção das Romarias

O panorama oferecido acima, nos apresenta apenas uma parte do que seria este complexo religioso construído no Arraial das Congonhas do Campo. Durante o século XVIII, houve grande preocupação dos administradores da capela em provê-la do necessário, não apenas ao culto, mas também ao acolhimento dos peregrinos. Talvez tenha sido este um diferencial da capela em relação a outros centros religiosos fazendo dela uma expressão impar do fenômeno religioso nas Minas. Um desvelo não apenas com o culto, mas com a estrutura para receber cada vez mais peregrinos. É esta estrutura que vamos analisar, mais detalhadamente, mostrando as etapas construtivas. Mesmo não sendo possível precisar com exatidão cronológica cada uma das romarias, vale mostrar os investimentos realizados especialmente depois da fundação do jubileu, em 1779. Esta festividade atrai multidões de romeiros ao sítio, levando a um maior investimento em novas estruturas.

Após os registros das construções realizadas pelo ermitão Feliciano Mendes, que faleceu em 1765, os empreendimentos concentrar-se-ão na edificação da capela. Os registros apontam que, apenas no ano de 1781 foi realizado pagamento ao “pedreiro Antônio Carvalho de Azevedo de várias obras que fez na capela e casa”<sup>63</sup>. No entanto, não especifica se eram as casas destinadas aos romeiros ou à residência do ermitão. Em 1783 aparecem registros da construção de casas novas, estas sim, destinadas ao abrigo dos peregrinos. O “mestre pedreiro Antônio Carvalho de Azevedo” recebe pelas “casas que fez” e ao “telheiro José Pinto Lima de telha para as casas novas”<sup>64</sup>. Outros gastos foram realizados com estas edificações como os “pregos que mandei vir de Vila Rica por José da Rocha para as casas novas que fiz”<sup>65</sup> além das “três fechaduras de portas que mandei vir de Vila Rica” todas destinadas às novas residências. Neste mesmo ano, é pago ao “carapina José Rodrigues da Silva de obras que fez na casa” e ao “mestre ferreiro João da Cunha

---

<sup>63</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 14

<sup>64</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 15 V

<sup>65</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 15 V



sobredito de ferramenta pra a casa e consta do recibo”<sup>66</sup>. O pedreiro Antônio Carvalho de Azevedo ainda recebe, no ano de 1784, por obras no telhado<sup>67</sup>.

Passado cinco anos da fundação do jubileu, os investimentos em casas para abrigar romeiros vão se multiplicar. Durante o ano de 1785, o administrador Ignácio Gonçalves efetua gastos em quantia significativa no valor de 315 oitavas e ½ em construções destinadas aos romeiros<sup>68</sup>. Além dele, Ignácio José da Silveira recebe por “obras de carapina que fez na casa”<sup>69</sup>

Em 1786 houve investimento maior na construção de casas para os Romeiros. Após os registros de gastos anuais corriqueiros para a manutenção do culto, da casa, compras diversas, registram-se os “gastos que fez com as casas novas dos romeiros a fabrica”. Com um total de 12 recibos, com diversos oficiais especializados, as novas casas foram construídas. O maior valor é pago ao “mestre carapina Joaquim Marques Francisco e a seus oficiais de fazer as ditas casas” com um total de 190 oitavas e ½ de ouro. Abaixo dele, “o mestre canteiro Thomas da Maya Brito da cantaria que fez para as ditas”<sup>70</sup> que já havia executado diversos trabalhos para a capela. O último foi a colocação da laje de pedra no adro da capela. Ele foi louvado na obra da igreja de São Francisco de Assis em Vila Rica<sup>71</sup>. As paredes foram feitas pelo “mestre pedreiro Domingos Antônio Dantas”<sup>72</sup>. Também receberam por serviços diversos o “mestre ferreiro José Rodrigues Collares de ferragem”, o “mercador Antônio da Costa de pregos para as ditas casas”, o “alferes Silvestre Ferreira da Silva de cal para a dita obra”; “Cláudio Leite de estriras [*sic* – leia-se esteira] que fez para as ditas casas”; ao “rebocador Antônio Carvalho de Azevedo de reboques e telhados”<sup>73</sup>. Aqui, o “reboque” pode significar trabalho com madeira, ou como salienta Raphael Bluteau, de “aplainar a madeira”<sup>74</sup> e não o revestimento feito na parede para tampar as pedras e outros artefatos utilizados para levantamento das estruturas paretais. Talvez por isso, o trabalho ministrado por Antônio Carvalho de Azevedo esteja associado

<sup>66</sup> Todos estes gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 15 V

<sup>67</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 15 V

<sup>68</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 18 V

<sup>69</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 18 V

<sup>70</sup> Todos estes gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 18 V

<sup>71</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17. p.

<sup>72</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 18 V

<sup>73</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 18 V

<sup>74</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/reboque> acessado em 05 fev. 2016

ao telhado, pois ele deve ter realizado o engradamento para receber a cobertura das casas cujas telhas foram compradas na mão de Manoel Carvalho e Miguel Gonçalves Cadaval. Algumas ferragens foram adquiridas com o ferreiro João da Cunha. O capitão João Ribeiro da Silva empregou a mão de obra de diversos escravos seu.

As etapas construtivas faz apelo a um grande número de ofícios em todos os níveis de especialização: telheiros, palheiros, carpinteiros, tijoleiros, calceteiros, etc<sup>75</sup>. Como vimos acima, e será alvo de investigação neste capítulo, o Santuário irá drenar as melhores mãos de obra da região mineradora para a construção do complexo arquitetônico/religioso provocando um dinamismo não apenas religioso mas também econômico.

As construções das romarias continuaram anos a fio e, em 1787, ainda se registram gastos com as “obras das casas novas”. Os maiores valores, neste ano, são pagos ao “mestre Domingos Antônio Dantas” por fazer as “paredes das casas novas” contabilizando 255 oitavas e  $\frac{1}{4}$ . Logo após, Thomas da Maya Brito recebe por “lavar a cantaria das casas” com somas que chegam a cifras de 214 oitavas e  $\frac{1}{2}$ . O carapina “José Gomes de Oliveira” recebe 127 oitavas e  $\frac{1}{4}$  pelo serviço de telhado<sup>76</sup>. Estes são os três maiores pagamentos correspondentes aos gastos com as casas novas que abrigarão os romeiros durante as festividades do jubileu. Outros receberão por serviços prestados diretamente na construção ou materiais que são adquiridos em suas mãos. A exemplo disso, vê-se o pagamento ao capitão José Rodrigues da Costa por “duas arrobas e meia de chumbo de pastas para chumbar os caxilhos<sup>77</sup> das portas” e a Antônio Dias Carvalho são compradas “três arrobas e cinco libras de ferro”. Pagamento também foram realizados ao “mercador Antônio da Costa” adquirindo pregos para as obras das casas novas. O serviço de carapina foi executado por Joaquim Marques Francisco que recebe pelo seu ofício nas ditas casas. Todo o assoalho das construções foi adquirido com Antônio Saraiva Lima que recebe pelo “taboado das casas”, sem especificar se foi o responsável pela sua colocação. As fechaduras novas ficam a encargo de Francisco da Conceição Araújo. Observa-se, também, registros de vários negros empregados nestas empreitadas, cujos senhores receberam por

---

<sup>75</sup> Cf.: CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. *Le monde des métiers au Moyen Age artisans etmarchands*. Rennes: editions Ouest-France, 2010. p. 26 ss.

<sup>76</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 19

<sup>77</sup> “termo de carpinteiro; é o modo de uma grade, de quatro pedaços de madeira, estreitos, que servem como de margem a portas ou janelas”. In.: BLUTEAU, Raphael. Op. Cit.. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/caixilho> acessado em 05 fev. 2016.

isso. No ano de 1787, o capitão João Ribeiro da Silva recebe pelos “jornais” de seus negros no “desaterro das casas”<sup>78</sup>.

No canteiro de obra, há uma hierarquia que se impõe entre os ofícios. O mais graduado é o mestre de obras, ou mestre de ofício, que pode ter sob sua responsabilidade outros oficiais, que também se enquadram como mão de obra qualificada. O mestre poderia ter ainda, sob sua subordinação, alguns aprendizes. Abaixo dos oficiais, há uma mão de obra cujo valor pago é menor. Trata-se de homens brancos, pardos, mestiços e negros que executam tarefas menos complexas, são os trabalhadores não qualificados. Carregavam pedras, massas, faziam o serviço mais pesado. A capela do Bom Jesus emprega muitos “escravos de ganho” como diarista ou por semanas, nas obras, mas há número significativo de oficiais, pessoas com instrução. Além deles, mestres em diversos ofícios foram contratados. Não se trata de obras executadas com trabalhos voluntários de fiéis, mas com mão de obra altamente qualificada com uma grande diversidade de ofícios<sup>79</sup>.

Os gastos se multiplicam nos anos subsequentes. É interessante notar que a alimentação dos oficiais ficou a cargo da capela que providenciou farinha, milho, fubá, feijão, carne, açúcar, alimentos comprados pelos administradores que consistiam na base da dieta alimentar dos trabalhadores mecânicos. No ano de 1786, há uma especificação no item carne, incluindo suíno e bovino, além de registros, à parte no livro contábil, da banha de porco ou, como se vê no documento, os “panos de toucinho”. Inclui, ainda, nesta dieta alimentar o sal e o azeite<sup>80</sup>. Apenas com os doentes eram servidos frangos, carne seca, ovos e pão, conforme se vê no ano de 1788<sup>81</sup> e 1789<sup>82</sup>. Neste mesmo ano algumas casas foram caiadas pelo “pedreiro Rangel”.

As fotografias apresentadas no início desse item possibilitam analisar o número significativo de construções realizadas no século XVIII e início do XIX com o objetivo de

<sup>78</sup> Gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 19

<sup>79</sup> Sobre esta temática conferir: VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 04, 1940; SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiro e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. Nº 06, 1942; FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: prefeitura Municipal, 1974; Idem. Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial. Belo Horizonte. *Barroco*, nº 17; CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. Op. Cit. p. 23 – 60. SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica noo século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VGRO-7BTH7V>

<sup>80</sup> Todos estes gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 19

<sup>81</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 20 V

<sup>82</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 21 V

acolher os romeiros, resultados de esforços contínuos e de vários administradores do Santuário; o irmão Ignácio Gonçalves Pereira (1776 – 1790) iniciou a construção desse complexo de romarias. As obras perduraram ainda por alguns anos com os administradores seguintes: em 1788, os registros com os gastos relativos à construção das “casas novas” são ainda abundantes, dentre eles o pagamento de maior vulto é destinado ao “Alferes Joaquim Marques e seus oficiais carpinteiros que trabalharam nas ditas casas” recebendo, para isso, 177 oitavas e  $\frac{3}{4}$ <sup>83</sup>. Interessante observar que um trabalhador oficial não executa todas as atividades sozinho, mas, em muitos casos, trabalha com uma equipe como é o caso das atividades de carpintaria. Não apenas para a construção das casas, mas observa-se esta prática, inclusive, quando da ornamentação do adro por Antônio Francisco Lisboa que assina nos recibos seja pela “fatura dos passos do Senhor” ou pela “fatura dos profetas” onde ele “e os mais oficiais” trabalham<sup>84</sup>. Para conduzir as madeiras até as casas novas foi alugado um carro de bois com José Pinto, mas o serviço de transporte das madeiras foi realizado por Ignácio José da Silveira<sup>85</sup>. O madeirame usados pelo Alferes Joaquim Marques e pelo carapina José Gomes que, além de receber pelos assoalhos das casas, ainda fez “24 espreguiceiros e 191 dúzias de ripas”<sup>86</sup>. O couro para fazer os espreguiceiros foram comprados com Simão Rufo.

Maria Beatriz Ricardina, ao analisar as habitações em Vila Rica e no seu termo, analisa os móveis existentes nas casas e, dentre eles, o catre ou cama. É a partir de 1765 que começa a aparecer a terminologia “espreguiceiro”, além das “camas de vento”<sup>87</sup>. É interessante esta nota da pesquisadora Maria Beatriz Ricardina, pois tanto no dicionário da língua portuguesa organizado por Raphael Bluteau<sup>88</sup> e publicado no ano de 1728, como também aquele organizado por Antônio de Moraes Silva<sup>89</sup>, editado em 1789, a terminologia “espreguiceiro” não aparece. Trata-se de palavras mais novas que surgiram nos documentos (inventários) apenas na segunda metade do século dezoito e foram

<sup>83</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 19 V

<sup>84</sup> FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 185 à 188.

<sup>85</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 19 V e 20

<sup>86</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 20

<sup>87</sup> Cf.: MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do Trivial: vestuário, alimentação e habitação. In.: *Revista Brasileira de Estudo Político*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. Número 65. p. 189.

<sup>88</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

<sup>89</sup> SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>

incorporadas aos dicionários ou vocabulários apenas no século XIX. Assim, em 1832, Luiz Maria da Silva Pinto acrescenta esta terminologia no seu livro *Diccionario da Lingua Brasileira: espreguiceiro* ou *espreguicador*, um catre (cama) “para dormir a sesta, ordinariamente de palhinha ou de couro”<sup>90</sup>. No caso dos espreguiceiros feitos para o Santuário são todos de couro. Talvez fossem objetos mais econômicos para os administradores do templo, fazendo-os substituir o catre (cama) pelos espreguiceiros. Trabalhos importantes como de José Rodrigues Wasth<sup>91</sup> analisam o mobiliário na América Portuguesa, o que não é nosso objeto principal. Mas tudo isso corrobora a importância que este complexo religioso teve nos idos do século XVIII. Além dos objetos já arrolados, para compor os quartos dos romeiros, foram adquiridos 16 tamboretas<sup>92</sup> e os fogões das casas novas foram feitos por Domingos Antônio e seus oficiais<sup>93</sup>.

Telhas, em quantidades não especificadas, foram compradas de Joaquim Fernandes de Carvalho; outra porção de ferragens foram adquiridas do ferreiro Antônio de Oliveira. Vários senhores recebem pelos serviços de seus escravos: Dona Ana, Thomas da Maya Brito e o capitão João Ribeiro<sup>94</sup>. Apenas para os escravos do capitão é registrada a atividade realizada: a de barrear as ditas casas, ou seja rebocar as paredes. Os demais recibos não especificam as atividades desenvolvidas.

O número de casas aumenta a cada ano. Em 1789 o Pedreiro Joaquim José da Silva recebe por fazer um paredão das casas novas. Para que a obra fosse acelerada, contrataram, junto a várias pessoas<sup>95</sup>, escravos para trabalharem nas obras. Os pedreiros Antônio Barbalho e Antônio de Azevedo por “ajudar a rebocar as ditas casas novas”. O alferes Faustino de Souza por “6 couros para os espreguiceiros das casas novas” e Simão Rufo por “7 couros para os espreguiceiros das casas novas”<sup>96</sup>.

<sup>90</sup> Cf.: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/3/espreguiceiro> acessado em 23 abril 2016.

<sup>91</sup> RODRIGUES, José Wasth. *Mobiliário: as artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.

<sup>92</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 20. No artigo de Beatriz Ricardina Magalhães, é apresentado o aumento do número de tamboretas e bancos a partir de 1765. MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do Trivial. Op. Cit. p. 190 – 191.

<sup>93</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 19 V

<sup>94</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 20

<sup>95</sup> Desta forma, Luciana de Jesus, Manoel Luís, João Caetano, Thomas da Maya Brito, Ignácio José da Silveira, o capitão João Ribeiro, Jerônimo Antônio Correa e Dona Ana Nascentes recebem pelos serviços de seus escravos na construção do paredão. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 20

<sup>96</sup> Gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 21

A partir do ano de 1790, é perceptível uma mudança no registro do livro de Despesas. Os gastos com a construção aparecem em um item separado, mas carecem de detalhamento como nos anos anteriores. Desta forma, não é possível detectar o que são despesas com as casas novas, com obras da capela ou da “casa dos milagres” e mesmo outros empreendimentos que contemplem a organização deste complexo. Os doze recibos assinalados para este ano abrangem obras de forma geral<sup>97</sup>. Essa mudança ocorre devido à morte do administrador da capela, o irmão Ignácio Gonçalves Pereira, assumindo a administração do templo o irmão Thomas da Maya Brito. Mesmo sendo o administrador que mais zelou pelas prestações de contas (assunto analisado no capítulo 03), ele também não faz um detalhamento dos gastos. A mesma forma simplificada de registros no livro contábil será observada nos anos subsequentes.

Assim, em 1791 há o registro de vários oficiais, mestres pedreiros, carapinas, mas sem detalhar o trabalho feito (capela, sala dos milagres, casas novas, etc.). A informação nova que aparece na documentação é o tempo que cada um trabalha para a capela e não mais o serviço executado. A forma de pagamento se baseava na duração do serviço, o que chamamos hoje de empreitada. Com as mudanças que se realizaram na administração, optou-se por pagar por dia trabalhado. Esses trabalhos poderiam ser supervisionados pelo próprio Thomas da Maya Brito<sup>98</sup> que teria condições para isso. Um dos gastos significativos nesta etapa são dispensados à mão de obra escrava, que permanece

<sup>97</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 22

<sup>98</sup> Thomas da Maya Brito é natural de São Félix da Marinha, Bispado do Porto (AEAM. *Livro de Devassas*. Prateleira Z, número 13. Ano de 1800. f. 91 V). Chega a Congonhas na segunda metade do século XVIII. Suas principais obras encontram-se no atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Além de ter sido o administrador da Capela por alguns anos, foi ele quem executou boa parte das obras que ainda temos hoje no Santuário, como o adro, algumas capelas que compõem os Passos da Paixão (o Sacro Monte), romarias (demolidas no início do século XX) além de trabalhar no aqueduto. Foi designado, em diversos registros do Santuário, como “mestre”, o que permite qualificá-lo como uma pessoa com certa instrução para exercer as atividades de pedreiro e canteiro (AEAM. *Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus*. Prateleira H, código 26). Foi membro de uma das mais importantes Ordens Terceiras do século XVIII, a de São Francisco de Assis de Vila Rica. Professou como irmão terceiro em 09 de março de 1760 (APNSC – OP. *Cadernetas de pagamentos das anuidades*. f. 53. *Note bene*: o documento aqui utilizado não foi o *livro de entrada de irmãos*, mas algumas cadernetas que eram utilizadas nas presídias. São cadernos onde se vê, em uma coluna o ano e, no meio da página, a marcação do pagamento da anuidade. São livros pequenos, de 10X15 cm, em precário estado de conservação. Caixa 38 Livro 160. O número da folha está ilegível. Se contadas, o assento transcrito está na folha 53 V). Além disso, foi um dos louvados na obra da Capela de São Francisco de Assis em Ouro Preto (AEPNSC-OP. *Livro de Receita e despesas da Ordem 3ª Franciscana*. f. 160). Faleceu em Congonhas aos 30 de janeiro de 1816 (APNSC – OP. Livro de registro de óbitos e certidões de Missa da Ordem 3ª Franciscana. 1778 – 1816. f. 148). Uma relação de obras executadas por Thomas da Maya Brito na Capela do Bom Jesus em Congonhas foi publicada por: MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n° 27, 1974. p. 138. Primeiro Volume. Neste trabalho, adotamos a grafia do nome que o mesmo utilizava nos documentos por ele assinados.

trabalhando por mais tempo<sup>99</sup>. Estes escravos não possuem qualificação profissional desempenhando papel de ajudantes nas obras. Vários outros oficiais são arrolados no livro de Despesas, mas não há o registro da atividade desenvolvida<sup>100</sup>. Foram comprados “90 vidros” com Manoel Fernandes de Azevedo<sup>101</sup>, sem sabermos se foram empregados nas casas ou na capela.

Enquanto Thomas da Maya Brito permanece na administração da capela a forma de organização do livro contábil se mantém a mesma. Em 1792, há a relação de nomes e dias pagos por obras executadas sem especificação do trabalho feito. Apenas no pagamento de João Antônio, em decorrência dos trabalhos de seus escravos (Matheus, Diogo e Simão) que se faz o acento da atividade executada, a construção do “regio da água”<sup>102</sup>, o aqueduto, que trataremos a seguir.

Além dos primeiros pagamentos para o aqueduto, a capela passa a ter uma mina de ouro para onde alguns gastos são canalizados. É dessa mina de ouro que se retira parte da arrecadação da Capela. No entanto, ao analisar o *Livro de Entradas*, não se vê o registro do ouro daí retirado. Pelo contrário, os gastos aumentam e não são compatíveis com as entradas, gerando, a cada ano, um déficit muito grande, como se pode observar no gráfico da página 121. Supõe-se que parte dos lucros advindos da mina serviram para quitar as despesas, mas os mesmos não foram devidamente lançados. Mas os gastos com a mina são registrados no *Livro de Despesas*. Neste livro, há os gastos referente à compra de “3 carrinhos para a mina”, uma “emxê [sic] de martelo” e o conserto de alavanca, martelo, marretas, enxada, alavancas, brocas e outra enxada “empanada”<sup>103</sup> [sic] todos pagos com os recursos da capela.

---

<sup>99</sup> Durante 14 semanas, o escravo Agostinho Mina executou atividades na capela; além dele, João Banguela e Luís Crioulo por 13 semanas. Por mais tempo permanece o escravo Antônio Banguela, por 31 semanas. No entanto, em nenhum deles se especifica o trabalho realizado. Além deles, Domingos congo (11 semanas), Simão Benguela (11 semanas), Francisco Congo (10 semanas), Sebastião angola (10 semanas), Pedro Benguela (9 semanas). Os gastos com os escravos contabilizam uma importância de 111 oitavas  $\frac{1}{4}$  3. Os gastos com homens livres possuem em média o valor de 7 oitavas. Apenas para o oficial Joaquim Marques Francisco se registra seu ofício de carapina. Os demais apresentam apenas o nome e os dias trabalhados. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 24 V.

<sup>100</sup> São eles: pedreiro Joaquim José da Silva; Joaquim Francisco; Antônio Gomes; Antônio José da Silveira; Manoel Pires; Domingos Gongo; Simão Benguela; Luis crioulo; Francisco Congo; Sebastião Angola; Pedro Benquela; David Gonçalves; Antônio Benguela; Agostinho Mina; João Benguela. Aos mestres oficiais: ao carapina Joaquim Marques Francisco; Marcelino; Manoel Pereira; João; João Teixeira; Joaquim Teixeira; Joaquim Patrício; Manoel Rodrigues; Luís; Vitoriano; Francisco. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 24 V

<sup>101</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 24 V

<sup>102</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 26 V

<sup>103</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 27

Nesse ano, são realizados gastos com vários pedreiros e carapinas<sup>104</sup> que receberam por obras realizadas, no entanto, sem especificação clara. Para uso na casa, seja do ermitão ou dos capelães, foram adquiridos 12 colheres, 12 garfos e 12 facas de prata além de louça e “uns travesseiros”<sup>105</sup>. Os gastos seguintes são com o jubileu, os sacerdotes, alimentação dos mesmos.

O aqueduto representou os principais gastos no período de 1793 à 1795, como se verá no próximo tópico. Thomas da Maya Brito assina os livros até o ano de 1793. A partir de 1794, a responsabilidade da administração da capela fica a cargo de Vicente Freire de Andrada. Este administrador se dedicará, com mais afinco, na construção do aqueduto e se responsabilizou pela contratação de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, para esculpir as imagens que compõem a Sacro Monte do Santuário e os Profetas que ornaram a entrada principal da capela.

Irmão Vicente Freire de Andrada continua com a construção de casas, tanto para os romeiros como para os padres que atendem os devotos, especialmente por ocasião do jubileu. No ano de 1795, foi pago ao pedreiro Antônio José Pereira por calçar o terreiro das casas<sup>106</sup>. Neste mesmo ano, o administrador da Capela inicia a construção de novas habitações para os sacerdotes. A José Gomes foi pago por “cortar a madeira para as casas novas dos reverendos padres no jubileu”, material este que foi transportado por Ignácio José da Silveira<sup>107</sup>. Não há registro em que parte do santuários estas casas foram construídas, mas havia uma necessidade de ampliação da residência dos padres devido ao aumento de sacerdotes que ajudavam durante as festividades, conforme se vê no gráfico 01, página 92.

As obras continuam no ano de 1796. Os pilares das casas foram executados pelo pedreiro Antônio Gomes além do pagamento a diversos oficiais, sem detalhamento das atividades realizadas. Os registros contábeis se mantêm no formato redigido pelo antigo administrador da capela. Neste modelo, lavram-se apenas os dias trabalhados e não o

---

<sup>104</sup> Carapina Manoel; Joaquim Patrício; Joaquim Moleque; Manoel Rodrigues; Manoel Gonçalves; Francisco cabra; Marcelino; João Antônio; Francisco moleque; Joaquim Patrício; João Ferreira; Manoel Gonçalves; Domingos Gonçalves; José Xavier; Bento crioulo; os escravos de João Antônio (Matheus, Diogo, Simão); a Manoel Luis pelo serviço de seus escravos Sebastião e Antônio. Mas nenhum desses pagamentos refere-se à obras com casas para os romeiros. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 26 V

<sup>105</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 27

<sup>106</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 31

<sup>107</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 31 V



serviço executado<sup>108</sup>. Através da documentação, é possível perceber uma maior sofisticação das residências que passam a ter estruturas de vedamento parietal não apenas com as abas de madeira (uma ou duas), mas janelas de guilhotinas com vidros. Estes foram adquiridos de Manoel Fernandes a quantia de “240 vidros a 300”, sendo contratado Faustino Correia para fazer os “caixilhos para os vidros das janelas” o qual recebe 94 oitavas de ouro e ½. As novas casas são barreadas (rebocadas) pelos escravos de João da Cunha, João Martins e de dona Ana Nascente<sup>109</sup>. Adquirem-se ainda dois milheiros de pregos com Antônio de Oliveira para serem utilizados na construção das casas novas, além de 24 pares de belemes de porta e 36 janelas<sup>110</sup>.

As obras para as casas novas para os padres que assistem durante o jubileu continuam a ser executadas no ano de 1797. Irmão Vicente Freire de Andrada efetua pagamento ao carapina Manoel Pereira em quantia expressiva de 623 oitavas e ¼ sem especificação do serviço realizado. Além disso, José Collares faz as fechaduras para as portas e as casas são pintadas. A cal para este empreendimento é adquirido junto ao Alferes Silvério Ferreira, num total de 96 alqueires<sup>111</sup>. Nos anos subseqüentes, apenas em 1799 aparece o registro com obras nas casas sendo pago a Manoel Rodrigues por “rebocar e cair as casas dos padres”<sup>112</sup>. Alguns pagamentos, nos demais anos, serão realizados para a manutenção das casas, como aquele ocorrido no ano de 1800 com obras nas “casas dos romeiros”. Foram efetuados consertos pelo carapina Manoel Pereira além dos trabalhos de Manoel da Fonseca por “retelhar as casas do senhor”. Vê-se, ainda, a compra de nove fechaduras<sup>113</sup>. Depois desse esforço em empreender obras para compor a estrutura de atendimento ao jubileu, os investimentos serão canalizados na construção das “capelinhas” ou “passos” para acolher as imagens da Sacro Monte. Todas as capelas são de alvenaria.

O atendimento às demandas dos romeiros não se restringia às hospedarias. Além da construção, ainda na administração do irmão Ignácio Gonçalves Pereira (1776 – 1790), construíram a sala dos milagres e terminaram a ornamentação interna da igreja.

---

<sup>108</sup> Relação de trabalhadores e o respectivo número de dias que executaram serviços: Francisco Coelho 41 dias; João Martins 94 dias; Manoel Rodrigues 36 dias; Adriano 105 dias; Manoel Pereira 114 dias; Paulinho 85 dias; Manoel Inocente 84 dias; Marcelino Marques 14 dias. As taboas do assoalho foram compradas na mão de Vicente Teixeira, José Gomes, Ignácio Antônio, João Gonçalves e Ignácio da Costa. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 32 V

<sup>109</sup> Gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 32 V

<sup>110</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 33

<sup>111</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 33

<sup>112</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 36

<sup>113</sup> Gastos registrados em: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 48

Posteriormente, como se viu, Antônio Francisco Lisboa foi contratado para compor o Sacro Monte e os Profetas que ornaram o adro da capela. Para completar o serviço de atendimento aoromeiro, foi executada a obra de captação de água para capela e casas, o aqueduto do Bom Jesus. Os Passos da Paixão viabilizam, ao devoto, a possibilidade de percorrer e rememorar alguns dos últimos acontecimentos da vida de Cristo. Esta estrutura poderá ser usada por algum devoto para fazer a peregrinação por substituição. São dados importantes que merecem nossa atenção para entendermos a importância da Capela do Bom Jesus em Congonhas do Campo no cenário religioso das Minas.

#### **1.4 – A Via Sacra ou os Passos da Paixão: o Sacro Monte de Congonhas**

Entende-se por *Passos da Paixão* ou *Via Sacra* uma caminhada pelas ruas da Terra Santa perfazendo o caminho que Jesus Cristo percorreu antes de ser crucificado. Além disso, pode compreender um conjunto de imagens ou pinturas que fazem menção a esses últimos momentos de Jesus. Na Terra Santa, este caminho foi previamente traçado para que o devoto possa acompanhar os possíveis lugares por onde Cristo passou a caminho do Gólgota, lugar onde foi crucificado. A idéia da distância é importante, por isso o nome de *passos*, como forma de medir o perímetro percorrida pelo Salvador até a consumação. Bazin também aponta que além de um “instrumento de medida, é também uma idéia piedosa para os fiéis de colocarem seus passos nos passos dolorosos do divino Supliciado”<sup>114</sup>.

As dificuldades para a peregrinação à Terra Santa levaram várias pessoas, especialmente aqueles que já haviam realizado a experiência da peregrinação, a tentarem reproduzir em suas terras estes caminhos. Inicialmente eram simples relevos elevados através de pedestais e que se desenvolveram, a partir do século XV, em capelas separadas que poderiam abrigar um grupo escultórico ou pintura e mesmo as duas manifestações artísticas compondo um cenário mais complexo. A exemplo disso, observa-se o monte de Varallo, na Itália, também conhecida como Sacro Monti do Piemonte e Lombardia (*Montanhas Sagradas* em italiano) onde “a mais espantosa dessas capelas é a

---

<sup>114</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 207.

do Calvário, compreendendo 40 personagens e 9 cavalos, onde Gaudenzio Ferrari pintou seus mais belos afrescos entre 1520 e 1528”<sup>115</sup>.

Este tipo de devoção é caracterizado por Germain Bazin<sup>116</sup> e Myriam Andrada Ribeiro de Oliveira<sup>117</sup> como *peregrinação de substituição*. Essa modalidade surgiu na Europa, em fins da Idade Média, como forma de substituir a ida à Terra Santa por uma peregrinação a outros santuários. Bazin aponta várias localidades onde os *Passos* foram construídos. O mais antigo encontra-se na Espanha, próximo de Córdoba, lugar em que um dominicano, após peregrinação à Jerusalém em 1405, constrói uma Via Sacra esboçando assim o que seria modelo para os diversos *Sacro Monte* que surgiriam depois, cujo “culto da paixão se associa a uma paisagem (...), uma elevação de terreno [que] simbolizava a montanha do Calvário”<sup>118</sup>.

No século XV, o *Os Passos da Paixão* foi fundado em outros lugares. Na Alemanha, o mais célebre foi o de Nuremberg. O santuário de Vallaro, também inaugura o *sacro monte*, em 1491. Por volta de 1505, em Louvain, são construídas oito estações. Os franciscanos (OFM) trazem para a Itália esta modalidade de devoção inaugurando, no vale do Sesia, uma Via Sacra. O santuário de Vallaro chegou a ter, no século XVIII, um total de 45 capelas<sup>119</sup> que apresentavam não apenas os últimos momentos de Cristo, mas a história da salvação, iniciando com capelas que apresentavam a história de Adão e Eva até a redenção da humanidade com a morte de Cristo.

Outra forma de expressão da vida de Cristo era fazer capelas dedicadas à virgem Maria como o caso ocorrido numa colina de Montserrat, região setentrional da Itália, em que os *passos* foram dedicados ao Rosário. Assim, “a vida de Cristo é celebrada através de Maria”<sup>120</sup>. No lago de Orta, na Itália, os franciscanos edificaram *Passos* para celebrar a vida de São Francisco de Assis, este “perfeito imitador de Jesus que viu os estigmas imprimirem-se em sua carne”<sup>121</sup>. No entanto, “firmou-se, progressivamente, a iconografia

---

<sup>115</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 213.

<sup>116</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 206.

<sup>117</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília, DF: IPHAN, 2011. p. 16.

<sup>118</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 209

<sup>119</sup> Cf.: BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 210 à 213.

<sup>120</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 215

<sup>121</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 214

do Sacromonte, que associa o culto da Paixão a um sítio paisagístico elevado, simbolizando a montanha sagrada do Gólgota”<sup>122</sup>.

Em Portugal, desde os idos do século XVII, deu-se ênfase à prática devocional do exercício da Via Sacra. Alguns exemplares mais famosos são os

“de Setubal (Bom Senhor do Bonfim, fundada por Frei Antônio das Chagas, em 1728), em Matosinhos, perto do Porto, onde se venerava uma imagem de Cristo, derivada do santo Vou de Lucques, e onde, em 1733, a irmandade preparou um jardim com *passos*. Outros se constroem na Abadia, perto de Braga, no Lamego (na Beira), em Bom Jesus, perto de Braga”<sup>123</sup>.

Para Oliveira, o modelo mais completo de “Sacro Monte é o do Santuário do Bom Jesus de Braga que, em 1789, já contava com 14 capelas de Passos, incluindo as séries de Paixão na parte fronteira ao templo e as da Ressurreição na parte posterior”<sup>124</sup>. Bazin também considera o Santuário do Bom Jesus de Braga como o “mais perfeito”. Isso se deve “pela multidão e polivalência dos símbolos e por uma associação essencial com a natureza”<sup>125</sup>. Esta devoção, tão forte no povo português, o acompanhara na região das minas. Desta forma, o Sacro Monte de Congonhas tem seus antecedentes portugueses e a intenção de preparar um lugar para que se pudesse ali fazer a *peregrinação de substituição*, ainda mais se tratando de outro continente, mais distante da Terra Santa.

O início das obras para a composição do Sacro Monte da capela do Bom Jesus, em Congonhas, ocorrerá em 1796. Para esculpir as imagens que irão compor os *passos* foi contratado Antônio Francisco Lisboa que recebe, naquele ano, “pela factura das imagens para os passos do Senhor”<sup>126</sup>. A construção deste Sacro Monte referenda a sacralidade do lugar. Visitar a Capela, em especial durante as festividades do jubileu, fazer o roteiro do sagrado e ganhar as indulgências. No imaginário religioso, acompanhar o piedoso exercício da Via Sacra, os últimos passos de Jesus antes da crucifixão, é rememorar os acontecimentos da salvação.

A construção dessa estrutura permite uma separação mais clara entre o sagrado e o profano, pois os espaços não são homogêneos. Para Eliade, “há um espaço sagrado, e por

<sup>122</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Op. Cit. p. 16

<sup>123</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 218

<sup>124</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Op. Cit. p. 17

<sup>125</sup> BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 235

<sup>126</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 32. Além do acento no livro de Despesas da Capela, existem alguns recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa: AEAM. Recibos Avulsos da Capela do Bom Jesus. Documentos avulsos. Livro & 8. f. 1 A. este recibo refere-se à entrega de algumas imagens dos Passos do Senhor datado de 31/12/1799

consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não sagrados (...). É preciso dizer, desde já, que a experiência religiosa da não homogeneidade do espaço constitui uma experiência primordial”<sup>127</sup>. Há uma necessidade de delimitar o espaço onde ocorre a hierofania, a manifestação do sagrado. As estruturas dos *sacro monte* existentes na Europa servirão de modelo para a capela do Bom Jesus em Congonhas do Campo. Colocadas em um terreno íngreme em frente à igreja, em pequenas capelas, que só foram construídas ao longo do século XIX, mantendo-se, para tanto, um estilo padrão para nelas instalar as imagens esculpidas por Antônio Francisco Lisboa.

Os primeiros gastos com a construção das capelinhas datam de 1799. Germain Bazin aponta que as capelas foram construídas entre 1802 à 1818<sup>128</sup>, o que não procede a partir da análise da documentação pois as mesmas irão se prolongar até 1864. Como veremos, as obras iniciam-se quase três anos após o primeiro pagamento realizado a Antônio Francisco Lisboa que esculpiu as imagens do Sacro Monte. Outro dado apresentado pelo autor é o número reduzido de pessoas que trabalharam na obra<sup>129</sup> o que difere da documentação arrolada. Nossa análise trará à tona diversos agentes históricos que foram relegados à margem o que poderia sugerir uma menor relevância dessas obras para a capela e a construção desse complexo.

As obras registradas no Livro de Despesas, em 1799, referem-se aos “Passos do Senhor”, realizada pelo mestre canteiro Thomas da Maya Brito e seus escravos (Domingos, Manoel e Antônio) auxiliados por um número significativo de pedreiros e outros negros<sup>130</sup>. Despesas realizadas com o “canteiro Manoel Rodrigues que trabalhou na obra dos Passos do Senhor e seus oficiais” além dos serviços prestados por Domingos Leite e alguns

<sup>127</sup> ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 17

<sup>128</sup> BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1956. Volume II. p. 60

<sup>129</sup> “Curiosamente, as capelas destinadas a abrigar os Passos só foram construídas mais tarde. De 1802 a 1818, dividiram-se os vários pagamentos a Antônio Gomes, canteiro, Antônio Ferreira, Maximiano Nogueira, Vicente Ferreira, pedreiro, Manuel Pereira dos Santos, carapina, Domingos Ferreira dos Santos, pedreiro. Em 1818, ainda foram pagos Manuel Pereira dos Santos, pela execução das portas, e Lourenço Ferreira de Azevedo pelas guarnições de ferro de dois Passos, *Cristo no Horto e Cristo Injuriado*”. Cf.: BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Op. Cit. p. 60

<sup>130</sup> Manoel Rodrigues trabalhou nas obras dos passos por 78 dias, Manoel por 72 dias, João Ferreira por 89 dias, Antônio José Pereira em 93 dias e seu escravo Damião por 8 semanas; Joaquim Ignácio 95 dias; os escravos de dona Ana Nascente, João, por 16 semanas e João pequeno por 13 semanas; os escravos de João Martins, Manoel em 36 semanas e Antônio por 36 semanas e pelo escravo de Antônio Francisco, chamado Antônio, por 10 semanas. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 35 V

escravos de Pedro Francisco Teixeira (Paulinho José, José e João Antônio) e de Dona Ana. Para a realização desta etapa da obra foram adquiridos 19 alqueires de cal preto<sup>131</sup>.

No ano de 1801, a documentação registra algumas obras realizadas no adro da capela<sup>132</sup> diferente de 1802, onde as obras executadas são dos Passos do Senhor. O “mestre canteiro Antônio Gomes e dois oficiais seus” recebem por “lavrar a cantaria para os Passos do Senhor”. Na cantaria trabalharam José Manoel, Bernardo Nogueira e seu filho Maximiano; na pedreira as atividades foram realizadas pelos escravos de Manoel Luis por 13 semanas e de Pedro José Antônio por 4 semanas. Além desses, os escravos de João Martins (na pedreira por 20 semanas) e de Rosa Perpétua (19 semanas) trabalharam na pedreira<sup>133</sup>. Estes gastos se prolongam ainda pelos anos de 1803<sup>134</sup> e 1804<sup>135</sup>.

Enquanto um grupo trabalhava na pedreira, outros faziam o transporte. Para esta atividade, a capela possuía um carro de bois que fazia o serviço. No entanto, o mesmo foi solicitado pelo poder público para outras obras. Talvez por isso, em alguns anos, a capela tem que terceirizar este tipo de serviço. Tomás Antônio Gonzaga, em seu famoso poema das *Cartas Chilenas*, aborda esta questão:

Este famoso templo tem um carro,  
Comprado com esmolos, que carrega  
As pedras e madeiras, que ainda faltam.  
O comandante austero notifica  
A veneranda imagem, na pessoa  
Do zeloso ermitão, para que mande  
O carro, com os bois, servir nas obras

<sup>131</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 48

<sup>132</sup> Obras realizadas no adro da capela com o canteiro Antônio Gomes que foi contratado para “lavrar a cantaria” e a outros que trabalharam nesta empreitada: Manoel Pereira dos Santos por 40 dias; Domingos Leite por 64 dias; Jerônimo Antônio “pelo seu rapaz Caetano” por 82 dias; Bernardo Nogueira “por seu filho Maximiano que trabalhou na dita obra em 47 dias”; Paulino José de Souza por 22 dias; pelos escravos de João Antônio (Matheus) por 33 semanas; João Martins, o crioulo Manoel em 23 semanas; Rosa Perpétua pelo seu crioulo Antônio por 11 semanas. Com José Gomes foram comprados balaustres para o Adro. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 50 V e 51

<sup>133</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 53

<sup>134</sup> Gastos com a construção dos Passos do Senhor: Manoel Antônio Ferreira por 45 dias; Antônio Gomes por 69 dias; José Manoel por 70 dias; Ilário Gomes por 23 dias; Maximiano Nogueira por 64 dias; Joaquim Pereira Gomes por 25 dias; ao Capitão João Pires pelo trabalho de seu escravo Antônio e Paulino em 15 semanas; Bento José por 7 semanas; Manoel Nascimento por 10 semanas; Elenadi Palhares por serviço de seu escravo Manoel por 19 semanas; pelo escravo de Thomas da Maya Brito, por nome Francisco, por 10 semanas; e pelo escravo de Manoel Luís, José, por 3 semanas. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 55

<sup>135</sup> Pagamento efetuado a Antônio Gomes que “trabalhou nos Passos do Senhor”; Maximiano Nogueira; José Manuel; pelo escravo de Inácio Antônio “na obra dos Passos do Senhor”; também realiza-se pagamento pelos trabalhos dos escravos de Maria Emerenciana e João Antônio que “trabalharam na dita obra”. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 57 V

Mal lhe couber o turno da semana.  
 Faz-se uma petição ao nosso chefe  
 Em nome do Senhor, em que se alega  
 Que o carro, que ele tem, se ocupa, ainda,  
 Na pia construção da sua casa;  
 Que ele, Cristo, não tem nenhuma renda  
 Senão esmolas tênues, que só devem  
 Gastar-se no seu templo e no seu culto,  
 Conforme as intenções de quem as pede.  
 Apenas viu o chefe o peditório,  
 Quis ao Cristo mandar, que lhe ajuntasse  
 O título que tinha, porque estava  
 Isento de pagar os seus impostos:  
 Que ele sabe mui bem que o mesmo Cristo  
 Mandou ao velho Pedro, que pagasse  
 A César, os tributos, em seu nome.  
 E Cristo, figurado em uma imagem  
 Não tem mais isenções, que teve o próprio.  
 Pegava o seu Matúsio já na pena,  
 Quando lembra, ao bom chefe, o que decretam  
 Os cânones da igreja, que concedem  
 Que para se fazerem obras pias,  
 Até os sacros vasos se alienem.  
 Infere daqui logo, que este carro  
 Não goza de isenção, porque, suposto  
 Se possa numerar nos bens da igreja,  
 Conforme as Decretais até podia,  
 Neste caso, vender-se, por ser obra  
 Mais pia do que todas, a cadeia<sup>136</sup>.

Sugere que a Capela teve de abrir mão do carro de bois para as autoridades públicas para obras que não eram de interesse do Santuário, ou como aponta o autor, das obras pias. Além de se ocupar de obras que desviam da atenção principal, a edificação da capela e de toda a estrutura que atendesse aos romeiros que a procuravam, ainda taxam com os impostos, pois a mesma “não goza de isenção”.

Além das peças que viriam a compor o Sacro Monte, foram esculpidas outras imagens, agora para ornar o Adro da Capela. Em 1805 é realizado o último pagamento a Antônio Francisco Lisboa referente à “factura” dos profetas<sup>137</sup>. Os trabalhos tiveram início

<sup>136</sup> GONZAGA, Tomaz Antonio. *Cartas Chilenas*. Versos 270 a 305. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000300.pdf> acessado 8 mar. 2015

<sup>137</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 59 V

em 1800<sup>138</sup> e foram concluídos cinco anos depois. Myriam A. R. Oliveira analisa os Passos e os Profetas de forma conjunta e apresenta que

A presença de figuras proféticas no Sacromonte de Congonhas atesta a perenidade de uma antiga tradição da arte cristã: a simbologia das harmonias e concordâncias entre o Antigo e o Novo Testamento, fonte viva de ensinamentos do cristianismo. Sua associação aos Passos da Paixão tem profunda significação teológica, já que os profetas foram os anunciadores do Messias, cuja paixão e morte na cruz efetivaram a reinserção do homem marcado pelo pecado de Adão no plano divino da salvação<sup>139</sup>.

Na época em que as imagens dos profetas foram entregues à capela do Bom Jesus, as obras com os Passos continuavam<sup>140</sup>. Hoje, as capelas possuem harmonia no seu conjunto. Apenas a primeira difere um pouco das demais por ser mais larga, não atrapalhando, no entanto, o paisagismo. Quando de uma observação atenta à cúpula da primeira capela (Santa Ceia), ela não possui balaustrada de pedra logo acima da cimalha. Além disso, é possível observar em época de chuva, marca de reboco que se diferencia do restante, sugerindo um acréscimo.

Ao analisar a documentação, é possível inferir que haveria, nesta área da cúpula, uma abertura na parte superior, preparada pelo carapina Manuel Rodrigues que aprontou “a madeira para o azimbre da abóbada da dita capela”<sup>141</sup>. Esta estrutura serviria para a entrada de luz no *passo*. Talvez em decorrência de problemas de vazamento, principalmente no período chuvoso, esta forma construtiva foi descartada. Os demais *passos* possuem as cúpulas despojadas de clarabóia. A luz entra apenas pelas portas. Os “tijolos para a abóbada” das capelas foram confeccionados por Teodósio Carvalho Mendes<sup>142</sup>.

<sup>138</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 48. O recibo assinado por Antônio Francisco Lisboa encontra-se: AEAM. Recibos Avulsos da Capela do Bom Jesus. Documentos avulsos. Livro & 7. f. 2 A

<sup>139</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Op. Cit. p. 18

<sup>140</sup> Em 1805 trabalharam nas obras dos Passos do Senhor: Maximiano Nogueira; David Antunes; Caetano Antônio Correia; Manuel Rodrigues; João Antônio Chaves; pelos escravos de Francisca Finoca e de Ana de Jesus. Em 1806 foram contratados: Manuel Barbosa pelo madeiramento da capela do Passo do Senhor; ao carapina João Gomes; ao pedreiro Luís da Costa de rebocar o dito passo; Maximiano Nogueira, também pelos serviços do reboco; Teodósio Carvalho Mendes da “fatura dos tijolos para a abóbada do dito”; ao carapina Manuel Rodrigues de Aguiar; pelos serviços de quatro escravos de João Antônio Chaves e pelo jornal do escravo de José Cardoso. No ano de 1807 os carapinas Manuel Pereira e João dos Santos trabalharam nos passos; os pedreiros Antônio Gomes, Vicente Ferreira e Maximiano Nogueira recebem por serviços realizados. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1805 f. 60; na de 1806 f. 61 V e f. 62; ano de 1807 f. 64 V

<sup>141</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 60

<sup>142</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 62



Manoel da Costa Ataíde é contratado para “encarnar”<sup>143</sup> as imagens do Passo da Ceia do Senhor” em 1808<sup>144</sup>. Decorrido dez anos, isto em 1818 e 1819, ele executa outros trabalhos para a capela como a encarnação das “catorze imagens de dois passos, do horto e da prisão”<sup>145</sup> e, 1819 as pinturas das ilhargas de “duas capelas dos Passos, referentes às cenas do horto e prisão, e de resto de encarnamento das imagens dos ditos Passos”<sup>146</sup>. Neste mesmo ano ele também recebe por “retocar a capela mor”<sup>147</sup> mas as intervenções que ele realizou foram na nave do templo como se pode observar a partir das características formais de sua obra<sup>148</sup>.

Neste intervalo entre 1808 a 1819 as construções dos Passos do Senhor continuam, no entanto, com valores de investimentos menores<sup>149</sup>. As obras parecem interromper-se a partir de 1819 sendo retomadas apenas, em 1864, quando, “em 30 de setembro a mesa autorizou o padre Cunha a contratar com José Joaquim Gonçalves Simões a conclusão dos

<sup>143</sup> Na documentação do Santuário, o termo *encarnação* vem designar a pintura realizada nas imagens mostrando a cor da pele e, possivelmente, a vestimenta, visto que não há outro pagamento para serviços de pintura nos referidos objetos. O termo técnico, conforme destaca a professora Beatriz Coelho, é *carnação*, diferentemente da grafia encontrada na documentação (*encarnação*). A autora destaca os processos de pintura da imagem: “depois de terminada a talha e colocados os olhos, a imagem ia para as mãos do pintor, que, em geral, era também dourador e se encarregava de aplicar todas as camadas da policromia, ou seja: preparação, bolo armênio, folhas metálicas e camada de tinta (na maior parte das vezes têmpera), podendo terminar com veladuras. Ele se encarregava do que chamamos hoje policromia, que está dividida em duas partes: a carnação, cujo nome vem de carne, ou seja, pintura da anatomia aparente da figura, quando se dá a cor da pele; e o estofamento, que é a imitação dos tecidos da época, feita em várias camadas”. Desta forma, “a policromia da carnação era feita, segundo Moresi, geralmente a óleo ou em têmpera oleosa, utilizando-se branco de chumbo (carbonato básico de chumbo), conhecido também como alvaiade, para aumentar a sua luminosidade, e vermelhão (vermelho puro, brilhante e muito opaco, sulfeto de mercúrio), para dar o colorido, ambos distribuídos em muitas camadas. Há informação oral de que se esfregava, após a secagem, bexiga de carneiro para dar o polimento e um aspecto da porcelana”. COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery. *Estudo da escultura devocional em madeira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 75.

<sup>144</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 66 V

<sup>145</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 86 V

<sup>146</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 87 V

<sup>147</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. f. 87 V. No livro de Despesas estes gastos vem lançado no mesmo acento: “Porque paguei a Manuel da Costa Ataíde, pintor, de retocar a capela mor e pintar duas capelas dos Passos, do Horto e Prisão, e de resto de encarnamento das imagens dos ditos Passos, como consta do recibo no livro a folhas 4”

<sup>148</sup> Sobre a obra e estilo de Manoel da Costa Ataíde ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.). *Manoel da Costa Ataíde – aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicas*. 2ª impressão – revisada. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

<sup>149</sup> Em 1808 pagamento ao pedreiro Maximiano Nogueira; José Antônio Dantas no piso; pelos escravos de Antônio José Cardoso, Ana Jacinta e João Antônio. Ano de 1813, 1814, 1815 e 1816 foram efetuados pagamentos ao Alferes Domingos Ferreira da Costa por obras nos Passos “de seu ofício de pedreiro” como se vê nos registros de 1815 e 1816. Em 1818 pagou-se a “Miguel José Siqueira, oficial de pedreiro, por “dois presbitérios das duas capelas do horto e Prisão, de cantaria. Em 1819, pagamento a Manuel Pereira dos Santos, mestre carapina, por “duas portas que fez para dois passos, do horto e prisão” e ao ferreiro Lourenço Ferreira de Azevedo de ferro para “as portas dos Passos”. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 67; ano de 1813 f. 76 V; ano de 1814 f. 78 V; ano de 1815 f. 81; ano de 1816 f. 82 V; ano de 1817 f. 84; ano de 1818 f. 86; ano de 1819 f. 87 V e 88.

Passos principiados e a edificação de mais dois”<sup>150</sup> que seriam os que abrigam hoje o conjunto de imagens da capela “cruz às costas” e “crucificação”. Os serviços se estendem até o final do século XIX.

Em 1888 ainda se vêem pagamentos pelos “serviços do jardim dos Passos”<sup>151</sup>. As intervenções, diretamente no jardim, se prolongarão no início do século XX. Um novo paisagismo é realizado por Hans Nobauer, “pintor e decorador austríaco que chegou ao Brasil no início da década de 1920”<sup>152</sup>. Neste projeto, o fiel e o turista são conduzidos, através de um caminho em zigue-zague, *passo à passo*, pelas passagens no Sacro Monte.

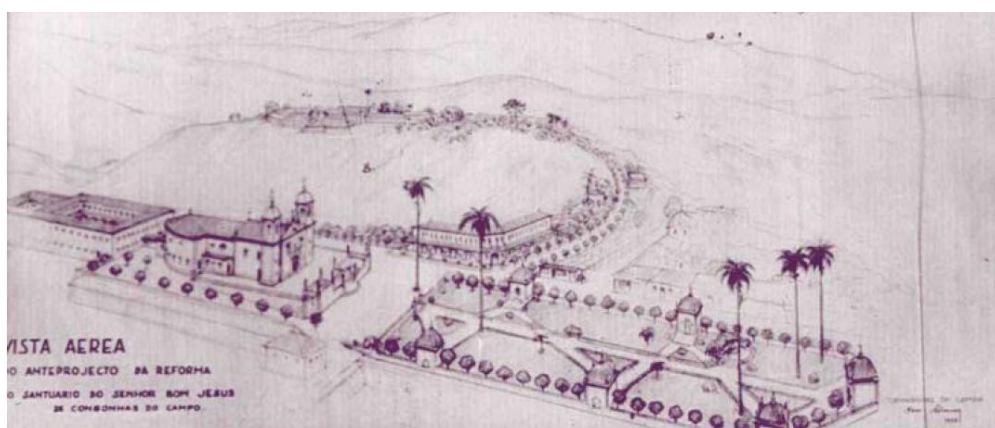


Imagem 06: Anteprojeto de reforma do Santuário. In.: JUSTE, Luiza de Castro. *Evolução histórico-cultural e paisagístico da Praça da Basílica de Bom Jesus de Matosinho, Congonhas-MG*. p. 89<sup>153</sup>

Este jardim será modificado apenas na década de 1970 quando da “restauração arquitetônica das capelas e o tratamento paisagístico da área do jardim, que recebeu ajardinamento de Burle Marx”<sup>154</sup>. Este novo paisagismo contou com amplos espaços gramados para uma projeção de todo o conjunto, numa valorização clara de curvas e do uso de poucos arbustos, como se vê atualmente.

O complexo arquitetônico criado no século XVIII e XIX para atender aos romeiros do Bom Jesus testemunham a importância religiosa que o lugar possuía. Não apenas

<sup>150</sup> ENGRÁCIA, Julio. *Relação chronologica do Sanctuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*. Op. Cit. p. 148.

<sup>151</sup> Idem. Ibidem. p. 182.

<sup>152</sup> JUSTE, Luiza de Castro. *Evolução histórico-cultural e paisagístico da Praça da Basílica de Bom Jesus de Matosinho, Congonhas-MG*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em Agronomia/Fitotecnia, área de concentração em Produção Vegetal da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Defesa: 2012. Disponível: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/443/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rico-cultural%20e%20paisag%ADstica%20da%20Pra%C3%A7a%20da%20Bas%ADlica%20de%20Bom%20Jesus%20de%20Matosinhos,%20Congonhas-MG.%202012.pdf> acessado 20 jan. 2016.

<sup>153</sup> Idem. Ibidem. p. 89.

<sup>154</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Op. Cit. p. 124

romarias e o Sacro Monte foram idealizadas pelos administradores do templo, mas uma obra importante, e de valores altos, será executada: o aqueduto do Bom Jesus. Esta obra tinha como objetivo abastecer de água potável o Santuário, especialmente durante o jubileu, quando o lugar era invadido por uma multidão de várias regiões. Trata-se de uma obra de infraestrutura, de suma importância para um centro de peregrinação ou para lugares com grande concentração de pessoas.

### **1.5 – O aqueduto do Bom Jesus em Congonhas: o problema do abastecimento de água potável durante o jubileu**

Um aqueduto<sup>155</sup> é uma obra de engenharia que pode ser executada em pedra, madeira ou ferro, com o objetivo de transportar água de sítios em que é abundante, para lugares onde há carência da mesma. Normalmente, um aqueduto percorre grandes distâncias, cruzando vales, margeando encostas ou perfurando colinas. O seu aspecto exterior pode variar muito, podendo possuir, como os grandes aquedutos do Império Romano, uma ou várias pontes para condução da água. Alguns destes aquedutos também são realizados em arcos, especialmente para atravessarem os vales, com estruturas conhecidas como arcada<sup>156</sup>, vulgarmente chamados de “arcos românicos”<sup>157</sup>. Os arcos constituem uma forma de economizar material, preencher grandes distâncias e reduzir o peso. Nos aquedutos mais antigos o escoamento da água era geralmente feito em superfície livre, apresentando sempre uma inclinação mínima para que a água pudesse correr, e eram edificados em alvenaria.

Na antiguidade, grandes civilizações construíram aquedutos, como por exemplo a China, a Caldeia, a Assíria, a Fenícia, a Grécia e Roma. Foi com a civilização romana que os aquedutos tiveram um desenvolvimento extraordinário. A cidade de Roma, no século I d.C., era abastecida por onze aquedutos, sendo, o maior deles, com 90 Km de extensão. O aqueduto mais antigo que se tem notícia foi construído na Grécia há cerca de 2500 anos. Era um túnel com 1280 metros de comprimento situado próximo de Atenas. Os romanos

---

<sup>155</sup> Para Wilfried Koch aqueduto é uma “construção romana antiga, mais precisamente ponte sustentada por arcos, através da qual um canal, descoberto ou coberto, conduza água até o povoado aproveitando o seu curso natural. São célebres os aquedutos de Nimes e Segóvia”. Cf.: KOCH, Wilfried. *Dicionários dos Estilos Arquitetônicos*. Trad. Neide Luzia de Rezende. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 104.

<sup>156</sup> “Disposição de arcos; fila ininterrupta de arcos sobre pilastras ou colunas. Chama-se arcada também um corredor com um dos lados ou os dois abertos por vários arcos (pórtico). A *arcada cega* ou *arcada falsa* não é uma abertura da parede, mas apenas um painel decorativo”. Cf.: KOCH, Wilfried. Op. Cit. p. 104.

<sup>157</sup> Fazendo menção ao modelo usado por Roma, ou “estilo Romano”. Cf.: KOCH, Wilfried. Op. Cit. p. 23

também construíram muitos aquedutos por todo o seu império. Parte do maior aqueduto romano ainda existe na cidade de Cartago, atual Tunísia, com 141 Km de comprimento. Encontram-se restos de Aquedutos Romanos bem conservados em Mérida e Segóvia (Espanha), Nimes (França), Óbidos (Portugal) e Roma<sup>158</sup>.

Em Congonhas, devido à multidão de romeiros no século XVIII, o Santuário teve necessidade de construir não apenas casas (as romarias) para abrigar esta população por ocasião dos festejos do jubileu, mas também enfrentou problemas de abastecimento de água. Para solucionar esta necessidade, os administradores do Santuário empreenderam a construção de um aqueduto para conduzir água à capela e às romarias. Edgar Cerqueira Falcão, em sua obra *A Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo* é breve ao tratar sobre o assunto. Diz apenas que Tomas da Maya Brito “cuidou particularmente do serviço de canalização da água, feito com tubos de pedra-sabão, denominados alcatruzes, e das novas casas adjacentes, além de dedicar-se à mineração de ouro em prol do Santuário (...)”<sup>159</sup>. A obra de Monsenhor Júlio Engrácia, *Chronologia do Sanctuário*, trabalha um pouco mais esta questão referindo-se a construção do aqueduto por períodos, como também de outros negócios que envolveram o irmão administrador, que o autor considera “indecoroso”. Sobre isto, escreve Engrácia:

Entra, o administrador, em negócios alheios ao fundamento da instituição, e de seu glorioso destino. Afora o serviço de canalização moroso e mal feito, as despesas das missas dos capelães e do jubileu (...) caridosamente lançaríamos todas essas exageradas despesas a custa da canalização, se não deparássemos com a compra de dezenas de almocafes que nada tem que ver com o nivelamento do rego. Aliás, descoberto e simples, que ainda ai se vê assinalado pelos campos, a sudoeste do edifício, até a fonte que ainda hoje fornece água ao consumo da casa. Além disso, a escrituração acusa positivamente a verba para a mina (...)<sup>160</sup>.

Monsenhor Júlio Engrácia tem uma visão negativa desta empreitada que além de ser custosa demandou tempo considerável. Apresenta a dificuldade da época em que fora construído, a pouca tecnologia, mas talvez tenha faltado distanciamento de seu tempo para produzir uma visão mais crítica sobre a construção e a importância desta obra para o Santuário:

---

<sup>158</sup> Sobre os aquedutos Cf.: <http://www.geocities.com/Athens/Atrium/2046/aqueduto02.html>. Acessado em: 13 julho 2009.

<sup>159</sup> FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 56.

<sup>160</sup> ENGRACIA, Júlio. Op. Cit. p. 54.

foi serviço, para o tempo, difícil e dispendioso. Foi feito com tubos de pedra de sabão, em pequenos pedaços, como era forçoso pela dificuldade a perfuração com ajustamento de uma ao outro, para serem ligados com betume e porem assim conservar todo a água até a casa, chamarão estes tubos de alcatruzes (...). Só dois mananciais existem que pudessem vir a altura da casa, fontes límpidas, continuas, não sujeitas a acréscimo das águas nem diminuição de secas. Em 1902, com tubos de ferro, se produzia 10 litros por minuto<sup>161</sup>.

A construção do aqueduto teve início no ano de 1792 e só foi concluída em 1798. Nessa primeira etapa da obra, em 1792, foi realizada a “abertura do rego da água. A João Antônio, Manoel Luís, Dona Ana Maria de Jesus, Caetano Francisco e Thomas da Maya Brito<sup>162</sup> recebem pelos serviços prestados por seus escravos, em períodos diversos. Os escravos de Thomas da Maya Brito permanecem no canteiro de obras por maior tempo. Além desses, Antônio Crioulo recebeu por 4 semanas de serviço e Domingos de Paula por 10 semanas<sup>163</sup> na abertura do rego para água.

Para concluir a fase de abertura dos “canais para o rego” os pedreiros Joaquim José da Silva, Joaquim Francisco, Antônio Gomes, Antônio José da Silveira<sup>164</sup> são contratados para realização destas atividades. Thomas da Maya Brito emprega cinco escravos seus nesta atividade<sup>165</sup> além dos escravos de Ignácio José da Silveira, Manoel Luís, Henrique

---

<sup>161</sup> ENGRACIA, Júlio. Op. Cit. p. 55. Também podem ser vistos alcatruzes de pedras como o do Santuário na Fazenda da Boa Vista, em Belo Vale, uma das propriedades da família Monteiro de Barros (membros dessa família receberam títulos nobiliárquicos no século XIX, como Lucas Antônio Monteiro de Barros – Visconde com honras de grandeza das Congonhas; Romualdo Monteiro de Barros – Barão do Paraopeba; Lucas Monteiro de Castro – 2º Barão de Congonhas. Cf.: BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: J. Bentivegna, 1951).

<sup>162</sup> “João Antônio pelo jornal de seu escravo Matheus que trabalhou no rego da água por [*corroído*] semanas a ½”. “Ao dito pelo seu escravo Diogo por 15 semanas a ½”; “dei ao dito do seu escravo Simão por 15 semanas a ½”; “Manoel Luis de seu escravo Sebastião por 14 semanas a ½”; “Ao dito de seu escravo Antônio por 7 semanas e 2 dias a ½”; “Dona Ana Maria de Jesus de seu escravo Simão por semanas [*sic*] e 3 dias a ½”; “dei a dita de seu escravo Domingos por 4 semanas a ½”; Thomas da Maya Brito emprega os seguintes escravos na obra: “meu escravo Antônio por 26 semanas a ½”; “do meu escravo Agostinho por 13 semanas a ½”; “do meu escravo João por 13 semanas a ½”; “de meu escravo Manoel por 9 semanas a ½”; “dei a Caetano Francisco de seu escravo João por 5 semanas e 2 dias a ½”. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 26 V

<sup>163</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 26 V

<sup>164</sup> “ao pedreiro Joaquim José da Silva por abrir os canais para o rego das águas por 92 dias”; “Porque dei ao pedreiro Joaquim Francisco por [*corroído*] dias e meio a ¼”; folha 28 V “ao pedreiro Antônio Gomes por 124 a 2 ¼” e “pelo seu preto por 12 semanas”; pagou-se também ao “pedreiro Antônio José da Silveira por 99 dias e meio a ¼”. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 28.

<sup>165</sup> Antônio por 35 semanas totais; o “escravo Agostinho de 38 semanas e 5 dias”; o “escravo João de 38 semanas 2 dias”; do escravo “Manoel de 36 semanas a ½” e do escravo “Domingos”. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 28.

Ferreira, Caetano Francisco, Dona Ana de Jesus e Jerônimo Antônio<sup>166</sup>. São registrados outros trabalhadores nesse período: Domingos de Paula, por 28 semanas e Antônio de Pinho por 22 semanas.

Em 1794 iniciam a abertura das bicas para o encanamento. Neste ano, os pedreiros Joaquim Francisco, Antônio Gomes, João Simão, Joaquim José da Silva, Antônio José Pereira trabalharam por mais de cem dias na obra<sup>167</sup>. Quem por mais tempo se dedicou nessa fase foi o “pedreiro Antônio José Pereira por abrir as ditas em 174” dias<sup>168</sup>. Thomas da Maya Brito recebe pelos jornais de seus escravos Antônio e Manoel por 27 semanas e três dias. A “Dona Ana Nascentes pelo jornal de seu preto Simão que venceu em 35 semanas” e a Manoel Luis pelos serviços de dois escravos seus, um por nome de Sebastião que trabalhou 24 semanas e outro “seu preto em 14 semanas”<sup>169</sup>. Além desses, João Antônio, o padre João Ribeiro, Dona Maria de Jesus, Caetano Francisco, Luciana Maria de Jesus, o padre Marinho empregam seus escravos na dita obra e a Manoel em 16 semanas<sup>170</sup>. Para colocar os “oliveis no encanamento da água” foi contratado Manoel Coelho que recebe 75 oitavas<sup>171</sup>.

Nos anos de 1795 e 1796 não aparece registro no livro de Despesas do Santuário sobre obras com o aqueduto. Há um esforço maior, por parte dos administradores do templo na construção de romarias e as “casas novas dos padres”, como analisado no item anterior sobre a construção das romarias. Além dos gastos com as residências, também fizeram calçamento das casas e obras no curral dos bois<sup>172</sup>. Possivelmente, os oficiais que receberam e foram arrolados juntos aos trabalhos do calçamento, casas novas e curral

<sup>166</sup> Os escravos são, respectivamente: Livis, por 6 semanas; Sebastião; Francisco por 9 semanas; João de 22 semanas; Simão, por 12 semanas; Francisco de 6 semanas e 5 dias. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 28.

<sup>167</sup> “porque dei ao pedreiro Joaquim Francisco por abrir as bicas para o encanamento de água que venceu 103 dias”; “que dei ao pedreiro Antônio Gomes por abrir as ditas que venceu 156 e ½ dias a ¼”; “porque dei ao Pedreiro João Simão do dito que venceu 25 semanas a ½” e ao escravo do mesmo por 22 semanas. “porque dei ao pedreiro Joaquim José da Silva por abrir as ditas bicas em 110 dias a ¼”; “ao pedreiro Antônio José Pereira por abrir as ditas em 174 e ½ dias a ¼”; para este também foi pago os serviços prestados pelo “seu preto em 11 semanas a ¼”. Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 29 V e 30.

<sup>168</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1808 f. 30.

<sup>169</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1794 f. 30.

<sup>170</sup> João Antônio recebe pelo trabalho de seu escravo Matheus em 21 semanas e o padre João Ribeiro do escravo Antônio por 4 semanas; a “dona Maria de Jesus de seu preto João em 17 semanas em ½”; “Caetano Francisco de seu preto Gregório em 6 semanas e 3 dias a ½”; “Luciana Maria de Jesus pelo jornal de seu preto Joaquim em 3 semanas e 3 dias a ½”; “ao padre Martinho do seu Preto João em 24 semanas a ½”. AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1794 f. 30.

<sup>171</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1794 f. 30.

<sup>172</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1795 f. 31.

tenham executado alguma obra no aqueduto, mas não há especificação nos livros contábeis.

Dois *corpus* documentais ajudam a perceber a importância que foi dada, pelo ermitão e outros envolvidos na administração da capela à conclusão das obras do aqueduto: uma série de recibos avulsos, posteriormente juntados no *Livro & 08* (que abrange os anos de 1797 e 1798) e os registros realizados no *Livro de Despesas* da capela, ambos no fundo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Estando os regos prontos e os alcatruzes conduzidos até o lugar onde seriam colocados, o pedreiro Manoel Rodrigues foi responsável para abetumar<sup>173</sup> as peças, fixar dois alcatruzes de forma que não houvesse vazamento de água nas junções. Junto ao pedreiro Manoel Rodrigues, seu escravo, também de nome Manoel, trabalha na obra pelo mesmo tempo, 64 dias<sup>174</sup>. Além deste, os escravos de Dona Ana Nascentes, João Antônio, João Martins e Manoel Luís trabalham nesta parte da obra<sup>175</sup>.

As obras do aqueduto foram concluídas em 1798. Para terminar de abetumar os alcatruzes, os pedreiros Joaquim José da Silva e Antônio José Pereira trabalharam 85 e 82 dias respectivamente<sup>176</sup>. Auxiliarão nas obras os escravos de João Martins, Ana Francisca, Antônio José Pereira, Manoel Luis, Ana Nascente e Caetano Francisco trabalharão na obra<sup>177</sup>. Terminado o moroso serviço dos alcatruzes (os canos em pedra sabão), além do

---

<sup>173</sup> Betume: “substância inflamável proveniente de uma mistura, geralmente de hidrocarbonetos, naturais ou obtida pela destilação do petróleo. Pode se apresentar líquido e amarelado ou sólido e negro. Nas antigas construções, o betume natural foi muito aplicado na união de peças ou calafetação de frestas ou fendas. Era utilizado principalmente em instalações hidráulicas, pelas suas propriedades impermeabilizantes. Recentemente vem sendo utilizado, combinado com fibras vegetais e minerais saturadas, na fabricação industrial de telhas onduladas. 2. Qualquer massa que pelas suas propriedades, substitua o betume tradicional. A massa feita com *cal, azeite, breu e outros ingredientes*, usada nas antigas construções para vedar condutos de água ou tapar juntas nas pedras, era chamada betume. Atualmente, a massa de vidraceiro ou a massa usada para tapar pequenos buracos na madeira são também chamadas betume”. Cf.: ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: ProEditores, 1998. Volume 01. p. 91.

<sup>174</sup> Cf.: AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1797 f. 34.

<sup>175</sup> “a Dona Ana Nascentes pelo jornal de seu escravo Simão que trabalhou no dito rego 16 e ½ semanas a ½”; “a João Antônio pelo jornal de seu preto Matheus em 17 semanas que trabalhou no dito rego a ½”; “a João Martins pelo jornal de seu escravo Antônio em 22 semanas que trabalhou no rego”; “dei a Manoel Luis pelo jornal de seu escravo Sebastião em 18 semanas a ½”. AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1797 f. 34.

<sup>176</sup> AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1797 f. 34 V.

<sup>177</sup> “João Martins pelos jornais de seus escravos que trabalharam no dito encanamento em 24 semanas”; a “Ana Francisca pelo jornal de seu preto que trabalhou no dito encanamento em 9 ½ semanas a ¼”; “Dei a Antônio José Pereira pelo jornal de seu preto que trabalhou no dito encanamento em 9 semanas a ½”; “dei a Manoel Luis pelo jornal de que preto que trabalhou no dito encanamento em 13 semanas a ½”; “Dei a Ana Nascentes pelo jornal de seus pretos que trabalharam no dito em 16 semanas e meia”; “Dei a Caetano Francisco pelo jornal de seu preto que trabalhou no encanamento em 7 semanas”. AEAM. Livro de Despesas da Capela do Bom Jesus. H 26. Ano de 1798 f. 34 V.

rego e do nivelamento, as fontes devidamente tomadas (dois mananciais em uma só) e o trabalho de betumá-los, o abastecimento de água na capela do Bom Jesus e suas romarias aparentemente parece ter sido solucionado, cuja água atendia também parte do arraial das Congonhas do Campo, especialmente as casas construídas aos pés da colina do Maranhão, lugar onde foi erguida a capela.

Boa parte daqueles alcatruzes ainda podem ser vistos em terrenos próximos ao santuário, abandonados pelos morros, no meio da mata que ali nasceu. Apenas em um trecho do aqueduto não foi possível seguir o nivelamento do terreno sendo necessário a construção de um túnel para poder passá-lo. Por problemas de bombeamento de água, o nivelamento do terreno deveria ser mantido para que a água chegasse à Capela. As fontes ainda existem no meio dos arvoredos e o túnel por onde passa parte do aqueduto teve uma de suas entradas obstruídas. Os alcatruzes, em pedra sabão, podem ser vistos nos campos e pastos próximos ao Santuário. Este aqueduto perdurou muitos anos até que fosse substituído por alcatruzes por chumbo<sup>178</sup>.

Este empreendimento é visto, por Julio Engrácia, como “despendicioso, caro e de pouca utilidade”. No entanto, esquece da necessidade de água potável que o Santuário tinha durante as festividades, cujo consumo deveria ser grande. A obra de fato consumiu recursos consideráveis para a época. Não apenas na construção, mas na manutenção de uma obra como esta que nos períodos de chuva deveria sofrer algumas perdas. De fato, uma obra que consumiu recursos consideráveis, mas foi de grande utilidade.

Toda esta estrutura foi criada para atender às festividades do jubileu autorizado em 1779 tendo sua primeira edição ocorrido em 1780. No entanto, o que fez a capela do Bom Jesus adquirir prestígio a ponto de se fazerem investimentos consideráveis foram as bênçãos indulgenciadas oferecidas dentro das festividades do jubileu e fora dele em ocasiões especiais. Associada a esta prática encontra-se, em especial, a crença no purgatório e a possibilidade de remissão plena ou parcial dos pecados e do tempo que nestas penas purgativas a alma poderia permanecer. É esta temática que desenvolveremos no capítulo seguinte.

---

<sup>178</sup> Cf.: ENGRACIA, Júlio. Op. Cit. p. 58



## Capítulo 02

### RELIGIOSIDADE DO JUBILEU: uma igreja Tridentina no coração das Minas

#### 2.1 – Da Reforma Católica

O movimento que costumamos chamar de Reforma Católica não se reduziu a Trento, pois supõe que seu processo teve início há vários séculos antes mesmo do dito concílio ainda que por meio de algumas tentativas. John Bossy chama a atenção para um aspecto importante da diferença existente entre Reforma e Contrarreforma. Reforma, refere-se ele, ao movimento interno da Igreja que tem como objetivo modificar determinadas estruturas administrativas ou morais. Já a Contrarreforma recai sobre as estratégias utilizadas para conter o avanço do movimento de Lutero e outros “protestantes”<sup>179</sup>.

Seguindo ainda a linha de John Bossy e Michael Mullett, Jean Delumeau aponta a Reforma nos idos do século XII assumindo a mesma perspectiva: uma pré-Reforma (movimentos precursores que datam do século XII junto com a *Devotio Moderna* no século XIV) e a Contrarreforma, caracterizada por algumas estratégias, a partir do Concílio de Trento, para conter o avanço do protestantismo<sup>180</sup>. As estratégias para implantação são variadas, e bem apresentadas em outra obra de sua autoria, denominada *O pecado e o Medo*<sup>181</sup>. Um destaque apresentado nesta obra é a prática denominada de *pastoral do medo*, metodologia esta amplamente utilizada na América Portuguesa. No entanto, o que Delumeau chama à atenção foi a demora na implementação da Contrarreforma. As orientações de Trento foram absolvidas apenas na metade do século XVII e início do XVIII. Ressalta que a maioria das dificuldades encontravam-se no campo disciplinar e dogmático.

A Contrarreforma assentou-se em quatro pilares centrais: a reafirmação da doutrina católica e reorganização da Igreja a partir do centro romano (a centralidade de Roma se dá desde a Reforma Gregoriana empreendida pelo Papa Gregório VII); a interação entre

<sup>179</sup> Apud.: MULLETT, Michael. *A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna*. Lisboa: Gadiva, 1985.

<sup>180</sup> DELUMEAU, Jean. *El Catolicismo de Lutero a Voltaire*. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

<sup>181</sup> Idem. *O Pecado e o Medo*. A culpabilização no ocidente. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSP, 2003. p. 74.

política e religião; o disciplinamento e vigilância da experiência religiosa e do comportamento dos fiéis; a expansão do catolicismo europeu para o resto do mundo por meio de uma nova universalidade. As decisões de Trento tiveram enorme impacto fora da Europa, seja na África, na Ásia e na América<sup>182</sup>. Quando se observam as festividades e a religiosidade na capela do Bom Jesus em Congonhas, estes elementos basilares também estão presentes. Primeiramente uma devoção cristológica com boa parte das ações ali realizadas submetidas ao devido controle das autoridades diocesanas, especialmente os bispos (construção da capela; colocação de imagens; concessão dos breves indulgenciados). As visitas pastorais, como abordaremos melhor no capítulo 3, trazem à tona a questão da vigilância dos confrades do Bom Jesus. Mesmo em terras brasílicas, essa mistura de elementos oriundos de diversas religiosidades (do medievo a Trento) começava a ser questionada. Em certos espaços, os dogmas e orientações conciliares foram obedecidos e seguidos, mesmo que de forma limitada e não plenamente. Há, sim, uma capela que vive com “ares” de Trento.

Não se deve esquecer dos inúmeros problemas que ocorrerão no enfrentamento das autoridades constituídas com os irmãos do Bom Jesus, matéria esta tratada pormenorizadamente no capítulo 3. Mas indubitavelmente, a Capela se tornou um exemplo claro de como Trento foi incorporado pelos inúmeros agentes. O que se pretende, mais do que pensar numa simples aplicação das decisões conciliares, é contribuir com alguns exemplos que mostram como o espírito reformista tridentino pode assumir características particulares em diversas regiões da América portuguesa. Concordamos com o autor Bruno Fleitler ao refletir sobre a tentativa de implementação de Trento, e que a mesma

não foi sempre perfeita (como de resto tampouco o foi em Portugal), e que ela dependeu não só da realidade colonial e missionária, mas também da vontade e do empenho (ou a falta destes) de prelados locais ou do rei. Ou seja, as reformas, a moralidade, a piedade tridentinas tiveram que ser não só aplicadas, mas sobretudo cultivadas e mantidas geração após geração<sup>183</sup>.

---

<sup>182</sup> Cf.: PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In.: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coordenadores). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas – olhares novos*. Lisboa, Portugal: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda/Maia. 2014. p. 16.

<sup>183</sup> FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In.: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coordenadores). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas – olhares novos*. Lisboa, Portugal: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda/Maia. 2014. p. 162.

O que se pode observar foram “adaptações, variações, avanços e recuos”<sup>184</sup> na tentativa de aplicação de Trento, seja por parte dos bispos, dos párocos e mesmo de leigos com algum grau de instrução. É oportuno pensar em uma já enraizada tradição tridentina nas comunidades paroquiais que algumas populações trouxeram para as Minas Gerais já nos idos de 1700.

Neste capítulo, analisaremos as festividades do jubileu na capela do Bom Jesus em Congonhas do Campo. O jubileu, além de possibilitar diversas formas de manifestações culturais, imprimiu uma religiosidade marcada pela crença no Purgatório e no poder das indulgências que possibilitaria ao devoto, ou à alma ali sufragada, permanecer menos tempo no Purgatório. Este capítulo tem quatro eixos distintos, mas inter-relacionados: uma breve história dos jubileus e seu significado; os breves concedidos à capela do Bom Jesus em Congonhas e suas peculiaridades; o jubileu em Congonhas e as festividades no século XVIII e, posteriormente, uma síntese historiográfica sobre o fenômeno religioso no Brasil.

No que toca ao jubileu em Congonhas e as festividades no século XVIII, apontamos como os atos religiosos passam a ser valorizados tendo, por parte dos administradores da Capela, um zelo maior na realização das festividades, contratação de músicos para solenizar as cerimônias, com instrumentos e tudo o necessário ao culto divino e na ornamentação do templo. Desta forma, propunha o Concílio de Trento uma separação “entre sagrado e profano tantas vezes indistinta nas manifestações de religiosidade dita popular, o que implicou tanto uma tendência para o embelezamento dos templos e para a exuberância triunfante de arte sacra, como a imposição do ritual romano, acabando com a pulverização de rituais extravagantes”<sup>185</sup>. Esses elementos são facilmente perceptíveis na Capela, seja na contratação de diversos artífices para seu embelezamento e ornamentação, nas cerimônias que seguem o ritual romano, além das práticas devocionais como o culto às relíquias defendidas pelo Concílio de Trento. É claro que em uma aglomeração de pessoas de diversos segmentos sociais, essa normatização pode ter pequenos desvios, o que, infelizmente, não é de fácil percepção na documentação analisada.

Além disso, observa-se a permanência da crença no Purgatório e em determinadas práticas religiosas, seja a peregrinação ou, em especial, os sacramentos que tiveram como função livrar o devoto de uma pena terrível, mas transitória, diminuindo sua estadia no

---

<sup>184</sup> FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? Op. Cit. p. 173.

<sup>185</sup> PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. Op. Cit. p. 18.

purgativo. Isto possibilitou um aumento significativo de devotos na Capela. A história das mentalidades nos ajuda a compreender estas práticas de longa duração, de permanências de ritos e crenças e como isso vai ser reelaborado pelos devotos das Minas, em especial no jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas do Campo.

Nossa análise tem como objetivo oferecer uma contribuição sobre a situação religiosa na segunda metade do Setecentos, tendo como foco o jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas. A partir da historiografia atual e das fontes documentais apresentadas, mais detalhadamente na introdução, a articulação da documentação com uma discussão historiográfica recente, possibilitou conhecer melhor a religiosidade na região das Minas Gerais.

## 2.2 – O Jubileu: herança judaico-cristã

Na tradição judaica do Antigo Testamento (ou mosaica),

o ano jubilar é uma instituição do legislador sacerdotal, inspirada pela idéia do sábado. Consistia nisto que de cinquenta em cinquenta anos os campos deviam descansar e toda propriedade alienada, seja em terras, seja (...) em casas, devia voltar ao dono original ou a seus herdeiros. O nome se deve ao som da trombeta que devia abrir o jubileu (...).<sup>186</sup>

Duas instituições são próximas, tanto pelo objetivo como pela motivação: o Ano Sabático e o Jubileu. O Ano Sabático ocorria a cada 7 anos enquanto que o Jubileu a cada 50 anos. No livro do Deuteronômio (cap. 1, 15 – 18) e no livro do Êxodo (cap. 21, 1 – 12) encontramos as referências sobre o Ano Sabático. Estes textos trazem motivações social e ecológica (o descanso da terra). Já o Jubileu, podemos ver referência sobre estas práticas no livro de Levítico (cap. 25, 8 – 17) onde haveria o perdão de dívidas, a devolução da propriedade e a libertação aos escravos<sup>187</sup>. O jubileu do Antigo Testamento tem aspecto mais material e pretende uma igualdade social. Na tradição católica, o evento denominado jubileu tem seus registros mais antigos no fim da Idade Média e o seu sentido é mais espiritual.

<sup>186</sup> VVAA. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 836. Verbetes: Jubileu.

<sup>187</sup> “E santificareis o ano quinquagésimo, e apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores; ano de jubileu vos será, e tornareis, cada um à sua possessão, e cada um à sua família”. *Bíblia*. Livro do Levítico, capítulo 25 versículo 10.

O Jubileu pode ser *ordinário* ou *extraordinário*. *Ordinário* quando segue uma sequência de anos, variando na história da cristandade entre 25, 50 e 100 anos (atualmente a cada 50 anos). *Extraordinário* quando celebrado por qualquer acontecimento de particular importância. O costume dos extraordinários vem do século XVI. No documento *Tertio Millennio Adveniente* menciona o jubileu extraordinário celebrados em 1893 (Ano Santo da Redenção) e 1933.<sup>188</sup> O penúltimo jubileu universal da Cristandade Romana foi aberto pelo papa João Paulo II por ocasião das comemorações dos dois mil anos do nascimento de Cristo. O último, um jubileu extraordinário, aberto pelo papa Francisco foi denominado de “Jubileu da Misericórdia”. Para o papa Francisco é uma forma que a Igreja tem de se

tornar mais evidente a sua missão de ser testemunha da misericórdia. É um caminho que começa com uma conversão espiritual, e devemos fazer este caminho (...). A Igreja é a casa que acolhe todos e não recusa ninguém (...). As suas portas estão escancaradas para que todos os que são tocados pela graça possam encontrar a certeza do perdão. Quanto maior o pecado, maior deve ser o amor que a Igreja manifesta aos que se convertem<sup>189</sup>.

Neste jubileu da Misericórdia, o Papa concede as indulgências e o perdão dos pecados para aqueles que se confessarem, rezarem pelas intenções do Santo Padre, visitarem os Santuários. Estas indulgências também podem ser aplicadas aos falecidos. Sugere, ainda, a prática das obras de misericórdia, sejam elas temporais ou espirituais<sup>190</sup>.

<sup>188</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Aperite Portas Redemptori, Bula de Proclamação do Jubileu pelo 50º Aniversário da Redenção*. Disponível em <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 20 de mar. 2007.

<sup>189</sup> Pronunciamento feito pelo Papa Francisco. Disponível em: <<http://santuario.cancaonova.com/formacao/rumo-ao-jubileu-extraordinario-da-misericordia/>>; ou <<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/papa-convoca-jubileu-dedicado-a-misericordia/>>. A bula de Proclamação do Jubileu extraordinário da misericórdia disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_letters/documents/papa-francesco\\_bolla\\_20150411\\_misericordiae-vultus.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html)> acesso em: 15 jul. 2015

<sup>190</sup> As Obras de Misericórdia Temporais são: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; assistir aos enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos. Já as Obras de Misericórdia Espirituais consistem em: dar bom conselho; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os aflitos; perdoar as injúrias; sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Cf.: FRANCISCO, Papa. *Misericordiae Vultus: o rosto da misericórdia*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia – Documentos do Magistério. p. 17 e 18.

No entanto, a origem remota do jubileu é bíblica. Fala-se dele no livro do Êxodo, no Levítico, no Deuteronômio<sup>191</sup>. No livro do Levítico, encontra-se as orientações para o ano jubilar:

Contarás sete semanas de anos, sete vezes sete anos, isto é, o tempo de sete semanas de anos, quarenta e nove anos. No sétimo mês, no décimo dia do mês, farás ressoar o toque da trombeta; no dia das Expições, fareis soar a trombeta em todo o país. Declarareis santo o quinquagésimo ano e [...] será para vós um jubileu [...]. **O jubileu será para vós coisa sagrada** e comereis o produto dos campos.<sup>192</sup>

O jubileu veterotestamentário era material, financeiro, um ideal para restabelecer a igualdade e não uma prática real. A cristandade demora a celebrar, em suas festividades, o jubileu mas com um novo significado, espiritual. O primeiro jubileu ordinário da cristandade, de que se tem notícia, aconteceu no ano de 1300, convocado pelo papa Bonifácio VIII com a Bula *Antiquorum Habet Fida Relatio*.<sup>193</sup> Milhares de peregrinos dirigiram-se para Roma no Natal de 1299 cujo enorme afluxo induziu Bonifácio VIII a conceder a indulgência por todo o ano de 1300 e, no futuro, a cada 100 anos. Entre os peregrinos deste primeiro jubileu estava Dante Alighieri, Giotto, Carlos de Valois, irmão do Rei da França, acompanhado de sua esposa Catarina<sup>194</sup>. Dante Alighieri conservou algumas informações sobre o primeiro jubileu da Cristandade em um de seus poemas do livro “A Divina Comédia” (canto XXXI, Paraíso):

Se alguém, acaso, vem da Croácia em romaria, para ver o nosso Santo Sudário, não se farta de venerá-lo, movido pela antiga tradição. Mas em pensamentos recolhidos, expressa a dúvida: ‘Senhor meu Jesus Cristo, Deus verdadeiro, foi este realmente vosso semblante?’ O mesmo aconteceu comigo [...]<sup>195</sup>.

Em Roma, durante o primeiro jubileu, as relíquias que mais chamaram a atenção dos peregrinos foram as do Santo Lenho (pedaço da Cruz de Cristo) e a do Santo

<sup>191</sup> Livro do Levítico Cap. 25, versículos 8ss; Livro do Levítico Cap. 27, 14ss; Livro dos Números, Cap. 36,4ss; Todas As citações bíblicas foram retiradas de: *Bíblia de Jerusalém*. 4ª impressão. São Paulo: Paulus, 2006.

<sup>192</sup> Livro do Levítico. Capítulo 25 versículos 8ss. Grifo nosso.

<sup>193</sup> Encíclica do Papa Bonifácio VIII, publicada em 1300 abrindo o primeiro jubileu da cristandade. A bula tem por título: “A palavra (testemunho) dos antigos é digna de fé”.

<sup>194</sup> Cf.: VATICANO. *What is a holy year?* Disponível em:

<[http://www.vatican.va/jubilees\\_2000/docs/documents/ju\\_documents\\_17-feb-1997\\_history\\_en.html](http://www.vatican.va/jubilees_2000/docs/documents/ju_documents_17-feb-1997_history_en.html)>.

Acessado em: 10 maio 2008.

<sup>195</sup> ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. Nova Cultural: São Paulo, 2003. p. 418.

Sudário<sup>196</sup>, como apresentado acima. O Santo Sudário é um pano que, acredita-se, envolveu o corpo de Cristo quando foi depositado no sepulcro. Conta a tradição que a feição de Cristo encontra-se nele registrada de maneira miraculosa, utilizando, para isto, o sangue que lhe escorreu pelo rosto. Dante Alighieri demonstra uma visão crítica sobre as relíquias que são apresentadas aos devotos durante as festividades questionando se de fato a imagem ali estampada era de Cristo.

A instituição do Jubileu foi-se enriquecendo ao longo da sua história com sinais que atestam a fé do povo cristão. Dentre eles, pode-se recordar, antes de mais, a *peregrinação*. Esta reproduz a condição do homem que gosta de descrever a sua própria existência como um caminho. Do nascimento até à morte, cada um vive na condição peculiar do *homo viator*.<sup>197</sup> Por sua vez, a Sagrada Escritura testemunha repetidas vezes o valor positivo de pôr-se a caminho aos lugares sagrados. Era tradição do Israelita de ir em peregrinação ao santuário de Betel<sup>198</sup>, ou o de Silo,<sup>199</sup> lugar onde Ana, mulher estéril, viu sua oração atendida, ficando grávida na velhice e dando à luz um menino que pôs o nome de Samuel.<sup>200</sup> Submetendo-se voluntariamente à lei, a Sagrada Família, Jesus, Maria e José, também foi à cidade Santa, como peregrinos<sup>201</sup>. Estas indicações fazem revigorar a necessidade dessas práticas devocionais, em especial a da peregrinação, que deveriam ser exercidas pelo homem devoto. Deslocar-se até os lugares sagrados, para nele exercitar-se na oração e na caridade.

Esta tradição milenar chegou às Minas Gerais ainda no século XVIII. Um dos expoentes mais elucidativos é o atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus. Os romeiros, em grande número, passaram a frequentar as festividades do Senhor Bom Jesus desde os idos de 1757, conseguindo, posteriormente, as bênçãos indulgenciadas.

---

<sup>196</sup> No ano de 944 o Sudário foi levado para Constantinopla; a partir de 1204 os cruzados o retiram dali e o mesmo passa por várias regiões da Europa. Finalmente, em 1694, é levado para Turim. Cf.: BORGES, José Marcondes. *Algumas considerações sobre o Sudário de Turim*. Viçosa: Editora Folha, 2002; Cf.: <http://www.montfort.org.br/bra/cadernos/ciencia/sudario/> acessado em julho 2016.

<sup>197</sup> Expressão que significa homem peregrino, viajante, viandante.

<sup>198</sup> Cf.: *Biblia*. Op. Cit. Livro dos Juízes, cap. 20 versículo 18.

<sup>199</sup> Cf.: *Biblia*. Op. Cit. 1º livro de Samuel, cap. 1 versículo 3

<sup>200</sup> Cf.: *Biblia*. Op. Cit. 1º livro de Samuel, cap. 1 versículo 20

<sup>201</sup> Cf.: Evangelho. São Lucas, capítulo 2 versículo 41

### 2.3 – A fundação do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas e os Breves Indulenciados

Analisando o primeiro livro de caixa da Basílica, é possível observar que não há menção ao jubileu em data anterior a 1780. Existem, sim, gastos anuais com a festa do Bom Jesus, ou “para festa do Senhor”. São citados, neste sentido, pagamentos realizados a padres para atenderem durante a “festa do Senhor”, como o do músico que era contratado para tocar. Como exemplo, no ano de 1775, há registros de pagamentos por “dois sermões para a festividade do Senhor”, mas não são assinalados os pregadores destas festividades. Neste mesmo ano, Manoel Dias de Oliveira<sup>202</sup>, um dos grandes músicos das Minas coloniais, foi contratado para tocar durante três dias da festa. Também foram adquiridas quatro arrobas de cera (vela), duas tochas e algumas cortinas de tafetá. Este era um pano caro, e possui como característica ser um “tecido de seda muito fina em geral lustrosa de diversos tipos, servindo tanto para vestimenta como para cobrir o estofado de cadeiras, cortinas etc”<sup>203</sup>. Os gastos apontam para uma festa com toda a solenidade possível ou, como diriam os documentos de época, com a decência que se pede nas coisas sagradas. Mas não há nenhuma menção ao jubileu, apenas à “festa do Senhor”<sup>204</sup>.

Apenas no ano de 1779 a Irmandade do Senhor Bom Jesus efetua gastos com a Câmara Eclesiástica de Mariana para obter cópia dos Breves que vieram de Roma.<sup>205</sup> Breves “são documentos pontificais, de ordem pastoral, contendo alguma outorga de favor ou privilégio beneficiando um particular ou agremiação”<sup>206</sup>. A partir de 1780, aparecem assinalados os gastos com o Jubileu, título este concedido pelo Vaticano ou autoridade competente que tem autorização, por parte de Roma, para tal fim.

---

<sup>202</sup> AEAM. Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus. Prateleira H, livro 26, ano de 1773. f. 9 V. Sobre Manoel Dias de Oliveira e outros músicos, ver capítulo sobre a música nas festividades do Santuário.

<sup>203</sup> LISANTE FILHO, Luís. *Negócios coloniais*. Uma correspondência comercial do século XVIII. São Paulo: Visão editorial, 1973. p. LXIX

<sup>204</sup> Sobre os gastos na festa do ano de 1775 Cf.: AEAM. H 26. Fls. 09 V

<sup>205</sup> AEAM. Livro H 26. f. 13

<sup>206</sup> RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. – os dois relatórios Decenais. Visitas ad Limina de Dom Antonio Ferreira Viçoso. 1853 – 1866. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005. p. 170.





Imagem 07: Papa Pio VI, Sacristia da Basílica. Autor desconhecido, S/D. Foto do Autor.

Foi no ano de 1779 que o Papa Pio VI<sup>207</sup> concedeu oito breves aos irmãos e devotos do Senhor Bom Jesus. Na sacristia da Basílica, no medalhão central, foi pintada a imagem do papa Pio VI (foto ao lado) como forma de lembrar os benefícios que ele concedeu a Capela do Bom Jesus: as bênçãos indulgenciadas, o que caracteriza o jubileu. Em torno da sua imagem vê-se escrito:

“as indulgências a esta capela Pio VI que concedeu”. É interessante observar como os administradores do Templo tentaram inscrever uma história oficial, no teto da sacristia, a partir da iconografia de personagens importantes dentro da história do Santuário. Além do papa Pio VI, com um destaque em um medalhão central, vê-se, de um lado do teto da sacristia, dois medalhões com as pinturas do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, e do quarto bispo, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével. Do outro, em medalhões proporcionais aos dos bispos, a pintura do papa Bento XIV e do rei de Portugal Dom José<sup>208</sup>.

Todos estes que foram retratados no teto da sacristia da Basílica do Senhor Bom Jesus possuem envolvimento com a história da Capela. Por exemplo: a autorização para a

<sup>207</sup> Giovanni Ângelo Braschi nasceu em Cesena, aos 25 de dezembro de 1717 e foi eleito Papa em 15 de fevereiro de 1775, adotando o nome de Pio VI. Seu pontificado é um dos mais longos da história, durando mais de 24 anos. O final de sua vida foi um período difícil, marcado pelos acontecimentos da Revolução Francesa. Ele presenciou o Vaticano ser invadido e saqueado pelas tropas revolucionárias. O Papa, já idoso, foi sequestrado e levado para a França. Quando da invasão, “Pio VI rogou a seus inimigos que ele desejava morrer onde havia vivido, pois passava já dos oitenta anos”, mas não foi atendido. Faleceu em Valence, França, no ano de 1799. Cf. RANKE, Leopoldo Von. *Historia de los Papas*. 11º ed. Trad. Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 2004. p. 576/577.

<sup>208</sup> Estas pinturas não possuíam identificação. O primeiro a escrever sobre o Santuário, Monsenhor Júlio Engracia cita apenas o nome do Papa Pio VI. Demais autores que pesquisaram e publicaram sobre o Santuário, como Edgard Cerqueira Falcão, Germain Bazin e Miriam Andrada Ribeiro de Oliveira não comentaram estas pinturas (sobre esta bibliografia básica vede nota nº 28, 30, 32, 33, 34, 35 e 36 da Introdução). O autor desta dissertação fez trabalho de reconhecimento desses retratos a pedido do antigo Reitor do Santuário do Senhor Bom Jesus, Padre Benedito Pinto da Rocha. Utilizou, para tanto, análise comparativa com as pinturas existentes no Museu de Arte Sacra de Mariana. Este trabalho ainda não foi publicado.

construção foi concedida pelo primeiro bispo de Mariana Dom Frei Manoel da Cruz. No período em questão, governava a Igreja de Roma o papa Bento XIV que ali também foi retratado. A autorização para a construção da Capela também foi remetida por autoridade régia, sendo rei de Portugal Dom José. Este também concedeu provisão de ermitão a Feliciano Mendes, a quem é atribuída a fundação da devoção do Bom Jesus naquela comunidade. Trata-se, desta forma, de uma tentativa de estruturar a história da Capela a partir desses agentes históricos. Isto pode sugerir que o lugar tornou-se importante, ou pelo menos assim o tentavam fazer, em decorrência desses benefícios. Cogita-se, inclusive, uma estratégia (da Igreja como do próprio Estado Português) de se fazerem presentes nos recôncavos da América Portuguesa.

No entanto, o que nos chama a atenção é a menção ao jubileu no entorno da imagem do Papa Pio VI. Na documentação do Santuário, hoje no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, encontramos petição feita pela irmandade do Senhor Bom Jesus, na pessoa de seu administrador, o irmão Ignácio Gonçalves, solicitando à Câmara Eclesiástica de Mariana “certidão em pública forma do teor dos ditos autos [...] para a todo tempo constar das graças que lhe são concedidas”<sup>209</sup>.

A Câmara Eclesiástica de Mariana respondeu ao requerimento e enviou cópia dos Breves Papais aos irmãos do Bom Jesus, nos quais eram concedidas as indulgências. É importante analisar o papel das indulgências nas festividades do Bom Jesus como também para a sociedade do século XVIII e o que isso representava para eles. A análise desta prática nos permitirá interpretar e apontar as possíveis causas do aumento significativo de devotos na Capela do Bom Jesus. A questão do Purgatório nos faz entender a importância do jubileu para a população das Minas no século XVIII. Uma crença, que perpassa gerações e permanece na mentalidade religiosa do Setecentos mineiro.

## **2.4 – As indulgências na Capela do Bom Jesus**

Falar de indulgências nos remete imediatamente à redução de penas no Purgatório. Conforme salienta Le Goff, a “crença no Purgatório [é] um fenômeno de grande importância na história da idéia e das mentalidades: o processo de espacialização do pensamento”. Além disso, estudar o Purgatório nos auxilia a analisar certos “aspectos

---

<sup>209</sup> AEAM. Breves Papais. *In*: Livro & 6. Folhas 1 A. Petição de cópia dos Breves. 1779.

capitais da história, se não essencial”<sup>210</sup>. Isso possibilita o esclarecimento de uma época e as possíveis mutações da sociedade. São as relações estabelecidas entre sociedade e crença, “sobre as estruturas mentais, sobre o lugar do imaginário na história”<sup>211</sup> desvelando-se, diante de nós, uma época e mesmo critérios para entender determinada cultura e uma dada sociedade. A doutrina do Purgatório nos permite observar algumas questões importantes: primeiro a crença na imortalidade da alma; segundo a existência de uma vida no além; terceiro uma geografia do outro mundo permeada pela existência em três espaços distintos (Céu; Purgatório; Inferno); quarto, e não menos importante, a certeza nas verdades pregadas e disseminadas pela Igreja Católica Romana e seu poder sobre os vivos e os mortos. O jubileu se impõe por outras vias que oferecem mais informações sobre a relação entre crença e sociedade. Desta forma, a análise sobre as indulgências e sobre o Purgatório vale como marco interpretativo da religiosidade e sociedade das minas setecentistas, em especial em torno da devoção ao Bom Jesus em Congonhas do Campo.

Para o cristianismo católico, a indulgência refere-se à concessão de certos privilégios a uma pessoa ou comunidade que remontam a períodos antigos, conferindo ao Bispo de Roma, ou a outro Bispo, o poder de oferecê-las ao fiel. Raphael Bluteau refere-se à indulgência como uma “ação de diminuir alguma pena, de levantar algum tributo”. Bluteau continua, no verbete, a apontar que indulgência é a “graça que concede a Igreja ao pecador arrependido, remetendo-lhe a pena devida aos seus pecados, a qual haviam de padecer, ou neste mundo ou no Purgatório”<sup>212</sup>. O Primeiro Concílio de Latrão (1123 –

---

<sup>210</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa/Portugal: Estampa, 1995. p. 18.

<sup>211</sup> Idem. Ibidem. p. 18 e 19.

<sup>212</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino - volume 2*, Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/indulgencia>>. Acesso em: 20 out. 2014. Indulgência: “Ação de diminuir alguma pena, de levantar algum tributo (...). Graça que concede a Igreja ao pecador arrependido remetendo-lhe a pena devida aos seus pecados, a qual haviam de padecer, ou neste mundo ou no Purgatório. Funda-se esta graça e remissão em que (segundo a crença dos Católicos) deu o Filho de Deus poder à Igreja para soltar ao pecador penitente, não só dos vínculos dos seus pecados, pelos merecimentos da Paixão de Jesus Cristo, que se lhe aplicam no Sacramento da Penitência, mas também dos vínculos da pena, que merecia, para satisfazer à divina justiça. Nesta conformidade, à instância dos Coríntios, remeteu São Paulo ao incestuoso, que ele havia excomungado, o restante da pena, devida a tão grande delito. Com este mesmo fundamento, nos primeiros séculos da Cristandade restituiu os bispos a paz aos Apóstatas, e os reconciliavam com a Igreja, abreviando-lhes o tempo da penitência canônica pela intercessão dos Mártires e em consideração dos tormentos, que padecerão, unidos com os do Salvador do mundo, que os faz preciosos diante de Deus. Este santo costume, que preservou na Igreja depois das perseguições, que padeceu, foi autorizado não só pelos antigos Pontífices São Gregório e Leão III mas também pelo Concílio Niceno e pelos de Ancyra e Laodiceia, e finalmente pelo Concílio Claromontano, ano de 1095, em que começou a Indulgência das Cruzadas e pelos concílios Lateranense, Lugdunense, Vienense e Constanciense. Clemente VI na sua Decretal, ou constituição, geralmente recebida de toda a Igreja, na exposição que ele faz deste dogma da fé, declara que Jesus Cristo nos deixou um tesouro infinito de merecimentos, e satisfações

1139), por exemplo, concedia estes privilégios aos cruzados. Para estes, os benefícios advindos das indulgências conferiam a absolvição das penas temporais e dos pecados cometidos durante as cruzadas, seja em sua defesa ou de suas famílias. No entanto, não se restringem apenas ao aspecto espiritual. Conforme salienta o Concílio de Latrão, veiculam ainda benefícios materiais, colocando as famílias os bens sobre a proteção de São Pedro e da Igreja de Roma, concedendo o direito de posse e propriedade dos bens por ocasião da partida para Cruzada<sup>213</sup>.

No caso do Jubileu do Bom Jesus, em Congonhas do Campo, as indulgências fazem sentido com a crença numa geografia do além que nos trás um mundo espiritual tri-partido: o Céu, o Purgatório e o Inferno. Além disso, o medo do Purgatório fez com que um grande contingente de devotos procurassem a Capela do Bom Jesus, cumprindo as orientações necessárias para lucrar as indulgências. Desta forma, teriam o perdão dos pecados e se livrariam de penas mais graves *post mortem*. É necessário conhecer um pouco da história do Purgatório, para compreender este pensamento do século XVIII nas Minas Gerais. Herança de uma religiosidade portuguesa, sofreu releituras das orientações Conciliares tridentinas, criando uma religiosidade com características peculiares. A análise dessas ocorrências de longa duração possibilita perceber as permanências e rupturas que essas devoções sofreram e como a história das mentalidades nos oferece elementos importantes para interpretar estes eventos.

## 2.5 – O Nascimento do Purgatório

Uma das principais obras historiográficas que abordam esta questão é do historiador Jacques Le Goff. Adalgisa Arantes Campos, em sua tese *As irmandades de São Miguel e as almas do Purgatório*, apresenta o trabalho de Jacques Le Goff *O nascimento do Purgatório* que “analisa minuciosamente e com erudição ímpar a construção doutrinária do Purgatório, feita a partir da síntese de testemunhos diversos: da Sagrada Escritura, de doutores da Igreja, de narrativas de viagens ao além, que se apropriam de tradições

---

superabundantes de sua sagrada morte e paixão, e das da Virgem Santíssima e dos santos; a isto acrescenta que os pastores da Igreja e sobre todos os Sumos Pontífices, que são os soberanos dispensadores deste tesouro, o podem aplicar aos vivos, em virtude do poder das chaves, e aos defuntos, por via de sufrágio, para os livrar da pena devida aos seus pecados, tirando deste tesouro e oferecendo a Deus quando é necessário para satisfação desta dívida”.

<sup>213</sup> Cf.: HUBERT, Jedin. *Concílhos ecumênicos – história e doutrina*. Trad. Nicolas Boér. São Paulo: Editora Herder, 1961. p. 53.

orais”<sup>214</sup>. Adalgisa Arantes Campos particulariza o estudo abordando a devoção às almas do Purgatório, e as almas Santas, na região mineradora. Com um *corpus* documental amplo, aponta peculiaridades das devoções, crenças, celebrações e manifestações artísticas que surgiram para atender a esta demanda religiosa na sociedade mineira do Setecentos.

Para Le Goff, os cristãos gregos seriam os pais fundadores do Purgatório. No entanto, não chegam a uma concepção muito clara sobre a questão. Até o segundo concílio de Lyon acontece divergência sobre a questão do Purgatório. O segundo concílio de Lyon e o de Florença tentaram resolver as divergências dogmáticas e as verdades sobre a fé. Desta forma, destacam-se

cinco questões principais de divisão, identificadas conjuntamente (ou seja: acréscimo ao Credo, processão do Espírito Santo, purgatório, epiclese, primado papal). Entre maio e julho de 1438, discutiu-se no nível de comissão a questão do Purgatório, seguindo a dinâmica do intercâmbio de memoriais. Enquanto a teologia escolástica latina havia codificado uma doutrina precisa sobre a purificação entre o juízo particular e o final; purificação pelo fogo; sufrágios dos vivos pelos mortos; argumentos escriturísticos e patrísticos), a teologia grega não tinha aprofundado muito a questão, limitando admitir essa purificação, mas sem lhe dar esclarecimentos muitos específicos [...]. É certo que em Ferrara não se chegou a qualquer acordo sobre o Purgatório; o decreto de união de Florença se limita a afirmar sua existência e valor, evitando entrar no mérito das idéias palamíticas da visão de Deus<sup>215</sup>.

Foi em Santo Agostinho que a “pré-história do Purgatório se enriqueceu de maneira decisiva”<sup>216</sup>. No entanto, não fala claramente do Purgatório. Defende, sim, a idéia de uma absolvição após a morte através de ritos expiatórios, em especial das orações dos vivos. Agostinho, ao comentar o salmo XXXVII pede a Deus que “o corrija nesta vida para que não tenha de suportar, depois da morte, o fogo corretivo”<sup>217</sup>. Este fogo corretivo é interpretado, por alguns autores, como sendo o Purgatório, motivo pelo qual Le Goff chama Agostinho de um dos pais fundadores do Purgatório, mesmo não tendo criado este

<sup>214</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013. p. 22.

<sup>215</sup> PROCH, Umberto. A união no segundo concílio de Lião e no Concílio de Ferrara-Florença-Roma. In.: ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995. p. 299. No I Concílio de Lyon discutiu-se, principalmente, “o problema da paz – ou seja, o problema político do renascido império Grego e sua colocação mais segura diante das potências cristãs ocidentais” Idem. Ibidem. p. 282.

<sup>216</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 80.

<sup>217</sup> Idem. Ibidem. p. 89; 90.

conceito. Gregório Magno foi o último pai do Purgatório. É este papa que dá esclarecimentos sobre a geografia do além. No lugar de um antagonismo entre Céu e Inferno, surge um “terceiro lugar”. Le Goff chama a atenção para o período do surgimento da palavra *purgatorium*, que permite datar o aparecimento do conceito para a elite da Igreja<sup>218</sup>.

A estruturação social em três categorias e a doutrina do milenarismo contribuem para o desenvolvimento do Purgatório. O conceito de Purgatório aparece com mais força no século XII, como resposta a uma explosão social do Ocidente medieval de uma estruturação da organização social em três estados distintos. Desta forma, o Purgatório está “intimamente ligado a esse grande momento da história da cristandade”<sup>219</sup>. Outra questão importante para o desenvolvimento da idéia do Purgatório refere-se ao milenarismo, doutrina que consistia na crença da vinda de Deus à terra, no caso dos cristãos, a Parusia, a volta de Cristo, que viria para julgar os vivos e os mortos. Refere-se à visão apocalíptica do fim dos tempos. O Purgatório pode ser visto como uma negação do milenarismo. Se a crença no fim dos tempos com o milênio era forte, a idéia de um lugar para purificar a alma não fazia tanto sentido. Haveria, mais cedo do que o esperado o julgamento dos vivos e dos mortos. O Purgatório nega o milenarismo, difundindo a idéia de um tempo incerto para o fim dos tempos<sup>220</sup>.

A sociedade se organiza, mais claramente, no período denominado de Baixa Idade Média, a partir de uma divisão tripartida: os *oratores, bellatores, laboratores* (1ª ordem que ora; 2ª ordem que combate/luta; 3ª ordem àqueles que trabalham). Estes novos “sistemas descritivos e normativos da sociedade, oriundos da velha ideologia tripartida indo europeia”<sup>221</sup> também contribuem para uma reorganização geográfica da sociedade no além. Desta forma, conclui Le Goff: “o Purgatório é um elemento desta expansão no imaginário social, na geografia do além, na certeza religiosa”<sup>222</sup>.

Os concílios que trataram desse tema como o 2º Concílio de Lyon (1274), de Florença (1304 – 1305) e de Trento (1545 – 1563) tenderam a excluir dos dogmas o imaginário do Purgatório, da visão popular sobre o tema<sup>223</sup>. O que os padres conciliares

---

<sup>218</sup> Idem. Ibidem. p. 17.

<sup>219</sup> Idem. Ibidem. p. 15.

<sup>220</sup> Cf.: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 85.

<sup>221</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 160.

<sup>222</sup> Idem. Ibidem. p. 161.

<sup>223</sup> Cf.: Idem. Ibidem. p. 107.

fizeram, tanto no 2º Concílio de Lyon, como em Florença e Trento, quando da institucionalização do Purgatório, foi “excluir dos dogmas e das verdades da fé – num clima visível de desconfiança, pelo menos no que toca aos de Trento – todo o imaginário do Purgatório”<sup>224</sup>, o que não ocorreu no imaginário social.

Modificar a geografia do além é uma mudança de mentalidade que se opera a longo prazo. É uma transformação de mentalidade, de sociabilidade. Ressalta-se esse processo de espacialização do além e a criação de um terceiro lugar: o Purgatório. Houve quem buscasse sua existência em algum rincão da Europa ou até mesmo nas montanhas ou nos vulcões. O Purgatório surge como lugar intermediário entre o Céu e o Inferno. O Purgatório é efêmero, “não tem a eternidade do Inferno ou do Paraíso”<sup>225</sup>. O “terceiro lugar” se afirma no século XII com a mudança de mentalidade. A teologia moderna afirma que o Purgatório não é um lugar, mas estado<sup>226</sup>.

O Decreto do Purgatório, exarado no Concílio de Trento, com o objetivo de evitar as superstições, deixa fora do dogma, além da questão da localização, a natureza das penas. O Concílio de Trento é enfático ao considerar que as “coisas que parecem curiosidades ou superstições, e sabem a lucro torpe, as proibam como escandalosas e tropeços dos fiéis”<sup>227</sup>. Desta forma, ele não aborda a questão da localização do Purgatório, a natureza das penas que, “antes, foram deixados à liberdade das opiniões”<sup>228</sup>.

Podemos, enfim, distinguir a doutrina da Igreja sobre o Purgatório e a crença popular (esta teve origem a partir do século XI e se popularizou a partir daí com a figura do fogo, especialmente, com a prática da Pastoral do Medo). A doutrina é simples e tem início com a prática de rezar pelos mortos (vê-se no tempo intertestamentário – 2º Macabeus 12, 42 – 45, onde o autor fala sobre o sacrifício pelos mortos). Quanto ao nascimento do Purgatório, tanto Ambrósio, ao comentar o salmo 36, Agostinho, Gregório Magno (como analisado acima) falaram sobre a existência da possibilidade de purificação após a morte.

---

<sup>224</sup> Idem. Ibidem. p. 105.

<sup>225</sup> Idem. Ibidem. p. 21.

<sup>226</sup> Cf.: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 27.

<sup>227</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Em latim e Portuguez: dedica e consagra aos Excell. e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: Na officina Patriarc. De Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXXXI. Com Licença da Real Meza Censoria, e privilégio Real. Tomo I. Sessão XIII, Capítulo VII, p. 287. Disponível em: <<http://purl.pt/360>>. Acesso em: 20 ago. 2014. Tomo II. Sessão XXV, *Decreto do Purgatório*. p. 345, 347. A partir daqui será citado apenas como O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit.

<sup>228</sup> Cf.: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. p. 27.

Esses autores se basearam no livro dos Números (Cap. 31, 21 – 24) que fala da “necessidade de purificação” após o combate desta vida.

Le Goff, aponta ainda, que a sociedade medieval gerou um terceiro lugar, intermediário, para os medianamente bons: o Purgatório que se torna um elemento desta expansão no imaginário social que reproduz uma sociedade tripartida na geografia do além. Além disso, “a existência do Purgatório implica antes de mais a crença na imortalidade e na ressurreição”<sup>229</sup> por isso, associa-se diretamente ao sacramento da penitência/reconciliação. Os debates teológicos sobre o Purgatório se desenvolveram com as mudanças em torno do sacramento da penitência. O pecado comporta dois aspectos: a *culpa* e o que diz respeito à *pena*. O Purgatório é uma segunda chance para o cumprimento da pena e não apenas o lugar para converter os corações não contritos<sup>230</sup>. Jean Delumeau demonstrou, na obra *O pecado e o medo*, como foi difundido o terror da morte solitária ou do sofrimento do além como forma persuasória na tentativa de conversão. A pastoral do medo soube usar de estratégias para, a partir do terror, de uma ação culpabilizante, atrair o fiel para a igreja. Foi a partir do Concílio de Trento que esta prática da *Pastoral do Medo* se tornou mais comum, principalmente pela prescrição e obrigatoriedade da pregação que não necessariamente é para impor medo. Esta visão de Jean Delumeau sobre a *Pastoral do Medo* não é consensual.

## 2.6 – Do discurso tridentino à Pastoral do Medo

O ambiente cultural concomitante às reformas religiosas suscitou um espírito de controvérsia acerca da autoridade da igreja Católica. Dentre os inúmeros questionamentos então surgidos, indagava-se se as obras de caridade seriam, de fato, instrumento para a salvação, ou se a aquisição de indulgências concederia o perdão divino; para alguns, a salvação era predestinada (principalmente o braço Calvino), enquanto para outros grupos a fé era a base para a salvação, único elemento necessário para alçar o crente ao Céu (Lutero). A igreja Católica buscou responder a essas querelas demonstrando que a resposta para essas indagações eram a fé e os sacramentos, ou a fé e as obras. O Concílio de Trento indicava como estratégias a pregação, a arte e até a inquisição como meios utilizados para persuasão dos fiéis da necessidade de conversão e da crença em Deus. Nesse processo, o

<sup>229</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Op. Cit. p. 19.

<sup>230</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p. 257



dramático foi tido como expressão privilegiada para a catequese católica, sendo então veiculado pela arte e pela pregação, considerada, aliás, como recurso fundamental para a conversão dos fiéis:

Do mesmo modo os arceprestes, os curas, e qualquer párocos, ou outros curas de almas, que de qualquer modo possuem igrejas, por si, ou por outros sujeitos idôneos, se estiverem legitimamente impedidos, apascentem ao menos ao domingos, e nas festividades solenes com *palavras saudáveis*, os povos, que lhes estão encarregados, conforme a sua capacidade e a deles, ensinando-lhes o que a todos é necessário para se salvarem, declarando-lhes com palavras breves e claras os vícios, de que se devem apartar, e as virtudes que devem seguir, para não incorrerem no castigo eterno e conseguirem a gloria celestial.<sup>231</sup>

Além da obrigatoriedade da pregação, aqueles que a executam devem ser devidamente preparados para evitarem assuntos heterodoxos, erros doutrinários que levassem à perdição das almas. Neste intuito, foi constituído nas dioceses um grupo de padres que procederiam a exames para definir a idoneidade dos pregadores, bem como de sua capacidade para exercerem determinadas funções, tais como a de confessores (pelo menos era exigência do Concílio de Trento, o que pode ser observado como prática na Diocese de Mariana). É interessante observar que o Concílio de Trento não dava ênfase aos erros ou vícios, privilegiando as virtudes a serem seguidas pelos cristãos<sup>232</sup>. Dentre as medidas tomadas por Trento, a pregação foi um instrumento importante. O fiel deveria ter acesso à palavra divina através “da mediação clerical”<sup>233</sup>.

O pregador ou confessor deveria ser examinado pelo bispo ou por três examinadores indicados pelo prelado. As determinações de ser submetido aos “exames a quem queira confessar e pregar”<sup>234</sup> foram cumpridas na diocese de Mariana, fundada em 1745. Nesta circunscrição católica, observa-se o cumprimento desses requisitos a partir de um *corpus* documental chamado de Provisões que constitui a autorização para diversas

<sup>231</sup> CÂNONES E DECRETOS DO CONCÍLIO TRIDENTINO segundo as mais de seiscentas decisões autenticas da sagrada congregação dos cardeais interpretes do mesmo Concílio. Trad. Cônego Miguel Ferreira D’Almeida. Viceu: Typographia Revista Catholica, 1900. FAJE. Cod. 20913059-0. p. 75. Grifo nosso.

<sup>232</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas triunfais – celebrações da morte e cultos de Memória no século XVIII. In.: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris (org).  *festa – cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Huatec/Edusc, 2001.

<sup>233</sup> PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In.: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coordenadores). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas – olhares novos*. Lisboa, Portugal: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda/Maia. 2014. p. 18

<sup>234</sup> PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal. Op. Cit. p. 17

funções e atividades como a licença para o padre confessar, pregar (depois de ser examinado – os examinadores também eram constituídos por Provisão), a construções de templos, realização de festas, procissões, a exposição do Santíssimo, autorizações para bênçãos de capelas, ermidas, imagens e colocações destas em altares. Em muitos casos, devido à distância de certas capelas da sede do Bispado, o pároco era nomeado pelo Bispo para fazer a visita e averiguar se estava ou não com a decência necessária. Estando em conformidade com as normas, o pároco (ou o capelão por ele autorizado) realizaria a bênção e entronização da imagem. Neste mesmo *corpus documental* vêem-se vários sacerdotes sendo submetidos ao exame para saber se estavam ou não preparados para exercer determinados cargos e funções. A diocese de Mariana, no Brasil, é fundada em 1745 e mesmo antes desta data, já existem os *Livros de Provisões*. Isso nos leva a observar certa vigilância, por parte da Igreja, das ações tanto de leigos como dos sacerdotes. Mesmo que não seja uma aplicação plena do ideário de Trento, pode ser vista como uma tentativa de normatizar a Igreja a partir das orientações conciliares.

No entanto, no que se refere à pregação católica, a homilética confere e enfatiza cada vez mais o temor do além, numa “pastoral do medo”, como indicado por Delumeau. Nesse discurso, produzido ao longo dos séculos XVII e XVIII, sobressai a figura de um Deus Juiz ou de sua terrível justiça, com primazia do macabro, da punição sobre a misericórdia, sendo utilizada “uma tática aterrorizante e, não menos evidente, [que] reforçou o poder clerical”.<sup>235</sup> Um dos temas prediletos da pastoral do medo foi a morte, como uma angústia vivida em seu auge ou mesmo o medo do Purgatório ou do Inferno. A posição de Le Goff, no entanto, difere da apresentada por Jean Delumeau. No Barroco, no entanto, há uma ênfase na divindade que se fez homem, na misericórdia de Deus para com os homens, na prática da penitência (ver as capelas das Ordens Terceiras Franciscanas que no seu conjunto ornamental valoriza o aspecto penitencial). Le Goff cita alguns exemplos de sermões que abordavam a questão das penas purgativas, de forma a impressionar a assembléia, mas salienta a questão da esperança na salvação:

que ninguém diga: que me importa ficar no *Purgatório* se em seguida alcanço a vida eterna! Ah! Não faleis assim, irmãos caríssimos, porque esse

---

<sup>235</sup> DELUMEAU, Jean. Op. cit. p. 11.

fogo do purgatório será mais penoso que todas as dores que podemos conceber, experimentar e sentir neste mundo<sup>236</sup>.

Jean Delumeau faz menção às práticas sermuniárias veiculadas na Europa e destaca alguns autores utilizados pelos pregadores, para auxiliá-los na pregação, dentre eles, o *Pedagogo cristão*, de Philippe D'Outreman, que teve consideráveis reproduções, e onde são apresentadas narrativas de morte súbita e fórmulas como “terrível eternidade”.<sup>237</sup> No século XVII, houve um crescente número de publicações sobre o tema, e Delumeau elenca as principais obras encontradas, que tiveram sucessivas reimpressões, destacando os cinco livros mais preferidos: do jesuíta Crasset, *A preparação para a morte* (1689); do padre Coret, *A doce e santa morte* (1680); *O anjo condutor* (1683); do jesuíta Barry, *Pensai bem; Ars Moriendi* (versões resumidas dos textos do século XV). Já no século XVIII destacou-se a obra de Vicent Houdry, *Biblioteca dos pregadores dos Jesuítas*, cuja primeira edição data de 1712 e a última de 1869.<sup>238</sup> Segundo esses textos, a igreja preconizava uma longa preparação para a morte, que deveria durar toda a vida. O fiel era chamado a pensar na morte constantemente; esperar com muita antecedência para não ser pego de surpresa, e pedir a Deus para não sofrer uma morte súbita<sup>239</sup>.

No entanto, a necessidade da salvação das almas desdobrou-se em outras práticas, e dentre elas, a das missas em sufrágio dos irmãos falecidos. Alguns criaram “capelas”, termo que designa a doação de um certo patrimônio possuído pelo falecido, com objetivo de, a partir dos lucros e rendas obtidos pelo bem deixado, mandar celebrar missas pela alma do benfeitor. Além dessas fundações perpétuas observa-se, em alguns testamentos, as disposições de missas em favor da alma do testador. Estas práticas abrigavam um duplo sentido: primeiramente, resgatar a memória do falecido, e segundo, conservar bens no seio

<sup>236</sup> Cesário de Arles. Sermões 167 e 179. Trata-se de um comentário da Carta de São Paulo aos Coríntios (1 Coríntios, 3, 10 -15). Apud.: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 106.

<sup>237</sup> DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. Op. cit. p. 65.

<sup>238</sup> Além desses livros podemos citar: 1º De Bono Mortis; 2º De contemplacione mortis; 3º De arte Bene moriende; 4º Atrium domus aeternitates seu praxis praeparationis ad mortem sanctam obeundam; 5º La morte del giusto; 6º L'Arte di bem morire; 7º La morte disarmata; 8º morte dolce e Santa; 9º saiola della buona morte; 10º La morte Felice a chi bem vive; 11º Orologio della morte; 12º La preparazione alla morte; 13º vero apparecchio per la buona morte. DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. Op. cit. p.48

<sup>239</sup> Sobre o tema ver: SANT'ANA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer*: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822). Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós Graduação em História da UFMG. Defesa: 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6X6PTL>. Acessado em 20 jan. 2016.

de certas famílias ou mesmo nas congregações religiosas.<sup>240</sup> Em alguns casos vemos a alma como legítima herdeira, fato que só foi proibido pelo Marques de Pombal.

Outra obra importante, que muitas vezes vinha impressa em outros livros para auxiliar párocos e capelães no momento da terrível passagem, são as orientações para *bem morrer*. Em obra de 1730<sup>241</sup>, quando do ritual do sacramento da extrema unção e de suas orações próprias, há anexo em que o padre era convidado a oferecer ao moribundo determinadas orientações para ajudá-lo a bem morrer. As orientações de um a quatro são direcionadas ao sacerdote para saber em qual caso aplicar e como proceder, já a 14º também se trata de recomendação para o sacerdote que deve, quando o doente estiver já definhando, apenas rezar; as orientações de cinco a oito são direcionadas ao moribundo, numa tentativa de persuadi-lo a práticas virtuosas, como a confissão, além de desprender-se do mundo e agradecer a Deus; a seguir, a terceira vertente das *orientações para bem morrer*, deve ser aplicada logo após a aceitação dos sacramentos e das prerrogativas anteriores, que tem como objetivo dar esperança ao doente falando do céu, de sua proteção sob o patrocínio da Virgem Maria e no fim, retorna ao eixo temático destinada ao padre que deve apenas rezar, em voz baixa e devagar.

Tudo isso deveria ser ministrado antes da extrema unção, pausadamente, “pouco a pouco, moderadamente, para que o possa digerir, gostar, para proveito dos circunstantes”,<sup>242</sup> em especial aos doentes que estão em processo de agonia. A interpretação para tais casos, em que a vida se esvai lentamente, por horas e até dias, era a de um forte apego às coisas terrestres, e neste sentido, o padre deveria conduzir o moribundo a se desligar do mundo atual, conforme a orientação sétima:

Se o enfermo, indo-se já chegando muito para a morte, está solícito, e ocupado com suas coisas temporais, como fazenda, cousas semelhantes, diga-lhe, que deixe todo esse cuidado e fadiga de coisas, que necessariamente cá hão de ficar; que se ocupe todo em aparelhar bem sua

---

<sup>240</sup> Cf.: ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas triunfais – celebrações da morte e cultos de Memória no século XVIII. In.: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris (org). Op. Cit. p. 20.

<sup>241</sup> BAPTISTERIO E CEREMONIAL DOS SACRAMENTOS DA SANCTA MADRE IGREJA ROMANA, emendado, e acrescentado in muitas cousas nesta ultima impressão, conforme o cathecismo, & ritual Romano. Em Coimbra, com todas as licenças necessarias. Na officina de Luis Seco Ferreyra familiar do S. Officioa Sua custa, Ano de 1730. In.: ARQUIVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – OURO PRETO (APNSC – OP) Cód.515. Caixa 07. Este documento será, a partir daqui, citado apenas como: APNSC – OP. *Baptistério e Cerimonial dos sacramentos da Sancta Madre Igreja Romana*. Op. Cit. f.

<sup>242</sup> APNSC-OP. *Baptisterio e Cerimonial dos Sacramentos da Sancta Madre Igreja Romana*. f. 114.

alma, e em satisfazer com sua consciência: porque isto só é o que agora lhe importa.<sup>243</sup>

Na segunda parte, quando fala diretamente ao fiel, são evocados à memória os benefícios conferidos por Deus, ressaltando-se, dentre essas mercês, as “graças para morrer em sua Fé, & com conhecimento de si, & com receber os sacramentos, & ã morrer apressado”.<sup>244</sup> As demais orientações têm como objetivo levar o agonizante a perceber a atuação de Deus no mundo – e, em particular, em sua vida –, indicando também a importância dele desligar-se da terra e direcionar-se para a pátria definitiva, os Céus. O sacerdote deve tratar do tema do Céu e do Inferno, provocando desejo do Céu e, ao mesmo tempo, pânico da perdição eterna:

Trate alguma coisa do Céu para fazer desejos ao enfermo de um lar (pois é nossa pátria, para a qual o Senhor nos criou) e deixou esta vida que é desterro. Para o que ajudará trazer-lhe à memória a formosura do lugar, as perfeições que ali há de ter a fartura de todos os bens com a vida de Deus e com a companhia dos anjos e santos: comparando-lhes estes bens com os males desta vida, que deixa.<sup>245</sup>

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* também ressaltam esta necessidade de conferência do sacramento para sacerdotes, afim de ajudá-los no exercício do ministério. Desta forma, ao acompanhar o doente na hora da morte, o ajudaria na etapa derradeira da vida terrestre, pois é neste momento que “mais facilmente na última hora possam rebater os assaltos do demônio”<sup>246</sup>, motivo pelo qual o presbítero deveria se fazer presente à cabeceira da cama orientando o moribundo. Mesmo sendo uma prática que tende a ser consoladora, ela também aflige o doente com o terror da perdição eterna. Esta é uma prática muito cara à *pastoral do medo*, cujo objetivo é converter a pessoa, mesmo que seja no último momento de sua vida. Daí porque a morte apressada é vista com certo receio, pois se a pessoa não tiver levado uma vida adequada, não teria tempo de se emendar e converter. É o momento da terrível passagem, o supremo e triste suspiro, momento da terrível justiça de Deus, bom para os justos, péssimo para aqueles que não tiveram vida exemplar. É neste instante fatal, que o “mundo vai logo desabar sobre vós” e

---

<sup>243</sup> Idem. Ibidem. f. 115

<sup>244</sup> Idem. Ibidem. p. 115

<sup>245</sup> Idem. Ibidem. p. 116

<sup>246</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Op. Cit. p. Título XLIII, parágrafo 198. p. 83.

“o Inferno estará prestes a vos engolir”,<sup>247</sup> que este tipo de pastoral, com aspectos dramáticos através de uma catequese angustiante, tenta, no último momento, que o homem se converta. No entanto, o homem será mais marcado pelo medo do que pela esperança, visto que a perdição é apresentada com cores vivas, tenebrosas. Santo Afonso de Liguori, em uma de suas missões em que pregou sobre a morte, diz que a pregação “produziu uma grande sensação e deixou o auditório tomado de terror”<sup>248</sup>. O próprio santo Afonso reconhece que as conversões que vêm do temor duram pouco, pois o que “o amor não faz, o medo também não fará”<sup>249</sup>. Mesmo que o objetivo seja atingir a esperança, pode-se cogitar da inviabilidade desta prática pastoral por não ser perene. Se o medo pelo fogo eterno, ou das penas purgativas, leva determinadas pessoas à prática da caridade, de boas obras, os fiéis católicos, seja aquele que não teve uma vida tão regrada ou que não tiveram uma vida tão santa, buscaram outra forma de aliviar as penas futuras que poderia ser feito com as indulgências.

O que levaria, então, os devotos a recorrer a lugares em que tais privilégios (as indulgências) espirituais eram concedidos? Qual seria o papel das indulgências? Adalgisa Arantes Campos, em sua tese *As irmandades de São Miguel e as almas do Purgatório*, salienta bem a relação do devoto, em especial em Minas Gerais, com a crença no Purgatório e nas almas benditas. A hipótese por ela formulada sobre as motivações do sucesso da veneração às almas do Purgatório recai sobre a crença na comunhão dos Santos. Este argumento foi defendido no Concílio de Trento, na sessão XXV e parece ter encontrado eco na região mineradora da América Portuguesa. O Concílio ensina que

os Santos, que estão juntamente com Cristo, oferecem a Deus pelos homens as suas orações; e que é bom e útil invocá-los humildemente, e recorrer as suas orações, poder, e auxílio para alcançar benefícios de Deus, por seu filho Jesus Cristo [...] suplicar com palavras, ou com o pensamento aos que reinam no Céu<sup>250</sup>.

A autora demonstra isso analisando a Irmandade de São Miguel e Almas através da documentação das associações de leigos como os Estatutos, os Livros de Receitas e Despesas, gastos com capelarias, missas pelos irmãos defuntos, pelas Almas do

<sup>247</sup> Apud.: DELUMEAU, Jean. Op. cit. p. 37

<sup>248</sup> LIGUORI, Alphonsi de. *Sermons abrégés pour tous les dimanches de l'année*. Paris, 1840. nº 38 e 44. II, p. 172 e 235-251. Apud. In.: DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. Op. cit. p. 37

<sup>249</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 37

<sup>250</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXV, *Da invocação, veneração, e relíquias dos Santos, e das sagradas imagens*. p. 349

Purgatório, ela amplia suas fontes analisando uma série de testamentos com as disposições ou últimas vontades voltadas para a salvação de sua alma e das pessoas queridas. Dessa maneira, o fiel deixava em testamento a espórtula para missas, seja para sua alma ou para as Almas do Purgatório. O que se observa, com mais frequência, é uma solidariedade horizontal, ou seja, restrita aos mortos da Irmandade<sup>251</sup>, numa cultura em que cada irmandade se responsabiliza em rezar unicamente pelos seus membros já falecidos. Além desse comprometimento, muitos deixam em testamento missas para si.

Se a pessoa viesse a morrer em pecado mortal, não haveria mais possibilidade de salvação, fatalmente sua alma seria levada para o fogo do Inferno. Mas se a morte viesse e levasse o fiel cheio de pecados “leves e cotidianos”, não era justo que “fosse condenado eternamente ao Inferno, como também não poderia subir ao Céu, lugar reservado aos sem máculas”<sup>252</sup>. O resultado disso, é um incentivo à prática da confissão “integrada na vida espiritual normal se não quotidiana da confissão auricular, de boca a orelha, de pecador a padre, de pessoa a pessoa”<sup>253</sup>.

## 2.7 – A diminuição do tempo no Purgatório

Encurta-se a estadia no Purgatório através dos *sufrágios* realizados pelos vivos. Além disso, “as relações estabelecidas na vida, alicerçadas no sentimento cristão, na hora da morte acabam colaborando com a possibilidade de uma estada curta no Purgatório”<sup>254</sup>. Esta trilogia (missas, orações e esmolas) estabelecida no Concílio de Trento que vemos como prática comum nas Minas no Setecentos: “os sufrágios dos fiéis vivos, a saber missas, as orações, esmolas e outras obras de piedade”<sup>255</sup> como bem demonstrou Adalgisa Arantes Campos em seu trabalho. Com estas práticas, podemos perceber que a implementação de Trento não constitui em um processo nas Minas apenas no Oitocentos, no Ultramontanismo, mas o empenhos dos Bispos em implementá-las parece ter sido anterior, e com alguns frutos.

Exemplos dessas práticas podemos observar no testamento de Dom Frei Antônio de Guadalupe e de Dom Frei Manuel da Cruz. Dom Frei Antônio de Guadalupe fez dois

<sup>251</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 95

<sup>252</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 257

<sup>253</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 258

<sup>254</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 93

<sup>255</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXV, *Da invocação, veneração, e relíquias dos Santos, e das sagradas imagens*. p. 347

testamentos: o primeiro “simbolizava a morte da e para a vida mundana; o segundo testamento é a preparação para o fim da peregrinação terrestre”<sup>256</sup>. O Bispo, temendo sua estadia no Purgatório, acredita na eficácia das missas que poderiam ser sucessivas ou simultâneas. No testamento, o prelado deixa registrado que

no lugar em que falecer, logo se começarão a dizer mil missas pela minha alma, sendo no Rio de Janeiro, de esmola de 400 reis e sendo em Portugal, de esmolos de 200 réis, e estas missas se farão dizer logo por todos os sacerdotes que houver e não se encomendarão por junto de alguns por evitar as dilatações que costuma haver, e porque quero sejam ditas logo com maior brevidade para alívio de minha alma<sup>257</sup>.

Dessa maneira, totalizaram mil missas que o Bispo deixara para serem rezadas para “alívio de sua alma”, pois o mesmo poderia padecer as penas do Purgatório, das quais desejava livrar-se o mais rápido possível. A crença no poder salvífico da missa era compartilhada. Mesmo as elites clericais engrossavam as solicitações de missas por suas almas ou de seus entes. Além das missas, obras pias podem ser vistas em seu testamento, como a libertação de “seis cativos que o serviram e o acompanharam para o Reino, concedendo-lhes alforria, incluindo um mulatinho [...] todos contemplados com cinqüenta mil reis para aprenderem ofícios”<sup>258</sup>. Não satisfeito com essa trilogia de missas, obras pias e esmolos, incentivadas pelo Concílio de Trento, recomenda ainda mais mil missas, sendo “500 para a própria alma e 500 limitadas à família carnal na intenção das almas dos pais, do irmão e de uma irmã natural”<sup>259</sup>.

Dom Frei Manoel da Cruz, primeiro bispo da diocese de Mariana, faleceu em 3 de Janeiro de 1764. Em seu testamento dispõe um total de 1300 missas a serem celebradas em diversas capelas, matrizes e conventos, tanto no Brasil como em Portugal. Além dessas, deixava mais 1600 missas a serem celebradas no Convento dos Religiosos capuchos da Vila de Arrifana de Souza, “as quais serão ditas com toda a brevidade”<sup>260</sup>. Arantes Campos ressalta que “a rapidez nas celebrações era considerada fundamental para tirar a alma das penas do Purgatório, o mais breve possível”<sup>261</sup>. Prescrevia, ainda, que “pela sua alma se

---

<sup>256</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 – 1740): seu testamento e pastoral. In.: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. V. 21. p. 366.

<sup>257</sup> Idem. Ibidem. p. 370.

<sup>258</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 – 1740): seu testamento e pastoral. Op. Cit. p. 367.

<sup>259</sup> Idem. Ibidem. p. 371.

<sup>260</sup> TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana – subsídio para sua História*. Vol. 01. Op. Cit. p. 140.

<sup>261</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 103.



fizessem todos os sufrágios que se devem fazer pelos Prelados e ordenados pelos cerimoniais e estatutos da mesma Catedral”<sup>262</sup>. Em 1763, cria uma capelania de Nossa Senhora das Mercês junto à “Casa do Real”, na qual o capelão irá dizer missas todos os dias sendo na “segunda feira pelas almas dos defuntos, nossos parentes, e no sábado pelos nossos parentes vivos, em louvor da mesma senhora das Mercês e as dos demais dias pelas almas do fogo do Purgatório”<sup>263</sup>. Além das missas, manda distribuir, na porta do Palácio, esmolas aos pobres no valor de duzentas oitavas<sup>264</sup>, como também de roupas de cama e de seu uso a serem ofertadas aos pobres<sup>265</sup>. Deixa esmolas para obras de caridade, mais quatrocentos mil reis para o Hospital de Vila Rica, oferta para as pessoas que o serviam no Palácio<sup>266</sup> e concede a alforria para “os moleques chamados Bento e Manuel, ambos de nação Mina”<sup>267</sup>. A mesma forma tríade para livrar a alma do Purgatório e dos sofrimentos que a mesma poderia ter após a morte, disposta pelo Concílio de Trento (missas, orações e esmolas), é observada no testamento de Dom Frei Manoel da Cruz.

Adalgisa Arantes Campos analisa um quantitativo aleatório de testamentos e observa esta prática de missas pelos falecidos e pelas almas do Purgatório recorrente no XVIII. Analisa, contabilizando estes números em um quadro, os pedidos de missa enviados para Portugal, outras celebradas em diversas partes da América Portuguesa e mesmo nas Minas Gerais. Distingue as missas pedidas para si, para parentes e para as almas do Purgatório. O maior número de missas é para ser celebrado em Portugal. Já na segunda metade do século XVIII, o número cai consideravelmente. No entanto, na “documentação procedente das ordens terceiras (do Carmelo e da Penitência), observa-se a freqüência no envio de recursos para celebração de missas no Rio de Janeiro e em Portugal”<sup>268</sup>. Esta prática expressa a crença na eficácia das preces pelos mortos. Observa-se, sim, uma mentalidade religiosa tridentina em que a trilogia auxiliadora da salvação é praticada.

Tem-se notícia que um dos primeiros, dentro do cristianismo, a “afirmar a eficácia dos sufrágios pelos mortos”<sup>269</sup>, foi Mônica, mãe de Agostinho, Bispo de Hipona. Ele relata

<sup>262</sup> TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana*. Op. Cit. p. 140.

<sup>263</sup> Idem. *Ibidem*. p. 144.

<sup>264</sup> Idem. *Ibidem*. p. 140.

<sup>265</sup> Idem. *Ibidem*. p. 143.

<sup>266</sup> Idem. *Ibidem*. p. 141.

<sup>267</sup> TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana*. Op. Cit. p. 142.

<sup>268</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 109 e 110.

<sup>269</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 86.

essa crença na eficácia da oração pelos mortos na oração que escreveu após a morte de sua mãe:

Quanto a mim, com o coração finalmente curado daquela ferida em que se poderia censurar uma fraqueza da carne, derramo perante ti, ó nosso Deus, por aquela que foi tua serva, lágrimas de um outro gênero: elas brotam de um espírito fortemente abalado perante o espetáculo dos perigos de toda a alma que morre em Adão (*Confissões*, IX, XIII, 34-37)<sup>270</sup>.

Agostinho narra que a própria Mônica pedira isso. Demonstra, assim, a crença na força da oração pelos defuntos. A crença dos cristãos nos sufrágios pelos mortos uniuse, tardiamente, à crença na purificação depois da morte pois:

os sufrágios pelos mortos supõem a formação de longas solidariedades de um lado e de outro da morte, relações estreitas entre vivos e defuntos, a exigência, entre uns e outros, de instituições de ligação que pagam os sufrágios – como os testamentos – ou fazem deles práticas obrigatórias – como as confrarias<sup>271</sup>.

Os sufrágios dos vivos pelos mortos ajudam aqueles “cuja vida não foi muito boa nem muito má”<sup>272</sup>. Esta solidariedade oferece para as instituições religiosas instrumentos de poder, poder sobre os vivos e sobre os mortos. O foro eclesiástico sobressai ao foro de Deus como “detentor da justiça no além”. Há um lucro financeiro, além do espiritual, de que se “beneficiarão, mais do que os outros, os irmãos das ordens mendicantes, propagandistas ardentes da nova crença. *O ‘infernal’ sistema das indulgências* encontrará nelas finalmente um alimento revigorante”<sup>273</sup>. Pode-se questionar se de fato é uma nova crença, ou se a mesma já existia na religiosidade e crença do povo. O que se fortaleceu em fins da Idade Média foi a prática das indulgências. Mesmo com o avanço do protestantismo, ela não deixou de existir, pelo contrário, foi creditada como válida pelo Concílio de Trento. As indulgências tornaram outra forma de diminuir o tempo no Purgatório e amenizar o sofrimento da alma,

## 2.8 – As indulgências na Capela do Bom Jesus em Congonhas

<sup>270</sup> Apud.: LE GOFF, Jacques. Op. Cit.. p. 87.

<sup>271</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 26.

<sup>272</sup> Idem. Ibidem. Op. Cit. p. 89.

<sup>273</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. p. 26. Grifo nosso.

A crença nas indulgências fez da Capela do Bom Jesus importante centro de romaria no século XVIII. O que se supõe, através deste exercício, é a crença amplamente difundida do Purgatório e do poder que a Igreja tem de perdoar os pecados e mesmo diminuir as penas purgativas. Observa-se outra tendência incentivada a partir do Concílio de Trento: a frequência aos sacramentos. Para tanto, é necessária a figura do sacerdote, o sacerdote, o que favorece a vertente institucional. Mesmo havendo toda uma prática religiosa pautada na piedade popular, ela não substituiu os sacramentos e a necessidade de um padre para fazê-las, pelo contrário, as incentiva.

O principal documento que outorga as graças das indulgências e cria o jubileu do Bom Jesus em Congonhas é o conjunto dos breves. Nestes breves encontramos a autorização para as bênçãos indulgenciadas ou indulgências. Além da frequência ao sacramento da confissão, os fiéis deveriam fazer a comunhão, obras pias “e aí orarem pela concórdia dos príncipes cristãos, extirpação das heresias, exaltação da Santa Igreja, misericordiosamente no Senhor”, o papa Pio VI concedia “plenária indulgência”<sup>274</sup>.

A capela do Bom Jesus, em Congonhas do Campo consegue oito breves. Há uma escrita padrão nestes documentos. No Arquivo Eclesiástico de Mariana encontra-se a cópia da tradução destes Breves, a qual foi enviada para a Capela do Bom Jesus no século XVIII. Há padronização nestes documentos; neles lê-se claramente uma delimitação do espaço geográfico em que a agremiação ou capela existe. Além desse espaço geográfico, referindo-se sempre a Congonhas do Campo, usa outros elementos institucionais, como a paróquia em que tal Capela foi erigida e a Diocese, o que pode configurar certa hierarquização de espaços. Além disso, cria-se um *topos* particular onde estes benefícios podem ser recebidos. Para isto, o lugar é sagrado e tem a função de levar os devotos a receberem “os tesouros da Igreja”, como bem elucidam os documentos. É neste lugar sagrado, com todas as licenças devidas, que foi “canonicamente ereta” a Capela do Bom Jesus e a Irmandade de fiéis de ambos os sexos.

É interessante observar a preocupação daqueles que redigiram o documento de fazerem essa delimitação do espaço do sagrado. Este espaço, criado por iniciativa de leigos (no caso da Capela do Bom Jesus de Congonhas, fundado por Feliciano Mendes) tem sua sacralidade confirmada pela Igreja, que envia seus representantes para inspecioná-lo e dependendo de seu aval, autorizaria a realização do Culto Sagrado. A hierofania não basta

---

<sup>274</sup> AEAM. Breves Papais. In: Livro & 6. Fls. 3 A

por si, é necessário atrelá-la a uma burocracia institucional. Observa-se sim, como a Igreja, através dos sacramentos, em especial da confissão e da eucaristia, do poder do papa em conceder as indulgências, fizeram com que a Igreja fosse “assenhorando-se das Almas do Purgatório”<sup>275</sup>.

Após esta delimitação de espaços onde o fiel receberá as bênçãos indulgenciadas, segue a especificidade daquele Breve. Cada um dos oito breves concede especial graça a um determinado grupo: os irmãos vivos, defuntos, peregrinos, etc. Em seguida, são apresentadas as exigências, as obras de caridade, que deveriam ser cumpridas para se lucrar as indulgências. Em todos os Breves é deixado a cargo do Ordinário local, o Bispo, determinar a data em que tais privilégios seriam concedidos aos irmãos e devotos. Estes, após “o sinal do sino, uma ou cinco vezes”<sup>276</sup> deveriam acorrer à Capela para receberem as bênçãos indulgenciadas. A peregrinação é fortalecida a partir destas determinações. Seguem-se, então, os benefícios que os breves concedem àqueles que receberem estas bênçãos que são as “remissões dos pecados, relaxações de penitências” além de outras que os oito breves concederão. Todos os documentos encerram com o lugar onde tais graças foram concedidas: Roma. Além disso, registra-se o nome do papa que as concedeu, Pio VI, o ano de seu pontificado, e as datas. Surpreendentemente, estes oito breves são concedidos em um curto espaço de tempo, aproximadamente em dois meses. Os registros oscilam entre os meses de fevereiro a março de 1779. Todos os documentos contêm a assinatura de um cardeal, responsável pelo despacho. As datas em que tais despachos foram realizados pela Cúria de Mariana datam de novembro daquele mesmo ano e assinados pelo Vigário Geral<sup>277</sup>, o Cônego Ignácio Correa de Sá<sup>278</sup>.

Estes oito Breves possuem especificidades no que tange aos agraciados conferindo, a um determinado grupo, as indulgências. O primeiro Breve concede-as aos irmãos quando “entrarem na dita confraria e no primeiro dia do seu ingresso”. Para lucrar os beneplácitos,

<sup>275</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 50.

<sup>276</sup> AEAM. Documentos avulsos da Basílica do Senhor Bom Jesus – Congonhas. Prateleira &, código 6. Ano de 1779. Cópia dos Breves em Português. f. 2 A v. A partir dessa citação, todas relativas aos Breves virão da seguinte maneira: AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f.

<sup>277</sup> Vigário Geral é aquele padre “substituto do Bispo (*episcopi umbra*/ sombra do bispo) no governo de uma diocese. Preside à cúria, onde despacha com poderes delegados pelo bispo”. In.: RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Volume 04. Op. Cit. p. 121.

<sup>278</sup> O termo foi assinado pelo vigário geral o Cônego Ignácio Correa de Sá. Neste período o bispo de Mariana era Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (3º bispo) que não pisou em seu bispado, governando-o de Lisboa, a partir de seus procuradores. Em 29 de agosto de 1779 tomou posse como Procurador o Cônego Doutral Inácio Correia de Sá (Cf. TRINDADE, Côn. Raymundo. *Arquidiocese de Marina*. 1º Vol. Op. Cit. p. 147/148).

o irmão deveria “confessar, receber o Santíssimo Sacramento da Eucaristia” prerrogativas estas necessárias para se alcançar a indulgência plenária. Há dois tipos de indulgência: a parcial e a plenária (ou plena). A indulgência, conforme já mencionado, proporciona ao fiel a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecadores, estes já perdoados quanto à culpa (com uma verdadeira contrição e pelo Sacramento da reconciliação/confissão). O sacramento da confissão é parte integrante dos pré-requisitos para se receber os privilégios espirituais e estão presentes em todos os breves concedidos à capela, quando se tratar dos irmãos vivos. Caso a pena temporal não tenha sido cumprida, o mesmo a poderá tê-la remida pela indulgência. Ressalta-se que estas graças são alcançadas por meio da Igreja. A indulgência é parcial ou plenária, conforme liberta, em parte ou no todo, da pena temporal devida pelos pecados. Qualquer devoto pode lucrar indulgências parciais ou plenárias para si mesmo ou aplicá-las aos falecidos como sufrágio. Não se pode é recebê-las em favor de outras pessoas vivas.

Para lucrar as graças concedidas, o devoto além dos sacramentos já mencionados, o irmão deveria visitar a igreja da dita confraria, rezar piamente, em especial “pela concórdia dos príncipes cristãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja”<sup>279</sup>. Nestes termos, concedia “plenária indulgência”<sup>280</sup>. Além do dia que o irmão entrasse na irmandade/confraria, haveria outros quatro dias em que poderia receber. O cônego Ignácio Correa de Sá determinou os seguintes de solenidades maiores: “dia das Chagas, Coração do Senhor, as Primeiras Oitavas da Páscoa, Espírito Santo [...] e finalmente as primeiras Domingas do mês para os jubileus mensais”<sup>281</sup>. Além do uso individual, o primeiro Breve oferece a possibilidade de se aproveitar as indulgências para que “se possam aplicar por modo de sufrágio pelas Almas dos fiéis”<sup>282</sup>. Para completar as orientações, os Breves ressaltam as obras de caridade: os irmãos deveriam “hospedar os pobres, ou fazerem a paz entre os inimigos [...] acompanhar à sepultura os corpos dos mesmos irmãos ou outras qualquer procissões [...] rezarem o Pai Nosso e Ave Maria pelas almas dos mesmos defuntos irmãos, irmãs”<sup>283</sup>. Vê-se claramente a forma da trilogia prevista pelo Concílio de

<sup>279</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 2 A

<sup>280</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 2 A v

<sup>281</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 4 A

<sup>282</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 2 A v

<sup>283</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 2 A v

Trento<sup>284</sup> (missas, orações e esmolas/caridade) incentivada nos breves direcionados à capela do Bom Jesus.

Se os breves se limitassem apenas aos irmãos da Irmandade ou Confraria do Bom Jesus, seria uma semelhança com outras agremiações daquele tempo, pois algumas irmandades conseguiram tais privilégios. O grande diferencial desta festa é de ser um jubileu aberto, como poderemos observar na análise dos outros breves. Assim, irmandades e ordens terceiras como a de São Francisco, em Vila Rica, Mariana, Tijuco, ou São João Del Rei embora possuíssem festividades denominadas “jubileu da Porciúncula”,<sup>285</sup> conferiam a elas um caráter restrito aos seus irmãos. Outro exemplo de jubileu circunscrito a membros de associações leigas é o de Santa Bárbara, paróquia também situada no Bispado de Mariana, em que os irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento conseguiram breves para a realização de jubileus com bênçãos indulgenciadas ao longo de sete anos,<sup>286</sup> mas acessíveis apenas aos membros da Irmandade. Com privilégios espirituais também esteve a Irmandade de São Miguel e Almas da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro que, em 1756, alcançou “indulgências e graças concedidas no dito Breve” para o altar de São Miguel e Almas, pois “não há outra semelhante graça concedida” para nenhum altar ou capela da paróquia. No entanto, estas indulgências “durarão somente por tempo de dez anos”<sup>287</sup>. Em 1757 ocorre registro de Breve Apostólico “a favor dos oficiais as almas do Furquim” no qual se lucram indulgências apenas para “os irmãos eleitos”<sup>288</sup>. Os breves concedidos para a Capela do Bom Jesus não possuem delimitação de tempo, são, sim, perpétuos. Além disso, no caso do jubileu do Bom Jesus

<sup>284</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXV, *Decreto do Purgatório*. p. 347.

<sup>285</sup> Sobre o jubileu da Porciúncula, conferir: TRINDADE, Raimundo, cónego. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17. A indulgência da Porciúncula era concedida na festa de Nossa Senhora dos Anjos a 02 de agosto. Do meio dia de 1º de agosto ao por do sol do dia subsequente, a indulgência era concedida. Sua origem está na lenda, conhecida a partir de 1277, que São Francisco obteve de Honório III esta graça para todos que visitassem a capela da Porciúncula. A partir do século XIV, essa bênção foi estendida a todas as igrejas da Ordem dos Frades Menores (OFM). O Papa Gregório XV a concedeu a todos os visitantes das igrejas da Ordem Franciscana. Foi o Papa Urbano VIII, em 1643, que a concedeu às Ordens Terceiras. Apenas em 1910, que o Papa Pio X permitiu que todos os católicos a recebessem, pois até então era restrita aos membros de alguma das ordens franciscanas. Cf.: LANG, J. Porziunkula. p. 434 – 435; FUSSENEGGER, G. Portiunkula. p. 625 – 626.

<sup>286</sup> AEAM. *Livro de Caixa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Bárbara 1741 - 1805*. Prateleira X, livro número 12 folha. 38.

<sup>287</sup> AEAM. *Livro de provisões, portarias, licenças, breves, etc.* do Bispado de Mariana ano de 1757 à 1759. Provisão de 25 de setembro de 1756. f. 7

<sup>288</sup> AEAM. *Livro de provisões, portarias, licenças, breves, etc.* do Bispado de Mariana ano de 1757 à 1759. Provisão de 26 de março de 1757. f. 26 V

em Congonhas do Campo, uma reestruturação na prática devocional pode ser observada: no lugar de inúmeras missas pelas almas dos irmãos defuntos, como observou Adalgisa Arantes Campos, que a Irmandade de São Miguel e Almas manda celebrar<sup>289</sup>, as indulgências poderiam substituí-las pois tinham o poder de diminuir o tempo no Purgatório ou mesmo tirar a alma desta pena.

O segundo Breve mantém todos os pré-requisitos para receber as indulgências: que os irmãos estejam penitentes e confessados; refeitos pela comunhão; devem visitar a capela o que poderia ocorrer em um dia do mês indicado pelo ordinário; a Deus orarem pela “concordia dos príncipes cristãos”, extirpação das heresias, exaltação da santa Igreja. Este breve concede a indulgência aos irmãos vivos como também poderia ser aplicado às “almas dos fiéis (...) [que] passaram desta para outra vida”<sup>290</sup> o que poderia ser feito através de “sufrágio [missa] pelas almas dos fiéis”<sup>291</sup>. Essa indulgência concedia a “remissão de todos os pecados”.

No terceiro Breve verifica-se uma ampliação do alcance das indulgências, pois é destinado aos irmãos ausentes, por causa de alguma enfermidade, que os impossibilitam de ir até a Capela para recebê-las. Se um dos pré-requisitos era a visita ao lugar sagrado, este é removido pelo terceiro breve, colocando outras condições para se alcançar tais graças. A justificativa é a impossibilidade decorrente da doença, onde

especiais graças e favores e também inclinados as súplicas que sobre isto humildemente nos fizeram a todos e a cada um dos irmãos e irmãs da dita confraria, agora, e ao diante existentes quando por *corporal enfermidade* ou ausência da mesma cidade não possam lucrar as mesmas indulgências deixada a visita da igreja contanto que estejam *enfermos* e fielmente exercitarem as *outras obras pias* impostas que segundo as suas forças poderão cumprir<sup>292</sup>.

No caso dos ausentes, eles deveriam satisfazer as exigências como a prática dos sacramentos (confissão e comunhão), além de visitarem “a igreja maior do lugar” onde se encontravam. Desta forma, “conseguiriam as mesmas indulgências, remissões de pecados e

---

<sup>289</sup> “Por fim, constatamos uma expressiva reestruturação da experiência religiosa traduzida na preferência por formas despojadas de culto: a missa rezada, pobre ritualmente, e no relaxamento da caridade tradicional, manifestado principalmente através da redução progressiva das missas em sufrágio pelas Almas do Purgatório, o que prolongava, dentro da perspectiva escatológica, o tempo de estada naquelas penas terríveis” CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 134

<sup>290</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 2 A V

<sup>291</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 2 A V

<sup>292</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A. Grifo nosso.

relaxações de penitências”<sup>293</sup>. Há, desta forma, uma relaxação das obrigações de visitarem a capela do Bom Jesus para lucrar os benefícios espirituais destinados aos devotos, sem deixar de lado as orientações estabelecidas pelo Concílio de Trento (obras pias). A ausência justificada em decorrência da doença não se torna obstáculo, pois as práticas devocionais são fomentadas por outros meios.

O quarto Breve é destinado não aos vivos, mas aos mortos. Neste caso, as Almas do Purgatório são beneficiadas, sendo “lavadas por Divina Misericórdia das penas do Purgatório para a eterna Bem Aventurança”<sup>294</sup>. O quarto breve nos possibilita a analisar a crença no Purgatório e a importância da missa para sufragar<sup>295</sup> as almas. Além disso, “com esta especial graça” tenta “nobilitar a Igreja ou Capela de Nosso Senhor Jesus Cristo de Matozinhos sita dentro dos limites da Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo”<sup>296</sup>. Desta forma, “as almas dos defuntos podem ser ajudadas pelos sufrágios dos vivos: sacrifício eucarístico, esmolas”<sup>297</sup> o que faz com que o tempo no purgatório possa ser diminuído a partir da solidariedade dos vivos com os mortos. Assim, os sufrágios dos vivos pelos mortos ajudam aqueles “cuja vida não foi muito boa nem muito má”<sup>298</sup>. Ambrósio também fala da eficácia das orações dos vivos pelos mortos que operacionaliza um “alívio dos defuntos após a sua morte”, além de incentivar e considerar conveniente “o valor dos sufrágios para a mitigação das penas”<sup>299</sup>. O quarto breve traz elementos que corroboram a eficácia da missa e a ação do sacerdote, pois dele depende o fiel para alcançar este favor para algum falecido.

Para compreender melhor a eficácia da missa no Setecentos, Adalgisa Arantes Campos, no capítulo 3 da obra *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório* apresenta a importância desse ato religioso na cultura dita barroca numa formação de solidariedades horizontais dentro das irmandades em que os vivos rezam pelos mortos. No início do século XIX, algumas irmandades pediam mudanças nos estatutos solicitando, inclusive, indulgências para os agremiados ou para altares com intuito de diminuir o número de missas pelos irmãos defuntos. Os altares “com o devido *privilegio*, isto é, a licença concedida pelo Pontífice para que o sacrifício do altar resultasse em indulgências

<sup>293</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A.

<sup>294</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A.

<sup>295</sup> O sufrágio, ou o ato de sufragar a alma, é rezar pela alma de alguém.

<sup>296</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A.

<sup>297</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit.. p. 95.

<sup>298</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit. p. 89.

<sup>299</sup> Apud. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Op. Cit.. p. 83



para os defuntos<sup>300</sup> são recorrentes para este período. Os benefícios que a Capela do Bom Jesus consegue angariar, não apenas para os irmãos do Bom Jesus, mas para todos aqueles cuja intenção de missa fosse celebrada em um dos altares da capela apresenta que

todas as vezes que algum sacerdote secular ou regular de qualquer ordem, congregação e instituto tem o dito altar celebrar Missa de defunto pela alma de qualquer irmão ou irmã (...) por modo de sufrágio uma indulgência de tal sorte que sufragando-a (...) seja livre das penas do Purgatório e o mesmo privilégio pela autoridade e teor do presente estendemos e ampliamos a qualquer altar da dita Igreja<sup>301</sup>

O quinto breve é destinado aos vivos. Os pré-requisitos são os já mencionados: “orarem pela concórdia dos príncipes cristãos, extirpação das heresias, exaltação da Santa Igreja”<sup>302</sup>, além de estarem confessados e refeitos com a comunhão eucarística. Nestes termos, concede-se plenária indulgência. O quinto breve reforça um diferencial em relação a outras irmandades no Bispado de Mariana que alcançaram estas graças por tempo determinado: as indulgências no Capela do Bom Jesus não eram limitadas, mas estendiam-se por tempo indeterminado, “havendo de valer as presentes e perpetuamente nos futuros tempos”<sup>303</sup>. É interessante notar o poder espiritual que estes breves trazem para si a ponto de concederem “a remissão de todos os seus pecados”<sup>304</sup>.

Com teor semelhante encontra-se o sexto breve, também destinado aos vivos com um diferencial, o período em que se poderiam lucrar as indulgências. Se no quinto breve o Ordinário determinaria a data que as indulgências seriam concediam, neste elas são oferecidas durante o novenário, que também era autorizado pelo Bispo ou responsável. Desta forma, durante os nove dias, qualquer pessoa

de um ou outro sexo, verdadeiramente penitentes, confessados, e com a Sagrada Comunhão refeitos, que em nove dias contínuos que pelo ordinário se há de determinar, em cada um ano, devotamente visitarem a igreja ou capela de Nosso Senhor Jesus Cristo, sita dentro dos limites da Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, Diocese de Mariana, no Brasil, e aí orarem pela concórdia dos Príncipes Cristãos, extirpação das heresias, exaltação da Santa Madre Igreja, concedemos Plenária Indulgência e remissão de todos os pecados no espaço dos ditos

<sup>300</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 129

<sup>301</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A.

<sup>302</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A V

<sup>303</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A V

<sup>304</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A V

nove dias que, por qualquer dos fiéis, uma só vez em cada um ano, para lucrar a sua vontade<sup>305</sup>.

No entanto, o fiel não poderia receber mais de uma indulgência, apenas uma única vez. Isto permitia ao devoto não precisar ficar fora de sua residência por muito tempo, além de não permitir uma aglomeração tão grande para um único dia. Mas contribuiu para a permanência e o incentivo à peregrinação uma vez que o deslocamento até a Capela do Bom Jesus era uma das condições necessárias para tal fim, deslocamento de inúmeras pessoas que levou à necessidade da construção das romarias, como analisado no capítulo 1. Outro fator importante ressaltado nos breves é a obrigatoriedade da participação do sacrifício Eucarístico. Para algumas irmandades, os estatutos não obrigavam a todos os membros de participarem das missas semanais, mas apenas irmãos determinados pelo compromisso. Em muitos casos recaía esta obrigatoriedade sobre alguns membros da mesa diretora. A capela do Bom Jesus, ao aceitar os breves e a exigência dos sacramentos como forma de receber as indulgências, acaba compartilhando das orientações conciliares que prescrevem a prática de missas, orações e esmolas, como bem se vê definido na Sessão XXV do Concílio de Trento<sup>306</sup>. Torna-se, também, um diferencial em relação às outras agremiações religiosas que receberam indulgências, pois a obrigatoriedade da prática sacramental não recaía apenas sobre alguns membros da irmandade, especialmente da mesa diretora<sup>307</sup> mas, no caso da capela do Bom Jesus, a todos os fiéis que visitassem o lugar e desejassem receber as indulgências. O jubileu de Congonhas prescreve, para lograr as bênçãos indulgenciadas, a prática sacramental, reforçando assim as normas conciliares.

O sétimo Breve é uma novidade em relação aos outros seis analisados até agora. Ele é destinado especialmente às almas que sofrem “*das penas do Purgatório*”<sup>308</sup>. Depois da introdução costumeira, onde se delimita o espaço geográfico e ao mesmo tempo cria-se este *locus* privilegiado, fala-se a quem esta indulgência é destinada: aos mortos. No entanto, por si só, não podem lucrar ou alcançar estas graças. Adalgisa Arantes Campos, ressalta que “as almas do Purgatório não podem mais adquirir por si mesmas aqueles méritos decorrentes de penitências e das obras de misericórdia”<sup>309</sup>. É necessário então a

<sup>305</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A V.

<sup>306</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. p. 347

<sup>307</sup> Cf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 102.

<sup>308</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A V. *Grifo nosso*.

<sup>309</sup> A autora faz esta análise, no capítulo 01 *As Almas Santas e o Purgatório de Dante Alighieri*, apresentando, através da doutrina do Purgatório, que as Almas necessitam da solidariedade dos vivos. Esta

colaboração dos vivos que intercedem pelos mortos, e destes pelos homens, unindo-se com aqueles que já estão no Paraíso. Desta forma, a doutrina da comunhão dos santos “conforta, consola e dá esperança, pois não admite a morte espiritual do homem bom, a solidão, o nada [...]”<sup>310</sup>.

Além das orações pessoais, “as missas em favor das almas dos vivos e dos defuntos exigidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (LXII – 875) constituem obra de misericórdia espiritual”<sup>311</sup>. Essa sociabilidade horizontal, na região das Minas Gerais, pode ser analisada a partir das irmandades e, neste caso particular, do jubileu, pois os devotos deveriam “rezar em favor dos confrades defuntos [o que] constituía uma preocupação do cotidiano das irmandades e ordens terceiras do século XVIII e XIX mineiros”<sup>312</sup>. No caso do jubileu, qualquer pessoa poderia participar da festa e obter a indulgência por algum ente querido.

Este sétimo Breve determina que

todas as vezes que algum sacerdote secular ou regular de qualquer ordem, congregação e instituto, no dito altar celebrar missa de defuntos *pela alma de qualquer fiel* que a Deus em caridade unida passar desta vida para a outra vida a mesma alma consiga os tesouros da Igreja por modo de sufrágio uma indulgência. Desta sorte, fique livre das mesmas [*penas*] do Purgatório<sup>313</sup>

Este Breve é amplo no sentido de não se restringir aos irmãos do Bom Jesus, mas poderia ser aplicado a alma de qualquer fiel defunto, em forma de sufrágio (missa pela alma do defunto), além de não possuir delimitação de tempo, é, sim, perpétuo.

O oitavo Breve é destinado a duas categorias: aos vivos e aos mortos. Todos os pré requisitos são mantidos. Sua novidade é o alargamento e flexibilização de datas para

solidariedade poderia ocorrer por meio das Irmandades que em seus estatutos determinam a oração pelos irmãos falecidos ou por testamento do falecido ou de parentes que assim dispunham. Um dos principais fundamentos bíblicos desta doutrina se encontra no II Livro dos Macabeus (2 Mac. 12, 38-46). Há, desde o século III, prolongando-se até o Setecentos, em especial na região de Minas Gerais, “a crença na comunhão dos Santos ou das pessoas santificadas pelo batismo (...). Segundo esta doutrina, o corpo místico de Jesus Cristo se divide internamente em três igrejas distintas, mas inter-relacionadas: o mundo dos vivos (Igreja Peregrina ou Militante), dos mortos (Igreja Padecente) e dos santos (Igreja Triunfante). Isso ressalta a intercessão dos santos revelando a importância da solidariedade entre vivos e mortos para atingir a vida eterna”. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 27 e 28.

<sup>310</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 27.

<sup>311</sup> Idem. Ibidem. p. 92.

<sup>312</sup> Idem. Ibidem. p. 93.

<sup>313</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 3 A V. *Grifo nosso*.

receberem as indulgências: “qualquer dia do ano”<sup>314</sup>. No entanto, mantém-se a necessidade de visitar a Capela, confessar e comungar. Para atender a estas exigências, a Capela mantém dois capelães para as missas, atendimento dos peregrinos e sufrágios pelas almas. No entanto, limita a recepção das bênçãos indulgenciadas apenas uma única vez por ano.

Este oitavo breve traz a informação de que a Capela do Bom Jesus já havia se tornado um centro de peregrinação em fins do Setecentos: “por causa da devoção, como se afirma, há um grande concurso de Povo cristão e, principalmente de peregrinos”<sup>315</sup>. Com tantas graças e possibilidades de se livrar do Inferno e abreviar sua estadia no Purgatório, a capela se enchia de devotos a cada dia. Após o recebimento dos breves, o volume de peregrinos aumenta. Isto pode ser percebido, quando no capítulo 1, analisamos a construção do complexo arquitetônico/religioso e como cresce o número de obras para atender as multidões que ocorrem durante as festividades. Talvez justifique também a afirmação de Germain Bazin: “o santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, é um dos topos espirituais da América Latina”.<sup>316</sup> A análise minuciosa destes Breves nos permite pensar sobre a importância deste Santuário como centro espiritual, econômico, cultural e político para a época.

Mas será que de fato estes Breves atingiram notório conhecimento público? Será que possibilitaram o aumento de devotos na Capela do Bom Jesus em Congonhas? Ao analisarmos o livro de Receita e Despesas observamos o aumento da arrecadação e dos gastos que (como já analisados no capítulo 1) são destinados à construção de estruturas para acolher o número de fiéis. Além disso, a capela mantém, durante todo o ano, dois capelães para as missas dos irmãos e demais peregrinos que comparecem àquela paragem. Outro dado interessante é o número de sacerdotes que foi crescendo a cada ano para atender as festividades do jubileu (ver gráfico página 92).

## 2.9 – A Proclamação do jubileu e suas festividades

Nos Breves, o papa Pio VI deixa a critério do bispo local a definição da data em que os irmãos e devotos do Bom Jesus receberiam a bênção indulgenciada. Não é o bispo que assina a documentação, pois o terceiro bispo, Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos

<sup>314</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 4 A.

<sup>315</sup> AEAM. *Breves*. Livro &, prateleira 6. f. 4 A.

<sup>316</sup> BAZIN, Germain. *Aleijadinho e a escultura no Brasil*. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973p. 219. Grifo nosso.

Reis governou por procuração. Havia tomado posse de seu bispado através de seu procurador o Dr. Francisco Xavier da Rua em 1773. Governou a Diocese, de Lisboa, até o ano de 1777 quando renunciou à Mitra de Mariana<sup>317</sup>. Foi nomeado para Bispo de Mariana Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, que tomou posse por seu procurador, o Cônego doutoral Ignácio Correa de Sá, em 29 de agosto de 1779<sup>318</sup>. O Cônego Ignácio Correa de Sá, quem deveria dar o parecer sobre as datas para se lucrar as indulgências, determinou os períodos de 3 de maio (Invenção da Santa Cruz) e 14 de setembro (Exaltação da Santa Cruz) que se relacionam à Paixão de Cristo e, ao mesmo tempo, à devoção ao Bom Jesus, cuja imagem é a do Cristo crucificado com dois cravos nos pés e olhos divergentes (um direcionado para cima – céu, e o outro para baixo).

A festa da Invenção da Santa Cruz foi criada por ocasião da sua suposta descoberta no Monte Calvário, lugar onde havia ocorrido a crucificação de Jesus Cristo<sup>319</sup>. A tradição atribui à Santa Helena, mãe do imperador Constantino, a honra de ter mandado procurar a sacratíssima cruz<sup>320</sup>. A data desta festa coincide com o período pascal, pós ressurreição de Cristo, revestindo-se de significado profundo, pois no lugar da dor e da morte, a cruz reveste-se da beleza da vida, marcada por festas e orações. A piedade cristã ainda faz enfeitar as cruzes e cruzeiros neste dia, deixando-a festiva e alegre, com se observa nas cidades do interior de Minas Gerais como Congonhas, Ouro Preto, Mariana etc. A festa da Exaltação da Santa Cruz foi criada no ano de 629, pois a cruz que havia sido roubada em 615 por Cósias, rei dos persas, foi reconquistada pelo imperador Heráclito, no ano de 629, que travou uma batalha, e em seguida levou a cruz novamente para Jerusalém, introduzindo, a partir desta data, a festa da Exaltação da Santa Cruz<sup>321</sup>. Diante dessa tradição relacionada à Paixão de Cristo e a sua crucificação, o Vigário Geral estabeleceu estas duas datas para a festa do jubileu<sup>322</sup>. Neste período, aos devotos que visitassem o templo, confessassem, comungassem “e aí orem pela concórdia dos príncipes cristãos,

<sup>317</sup> Cf.: sobre isto vede: TRINDADE, Côn. Raymundo. *Arquidiocese de Marina*. Subsídios para a sua história. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 1º Vol. p. 147/148.

<sup>318</sup> Cf. TRINDADE, Côn. Raymundo. *Arquidiocese de Marina*. 1ª Vol. Op. Cit. p. 151.

<sup>319</sup> A festa de 03 de maio (invenção da Santa Cruz) foi comemorada até 1969, quando ocorreu a reforma do calendário litúrgico da igreja, sendo incorporada à festa da Exaltação da Santa Cruz, 14 de setembro. Os católicos da Colômbia não aceitaram a retirada dessa festa do seu calendário litúrgico, após a reforma pós-conciliar celebrando-a com toda solenidade: *Ave Crux, Spes unica!* (Ave Cruz, única esperança!)

<sup>320</sup> Cf.: LEFEBVRE, Dom Gaspar. *Missal Quotidiano e vespéral*. Beneditino da Abadia de S. André. Bruges, Bélgica: Abadia de Santo André, 1957. p. 1300

<sup>321</sup> Cf.: LEFEBVRE, Dom Gaspar. Op. Cit. p. 1548

<sup>322</sup> As datas de 03 de maio e 14 de setembro também são comemoradas pelas irmandades do Senhor dos Passos.

extirpação das heresias, exaltação da Santa Igreja, misericordiosamente no Senhor”, o papa Pio VI concedia “plenária Indulgência”<sup>323</sup>.

A notícia da concessão dos breves foi recebida na capela do Bom Jesus, no arraial das Congonhas do Campo, com toda a solenidade possível. Antes mesmo da realização do primeiro jubileu, apenas para anunciar que a Capela havia recebido do Santo Padre a autorização para a realização desses festejos, os irmãos do Bom Jesus fizeram uma festa especial: a “Festa para a Proclamação dos Jubileus” – festividade que tinha como finalidade anunciar as graças alcançadas junto à Santa Sé. Neste mesmo ano, o administrador do Santuário, o irmão Ignácio Gonçalves, mandou consertar o órgão da capela e contratou um importante músico de Vila Rica, Caetano Rodrigues da Silva<sup>324</sup>, para afiná-lo e tocá-lo na missa de proclamação. No início do ano de 1780, ao repique dos sinos, os devotos do Bom Jesus, com os moradores do arraial das Congonhas do Campo, participaram da solene missa cantada “no dia em que se publicarão os Jubileus”<sup>325</sup>. Houve, na ocasião, sermão, bênção do Santíssimo e leitura dos breves que criava o Jubileu do Senhor Bom Jesus.<sup>326</sup> O esplendor dos jubileus era tanto, que houve uma festa para proclamá-lo. Não era a realização do jubileu, apenas o anúncio, solene e festivo, que a capela do Bom Jesus poderia realizá-la em data previamente determinada pelas autoridades eclesásticas. Isto pode demonstrar a importância que um jubileu gozava junto à população, e de suas consequências na vida espiritual de um povo com a crença na vitalidade das indulgências que diminuía ou resgatava das penas purgativas. Além disso, a credibilidade que os administradores da capela, naquela época, poderiam gozar depois de terem conseguido as bênçãos indulgenciadas. Apesar de toda polêmica sobre as indulgências, deste o século XVI, estes privilégios reafirmam um *status quo* do lugar. Apenas no dia 3 de maio de 1780, aconteceu o primeiro jubileu do Senhor Bom Jesus. Neste primeiro jubileu, dez padres ajudaram, seja nas confissões seja nas celebrações<sup>327</sup>.

Todo este cuidado na proclamação do jubileu, com ornamentos, músicos, sacerdotes, ceras, armações efêmeras, reforça o espaço da Capela do Bom Jesus como importante centro de peregrinação, além de mostrar o prestígio da Irmandade, sobretudo do administrador e pessoas mais próximas dele, que se projetavam socialmente a partir das

<sup>323</sup> AEAM. Breves Papais. In: Livro & 6. Fls. 3 A

<sup>324</sup> AEAM. H, livro 26, f. 13.

<sup>325</sup> AEAM. H 26. f. 13. Esta é a expressão utilizada no livro.

<sup>326</sup> AEAM. H 26. f. 13.

<sup>327</sup> AEAM. H 26. f. 13. Registra-se desta forma no livro.

festividades grandiosas que se faziam. Além disso, a ideia do jubileu liga-se aos grandes fatos, homens e lugares relevantes. Liga-se a Roma, o centro da Cristandade. Não queriam transformar a Capela na “Roma eterna”, mas talvez na *altera Roma* (outra Roma); torna-se *status* para o lugar. É ligar as pessoas e a Igreja a este passado de glória, aos jubileus de Roma e aos principais centros de peregrinação da Europa.

Para que o lugar seja ornado dessa *Aura Sacra*, como também desse *status*, aumentando ainda mais a importância do sítio, os administradores adquirem diversas relíquias para a Capela. Como no Jubileu em Roma, onde as relíquias tiveram seu papel, em especial a do Santo Sudário e a da Santa Cruz (também chamado de Santo Lenho), na capela do Bom Jesus, a posse e exibição das relíquias foram preocupação dos administradores. Conseguiram uma doação do padre Jerônimo de Sá Vilhena, pároco de Congonhas do Sabará, que ofereceu algumas relíquias para a Capela, conforme se vê no termo de autenticidade das mesmas<sup>328</sup>. Não apenas adquiriram-nas, mas contrataram, posteriormente, o artífice mais reconhecido na sociedade coeva para fazer a custódia que iria abrigar estas relíquias: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Na bancada do altar mor, ainda hoje, existem as relíquias de Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerônimo e São Felicíssimo na Basílica do Senhor Bom Jesus e algumas delas nos bustos relicários feitos pelo Aleijadinho. A prática de veneração das relíquias é postulada pelo Concílio de Trento na Sessão XXV:

manda o Santo Concílio a todos os Bispos e aos mais que tem o ofício, e cuidado de ensinar, que conforme a praxe da Igreja Católica e Apostólica, recebida desde os tempos primitivos da Religião Cristã, e consenso dos Santos Padres, e decretos dos Sagrados Concílios, instruem diligentemente os fiéis primeiramente da intercessão dos Santos, sua invocação, *veneração das Relíquias*, e legítimo uso das imagens<sup>329</sup>.

Além das relíquias, a administração do Santuário se preocupou com a solenidades das celebrações litúrgicas. Observa-se que o concerto do órgão feito para a “proclamação do jubileu” parece não ter resolvido o problema do instrumento. Para solucionar definitivamente a questão, o administrador Ignácio Gonçalves adquiriu um novo órgão para a capela na mão do comerciante João de Miranda. O novo instrumento musical custou “100\$000 e ouro são 83 ¼ 2”<sup>330</sup>, servindo para abrilhantar o jubileu de setembro, quando

<sup>328</sup> AEAM. & 09. Fls. 04 V; 05; 05 V

<sup>329</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. p. 347. Grifo nosso

<sup>330</sup> AEAM. H 26. f. 13. Registra-se desta forma no livro.

foi tocado pelo organista e violinista, de Vila Rica, Caetano Rodrigues da Silva. No mês de setembro, registrou-se a participação de 11 sacerdotes para assistência durante o jubileu<sup>331</sup>.

A compra do órgão e a utilização de ornamentos em damasco, tafetá, a quantidade de ceras, velas e tochas, mostram a grandeza que se queria ostentar durante os festejos, numa demonstração de grande investimento no sagrado por meio da pompa litúrgica. Outros poderiam assim realizar por acreditarem que estariam realmente agradando a Deus. Os sacerdotes eram contratados para as festividades sendo remunerados com as ofertas dos fiéis. O livro de caixa da capela do Bom Jesus registra estes lançamentos, como também a despesa com alimentação. Graças à expressiva quantidade de romeiros, tornou-se possível manter vultosos gastos. A maioria desses romeiros, como já mencionado, frequentava o Santuário durante o período da festa.

Pensar sobre os gastos realizados durante as festividades permite analisar a importância do Santuário como centro espiritual, econômico, cultural e político para a época. Para analisar esta imbricação em torno da festa e do Santuário, não apenas os gastos, mas a repercussão que as festividades traziam, possibilita compreender a importância deste centro espiritual no Setecentos não apenas para o lugar, mas especialmente para as pessoas que se projetavam como organizadores.

Com o passar dos anos, a capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos vai se firmando como centro espiritual para o povo mineiro setecentista. Conforme Carrato, “o Santuário de Congonhas reserva-se o papel de foco irradiador de intensa piedade popular, que, através da *peregrinação*, da esmola, e das práticas devocionais, irá acender outros lares fervorosos da vida religiosa mineira”.<sup>332</sup> Para tentar mover o povo à piedade, como já havia mencionado o primeiro Bispo de Mariana na provisão concedida para a construção da Capela, seus administradores tentam atingir uma solenidade cada vez maior. Assim, os gastos com as festividades aumentam, e parece que o número de devotos também. No ano de 1786 foi contratado o músico “Theodorio Nogueira e a seus companheiros para cantarem”<sup>333</sup> sendo efetuado pagamento a nove padres no jubileu de maio e 17 no jubileu de setembro. Para o ano de 1789 são nove sacerdotes que atendem o jubileu de maio e 33 no jubileu de setembro, sendo também contratado o músico Antônio Ferreira de Souza<sup>334</sup>.

---

<sup>331</sup> AEAM. H 26. f. 13.

<sup>332</sup> CARRATO, José Ferreira. Op. Cit. p. 216. grifo nosso.

<sup>333</sup> AEAM. Livro H 26. f. 18.

<sup>334</sup> AEAM. Livro H 26. f. 20V.



A diferenciação é pequena nos anos subsequentes: em maio de 1791 são 10 sacerdotes e em setembro 26<sup>335</sup>, enquanto em 1792 são registrados oito padres no jubileu de maio e 27 em setembro.<sup>336</sup> A quantia de sacerdotes se deve ao fato de se ter um número considerável de fiéis e a necessidade, desta forma, de confissão e comunhão. Pode-se dizer que o aumento de padres se deve como consequência do aumento de peregrinos. Para se ter um paralelo da importância do centro espiritual que Congonhas se tornou, retomamos o comentário feito por Saint Hilaire que compara a igreja do Bom Jesus à de Nossa Senhora do Loreto na Itália. Diz que o Bom Jesus é para região o que Loreto é para a Itália: centro de peregrinação e irradiação da fé.<sup>337</sup>

O gráfico abaixo pode ajudar a compreender melhor esta linha ascendente do jubileu. A partir dos números de sacerdotes, indica que o Santuário do Bom Jesus de Congonhas foi, e ainda é, um dos maiores centros de peregrinação do Brasil no século XVIII.

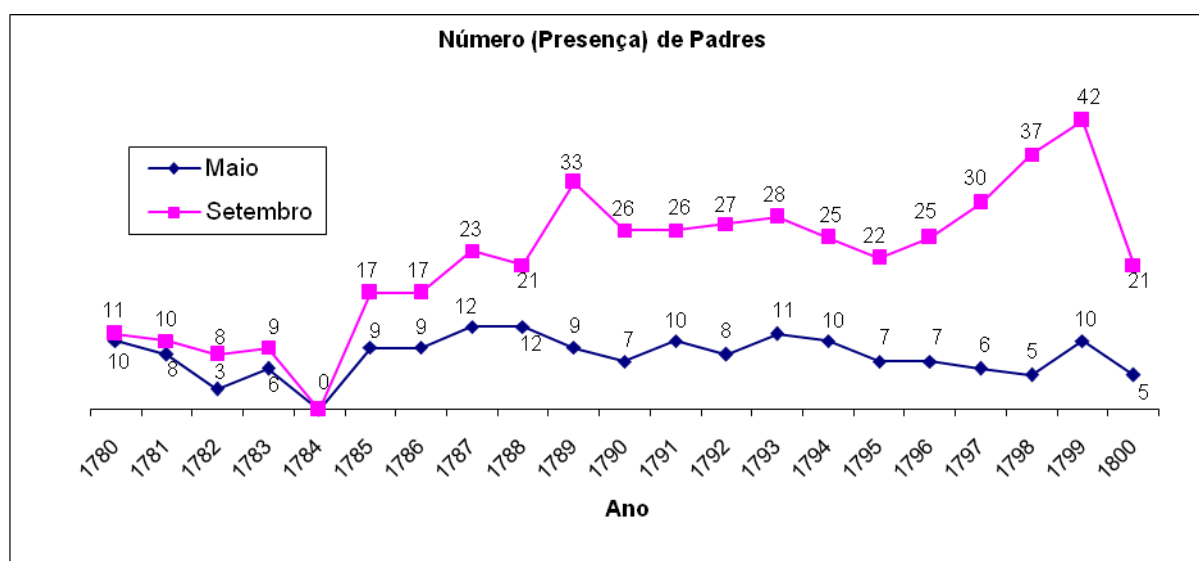


gráfico presença de Sacerdotes durante o jubileu<sup>338</sup>

Além de centro de peregrinação, estes dados possibilitam pensar outras questões de ordem espiritual e temporal. Movidos pela crença na diminuição do tempo no purgatório, e até mesmo a retirada da alma nestas penas purgativas, reafirma algumas medidas propostas pelo Concílio de Trento. Outras orientações conciliares também podem ser pensadas como estratégias dentro das festividades do jubileu, como a “pregação e

<sup>335</sup> AEAM. Livro H 26. f. 24V.

<sup>336</sup> AEAM. Livro H 26. f. 26.

<sup>337</sup> Cf.: FERREIRA, Delson Gonçalves. Op. Cit. p. 70

<sup>338</sup> AEAM. Livro H 26. folhas 13 à 48 V.

missões foram imprescindíveis instrumentos, numa lógica em que a Palavra Divina devia ser servida ao crente por via da mediação clerical, contribuindo para um cristianismo vivido sem acesso direto ao livro sagrado por parte dos leigos<sup>339</sup>. Além disso, incentivava à frequência aos sacramentos “como a eucaristia e a confissão, esta última com conseqüências profundas ao nível da estrutura psíquica das populações, ao estimular um exame de consciência<sup>340</sup>, todas estas ações através do sacerdote.

Outro dado importante a ser mencionado são os valores recebidos por cada sacerdote. Sabemos do quantitativo de padres que auxiliaram no jubileu graças aos registros, no livro de *Receita e Despesas*, dos valores pagos a eles. Registra-se, a cada jubileu, o número de sacerdotes e os valores das cômruas a eles oferecidas. Nas irmandades, as cômruas eram pagas pelas entradas dos irmãos e os valores da contribuição ofertada pela mesa administrativa daquele ano. No caso da capela do Bom Jesus, as principais rendas vinham das esmolas dos inúmeros romeiros que possibilitaram ao Santuário contratar número significativo de sacerdotes a cada ano. Os irmãos de mesa não eram os responsáveis pelos donativos para serem usados na administração da Capela, eles eram, sim, dispensados, como se vê no Estatuto<sup>341</sup> (este será melhor examinado no capítulo 3), cuja justificativa se pautava nas inumeráveis incumbências para a organização dos festejos.

Desta forma, os gastos com a capelania, sermão, música, velas, foguetório, paramentos, obras de arte sacra em geral, eram custeados pelos romeiros que iam até a Capela. Os dados analisados nos levam a cogitar celebrações requintadas, solenes na forma litúrgica, mas também com a pompa de grandes centros religiosos ou de outras festas importantes da Capitania de Minas Gerais. “Gastava-se, de fato, com a manifestação ritual, com as armações e os materiais efêmeros. Imediatamente nos vêm à mente as três categorias postuladas pioneiramente por Affonso Ávila, na década de 1960, em sua compreensão do fenômeno barroco: a ênfase visual, o lúdico e o persuasório<sup>342</sup>.

---

<sup>339</sup> PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. Op. Cit. p. 18

<sup>340</sup> Idem. Ibidem. p. 18.

<sup>341</sup> Cf.: Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. Volume 17 ano XVII. p. 409. Também disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=6369> acessado em 16/10/2013.

<sup>342</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório*. Op. Cit. p. 119.

## 2.10 – As festividades do jubileu

A fundação do jubileu ocorre em 1779; os Breves concedidos pelo Papa Pio VI chegam no final daquele ano. Os irmãos do Bom Jesus fazem uma festa para proclamar a graça alcançada, a festa de proclamação do jubileu “no dia em que se publicaram os jubileus”<sup>343</sup>. No entanto, o primeiro jubileu só ocorrerá em 1780. A partir de então, inúmeros gastos foram efetuados para promover as festividades; outros são realizados para a construção do complexo arquitetônico/religioso; notam-se investimentos na aquisição de relicários para a exposição de relíquias. No ano de 1785, a capela consegue a Relíquia do Santo Lenho, um fragmento da Cruz onde Cristo foi crucificado. Para expor a relíquia, com a devida decência, contrataram junto a Manoel Gonçalves Bragança o serviço para fazer uma custódia para a relíquia<sup>344</sup>. O douramento foi realizado pelo padre Antonio Ferreira de Araújo, em Vila Rica, que cobrou 38 oitavas e  $\frac{3}{4}$ <sup>345</sup>; Outros gastos no valor de  $\frac{1}{4}$  de oitavas foi despendido no transporte do relicário. Após terem adquirido o relicário e mandado dourá-lo, foi comprado um trono para ser colocado com o Santo Lenho em 1786<sup>346</sup>.

Parece que o número de peregrinos aumentou a cada ano, o que levou ao crescente número de sacerdotes contratados para atender durante as festividades. Ocorre ainda a construção de mais cômodos para a hospedagem dos romeiros. Em uma carta de Dom Frei Cipriano, ao se referir ao Santuário do Bom Jesus e sobre o grande ajuntamento de povo, considera que na festa “a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis”<sup>347</sup>.

O aglomerado de pessoas que aqui se reúne leva, impreterivelmente, a uma rede de integração e trocas. Os gastos com panos, ceras, com os sacerdotes, tudo isto nos faz acreditar na grandiosidade que a festa se tornou já nos idos do século XVIII, permitindo, em fins do Setecentos, ter o Santuário 42 padres atendendo nas festividades. Alguns músicos possuem importância dentro dos centros que vivem e ampliam esta teia de relações que as festas do jubileu possibilitam, especialmente, aos administradores do Santuário.

---

<sup>343</sup> AEAM. H 26. f. 13

<sup>344</sup> AEAM. H 26. f. 17

<sup>345</sup> AEAM. H 26. f. 18

<sup>346</sup> AEAM. H 26. Fls. 18 V

<sup>347</sup> TRINDADE, Con. Raimundo. Op. Cit. p. 168.

## 2.11 – Os músicos e a música no jubileu do Senhor Bom Jesus

### 2.11.1 – Da música sacra

A tradição musical em Minas Gerais se manifesta logo no início da ocupação do território, atingindo seu ápice em meados do século XVIII. Os documentos sobre a vida musical da Capitania de Minas Gerais atestam, com grande vigor, o prestígio dessa atividade. Nos núcleos urbanos, a música era parte integrante das festividades religiosas e civis. As principais festas religiosas eram acompanhadas com coro e orquestra. Esta atividade era tão rendosa e tão solicitada, que alguns músicos ou mesmo cantores viviam deste ofício. O viajante francês Saint Hilaire, que passa por Minas Gerais no início do século XIX, fica impressionado com a qualidade da música no arraial do Tijuco (Diamantina). Ele assistiu a Semana Santa no dito arraial e afirma que, “a música convinha tanto à santidade do lugar quanto à solenidade da festa, e foi executada com perfeição. Várias cantoras possuíam voz encantadora e duvido que, em qualquer cidade do norte da França, de população semelhante, se executasse uma missa em música tão bem quanto esta”<sup>348</sup>. O testemunho desse viajante reforça a ideia da importância e do desenvolvimento musical em Minas Gerais nos idos de Setecentos. Outro viajante, como Von Martius (Carl Friedrich Philipp von Martius), também faz registro em seu diário, quando de sua viagem pelo rio São Francisco, sobre a música mineira testemunhando ter visto grupo de músicos executando, com perfeição, algumas obras clássicas.

Nosso objeto de análise, neste capítulo, não se refere ao conjunto de música executado no território de Minas Gerais. Abordaremos, aqui, um problema mais pontual relacionado aos músicos, como também aos instrumentos musicais utilizados no atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e sua importância para a ampliação de influência da administração do Santuário. A música colonial mineira pode nos remeter a questões sócio econômica do Santuário com a contratação de músicos que são chamados para abrilhantar as festividades do Bom Jesus como também a importância deste ato para a solenidades das celebrações.

---

<sup>348</sup> Apud.: LANGE CURT, Francisco. A música barroca. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História geral da civilização brasileira – a época colonial*. São Paulo: Divisão Européia de Livro, 1960. p. 136. 2º vol. Tomo I. Agradeço as informações concedidas pelo Professor Paulo Castanha, Unesp, em 2007, quando encontrei-me com ele no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e por e-mail remeteu algumas informações e bibliografia básica sobre o tema.

Desde o Concílio de Trento, recomenda-se nos templos a sobriedade nas coisas sagradas. Os bispos tentam, em diversos momentos, colocarem tais orientações em prática. O primeiro prelado a pisar solo mineiro, Dom Frei Antonio de Guadalupe, que empreendeu sua viagem entre 1725 a 1728, às diversas paróquias de Minas Gerais, repreendeu os músicos não só pela letra das músicas, inadequadas para as celebrações litúrgicas, mas também pelos solfos e preços existentes. Interferia o dito prelado em questões religiosas e econômicas, tentando fazer com que as celebrações pudessem ter acompanhamento musical, se o preço fosse menor do ordinariamente cobrado. Décadas depois, em 1753, o primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, emitiu circular sobre a música, também conhecida como Pastoral da Música, onde menciona a atitude de seu antecessor, repreendendo, novamente, pela inadequação das letras e solfejos:

Dom Frei Antonio de Guadalupe visitando pessoalmente esta Capitania das Minas Gerais achara nas músicas que se cantava nas festividades da Igreja muita profanidade e indecência tanto nas letras, como na solfa, e também que os Mestres da Capela levavam exorbitantes emolumentos pelas licenças que davam aos músicos para cantar o que não podiam fazer por cuja razão proibira com grandes penas aos ditos<sup>349</sup>.

Ao se referir à “profanidade” da música, faz menção à ausência do cantochão (canto gregoriano), como também aos altos preços (emolumentos) cobrados. Ratifica, desta forma, as orientações de Dom Frei Antônio de Guadalupe sobre a solfa e valores. Em outro trecho, Dom Frei Manoel da Cruz determina o seguinte:

Ordenamos, que nas festividades da igreja se cantem as músicas com introito, gradual, e comum com próprio da festividade que se celebrar, sendo tudo conforme o rito da Igreja próprio daquele dia e, outro sim, que as mais letras que além das referidas se cantarem nas ditas festividades sejam latinas tiradas do breviário, ou missal romano, assentando todas em solfa honesta.<sup>350</sup>

As orientações diocesanas baseavam-se nas determinações tridentinas, como bem salientou Dom Frei Manoel da Cruz: “em observância do suposto pelo Concílio Tridentino”<sup>351</sup>, por meio de instrumentos mais adequados à liturgia, como o órgão. Este instrumento foi muito prestigiado pelas igrejas de Minas, embora a maioria tenha desaparecido. O primeiro órgão, de grande porte, conhecido em Minas, seria o da Catedral

---

<sup>349</sup> AEAM. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. Prateleira W, livro número (código) 41. Emitida em Vila Rica (Ouro Preto), ano de 1753. Esta publicação vê-se nos livro de Inficionado transcrita em 30 de outubro de 1753. f.12 V e 13.

<sup>350</sup> AEAM. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. W 41. f.12 V e 13

<sup>351</sup> AEAM. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. . f.12 V e 13

de Mariana, oferecido como presente pelo Rei de Portugal Dom João V. Ainda existem instrumentos musicais como estes na Igreja Matriz de Santo Antônio, Tiradentes (antigo São José Del Rei) e na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Diamantina (Tijuco) que foi montado pelo padre Manoel de Almeida da Silva<sup>352</sup>. Pesquisando a documentação da atual Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, deparamos com a existência de instrumento musical semelhante em uso até fins do século XIX.

### 2.11.2 – Os músicos do Bom Jesus: solenidade, pompa e prestígio do culto

Desde a inauguração da Capela do Bom Jesus, em 1759, a música constituiu-se preocupação dos administradores do Santuário. Feliciano Mendes contratou um músico para abrilhantar a festa, além de fazer inúmeros gastos com cera para iluminar o ambiente, panos, incenso. Antônio do Carmo, músico que vivia de seu ofício, morador que era no arraial das Congonhas do Campo, tocou na inauguração da Capela. Antônio do Carmo nasce por volta de 1700 na freguesia da “Seda, Ilha 3º do Bispado de Angra” vindo para a América Portuguesa em data incerta. Até o ano de 1755 residia em Vila Rica vivendo “de sua música”<sup>353</sup>. Foi o primeiro músico a tocar na capela do Bom Jesus<sup>354</sup>. Há informação de que um músico homônimo tenha sido contratado para tocar em São João Del Rei, em 1717, com objetivo de dar as boas vindas ao governador Dom Pedro de Almeida e Portugal<sup>355</sup>. Provavelmente não era o mesmo, pois nesta época estaria apenas com 17 anos. O músico Antônio do Carmo, atuou na Capela do Bom Jesus, também residiu em Sabará, Vila Rica e, posteriormente, em Congonhas do Campo. Em Vila Rica, foi membro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, de Antonio Dias onde também ocupou o cargo de escrivão<sup>356</sup>. Essas pessoas viviam da “arte da música”, o que justifica os deslocamentos para vários lugares.

Quando da inauguração da Capela do Bom Jesus, este músico constava com 59 anos. Na documentação do Santuário, nesta época, ainda não aparecem instrumentos musicais, sendo provável que o órgão, ou o instrumento utilizado, pertencesse ao músico.

<sup>352</sup> ALVES, Herinaldo Oliveira (org.). *Roteiro Histórico de Diamantina*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2013. p. 32.

<sup>353</sup> Cf.: AEAM. *De Genere* de Jerônimo Pereira Pina. Vila Rica. Armário 05, pasta 0735. Ano de 1755.

<sup>354</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1759. f. 2 V.

<sup>355</sup> LANGE CURT, Francisco. A música barroca. Op. Cit. p. 127

<sup>356</sup> Cf. LANGE, Francisco Curt. *História a música nas Irmandades de Vila Rica – freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Vol V p. 27.

Depois desta data, vemos a contratação de outros músicos, mas não aparece a aquisição de instrumentos musicais. Dentre os músicos contratados para tocar nas festividades do Bom Jesus antes da fundação do jubileu destaca-se Manoel Dias de Oliveira em 1773<sup>357</sup>.

Manoel Dias de Oliveira nasceu em São José Del Rei (Tiradentes), em 1735, ali falecendo em 1813. Era organista, mestre de música, calígrafo, compositor e foi nomeado capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos de São José do Rio das Mortes. Há registro de sua atuação desde 1769, como músico, em São José Del Rei como também em outros arraiais: Prados e Congonhas do Campo. Suas obras, pela qualidade que possuíam, foram copiadas e divulgadas em outros centros, inclusive Vila Rica. Dentre seu legado pode-se citar: *Missa para Domingo de Ramos; Missa da visitação de Nossa Senhora; motetos; Te Deum*, etc. De uma de suas missas, a “missa de oitavo tom com violinos e baixo” sobreviveu apenas o *Kyrie*<sup>358</sup>. Não encontramos, até a presente data, música feita exclusivamente para a festa do Bom Jesus, mas estas obras compostas por ele foram, com certeza, entoadas em Congonhas. É importante ressaltar o valor e prestígio que este músico tinha, e como sua contratação revela não apenas preocupação com a solenidade da celebração, mas também o poder econômico que a capela do Bom Jesus já possuía naquela época, antes mesmo da fundação do jubileu, disponibilizando recursos para contratar determinados músicos de renome nas Minas (prestígio social).

Além de Manoel Dias de Oliveira, outros músicos trabalharam no Santuário, especialmente depois da fundação do jubileu em 1779. A partir de então observa-se a contratação frequente de músicos, vindos principalmente da capital da Capitania, Vila Rica. Dentre eles, podemos citar: Caetano Rodrigues da Silva (1780 – do qual falaremos mais adiante), Theodório Nogueira e “seus companheiros”, conforme registrou o escrivão do Santuário, que vinham para “cantarem”<sup>359</sup>. Além destes, aparece Silvestre José da Costa (1781) e Antônio Ferreira de Souza (1788 até 1800). Há, por parte da administração do Santuário, zelo em estabelecer na Capela do Bom Jesus um culto que ostentasse um certo prestígio social, demonstrado, dentre outras coisas, pela grandiosidade das celebrações, com coro e orquestra, inúmeros padres, pela custosa despesa que efetuava seja com ceras,

---

<sup>357</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1773. f. 9 V.

<sup>358</sup> Cf.: MISSA. Acervo do Museu da Música de Mariana. Coordenação museológica Paulo Castagna. Belo Horizonte: Fundação Educacional e cultural da Arquidiocese de Mariana, 2002. p. 23 e 26. & Cf.: NEVES, José Maria. *Música Sacra Mineira – biografias, estudos e partituras*. Rio de Janeiro: Funarte, 2000. p. 265.

<sup>359</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26. f. 18.

para iluminar o templo, panos, ricos paramentos, tudo para se ter celebrações ricamente ornadas.

O último músico listado, Antônio Ferreira de Souza (1788 à 1800), foi quem por mais tempo trabalhou no Santuário, não obstante as poucas informações sobre ele. É no ano de 1788 que aparece pela primeira vez o nome deste músico; um pagamento ao músico Antonio Ferreira no ano de 1792<sup>360</sup>. No Livro de Caixa aparece registrado apenas Antonio Ferreira e, para o mesmo ano, há um recibo avulso<sup>361</sup>, onde o músico assina como Antonio Ferreira de Souza, levando-nos a acreditar ser uma forma abreviada que o escrivão fez o registro anotando apenas nome e um sobrenome<sup>362</sup>. Observa-se, também, que no ano de 1789, houve a contratação deste músico para o jubileu<sup>363</sup>. Os trabalhos do músico Antonio Ferreira de Souza foram consecutivos a partir de 1792, atendendo à Capela durante as festividades até o ano de 1800<sup>364</sup>, quando seu nome aparece pela última vez no Livro de Despesas do Santuário<sup>365</sup>. Fora deste período, a Capela possuía um músico para tocar durante o ano e outro músico para o jubileu. Este músico “da casa”, durante algum tempo, foi o irmão Vicente<sup>366</sup>, que depois assume o cargo de administrador da Capela. A partir de então, contratam-se músicos para as solenidades, como já de costume, e ensina-se um escravo da casa para aprender o ofício de músico, executando o órgão durante o ano.<sup>367</sup> Há anos em que não foi registrado o nome do músico, apenas o pagamento pelo serviço, como em 1789: “pagamento aos músicos pela novena do Senhor” e ao “Irmão Vicente da sua porção de tocar o órgão”<sup>368</sup> durante o ano. A falta de informações esclarecedoras sobre os músicos no Santuário se repete em 1791 em que o pagamento “à música da novena do Senhor” não vem acompanhado do nome do músico registrando-se, apenas, o nome do Irmão Vicente que executou o órgão durante o ano<sup>369</sup>, e não se encontram recibos avulsos destas datas.

<sup>360</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1792. f. 26. Tende a ser a mesma pessoa que tocou entre os anos de 1788 até 1800 – Antônio Ferreira de Souza.

<sup>361</sup> AEAM. Livro de recibos avulsos. Prateleira &, livro 8, ano de 1797, f. 21B

<sup>362</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1797. f. 33 V

<sup>363</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1797. f. 20 V

<sup>364</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1793. f. 28; 1794 f. 28; 1795 f. 31; 1796 f.31; 1797 f. 33; 1798 f. 34 V; 1799 f. 35 V.

<sup>365</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1797. f. 26 a 48

<sup>366</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1788. f. 19 V.

<sup>367</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1825. f. 102.

<sup>368</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1789. f. 21 V.

<sup>369</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1791. f. 24.



### 2.11.3 – Dos instrumentos musicais no Santuário

A referência mais antiga que temos sobre a existência de um órgão na Capela do Bom Jesus data da fundação do jubileu, em 1779. O administrador do Santuário, irmão Ignácio Gonçalves Pereira, contrata o músico Caetano Rodrigues da Silva para consertar o órgão da capela e tocá-lo na proclamação do jubileu.<sup>370</sup> Caetano Rodrigues da Silva foi um músico de renome nas Minas Gerais. Atuou em Sabará e Vila Rica. Na Vila de Sabará, executou inúmeros trabalhos para a Câmara e irmandades leigas. Em Vila Rica, vêem-se registros datados de 1750, mas há informações de sua estadia nesta Vila anterior a esta data, vindo a falecer em 1783, como aponta Daniela Miranda em sua dissertação de mestrado apresentada à UFMG em 2002<sup>371</sup>.

Caetano Rodrigues da Silva era compositor, violinista e organista trabalhando intensamente como músico durante diversas festividades de Nossa Senhora da Conceição, de Vila Rica, nas duas irmandades do Santíssimo Sacramento e também na capela de Nossa Senhora do Carmo da mesma Vila. Observa-se que atua em irmandades e ordens terceira que congregam homens de certo prestígio social. No entanto, Caetano Rodrigues da Silva não é membro dessas agremiações religiosas, ele entra para a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte em 03 de outubro de 1739. Como músico, ele ocupou o cargo de primeiro rabeça do corpo de policiais militares, em Vila Rica.<sup>372</sup> Além de músico, Caetano Rodrigues da Silva foi professor da “arte da música [...] grande organista, rabequista e mestre de rabeção, regente e compositor”<sup>373</sup>. Poucos são os músicos que aparecem o registro como “professores da Arte da Música”, como apresentou Miranda para a Vila de Sabará. Esta estudiosa arrolou os seguintes músicos conhecidos como professores: Jerônimo da Costa Guimarães; Bento Pereira de Magalhães; Antônio José Dias Rabelo; Caetano Rodrigues da Silva<sup>374</sup>. Faleceu em 1783, deixando sete filhos. O mais velho

<sup>370</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1780. f. 13.

<sup>371</sup> MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara (1749-1822)*. Dissertação mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta_o.pdf?sequence=1)>. acesso em: 24 jan. 2007.

<sup>372</sup> Cf.: LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Vol. V. p. 89. & Cf.: PONTES, Márcio Miranda. *Música em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Pontes, 2002. p. 21. Neste livro há a publicação de motetos composto por ele, a partir da página 211.

<sup>373</sup> LANGE, Francisco Curt. Op. Cit. Vol. V. p. 150.

<sup>374</sup> MIRANDA, Daniela. Op. Cit. p. 77

possuía o mesmo nome do pai e tinha 20 anos quando do falecimento de seu progenitor, conforme registrado no inventário *post mortem*<sup>375</sup>.

Este músico foi contratado pelo administrador do Santuário para consertar o órgão em 1779. O reparo pode ter ocorrido seja pela idade do instrumento, uso excessivo ou mesmo inadequado. A existência de um órgão de tubo é aferida por este documento. É difícil precisar a data de sua aquisição, pois não há menção na documentação do Santuário, de sua aquisição. Este órgão poderia ter sido doação de algum devoto, o que não levaria ao assento nos livros competentes. No entanto, por ocasião da fundação do jubileu, o órgão foi utilizado e já existia em data anterior a 1779. Os documentos que fazem menção aos músicos precedentes a esta data não trazem informações sobre os instrumentos utilizados.

No entanto, o concerto do órgão não atende à necessidade da Capela. Por este motivo, para o jubileu de setembro de 1780, o irmão Ignácio Gonçalves adquire um novo instrumento para a capela do Bom Jesus nas mãos do comerciante João de Miranda.<sup>376</sup> Após esta data, inicia-se sua ornamentação. Além da música oferecer solenidade às celebrações, o órgão compunha o conjunto decorativo da Capela, motivo pelo qual há preocupação com esta adequação ornamental. O escultor Luis Pinheiro, que também possui obras na Capela de São Francisco de Assis da Cidade de Mariana<sup>377</sup>, é contratado, em 1780, para fazer dois anjos para a “casa do órgão”<sup>378</sup> e, em 1783, recebe pela capa do órgão (o caixote que envolve o aparelho) e as grades do coro<sup>379</sup>. Em 1784, João Gonçalves Rodrigues, carapina, recebe pelos serviços que prestou no corte da madeira e confecção da caixa para o órgão<sup>380</sup>. Além do zelo dos administradores em ornar o referido órgão, o mesmo exige reparo contínuos em seus tubos. Já no ano de 1784, o padre Antonio Neto recebe por consertar e afinar o órgão além de consertar “os canudos do órgão”. Nesta atividade, conta com o auxílio do ferreiro Faustino “de tal” que recebeu por “toronar os canudos do caixão do órgão”<sup>381</sup>.

<sup>375</sup> MIRANDA, Daniela. Op. Cit. p. 80

<sup>376</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1780. f. 13.

<sup>377</sup> Há registro de atuação do escultor Luis Pinheiro nas seguintes localidades e templos: Vila Rica igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões; Mariana Igreja de São Francisco de Assis; São João del Rei igreja de São Francisco de Assis e igreja de Nossa Senhora do Carmo; Congonhas Basílica do Senhor Bom Jesus; Cf.: MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 130. Volume II.

<sup>378</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1782. f. 14 V.

<sup>379</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1783. f. 14 V.

<sup>380</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1784. f. 16.

<sup>381</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1784. f. 16.

O órgão foi consertado novamente, em 1802, por Manoel Pereira. Neste conserto, vê-se a necessidade de soldar seus canudos, já gastos, e quem executou este trabalho foi Vicente J. Ferreira<sup>382</sup>. Em 1804, o órgão recebe outro reparo desta vez por Felizardo Mendes juntamente com Antônio Francisco de Paula que são contratados para fazer os canudos do órgão e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, recebe por fazer uma nova caixa para o instrumento musical. Além desses, Manoel Barbosa e João dos Santos também recebem por serviços prestados nesta empreitada.<sup>383</sup> A própria estrutura do coro é alterada para este fim; nele observamos que há um avanço, na parte do Evangelho, que destoa do restante do conjunto, lugar em que provavelmente ficava o referido órgão. A documentação também faz menção à intervenção realizada por Manoel Pereira que executa a caixa do órgão<sup>384</sup>, sem mencionar o que de fato é dele ou do Aleijadinho. Deve-se destacar que os valores recebido pelo Aleijadinho são quatro vezes maiores que o de Manoel Pereira, que deve ter montado a referida caixa com poucos ajustes. Em 1805, Felizardo Mendes, Francisco de Paula, Manoel Pereira e João dos Santos recebem pela finalização da obra. Apenas para o primeiro há especificação do serviço prestado, constando que o mesmo recebeu por “puxar as chapas para os canudos do órgão da Capela”. O segundo e terceiro vê-se registrado apenas o pagamento pela “factura” e o último por serviços prestados, sem especificar<sup>385</sup>.

O viajante John Luccock, que viveu no Brasil entre 1808 e 1818, visitando a região da Minas (1817 – 1818), passa por Congonhas registrando informações sobre o órgão. Ao entrar na igreja, observa que foi “colocado, por cima da entrada principal, um pequeno órgão, alegremente pintado”<sup>386</sup>. No século XIX, a última informação alusiva refere-se ao reparo nele realizado em 1825, em que mestre organista Atanásio Fernandes da Silva faz um novo órgão para a capela, além de ensinar um escravo a tocá-lo<sup>387</sup>.

No início do século XX o órgão não mais está em funcionamento. O último depoimento que temos dele foi registrado pelo monsenhor Júlio Engrácia na obra *Relação Chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes* publicado inicialmente pelo Arquivo Público Mineiro e, em

<sup>382</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1802. f. 53.

<sup>383</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1804. f. 57.

<sup>384</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1804. f. 57.

<sup>385</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1804. f. 59 V.

<sup>386</sup> Apud.: FERREIA, Delson Gonçalves. Op. Cit. p. 73.

<sup>387</sup> AEAM. Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus. Prateleira H, livro 26, ano de 1825. f. 102 V.

1908, pela Gráfica Salesiana. Ao entrar no templo, monsenhor Júlio Engrácia dá as seguintes informações:

por cima da porta da entrada, está a tribuna, chamada vulgarmente coro; e esta tem, para onde dá o altar mor, a mesma figura que o Adro na frente: um zig-zag ovóide; é sustentada por duas colunas que servem também de apoio aos cardeais do tapa vento, que é uma boa obra de talha, e envidraçado [...] uma escada em espiral por dentro da torre, do lado esquerdo, conduz à tribuna que é limitada na frente por balaústres de jacarandá preto torneados, obra correta e segura: estão presos a um peitoral da mesma madeira. No centro está uma caixa de órgão, obra primorosa de talha, toda dourada, do mais delicado lavor: decaída de seu primeiro lustre pela incúria dos zeladores da Igreja: o instrumento interno não existe, e o pouco que lá está, muito estragado. É uma peça curiosa que deve ser restaurada e conservada, ainda só como memória artística das passadas eras [...] <sup>388</sup>.

Após a passagem do monsenhor Júlio Engrácia no Santuário, a administração do templo foi entregue, por Dom Helvécio Gomes de Oliveira, aos padres redentoristas que permaneceram até a década de 1970. Durante o século XX não temos informações sobre este órgão.

Todos estes elementos apresentados mostram os gastos e a importância da festa do jubileu. Este aparato com o culto, a contratação de músicos, o reparo do aparelho musical, os gastos com panos, ceras, ornamentação efêmeras, ornamentos, paramentos, pagamento a padres para assistência aos devotos, corroboram a ideia de um grande centro de peregrinação, no século XVIII, nas Minas Gerais. As multidões que todos os anos lotam o Santuário levam suas ofertas e viabilizam a realização de tantos e inumeráveis gastos. Foi isto que possibilitou as inumeráveis obras para atender a demanda do complexo arquitetônico/religioso.

## **2.12 – A Religiosidade do Jubileu: um olhar da historiografia**

Iniciamos o capítulo apontado vertentes historiográficas para analisar a questão da Reforma Católica e Contrarreforma, sendo que algumas análises são convergentes. O intuito foi apresentar como Trento chegou na América Portuguesa, em especial à região das Minas, mas de maneira limitada em razão das várias ações dos agentes históricos que

---

<sup>388</sup> ENGRÁCIA, Julio Mons. *Relação Chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes*. Op. Cit. p. 245-246

portam objetivos distintos. Mas deve ser mensurado como muitas orientações foram aplicadas, não raro por leigos, orientados pelos sacerdotes que, em sua maioria, detinham esse conhecimento. As normas tridentinas faziam “do bispo e do pároco os centros da vida católica”<sup>389</sup>. A retomada de alguns princípios teóricos permitiu compreender a devoção ao Bom Jesus em Congonhas tornando-se um exemplar claro da aplicação do ideário tridentino na região das Minas a partir de meados do século XVIII.

Para a historiografia brasileira, especialmente àquela ligada ao CEHILA, Trento chegou apenas no século XIX com os bispos Ultramontanos. Para Riolando Azzi, o Padroado Régio trouxe resultados negativos, com a escassez de bispos, vacâncias prolongadas (foi o caso da Diocese de Mariana após a morte de Dom Frei Manoel da Cruz<sup>390</sup>), pequeno número de dioceses e de paróquia coladas<sup>391</sup>. Tanto Azzi como Caio César Boschi<sup>392</sup> apresentam uma das marcas da religiosidade em Minas: a atuação de leigos. Difere, no entanto, da orientação do Concílio de Trento que preconizava a ação do sacerdote. Eduardo Hoornaert considera que a religiosidade na América Portuguesa com uma espiritualidade medieval, presente nas organizações das confrarias ou irmandades no Brasil<sup>393</sup>, partilhando da mesma idéia de Carrato<sup>394</sup>.

Esta interpretação historiográfica clássica sobre a religiosidade serve para reafirmar a pouca influência da Igreja na Colônia, ou como afirma Vainfas, em que “a estrutura eclesiástica colonial em nada parecia concorrer para o êxito tridentino no Brasil”

---

<sup>389</sup> FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? Op. Cit. p. 161.

<sup>390</sup> Após a morte de Dom Frei Manoel da Cruz, em 1764, a diocese de Mariana permanece sem bispo até 1772 quando Dom Joaquim Borges de Figueiroa toma posse. O mesmo vai transferido para a Bahia, Arcebispado de Salvador. Em 1773 Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, que era bispo de Macau, foi nomeado para ser bispo de Mariana, mas não pisou solo mineiro. Apenas em 1777 que Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével será nomeado bispo de Mariana e “fará sua entrada solene na catedral de Mariana” em 25 de fevereiro de 1780. Ver.: TRINDADE, Raimundo Cônego. *Arquidiocese de Mariana*. Op. Cit. p. 139 – 151.

<sup>391</sup> HORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der; BROD, Benno (org.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – primeira época*. 5ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Nesta mesma linha segue Lana Lage, em tese de doutorado, que os motivos para a demora para aplicação de Trento se deve, dentre outras coisas, às longas vacâncias; à enormidade das dioceses; ao envolvimento com a administração secular; à preocupação em garantir os direitos do padroado. Apud.: FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In.: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coordenadores). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas – olhares novos*. Lisboa, Portugal: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda/Maia. 2014. p. 160.

<sup>392</sup> BOCHI, Caio César. *Os leigos e o poder – irmandades leigas e política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>393</sup> Cf.: HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época – Período Colonial. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 356.

<sup>394</sup> Cf.: CARRATO, José Ferreria. *As Minas Gerais e os primórdios do caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

mostrando certa resistência da população marcada pelo sincretismo, pelas tendências religiosas indígenas e negras em conflito com a ortodoxia católica mas que não encontra eco no Santuário do Bom Jesus. Na mesma vertente, Laura de Mello e Souza em sua célebre obra *O diabo e a terra de Santa Cruz*, apresenta certa carência estrutural da Instituição que acarretaria na existência de espaços que negariam, ou mesmo tentariam resistir, aos valores de uma cristandade reformada<sup>395</sup>. Mary Del Priore enfatiza também a resistência, por parte da população, às normas conciliares<sup>396</sup>. Estes historiadores privilegiam a heterodoxia, o desarranjo na concretização dos postulados tridentinos. Esta prerrogativa apontada pelos pesquisadores, numa verdadeira negação das orientações conciliares, conflita-se com o processo de normatização moral das populações. Para atingir tal fim, o Concílio de Trento desencadeou uma pastoral culpabilizante dos fiéis, como bem apresentou Jean Delumeau<sup>397</sup> ou possibilitou outros meios, como a difusão da crença no Purgatório, esperança da salvação.

Caio César Boschi destaca, em sua obra *Os leigos e o poder* o aspecto laico da religiosidade de Minas Gerais como também de sua característica de manifestações exteriores, muito cara às concepções já formulados por Affonso Ávila que apresenta esta cultura com ênfase no visual, no lúdico e no persuasório<sup>398</sup>. Para Boschi, os estudos de religiosidade colonial não podem ter como parâmetros as normas e padrões do catolicismo ortodoxo, mas o que chama de “catolicismo popular”. É necessário compreender o significado das festas e cultos praticados pela população que “se caracteriza pelos seus traços reformistas e tridentinos [...] através das devoções pessoais, o culto aos santos, as pompas das festas e procissões”. Há uma forma prática de vivência, a fé se associava às culturas locais. Para Boschi, esta religiosidade possui traços reformistas e tridentinos.

Deve-se ressaltar que parte dos estudos realizado contemplam a primeira metade do XVIII, enquanto nossa abordagem privilegia a segunda metade, o que nos impede de generalizações. Observa-se, sim, uma ação contrária às análises realizadas por alguns historiadores que demonstram distanciamento das orientações do Concílio de Trento. No que tange à prática devocional, observamos uma aproximação com os principais preceitos,

---

<sup>395</sup> Cf.: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 88. Cf.: VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos de pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>396</sup> DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000. & DEL PRIORE, Mary Lucy. *Religião e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1997.

<sup>397</sup> DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. Op. Cit.

<sup>398</sup> Cf.: ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo Barroco*. Perspectiva: São Paulo, 1971.

como apresentaremos a seguir. Uma devoção cristológica, em que o centro das devoções é a figura de Cristo. Além disso, o culto às relíquias como bem orientou o Concílio de Trento na Sessão XXV sob o título *Da invocação, veneração e relíquias dos Santos, e das Sagradas Imagens*<sup>399</sup>, foi adotado pelo Santuário que adquiriu várias relíquias para serem expostas na Capela. Há uma valorização da ação clerical por meio do sacerdote, a quem o devoto deve recorrer para ter acesso aos sacramentos, seja da penitência (confissão) seja da comunhão; a crença na intercessão dos santos; na união da Igreja peregrina, com a triunfante e a padecente; e o ponto principal, que consideramos: a crença no poder das indulgência e no Purgatório, elementos estes impetrados e defendidos pelo Concílio de Trento. Estas práticas caracterizam os jubileus do Bom Jesus de Congonhas do Campo.

Eis os objetivos das indulgências: frequência aos sacramentos; incentivar práticas de oração; incentivar certas devoções. São orientações existentes antes de Trento, mas reafirmada pelo Concílio Tridentino. Vale ressaltar como os agentes históricos, que no caso de Congonhas são leigos, vão se interessar por estas prerrogativas. Observa-se que foi um pedido feito por um leigo, o que nos possibilita cogitar o alcance das estratégias da Igreja, em especial na eficácia da indulgência na disseminação da crença e validade das mesmas. Desta forma, podemos observar que as *indulgências* funcionam como incentivo à confissão, prática preconizada por Trento para uma vida de orações e visita à igreja ou em uma prática devocional. Além disso, as indulgências contribuíam para diminuir o tempo que a pessoa passaria no Purgatório, como já analisado.

Se o Santuário de Congonhas aumenta em número de fiéis após ser-lhe outorgado este privilégio das indulgências, pode-se cogitar que a crença no Purgatório, como também no poder da Igreja em conceder certos privilégios espirituais, seja na vida ou após a morte, eram acreditados pelo povo. A crença nestes poderes faziam determinados grupos sociais se deslocarem de seus lugares de origem até a capela do Bom Jesus no arraial das Congonhas do Campo, pois a indulgência era uma das formas de se garantir um tempo menor no Purgatório.

Para uma boa confissão, três partes deveriam ter este sacramento: a contrição ou atrição, a confissão e a satisfação. Esta orientação é anterior à Trento e foi reafirmada por este Concílio. O mesmo não se posiciona favorável a nenhuma corrente teológica que defendia uma das práticas acima (contrição e atrição) e nem deixa claro qual delas deveria

---

<sup>399</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. p. 347 e 349.

ser realizada e mesmo incentivada pela Igreja. A *Contrição*, a saber, refere-se ao sentimento de detestação dos pecados cometidos e que não haveria de cometê-los motivado pelo amor que sentia a Deus. Já a *Atrição*, designa um sentimento de detestação dos pecados menos por amor a Deus e mais pelo medo do Inferno. Não importa o sentimento que faz com que o fiel procure a confissão (atrição ou contrição), deveria, sim, procurar o sacramento pelo verdadeiro amor a Deus. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, há o ato de contrição que deveria ser rezado pelo fiel<sup>400</sup>.

Jean Delumeau aponta que Trento não descarta a atrição. Esta neutralidade de posicionamento se dá pela intenção daqueles reunidos no Concílio de não decidir entre as escolas teológicas católicas o que poderia gerar novos conflitos internos. Ela se impôs como valorização dos sacramentos e do poder do sacerdote de absolver os pecados. Outro motivo para desenvolvimento maior da atrição seria a realidade em que se inserem os confessores e a comunidade: pessoas rústicas com uma certa “inércia espiritual e sua incultura religiosa”, fez com que a atrição se sobreposse sobre a contrição<sup>401</sup>.

Estes e outros exemplos denunciam uma prática religiosa baseada nas orientações de Trento. É claro, não uma aplicação plena, mas fragmentada e imperfeita. É importante pensar a relevância do jubileu no resgate do homem da condição pecaminosa e a crença na eficácia da indulgência e da existência do Purgatório, motivo pelo qual há uma elevada concorrência de fiéis que para lá se dirigiam todos os anos. Além disso, é perceptível, esta prática religiosa (o jubileu) se nos apresenta não como uma esperança no Purgatório, uma possibilidade de purificação, não o medo do Inferno mas a esperança da salvação. As indulgências e a Pastoral do Medo foram estratégias utilizadas pela Igreja para atrair os fiéis.

No entanto, muitas das orientações veiculadas no Concílio de Trento, e das práticas devocionais empreendidas na Capela do Bom Jesus, merecem atenção peculiar, pois revelam várias nuances da ação tridentina tanto por parte do bispo e do pároco como da ação de leigos. Não temos apenas um agente responsável, mas vários. Não se trata de uma religiosidade meramente leiga, mas que necessita da ação do sacerdote para adquirirem a tão desejada indulgência. Além disso, sofrem uma ação contínua da fiscalização episcopal, seja pelo próprio bispo ou mesmo por seus visitantes, que em nome dele, fazia as visitas.

---

<sup>400</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Op. Cit. Título XXXIV, parágrafo 131.

<sup>401</sup> DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. Op. Cit. p. 48



Essa articulação de diversos segmentos sociais não se sucederá de maneira tranquila, mas de forma conflituosa, pois esses diferentes agentes portam, muitas vezes, interesses distintos. Esses conflitos que nos deteremos no próximo capítulo.

## Capítulo 03

### PODERES EM CONFLITOS NA CAPELA DO BOM JESUS

#### 3.1 – A prestação de contas na Capela do Bom Jesus no século XVIII

Feliciano Mendes foi o primeiro administrador dos bens da Ermida do Senhor Bom Jesus. Obteve de Dom Frei Manoel da Cruz a autorização para a construção do templo em 1757<sup>402</sup>. Dom José I, rei de Portugal, concedeu-lhe provisão régia para construção da capela em 1758. No documento determina que o administrador “será obrigado a dar contas todos os anos perante o visitador do Ordinário”<sup>403</sup>. O Ordinário é o Bispo de Mariana, que pode determinar algum sacerdote para receber as contas da Capela. A primeira prestação de contas ocorre em 1761, diante do vigário geral, o Cônego Dr. José dos Santos, que realizava visita pastoral ao arraial das Congonhas do Campo<sup>404</sup>. O lapso de quatro anos difere do que havia sido determinado em provisão régia que previa esta prática anualmente, o que raramente aconteceu por parte dos administradores posteriores ao primeiro Ermitão.

Custódio Gonçalves de Vasconcelos assumiu a administração da Capela em 1765, após a morte de Feliciano Mendes. Para fins de ajustes contábeis, ele encerrou os assentos de *entradas* e *saídas* em setembro de 1765 iniciando um novo ciclo de contas para o período da sua gestão. Entre 1769<sup>405</sup> a 1772<sup>406</sup>, o administrador apenas contabilizou, anualmente, as saídas e entradas, não as apresentando ao Ordinário ou seu representante legal para a *correição*<sup>407</sup>. Apenas em 1773, o vigário geral Dr. Francisco Xavier da Rua faz

<sup>402</sup> A solicitação para a construção da Capela foi realizada em 12 de maio de 1757. Despacho favorável assinado por Dom Frei Manoel da Cruz data de 23 de maio de 1757. Ver: AEAM. *Livro & 12*. f. 3 A.

<sup>403</sup> AEAM. *Livro & 12*. f. 5 A.

<sup>404</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus* Prateleira H, código 26. f. 03.

<sup>405</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, código 26. f. 07

<sup>406</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, código 26. f. 08

<sup>407</sup> O termo aparece, com frequência, na documentação do século XVIII. Trata-se da averiguação, por alguma autoridade, da documentação de certos lugares. Para Raphael Bluteau, *correçam* ou *correição* (atualizado) é “expedição, em que vai o corregedor com seus oficiais pela comarca tomar conta de todos os malefícios, que nela se cometem, assim por devassa, como por *vistas*, e *revistas de papeis e livros*, e tudo o mais deixando em capítulos, de modo com que se há de proceder dali em diante em algumas matérias. Há outra correição, que fazem as Câmaras e almotacéis, que é irem pelos lugares da sua jurisdição, para verem se as testadas das fazendas estão feitas, e os agoeiros abertos. Também correição é o distrito da jurisdição do corregedor, e menos propriamente o da jurisdição do Ouvidor, provedor e Juiz de Fora, e assim se divide o Reino de Portugal em seis Províncias, e estas em vinte e seis correições ou Comarcas, que se governam por Provedores, Corregedores, Ouvidores e Juizes de Fora, os quais temem toda a comarca, que a cada um deles é sujeita, jurisdição”. Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino - volume 2*, Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/correicam>>. Acesso em: 20 out. 2014. *Grifo nosso*.

a averiguação das contas, considerando-as “certas e verdadeiras, como tais as aprovo”<sup>408</sup>. Custódio Gonçalves de Vasconcelos faleceu em 19 de junho de 1776. O padre Francisco de Paula Nascente, na época capelão do Bom Jesus, ficou responsável por encerrar os registros contábeis, quando se realizaram novas prestações de contas<sup>409</sup>. Ignácio Gonçalves Pereira foi o terceiro Ermitão da Capela iniciando suas funções naquele ano. A primeira prestação de contas realizada por ele ocorrerá em 1778<sup>410</sup>. Nota-se que prestação de contas em 1778 antecede a fundação do jubileu que foi autorizada em 1779, com a recepção dos breves. A primeira festividade ocorreu em 1780, como apresentado no capítulo 2. O irmão Ignácio Gonçalves, sob cuja administração o jubileu é fundado, falece em 1790.

Após a morte do irmão Ignácio, há um lapso nas prestações de contas, mesmo existindo na Capela um volume muito grande de donativos e gastos, como se observa nos livros. Há, sim, no *Livro de Despesas* como no *Livro de Receitas*, no final de cada ano, um registro de encerramento constando os pagamentos realizados e entradas onde o Ermitão assina o resumo dos valores no fim daquele período, mas não ocorre a prestação de contas junto às autoridades competentes. Talvez, uma das explicações para um período tão longo de exercício sem as averiguações contábeis se deve à situação do Bispado que passara de sede vacante ao governo de dois bispos que não pisaram o solo mineiro: Dom Joaquim Borges de Figueiras e o de Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis<sup>411</sup>. Ressalta-se, no entanto, que em sede vacante as prestações de contas foram feitas junto ao vigário capitular. Durante o governo do segundo e terceiro bispos estas diligências poderiam ter ocorrido junto ao Vigário Geral, o Procurador do Bispado, o que não ocorreu.

A situação foi regularizada com a chegada do quarto bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével<sup>412</sup>. Este prelado chega a cidade de Mariana em 1780, tomando posse de sua diocese em 25 de fevereiro do mesmo ano. A prestação de contas ocorreu apenas em 1791, onze anos depois de sua chegada. Durante esse período, encontrava-se à frente da administração do templo Ignácio Gonçalves Pereira. Ele assina,

<sup>408</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 09

<sup>409</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 10 V

<sup>410</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 12

<sup>411</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 146 à 150.

<sup>412</sup> Após dezesseis anos de falecimento do primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, foi nomeado para Bispo de Mariana em 20 de novembro de 1777 por Don Maria I, Rainha de Portugal, sendo confirmado por Pio VI em 1 de março de 1778. Sua sagração como Bispo ocorreu em 15 de abril de 1779. Neste mesmo ano, em 29 de agosto, tomou posse pelo seu procurador, o Cônego Inácio Correia de Sá. Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 151.

pela última vez o *Livro de Despesas* em 31 de dezembro de 1789<sup>413</sup>. A partir de 1790 Thomas da Maya Brito passa a responder pela capela. Não encontramos, até a presente data, Provisão para o mesmo assumir esta função, mas assina o *Livros de Despesas* em de 31 de dezembro daquele ano.

Thomas da Maya Brito foi mais zeloso no que tange ao cumprimento das orientações eclesiásticas. Ele foi à Mariana para levar os livros e prestar contas em 16 de dezembro de 1791. O longo termo de prestação de contas, registrado nas folhas 22 V à folha 24, inicia advertindo “por todo o espaço que decorrido desde a última conta feita em cinco de março de mil Setecentos e setenta e oito”<sup>414</sup>. O bispo e seus auxiliares fizeram uma análise minuciosa do *1ª Livro de Despesas* da Capela, chamando a atenção para lançamentos duplicados como aqueles pagos a Dona Antônia, orientando que se diminua “esta repetição em despesas”<sup>415</sup>. Mesmo assim, elogia o uso de recibos para comprovar a saída dos recursos, bem como a enumeração dos mesmos que são lançados às margens: “mas como no mesmo livro da despesa confronta com os Recibos que as margens se apresentam (...) como recibos número 35, 33, 59, 17, 12 que tudo como se pode bem examinar”<sup>416</sup>.

Dom Frei Domingos da Encanação Pontével também examina o *Livro de Receitas* da Capela e “mais rendimentos da casa do Senhor no tempo da referida conta” chamando a atenção para a falta de lançamento “que nunca se lançou na receita [*o que*] para esta agora faria a quantia de vinte e um mil quatrocentos e cinquenta oitavas e um vintém e meio”<sup>417</sup> os quais deveriam ser registrados. O bispo então “adverte (...) e ordena que para se evitarem os despeitos que se incorrerão nestas contas e evitar para o futuro” determina o seguinte: “1º que as contas não defirão [*sic* - vencerão] para mais tempo de um ano; 2º no alto da lauda se aponte sempre o ano; 3º deixar a soma total do ano no início da folha”<sup>418</sup>. Mesmo tendo transcorrido 13 anos desde a última prestação de contas e passados dez anos da chegada Dom Frei Domingos da Encanação Pontével no Bispado, confirma o administrador à frente da Capela “e que em tudo o mais se continue no governo e economia da casa do Senhor, com a mesma fidelidade e zelo que se tem observado até

<sup>413</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 21 V

<sup>414</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 22 V

<sup>415</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 23

<sup>416</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 23

<sup>417</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 23 V

<sup>418</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 24

agora nas administrações [...] que muito lhe rogamos e agradecemos da parte do Mesmo Senhor”<sup>419</sup>, conclui Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével assinando a prestação de contas dada em Mariana, sede do Bispado. Talvez a ausência de uma correição mais enérgica se deva ao fato de não ser Thomas da Maya Brito o responsável pela ausência na prestação de contas, mas seu antecessor. Além disso, os registros foram realizados com certa prudência, como bem assinalou o Bispo.

Analisando os *Livros de Despesas* e o *Livro de Receita* depois desse período, observa-se que todas as orientações foram, criteriosamente, seguidas, tanto na forma dos lançamentos como da prestação das contas. Observa-se que menos de um ano depois, em 16 de junho de 1792, o administrador da Capela comparece à cidade de Mariana para apresentar as *receitas e despesas*, recebendo-as o próprio bispo<sup>420</sup>.

Mesmo com cobranças mais criteriosas sobre a prestação de contas, a relação entre a administração da capela do Bom Jesus com o quarto bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, parece não ter sido tão conflituosa. No forro da sacristia do referido templo, por exemplo, vê-se a pintura deste prelado (feito em data incerta), ao lado do primeiro bispo de Mariana Dom Frei Manoel da Cruz. Neste teto, conta-se, de forma pictórica, parte da história oficial do Santuário, a partir de papas, rei e bispos<sup>421</sup> que contribuíram, de alguma forma, com a Capela. As representações podem ser determinadas pelos interesses dos grupos que, muitas vezes, podem forjar seu significado ou mesmo atribuir certos valores a um em detrimento de outros que não fazem parte dessa trama. A pintura pode ser analisada como forma de legitimar determinadas condutas, fazer presente os que estão ausentes e mesmo homenagear aqueles que fizeram parte da história oficial do Santuário concedendo certos privilégios materiais (seja para ereção da Capela, com donativos – como fez o primeiro bispo de Mariana Dom Frei Manoel da Cruz em testamento<sup>422</sup>) ou espirituais (as bênçãos indulgenciadas). Mas esta situação de aparente tranquilidade não perdura por todo o século XVIII e início do XIX.

<sup>419</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 24

<sup>420</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 26

<sup>421</sup> São, respectivamente: Dom José I – rei que fora desde o início da construção; Bento XIV Papa reinante no início da construção da Capela; Pio VI que concede os breves que criaram o Jubileu; Dom Frei Manoel da Cruz – autorizou a construção; Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana em cujo governo o jubileu foi criado.

<sup>422</sup> Dom Frei Manoel da Cruz falece em 1764. Em testamento, deixa um dote para a Capela entregue para o então administrador do templo Feliciano Mendes. Cf.: TRINDADE, Côn. Raimundo. *Arquidiocese de Mariana*. Op. Cit. p.

Thomas da Maya Brito, após a prestação de contas em 16 de junho de 1792, fecha o *Livro de Despesas* em 31 de dezembro do mesmo ano, assinando o encerramento dos assentos contábeis<sup>423</sup>. Antes da abertura das despesas do ano de 1793, o administrador deixa a metade da página em branco, provavelmente para se lançarem as prestações de contas. Não foi possível preencher este espaço pois o quarto bispo de Mariana faleceu em Vila Rica, em 16 de junho de 1793<sup>424</sup>. O mesmo procedimento é tomado pelo mesmo administrador em fins de 1793, quando conclui o lançamento no *Livro de Despesas*, em 31 de dezembro e, ao abrir os registros do ano de 1794, também deixa metade da página em branco<sup>425</sup>. Ao término do ano de 1794, as contas não são mais assinadas por Thomas da Maya Britto, mas, sim, pelo Irmão Vicente Freire de Andrada<sup>426</sup>, mantendo-se o mesmo escrivão, pois não há alteração da caligrafia. Thomas da Maya Britto deixou apenas a administração do referido templo, continuando a prestar relevantes serviços para a Capela, como se observa dos inúmeros pagamentos realizados a ele, especialmente, na construção do adro, da retirada e transporte das pedras, da canalização da água, a construção das capelinhas, etc.

### **3.2 – O quinto bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José, e os primeiros embates políticos**

A chegada de um bispo deveria ser marcada com solenes celebrações. A mais famosa entrada episcopal, na Capitania de Minas Gerais, refere-se à posse de Dom Frei Manoel da Cruz imortalizada na obra *Aureo Trono Episcopal*<sup>427</sup>. Seus sucessores tiveram suas posses marcadas por solenidades, mas não consta de terem sido tão pomposas como do primeiro bispo. As Câmaras, por exemplo, exigiam a limpeza das ruas, decoração das janelas, requeriam a algum padre missa e sermão, convidavam autoridades e demais povo.

<sup>423</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 27 V

<sup>424</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 153.

<sup>425</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 29 V

<sup>426</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 30 V

<sup>427</sup> O primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, foi nomeado em 1745, tomando posse do seu novo bispado em 1748. Anteriormente, era bispo do Maranhão empreendendo, pelo interior da América Portuguesa, sua viagem para a região das Minas. Esta verdadeira epopeia pelo sertão do Brasil, juntamente com as celebrações de sua posse, ficaram registradas na obra *Auro Trono Episcopal*, reeditada, no ano de 2006, pelo arquivo Público Mineiro. Cf.: AVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. 2º ed. Revista e atualizada. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro, 2006.

A chegada de Dom Frei Cipriano de São José<sup>428</sup> não foi diferente. Previsto para entrar solenemente na Catedral de Mariana em 30 de outubro de 1798, a Câmara daquela cidade inicia os preparativos. Após a notícia da chegada do prelado no Rio de Janeiro, os vereadores aprovaram o primeiro edital determinando a limpeza da cidade, colocando escravos e libertos sob vigilância, apontando o trajeto do cortejo, que iniciaria na igreja de São Pedro dos Clérigos, passando em frente à sede do poder político (o prédio da Câmara) e “pelas assobradadas residências das famílias abastadas até a chegada à Catedral”<sup>429</sup>. O edital da Câmara de Vereadores de Mariana deixava claro que as ruas deveriam ser preparadas com

areias e sobre estas junco, espadana, ou outras quaisquer ervas cheirosas, ornando as janelas das suas casas com colchas, e outros mais preparos na melhor forma, que puder ser, pondo todos luminárias em suas frentes das casas nas noites dos ditos dias trinta, trinta e um, e princípio de novembro do referido ano, tudo em obséquio, e demonstração do especial gosto, e alegria, que geralmente recebemos com a sua chegada; pena de ser condenado todo aquele, que assim o não praticar em seis mil réis (...) <sup>430</sup>.

Dom Frei Cipriano, após sua posse, tratou de organizar sua residência. Depois disso, voltou-se aos assuntos relativos à administração espiritual e temporal do vasto território de seu bispado. Cônego Raimundo Trindade oferece uma visão negativa desse prelado, ao classificá-lo como velho e “excessivamente gordo”<sup>431</sup>, o que poderia atrasar sua locomoção pelo vasto território da diocese, dificultando, assim, a realização de um bom governo episcopal. O bispo passou a tomar informações sobre o governo da Igreja. Dentre os sacerdotes que o auxiliavam encontrava-se o padre Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim<sup>432</sup>, vigário colado na paróquia de Nossa Senhora da Conceição no Arraial das

---

<sup>428</sup> Dom Frei Cipriano de São José, nasceu em 12 de novembro de 1743 na paróquia de São Sebastião da Pedreira, freguesia urbana de Lisboa. Foi ordenado sacerdote em 21 de fevereiro de 1768. Foi professor trabalhando com as disciplinas de Sagrada Escritura, 1779; filosofia em 1783; Teologia Moral 1789. Em 3 de janeiro de 1789 foi nomeado pregador da Capela Real do Palácio de Bemposta; sagrado bispo em 31 de dezembro de 1797 na igreja dos Menores Reformados de São Pedro de Alcântara. Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 161.

<sup>429</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. A entrada solene de um bispo ilustrado em sua diocese no final do século XVIII. In.: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009. [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com). p. 02.

<sup>430</sup> Apud.: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. A entrada solene de um bispo ilustrado em sua diocese no final do século XVIII. Op. Cit. p. 03 e 04.

<sup>431</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 162: Diz cônego Raimundo Trindade: “além dos cinquenta e dois anos, excessivamente gordo, frei Cipriano resistiu”.

<sup>432</sup> Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim formou em Direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1776. Foi ordenado sacerdote em 1780, em Lisboa. Na época o bispo de Mariana era Dom Bartolomeu, que havia sido transferido de Macau para tomar posse do Bispado de Mariana, mas o mesmo não pisou em solo mineiro. Governou a Diocese por procuradores: o padre Dr. Francisco Xavier da Rua no período de 1773 a

Congonhas do Campo. Foi ele também que assumiu a diocese de Mariana em nome de Dom Frei Cipriano e, posteriormente, exerceu o cargo de Vigário Geral acumulando as funções de pároco colado na Matriz de Congonhas do Campo e Vigário Geral da diocese de Mariana. Os padres que se empenharam em noticiar o bispo das inúmeras atividades que teria à frente da diocese de Mariana, o avisaram sobre a Capela de Matosinhos, que ele deveria governar e administrar. Disseram que “era uma capela nos seus paramentos e alfaias rica pela cópia de esmolas dos fiéis e mais rica ainda pelas muitas indulgências que nela se lucravam em dias determinados”<sup>433</sup>. Procurou então o referido bispo informação sobre quem administrava a Capela. Era um leigo, que, na fala do bispo, “havia representado várias figuras neste mundo: porque havia sido músico, depois soldado e, dando baixa, se introduzira em negócios no qual quebrara com gravíssimo prejuízo dos seus credores” refugiando-se em Matozinhos, deixando a barba crescer “o que já não a conserva mais”<sup>434</sup>, aponta Dom Frei Cipriano.

Essa é a única informação que temos sobre o irmão Vicente Freire de Andrada, administrador da capela do Bom Jesus (é claro, na visão do bispo de Mariana). De fato, os informantes do bispo estavam bem instruídos! Apenas a ordem dos afazeres destoa um pouco das informações recolhidas. A primeira informação que temos de Vicente Freire de Andrada junto a Capela do Bom Jesus ocorre em 1781, onde o administrador faz dois pagamentos ao “mercador Vicente Freire de Andrada da fazenda sua para vestuário” ou “ao mercador Vicente Freire de Andrada de fazenda sua para a capela”<sup>435</sup>. Em 1782, há outro pagamento “ao mercador Vicente Freire de Andrada de 18 toxas e fitas que mandou

---

1775; o padre Dr. José Faustino de Oliveira Gondin entre 24 de maio de 1778 a 29 de agosto de 1779; por último o Cônego doutoral Inácio Correia de Sá que renunciou à Mitra de Mariana, em 1777. Em 25 de fevereiro de 1780, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével assume a diocese falecendo em Vila Rica aos 16 de junho de 1793. Em 1797, o Papa Pio VI confirma a nomeação ao episcopado. O Padre Quintiliano Alves Teixeira Jardim assumiu o governo do Bispado em 1798, antes da chegada de Dom Frei Cipriano. Durante o governo deste bispo, Padre Quintiliano assumiu importantes funções dentro da Diocese, como Vigário Geral e pároco colado da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Congonhas do Campo. Morre em 1807 sendo enterrado na Matriz em que exercia seu paróquiato. Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 147 à 162. No Arquivo da Universidade de Coimbra, consta as seguintes informações sobre o Padre Quintiliano: matriculou-se em Direito em 14 de outubro de 1772; o 2º ano de Direito 6 de outubro de 1773; 3º ano de Direito em 9 outubro de 1774; 4º ano de Direito em 19 de outubro de 1775; 5º ano de Direito em 3 de outubro de 1776. In.: RODRIGUES, Manoel Augusto (direção). *Memória Professorum Universitatis Conimbricensis: 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992. Agradeço a professora Dra. Maria Antónia Lopes, da Universidade de Coimbra, por ter direcionado meu pedido à Senhora Ludovina Capelo, do Arquivo da mesma Universidade, que enviou as informações acima a quem sou grato pela gentileza e atenção dispensadas.

<sup>433</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 165.

<sup>434</sup> Cf.: Idem, *Ibidem*. p. 165.

<sup>435</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 13 V.



vir do Rio”<sup>436</sup>. No ano subsequente (1783), foi realizado pagamento a Vicente Freire de Andrada por um “ornamento inteiro de damasco preto para as funções dos funerais feito no Rio de Janeiro e outras coisas mais como consta do recibo”<sup>437</sup>. A partir do ano de 1784, Vicente Freire de Andrada aparece nomeado como “irmão da capela” e recebe por tocar o órgão durante o ano (apenas para o jubileu contratava-se outros profissionais para atuarem como organistas, ficando a cargo do dito irmão a música para as celebrações corriqueiras). Nos anos de 1784 a 1792, o irmão Vicente recebe por “sua porção de organista da capela” ou “sua porção de tocar o órgão” e, a partir de 1790, simplesmente “de tocar o órgão”<sup>438</sup>. Não encontramos informações sobre o “gravíssimo prejuízo de seus credores”, como informa o bispo, ou de sua baixa como soldado.

Outras despesas são realizadas com o irmão Vicente quando de sua ida à Vila Rica para resolver pendências da Capela<sup>439</sup>. Isso pode sugerir, já nos idos de 1788, que o mesmo possuía envolvimento junto à administração da Capela, sendo a ele confiado resolução de determinados assuntos na sede da Capitania. Isso leva Dom Frei Cipriano a afirmar que depois de se achar “bem instruído no manejo da devoção aparente, por empenho de alguns apaixonados, em sé vaga, pode empossar-se na capela como procurador e não da Irmandade ou confraria que nunca houve ali”<sup>440</sup>. De fato, a administração do Irmão Vicente iniciou-se um ano após a morte de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, em período de sé vaga, passando a assinar os documentos da Capela a partir de 1794.

A prestação regular de contas não foi uma constante na Capela do Bom Jesus, como analisado no início do capítulo. No entanto, nenhum ermitão havia se indisposto, até então, com as autoridades eclesiásticas. A questão agrava-se na administração do Irmão Vicente Freire de Andrada, pois ele não aceitou fazer as prestações de contas para o padre Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim, mesmo depois de ter assumido o bispado em nome de Dom Frei Cipriano. Além de ser o administrador da Diocese até a chegada do bispo, ele era o pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, dispondo, juridicamente, da Capela do Bom Jesus que se encontrava dentro de seus limites

<sup>436</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 14.

<sup>437</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 14 V.

<sup>438</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. Para o ano de 1784 e 1785 o pagamento é realizado em um único lançamento onde se vê o registro na folha 17, “de tocar o órgão do ano de 84 para o do presente de 85”; no ano de 1786 o acento é feito na folha 18; 1787 folha 18 V; 1788 o acento encontra-se à folha 19 V; no ano de 1789 ver o registro à folha 20 V; em 1790 à folha 21 V; para o ano de 1791 o registro está à folha 24; para o ano de 1792 folha 26.

<sup>439</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 20.

<sup>440</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 166.

paroquiais. O Irmão Vicente dispensou o Reverendo Vigário dizendo que prestaria contas assim que o bispo chegasse e apenas a ele as daria. Em carta à rainha, Dom Frei Cipriano resumiu as ações do Ermitão da seguinte forma:

por abreviar a história vim ao conhecimento verdadeiro de que o Ermitão consumia tudo, dispunha como queria: que gastava as esmolos a sua vontade; que aceitava capelães e os despedia a seu arbítrio; que praticava o mesmo com os outros barbatos<sup>441</sup>, a quem de moto próprio vestia o hábito ou roupeta; que emprendia obras de seu gênio sem utilidade da Capela; e que tudo emprendia o obrava sem consentimento nem licença do superior. Enfim vim a saber que o Ermitão era um senhor despótico e dominador absoluto de tudo quanto pertencia à Capela de Matozinhos<sup>442</sup>.

O bispo, talvez assustado pelo amplo poder que um leigo possuía, esbravejava contra esta atitude: “protesto”, disse Dom Frei Cipriano em correspondência oficial à rainha: “que não há de ser assim daqui em diante”<sup>443</sup>. Afirmava que seriam admitidos na Capela apenas as despesas necessárias para o seu sustento, como o de seus administradores. Estas notícias chegaram ao ouvido do Irmão Vicente, que só procurou o bispo seis meses depois, com intuito de solicitar autorização para a construção de corredores, onde se atenderia confissão durante os dias de maior movimento. Os livros contábeis não foram levados para nenhum tipo de averiguação, destacando-se então a demanda que o Santuário possuía concernente à prática do sacramento da penitência. O prelado, em resposta, afirmou que sairia em visita pastoral, e nesta ocasião examinaria pessoalmente a necessidade da obra. Para solucionar o problema das confissões, determinou a construção de confessionários portáteis para se ouvirem as mulheres, como determinava o direito<sup>444</sup>. Além disso, determinou que

nos dias de maior concurso de fiéis as mulheres somente se confessassem dentro da igreja e comungassem, e que os homens fossem ouvidos de confissão na sacristia, no adro e onde houvesse comodidade e principalmente na grande casa chamada dos milagres, e que ali mesmo se lhes administrasse a Eucaristia, pois me constava haver naquela casa um descentíssimo altar, onde celebravam muitos sacerdotes.<sup>445</sup>

---

<sup>441</sup> Conforme Raphael Bluteau no *Vocabulário Portuguez & Latino - volume 2*, barbato significa, de forma genérica, *irmão leigo*. “Barbato, barbato: na religião de São Bernardo, e outras, é irmão leigo. Os leigos dos Cartuxos com mais razão se chamam *barbatos*, porque trazem barba”. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/barbato> consultado 20 out. 2014.

<sup>442</sup> Apud.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 166.

<sup>443</sup> Apud.: Idem, Ibidem. p. 166.

<sup>444</sup> Cf.: Idem, Ibidem. p. 167.

<sup>445</sup> Apud.: Idem, Ibidem. p. 169.

A atitude do bispo foi o crucial para começar o conflito entre o administrador da Capela e a autoridade diocesana.

Os estudos que trazem à luz este documento limitaram-se a uma crônica dos fatos. Dessa maneira, Cônego Raimundo Trindade afirma, antes da transcrição deste *corpus* documental, que se dispensava em “narrar miudamente a ocorrência, porque” abriria “espaço a uma carta do ilustre bispo que traz a lume as mais minuciosas circunstâncias do fato”<sup>446</sup>. Ressalta-se que o ofício do historiador permite ir além da narrativa dos fatos, mas interpretá-los, articulando-os com outras fontes. Numa perspectiva da história cultural, possibilita análises das ideias e práticas sociais de determinadas épocas com mais clareza. Estes documentos revelam nuances do cotidiano, mudanças culturais e intelectuais, como percebida no discurso do bispo, que utiliza uma retórica bem diferente dos corriqueiros discursos do período que são marcados por uma estrutura, muitas vezes, enfadonha.

A estrutura retórica, articulada à história política, sobressai, aqui, como uma possibilidades de análise. Dom frei Cipriano, em discurso muito bem elaborado, com argúcia e sofisticação, ao qualificar o irmão Vicente Freire de Andrada, profere a seu respeito inúmeras queixas, apresentando-o como uma pessoa que ocupou “várias figuras neste mundo”. Este argumento é utilizado para se resguardar das denúncias feitas a ele pelo Ermitão. Tem como base os cânones do Concílio de Trento que determina o caráter e qualidades que devem ter aquelas pessoas que denunciam um prelado, desqualificando o oponente, desacreditando, assim, as denúncias feitas. Com um estilo claro, em um discurso direto, demonstra claramente um profundo conhecimento sobre o Concílio de Trento e os direitos eclesiásticos apresentando a improbidade das acusações e a qualidade dos sujeitos envolvidos. Os que oferecem informações e denúncias contra um bispo devem ser pessoas de notória e pública reputação. Em caso contrário, não caberia resposta por parte do rei ou do bispo, descartando-se assim certas petições. Os cânones do Concílio de Trento, que se tornou parte integrante das *Leis do Reino de Portugal*, determinavam que

as testemunhas em causa criminal, para informação ou indícios, ou ainda em causa principal contra os bispos, se não forem contestes, de boa conversação, reputação e fama, não sejam recebidas; e se dispuserem alguma coisa com ódio, temeridade, ou cobiça, sejam multadas com graves penas<sup>447</sup>.

<sup>446</sup> Apud.: Idem, *Ibidem*. p. 163; 164.

<sup>447</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo I. Sessão XIII, Capítulo VII, p. 287.

Desta forma, demonstrar quem era a pessoa que acusa o bispo, mostrando não ser uma pessoa de “boa reputação” já o desobrigava de responder às acusações. Além disso, lamenta que neste país “há homens tão indignos, tão altos de fé e de honra, e de uma consciência tão danada que não temem por na Real presença libelos tão falsos como infames” cujo objetivo era enganar o Rei. Salienta que não havia necessidade de respostas, pois a carta que eles remeteram, em si, “traz as notas de calúnia, de falsidade e de reprovação” e que as mesmas são “tão claras e evidentes que se descobrem à primeira vista”<sup>448</sup>. Para sanar estes problemas, o bispo passa a narrar, detalhadamente, o que ocorreu entre ele e os administradores da Capela do Bom Jesus desde a sua chegada no bispado.

A ideia de um discurso bem elaborado, de estilo claro, pode ser visto como um argumento retórico utilizado pelo bispo como forma de persuasão. Carlos Ginzburg aponta dois tipos de narração, citando, para isto, Auebach: “a riqueza analítica de Homero e a sintética concisão da Bíblia”<sup>449</sup>. Auebach desenvolve a explicação e evolução do termo *enargeia* (ou *energeia*) que “assumiu significado mais técnico na era helenística”, situada no limite entre a história e a retórica. *Enargeia* significa ato, atividade, clareza, vividez. A *enargeia*, dependendo do contexto, pode ter o valor de claro ou tangível<sup>450</sup>. O bispo, na sua carta, faz o papel do historiador que narra os verdadeiros fatos: “O historiador mais corajoso é aquele que faz a sua narração descrevendo os sentimentos e delineando o caráter dos personagens como se tratasse de uma pintura”<sup>451</sup>.

Um dos mestres da retórica, Quintiliano (\*35 d. C † 95 d.C.), propôs o termo *evidentia in narratione*, pois o que a “narração evidencia é, na verdade, uma grande virtude, quando algo de verdadeiro não só deve ser dito, mas de alguma maneira também mostrado”<sup>452</sup>. Esta demonstração acontece, para Quintiliano, quando “expressamos uma coisa com palavras tais que as ações pareçam estar sendo executadas e a coisa, estar diante dos olhos”<sup>453</sup>. Essa é uma das estratégias retóricas utilizadas por Dom Frei Cipriano. A *demonstratio* indica um objeto invisível, tornando-o quase palpável, a partir de uma narração apaixonante, em que os fatos se desenvolvem como se estivessem diante do nosso olhar e, “de modo semelhante, o historiador conseguia comunicar aos leitores a própria

<sup>448</sup> Apud.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 165.

<sup>449</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros – verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 22; 23

<sup>450</sup> Cf.: Idem. *Ibidem*. p. 19.

<sup>451</sup> Idem. *Ibidem*. p. 23.

<sup>452</sup> Idem. *Ibidem*. p. 20.

<sup>453</sup> Idem. *Ibidem*. p. 21.

experiência”<sup>454</sup>. A *enargeia* é uma visão auxiliar que deve contar com as “virtudes do estilo”. Além disso, deve-se levar em conta que tais tipos de texto aproximam o escritor do leitor, não apenas pelos quadros que mais vivamente narra, mas pela intimidade entre remetente e destinatário, que dispensa formalidades. Dom Frei Cipriano apresenta, retoricamente, a verdade, além de mostrar certa familiaridade com seu interlocutor, neste caso a rainha. Além do estilo de escrita aqui analisado, deve-se lembrar que o prelado, antes de ser nomeado para o bispado de Mariana, foi pregador na Capela Real do Palácio de Bemposta.

O trabalho tem como objetivo a questão religiosa, mas não podemos deixar de mencionar e analisar estes embates políticos e algumas estruturas retóricas que a documentação nos apresenta, elementos que enriquecem a análise o que nos permite pensar em uma ação que tange tanto o religioso como o político. Este elo nos leva a pensar uma categoria que une dois princípios neste período: o *teológico-político*, pois o mesmo engloba concepções da esfera administrativa como religiosa, marcadamente a partir da questão do Padroado Régio. Nossa análise valoriza estes dois aspectos (religioso e político), que, metodologicamente, foram separados em capítulos distintos mas que se articulam no cotidiano das pessoas. Esta riqueza do trabalho nos possibilita ampliar nosso campo de compreensão de uma sociedade, de uma época, e compreender o fenômeno religioso, em especial o jubileu, com sua complexidade, seja ela religiosa ou política. Além disso, reflexões sobre a administração da Capela do Bom Jesus levam-nos a pensar a administração do Império Português. A partir da festa do jubileu, podemos ampliar nosso foco de análise e conhecer um pouco mais sobre a administração do Reino de Portugal, possibilitando novas luzes sobre possíveis análises culturais do século XVIII. O conflito pode ser visto como um embate entre práticas e concepções religiosas (teológicas) e políticas (administrativas) que conduz a uma disputa entre poderes instituídos oficialmente (bispo) com autoridades locais. É necessário, também, perceber o não dito, aquilo que as fontes muitas vezes não apresentam de forma clara. Para tanto, faz-se necessário o entrecruzamento de fontes das mais variadas possíveis. Os fragmentos da carta acima citado, é uma resposta dada à rainha sobre acusações que o ermitão e demais irmãos da Capela fizeram do bispo. Além das inúmeras críticas e denúncias que fazem do bispo, a

---

<sup>454</sup> Idem. *Ibidem*. p. 21.

documentação aponta algumas saídas que os irmãos acreditavam serem necessárias para solução do problema, como a retirar do prelado a autoridade de jurisdição sobre a capela.

### **3.3 – Os irmãos do Bom Jesus e Dom Frei Cipriano: a disputa por poder**

Dom Frei Cipriano almejava trazer para si a autoridade administrativa da Capela, subordinando seus responsáveis a cumprir as orientações que considerava pertinentes. Este intento não foi interpretado positivamente por alguns confrades do Bom Jesus que, sentindo-se ameaçados, começam a se organizar para se verem livres da autoridade do bispo. Articulavam duas ações: a primeira medida com o objetivo de mostrar autonomia administrativa da Capela; continuaram a organizar o jubileu à revelia, sem interferência da autoridade religiosa local (pároco) ou diocesana, além de convocar os fiéis para uma novena pública em 1799, sem pedir autorização à paróquia ou ao bispado. A segunda medida, mais política e jurídica, foi a de impetrar dois recursos junto à Coroa: primeiro, uma denúncia formal contra o prelado a qual teve que responder; segundo, a tentativa de fazer aprovar, em Lisboa, um novo estatuto, no qual não estariam mais sob jurisdição eclesiástica, pois a Capela seria elevada a uma circunscrição com dignidade régia, subordinando-se diretamente à jurisdição do rei ou de ministros por ele indicados, que não fossem religiosos.

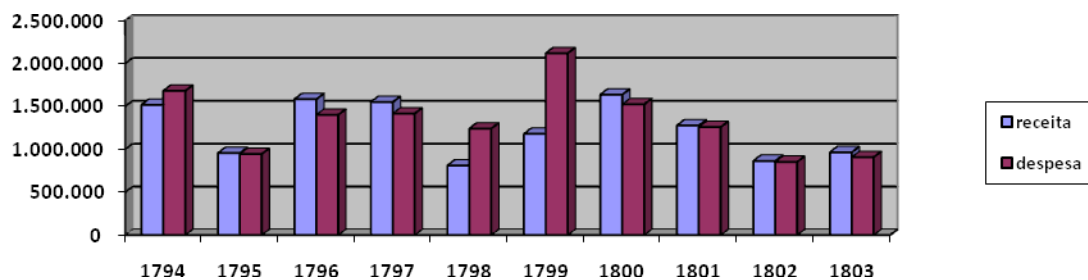
### **3.4 – As festividades do Jubileu no ano de 1799**

As determinações que Dom Frei Cipriano envia para o ermitão do Bom Jesus, concernente à solicitação feita sobre a construção de um corredor para confissão, são datadas de abril de 1799. Neste mesmo ano, os administradores da Capela tomam uma série de medidas como forma de legitimação de poder e mesmo de disputa por espaços de atuação, tentando retirar do bispo sua jurisdição. Ações como os elevados gastos promovidos durante o jubileu de 1799, as inúmeras obras que foram empreendidas, algumas já em execução há anos, mas todas sem autorização dos responsáveis pela Diocese. Nos vários volumes dos livros de provisões que abrangem este período, existentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, não foi encontrado pedido algum deferido pelo bispado sobre obras executadas no Santuário. Como, por exemplo, a conclusão do aqueduto do Bom Jesus e a contratação de Antônio Francisco Lisboa para

esculpir as imagens do Sacro Monte do Santuário como também pela “fatura”<sup>455</sup> dos Profetas, esculturas colocadas no adro, em frente à Capela.

Esta primeira linha de ação dos irmãos da Capela do Senhor Bom Jesus tem como objetivo mostrar a autonomia administrativa do templo. Para isto, ampliam as ações de atuação, seja na realização dos festejos, seja na execução de obras ou se negando a prestar contas da administração. Nenhum dos administradores anteriores ao Irmão Vicente tinha declarado ou realizado ações que demonstrassem, de maneira tão clara, oposição à autoridade eclesiástica. Se levamos em conta que os gastos excessivos podem se caracterizar como uma forma de oposição ao bispo, foi a partir de 1794 que isto se torna mais evidente agravando-se em 1799. A partir dos gastos contabilizados no *Livro de Despesas*, levando em consideração a arrecadação oficial da Capela registrada no *Livro de Receita*, constata-se um aumento significativo de despesas, sem as devidas autorizações (*provisões*) e muito menos a realização da prestação de contas. O gráfico abaixo relaciona os valores de entrada e saída, com base nos dois principais livros contábeis da “Casa do Senhor”, o *Livro de Receita* e o *Livro de Despesas*, no período da gestão do Irmão Vicente.

GRÁFICO RECEITA E DESPESA<sup>456</sup>



<sup>455</sup> “Fatura” é a expressão utilizada nos recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa para designar o trabalho escultórico tanto nas imagens dos passos como nos profetas: “Recebi do Irmão Vicente trezentas e noventa e cinco oitavas e três quartos e seis vinténs de ouro procedidas da fatura das Imagens dos passos do Senhor de mim e meus oficiais e para clareza passo este de minha letra e sinal. Matozinhos das Congonhas do Campo, 31 de dezembro de 1799. Antônio Francisco Lisboa”. AEAM. Prateleira K, código 8. f. 1 A. Transcrição popular.

<sup>456</sup> Para elaboração desse gráfico, foram levados em consideração os totais apresentados no *Livro de Receita* (AEAM. Prateleira K, código 1 A) e do *Livro de Despesas* (AEAM. Prateleira H, código 26). Para facilitar a composição do gráfico, os valores foram transcritos obedecendo-se o critério de três casas decimais antes do ponto. O período em análise cobre o espaço de 1794 a 1803. AEAM. *Livro de Receita*. Prateleira K, código 1 A. f. 29 V a 41; AEAM. *Livro de despesas*. Prateleira H, código 26. f. 29 V a 55 V.

É visível o aumento dos gastos no ano de 1799. O que é de admirar são os valores da arrecadação que correspondem, aproximadamente, a 55,64% do montante gasto. Um *déficit* que atinge cifras surpreendentes, quase o dobro do que é arrecadado. É possível pensar que tal aumento se deva à importância da celebração ou que o montante dos valores reflita outras intenções dos agentes que a praticam. Neste caso, as despesas da Capela, como também nas cerimônias do jubileu, podem ser analisadas como forma de favorecer a distinção social daquele grupo, além de uma reafirmação do poder, ou como aponta Chartier<sup>457</sup>, numa representação clara de poder que o Ermitão e outros irmãos passaram a ter ou almejavam.

O gráfico se refere aos gastos dispensados durante o ano na Capela, incluindo o jubileu. São contas as mais diversas, que incluem as inúmeras obras realizadas para criação de uma estrutura no Santuário, cujo objetivo inicial é atender aos romeiros durante os festejos e mesmo fora dele; a contratação de artífices; a manutenção da capela; gastos com vestuário em especial para os fâmulos da casa; boticas para atender os doentes; a canalização de água para abastecer o Santuário; a pompa litúrgica instaurada durante as festividades, o que comportava a contratação de músicos, sacerdotes, compra de panos, ceras dentre outros. A professora Adalgisa Arantes Campos analisa esses valores excessivos para uma festa, classificando-o como *pompa*, abrangendo não apenas o luxo das celebrações, mas também a ordenação hierárquica<sup>458</sup>. Além disso, os irmãos do Bom Jesus reconhecem que a estrutura criada no Santuário para atendimento dos romeiros fez daquele lugar um dos “melhores da Capitania”<sup>459</sup>, um verdadeiro complexo devocional-religioso construído nas Minas. A obrigação da contratação para as inúmeras obras era tarefa do ermitão e procurador do Santuário, que as coordenava. Ele também deveria, além de contratar e pagar pelos serviços prestados, fazer o lançamento devido nos livros contábeis ou contratar alguém para isto.

Cabe analisar, aqui, algumas motivações referentes ao excesso de gastos: a prática de uma religiosidade marcada pelo excesso, pela manifestação visual, como apontou

---

<sup>457</sup> Cf.: CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2º ed. Alges/Portugal: DIFEL, 2002.

<sup>458</sup> Cf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes. O triunfo eucarístico: hierarquias e universalidade. *Revista Barroco*. Número 15, ano de 1992. p. 461 – 467

<sup>459</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. Volume 17 ano XVII. p. 409; 410. Também disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=6369> acessado em 16/10/2013.



Affonso Ávila, caracterizado por Adalgisa Campos como *pompa*; valores excessivos apontam também um conflito de ordem administrativa que reflete certo prestígio e manifesta o poder dos grupos que realizam as festividades; além disso, os elevados custos para realização da festa também podem revelar o grau social dos organizadores, posto que a participação nos jubileus congregasse segmentos sociais os mais diversos; a importância dada às festividades por estes agentes históricos numa evidente junção *teológico-político* nas celebrações. Estas festividades são apropriadas e muitas vezes re-significadas, pois há intenções as mais diferentes por parte de seus produtores do que apenas a devoção por si.

A cerimônia se torna um mecanismo de representação de poder, claramente disputado com o bispo que tenta ingerir no Santuário. Chartier articula esta representação com duas categorias importantes: os grupos sociais e o aspecto cultural, faltando, em sua análise, o aspecto religioso, elucidado no capítulo 2. O ermitão não está sozinho, mas, como bem elucidou Dom Frei Cipriano, ele e seus “barbatos” organizam as festividades e passam, em fins do século XVIII, a articular contra a autoridade instituída, em especial a religiosa. É necessário ampliar as fontes para tentar identificar este grupo, que alça mão de diversos métodos para atingir seu intento. É evidente como alguns desses agentes utilizam elementos importantes na formação religioso/cultural de um povo para angariar prestígio. Esta imbricação do religioso/cultural, forte nas Minas do século XVIII, marcada pelas peregrinações, os votos, ritos e celebrações, em especial no Santuário do Senhor Bom Jesus em Congonhas do Campo, é apropriada para a representação de uma sociedade estamental, como forma de ordenação da “hierarquização da própria estrutura social”<sup>460</sup>.

O Irmão Vicente Freire de Andrada, administrador da Capela do Bom Jesus desde 1794, concluiu parte do complexo arquitetônico/religioso em Congonhas. Como analisado no capítulo 01, ele terminou a construção de mais cômodos para abrigar os romeiros, finalizou a obra do aqueduto e empreendeu outras obras necessárias ao Santuário. Os moradores do Arraial das Congonhas do Campo não ficaram imunes às multidões que chegavam de todas as partes para participar dos jubileus. A população passou a investir em residências com grande número de quartos para albergar os romeiros. A subida para o Santuário tornou-se lugar de inúmeras casas que serviram de pouso para os peregrinos. No início do século XIX, quando os viajantes passam por Congonhas, oferecem descrições interessantes sobre isso. James Wells, por exemplo, desce pela ladeira, uma “desagradável

---

<sup>460</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural* – entre práticas e representações. p. 23.

estrada íngreme, pedregosa e grosseiramente pavimentada (...) calçada de pedras redondas<sup>461</sup> ficando hospedado na casa do Alferes Gurgel, uma das casas que abrigava viajantes e peregrinos. Na maior parte do ano, as casas, no caminho para o Santuário, ficam sem moradores, informa James Wells. Nas dependências do Alferes Gurgel, também

fica a venda, restaurante e sala de jantar do Alferes, esta última é um cômodo despojado, caiado, com aspecto de caserna, mobiliado com uma mesa rústica e longa e longos bancos de madeira de cada lado. Entretanto, apesar de extremamente simples, era bastante limpa, traços do uso de uma vassoura podendo ser rastreados como tendo ocorrido em algum período remoto. Os quartos são uma série de cômodos do lado oposto da rua, lembrando um pouco estúbulos grosseiros. Esse alojamento aparentemente amplo destina-se às multidões que invadem a cidade por ocasião dos festejos anuais do santo padroeiro, de 11 a 14 de setembro.<sup>462</sup>

Nos idos de 1799, acirradas pela briga entre o bispo de Mariana e a administração do Santuário, as demandas por vultosas e onerosas obras passam a figurar como elemento importante para definição de um *locus* particular de manifestação de poder. Retomar estes gastos à luz dos entraves políticos existentes entre as autoridades religiosas e os administradores da Capela, permite ampliar a interpretação da ação desses sujeitos que, talvez de forma consciente, faziam estas obras como demonstração clara de insubordinação, mesmo havendo alguma necessidade para realização das mesmas.

Coincidentemente ou não, o ano de 1799, data em que as esculturas que iriam compor o Sacro Monte foram entregues ao Santuário, as relações com o bispo de Mariana estavam mais acirradas. Aleijadinho continua prestando serviços para a Capela entre 1800 e 1804, trabalhando nas imagens dos Profetas, em pedra sabão, que ornaram a entrada do templo. Dom Frei Cipriano afirma que esses investimentos eram obras “sem utilidade para Capela”, empreendidos pelo ermitão “sem consentimento nem licença do Superior”<sup>463</sup>. Chartier chama a atenção para a idéia de representação que não se restringe às concepções intelectuais abstratas, mas abarca sua exteriorização por meio de uso de insígnias ou sinais distintivos de poder<sup>464</sup>. As imagens do Sacro Monte do Santuário, como as esculturas dos profetas, não se restringem apenas a um apelo devocional, mas podem ser analisadas, dentro deste contexto, como uma forma de exteriorização do poder a partir da contratação,

<sup>461</sup> WELLS, James. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Op. Cit. p. 97.

<sup>462</sup> Idem. *Ibidem*. p. 99.

<sup>463</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 166.

<sup>464</sup> Cf.: CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Op. Cit.

pagamento e exibição de tais objetos. Mesmo que parte das pessoas que frequentavam o lugar vissem as imagens como objetos devocionais, não descartamos a hipótese de que as mesmas pudessem funcionar como forma de convencimento a outros segmentos da sociedade, num discurso que tinha como objetivo situar o grupo – os comitentes – que promoviam tais obras.

Outro dado importante a ser analisado, ainda dentro desta temática dos gastos na Capela, é o crescente número de sacerdotes contratados para ajudar durante as festividades. O gráfico abaixo nos oferece uma visão clara da linha ascendente do número de religiosos a atender o Santuário durante o Jubileu. Este crescente número sugere um aumento significativo de pessoas a frequentar aquele lugar, especialmente durante as cerimônias que celebravam o jubileu, numa necessidade evidente da presença do sacerdote, para se conseguir as bênçãos indulgenciadas. A confissão, comunhão, orações pela Igreja, pelo papa, pela concórdia dos príncipes cristãos, eram pré-requisitos básicos para se alcançar as indulgências. O sacerdote se torna eixo central de uma religiosidade com base tridentina, claramente manifestada (gráfico com o número de sacerdote que atenderam no Santuário durante os jubileus, Capítulo 02 p. 92).

Essa linha ascensional da presença de sacerdotes pode revelar alguns pontos importantes. Se um dos pré-requisitos para alcançar as indulgências eram as práticas sacramentais que necessitam de um sacerdote, pode-se cogitar que houve, no Santuário, um aumento, a cada ano, de peregrinos, exigindo a contratação de mais padres para as práticas sacramentais. Uma das hipóteses que se pode tecer a partir desses números é a existência de uma grande concorrência de povo, um aumento significativo de romeiros durante as festividades do jubileu. Excepcionalmente para o ano de 1784 não se tem registros mencionando o número de sacerdotes. Registros eram realizados para se lançar os valores das cômguas oferecidas a cada padre que atenderam durante o jubileu. Isso não significa ausência de festividades naquele ano, pois outros gastos são apresentados no *Livro de Despesas* que nos possibilitam perceber a realização do evento. Pode ser um lapso do escrivão ou até uma doação, por parte de algum fiel que subsidiou as despesas com os sacerdotes que atenderam às festividades naquele ano.

Na administração do Irmão Vicente, o Santuário do Senhor Bom Jesus parece ter conhecido seu apogeu. Em 1799, Antônio Francisco Lisboa entregou as 66 imagens, em tamanho natural, que iriam compor o Sacro Monte do Santuário; Manoel da Costa Ataíde é

contratado para alguns trabalhos na capela; nesta época, comemoraram os 20 anos em que o Papa Pio VI havia concedido os breves que criaram o jubileu além dos 40 anos que se celebrou a primeira missa na capela do Bom Jesus.<sup>465</sup> Pode-se questionar se os administradores do Santuário àquela época possuíam clareza dessas datas comemorativas ou se elas são construções *aposteriori* em que agentes futuros atribuem significado e importância a determinados eventos. Mesmo com essas dúvidas, observamos uma diferença significativa nas celebrações e gastos no ano de 1799. Nota-se que para o jubileu de maio contou-se com 10 sacerdotes, enquanto que para o jubileu de setembro houve presença de 42 padres que atenderam durante toda a festividade<sup>466</sup>.

O número expressivo de sacerdote para o jubileu de 1799 pode estar associado mais aos conflitos existentes entre os administradores da Capela e o bispo de Mariana do que um aumento de devotos naquele ano. Ressaltamos que não é possível mensurar o número de fiéis, por não termos estes dados oferecidos pela documentação. Os conflitos entre a administração da Capela e bispo de Mariana chegaram a níveis tão elevados que o Ermitão, antes mesmo da realização do jubileu, iniciou uma “novena pública com repique de sinos e toda solenidade”, convocando vários sacerdotes para assisti-la. O vigário de Congonhas, padre Quintiliano Alves Teixeira Jardim, também vigário geral da diocese de Mariana, “que assiste diante de Matosinhos a um tiro de bala”<sup>467</sup>, encaminhou correspondência ao bispo noticiando o ocorrido. Além disso, o pároco também não havia sido consultado e nem convidado para tais celebrações.

O bispo notificou os sacerdotes e não o ermitão, dizendo que eles deveriam paralisar as atividades, pois estava “persuadido de que eram eles os que dirigiam as novenas, com ação meramente eclesiástica, religiosa e do culto público”<sup>468</sup>. Admoestava aos capelães para convidar o reverendo vigário para a novena, o que deveria ser feito antes do seu início que eles “não se atrevessem a continuá-la”<sup>469</sup>. Estas determinações do bispo foram enviadas para o Arraial das Congonhas do Campo em um Edital, então fixado na porta da Capela. Os Irmãos do Bom Jesus, ao escreverem para a rainha denunciando o

---

<sup>465</sup> A primeira missa foi autorizada pelo primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, e celebrada na oitava do natal de 1759, ou seja, em 1ª de janeiro (Cf.: AEAM. *Documentos avulsos da Capela do Senhor Bom Jesus*. Livro & 12. f. 6 A). Esta data relacionava-se com a devoção ao Bom Jesus, pois era a festa da circuncisão de Jesus, remetendo ao primeiro sangue derramado.

<sup>466</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, código 26. f. 35 V.

<sup>467</sup> Apud.: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 167.

<sup>468</sup> Apud.: Idem, *Ibidem*. p. 168.

<sup>469</sup> Apud.: Idem, *Ibidem*. p. 168.

bispo de Mariana, acusam-no de proibir os devotos de receberem as indulgências concedidas, não permitindo que “os senhores Capelães fizessem a anual novena, na qual concorriam os fiéis a ganharem as indulgências que sua Santidade Pio Sexto”<sup>470</sup> havia concedido. A proibição de Dom Frei Cipriano refere-se à novena pública que o ermitão iniciou fora do período festivo do jubileu, sem a autorização das autoridades eclesiásticas.

O ermitão tornou conhecimento do Edital que suspendia a novena, convocou os sacerdotes que havia convidado, determinando que não “desse parte ao vigário; que antes escolhia não continuar a novena: o que tudo se cumpriu a risca”<sup>471</sup>. As acusações dos Irmãos do Bom Jesus sobre o bispo de usar de violência contra os devotos e não permitir a realização da novena em que lucravam as indulgências chocam-se com as informações contidas na correspondência do prelado com a rainha. A novena que foi cancelada não era apenas uma daquelas costumeiras nas quais os devotos recebiam as graças espirituais. A contratação de sacerdotes e revelia, por parte do ermitão, é mais uma das queixas que Dom Frei Cipriano lança sobre o Irmão Vicente Freire de Andrada, que além de gastar as “esmolas a sua vontade [...] aceitava capelães e os despedia a seu arbítrio”<sup>472</sup>.

Dom Frei Cipriano, para impor sua autoridade, utiliza uma prerrogativa que apenas a ele é conferida lançando como pena para os sacerdotes que descumprissem suas ordens a “suspensão contra qualquer dos confessores que se atrevessem a obrar o contrário”<sup>473</sup>. A suspensão, *ipso facto*, do exercício ministerial, determina que o padre, enquadrado nesta pena, não poderia mais celebrar ou realizar qualquer ato religioso. Esta pena recaía automaticamente após a realização do ato proibido pela autoridade eclesiástica. Alguns padres, depois de perceberem a gravidade da situação e das penas fixadas no Edital, saíram de Congonhas e foram à sede do bispado, em Mariana, para pedir a absolvição ao bispo. Nesta ocasião, os padres relataram ao bispo algumas ações dos administradores da Capela, em especial quanto às orientações que o prelado havia enviado referente às confissões, sacramento este indispensável para se receber as indulgências.

O ermitão interpretou as orientações do bispo a seu modo fazendo com que os padres atendessem em confissão às mulheres “fora da igreja e alguns homens dentro dela”

---

<sup>470</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. Volume 17 ano XVII. p. 410.

<sup>471</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. Volume 17 ano XVII. p. 168.

<sup>472</sup> Idem, Ibidem. p. 166.

<sup>473</sup> Idem, Ibidem. p. 169.

justificando aos capelães que as determinações do bispo “não se devia entender em todo o rigor” e que deveriam obedecer a ele, pois era quem “lhes pagava como capelães de Matosinhos”<sup>474</sup>. Dom Frei Cipriano diz ter tido “a maior compaixão de uns sacerdotes oprimidos por um tal leigo e obrigados a obrar contra ordens do seu superior”<sup>475</sup>. Há, por parte do bispo, relutância em reconhecer a autoridade de um leigo e, mesmo sendo rigoroso em suas orientações, não condenou os sacerdotes que agiram contrariamente às suas ordens. O Concílio de Trento orienta que os bispos deveriam ser “pastores e não algozes” tratando os que lhe são subordinados “não como quem os domina, mas como quem os ama, como irmãos, e filhos: e que trabalhem com exortações e admoestações pelos apartar de coisas ilícitas, para que se não vejam obrigados a castigá-los com as devidas penas, como a delinquentes”<sup>476</sup>. Os sacerdotes que foram procurar Dom Frei Cipriano, depois de jurarem que não praticariam o mesmo ato no futuro, receberam, do bispo, a absolvição.

Dom Frei Cipriano tentou fazer, como ele apresenta em sua carta argumentando em legítima defesa, especialmente das acusações de violência contra os irmãos e devotos do Bom Jesus, uma tentativa de reordenamento do espaço sagrado e das práticas devocionais. São estes os “violentos meios” de que o bispo utiliza para acabar com a “falta de respeito e devoção com que naquela capela de Matosinhos se praticavam os atos mais sagrados de nossa santa religião”<sup>477</sup>. Para ele, havia uma profunda falta de respeito a Deus nos atos celebrados na Capela. Em época de festa, a “capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis”<sup>478</sup>, mostrando a desordem que ali se instalava durante as festividades dos jubileus. Era o tipo de abuso que tentava reordenar.

Além das demandas que a Capela possuía, os administradores tinham que ajudar o Arraial a receber os peregrinos, anualmente. Para isso, em 1799, além de tantos e exagerados gastos já enunciados, pagaram o conserto da ponte que ligava as duas partes do povoado, por ser o mesmo dividido pelo rio Maranhão<sup>479</sup>, gasto exagerado e sem necessidade empreendido pelo ermitão, na visão do bispo. No entanto, a ponte é um elemento importante para o acesso ao lugar das peregrinações, e sem ela as festividades poderiam ficar comprometidas. A ponte foi arruinada pelas intempéries naturais e deveria

<sup>474</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 169.

<sup>475</sup> Idem, *Ibidem*. p. 169.

<sup>476</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo I. Sessão XIII, Capítulo I, p. 273.

<sup>477</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Op. Cit. Vol. 01. Op. Cit. p. 169.

<sup>478</sup> Idem. *Ibidem*. p. 168.

<sup>479</sup> Cf.: AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, código 26. f. 36.

ser arrumada pelas Câmaras das Vilas. No entanto, Congonhas era região de fronteira de Vilas e Comarcas, e o rio Maranhão, antigo rio das Congonhas, era o marco natural.

É importante notar, desde já, que as freguesias de Carijós, de Congonhas do Campo e de Itaverava encontravam-se, de fato, numa situação incômoda, pois seus territórios eram repartidos entre dois ou três concelhos (Mariana, Vila Rica e São José) e duas Comarcas (Ouro Preto e Rio das Mortes). Isso provocava conflitos de jurisdição entre os oficiais das respectivas Câmaras e complicava a administração [...] <sup>480</sup>.

Esta posição de fronteira tornava-se um problema para o Arraial. Não apenas em questões da aplicação da justiça, mas também de obras públicas, na coleta de impostos e na abertura de processos. Esse conflito de jurisdição política, especialmente com a realização de gastos para manutenção de um bem de utilidade pública, levou as duas Câmaras (de Vila Rica e da Vila de São João Del Rei) a não realizarem o reparo necessário na ponte do Arraial. A população do lugar ficava à mercê das câmaras de duas Vilas. A posição de fronteira tornou-se um problema para a comunidade. Para solucionar o problema, o reparo foi realizado à custa da Capela do Bom Jesus que talvez fosse a mais interessada, naquele momento, neste elo de ligação entre as duas partes do Arraial, pois a ponte era necessária aos inúmeros peregrinos que se direcionavam ao Santuário durante os festejos do jubileu do Bom Jesus.

Além de obras de utilidade pública, os administradores da Capela continuaram a enriquecê-las com objetos sacros. Neste mesmo ano, adquiriram quatorze relíquias cujos relicários foram pintados por Manoel da Costa Ataíde, conforme recibo assinado por ele em 8 de setembro de 1799 <sup>481</sup>. Quando os irmãos mandavam buscar alguma mercadoria em Vila Rica ou na praça do Rio de Janeiro, eram registrados também os gastos com tal deslocamento. Contudo, não há registro, no ano de 1799, a pagamento para se buscar esses objetos em Vila Rica ou Mariana, e a data do recibo assinado pelo Ataíde coincide com a da festa, sugere-se a presença dele na Capela, talvez até para orçar as obras que posteriormente iria encarnar: as imagens dos Passos da Paixão esculpidas por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Os gastos realizados na manutenção do culto e das obras realizadas acontecem graças às doações dos inúmeros fiéis que frequentavam a Capela.

---

<sup>480</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço de poder nas Minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 222.

<sup>481</sup> AEAM. *Recibos avulsos da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira &, código 08. f. 31 A

Mesmo assim em 1799, conforme analisamos no gráfico, houve um excedente de despesas que até aquele ano não havia sido registrado nos livros contábeis da Capela.

A busca por autonomia administrativa da Capela foi uma das ações empreendidas pelo ermitão e demais irmãos da Capela do Bom Jesus. A segunda linha de ação refere-se a uma questão mais política, uma tentativa de independência administrativa em relação ao bispo. Para tal fim, impetram duas ações junto à Coroa: uma carta de denúncia contra o Dom Frei Cipriano onde se vê, dentre as acusações que são feitas, a de usar violência contra os devotos; segundo, a tentativa de conseguir a aprovação de novos estatutos para a Capela, retirando do Bispo qualquer jurisdição sobre ela.

### **3.5 – Denúncias contra o Bispo de Mariana e o Novo Estatuto da Irmandade do Bom Jesus**

Dois documentos importantes nos ajudam a compreender os problemas em torno da jurisdição da capela do Bom Jesus: o primeiro, a carta que os irmãos escrevem à Rainha denunciando dom Frei Cipriano, de usar força e violência contra os devotos do Bom Jesus<sup>482</sup>; outra fonte é a carta que o Bispo escreve respondendo às acusações que lhe são impostas<sup>483</sup>. Em diversas partes fizemos menção à correspondência de Dom Frei Cipriano, valendo-nos dela para compreender parte dos problemas no Santuário. A carta denúncia dos irmãos do Bom Jesus é direcionada à Rainha, cuja resposta coube ao então regente do trono, Dom João VI. Ele encaminha solicitação ao Governador pedindo que ouça, “por escrito o Reverendo Bispo desse Bispado, e o Provedor das Capelas”<sup>484</sup> para se informar das acusações que lhe são direcionadas. Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de Minas Gerais, assim o fez. As correspondências da Capitania das Minas para a Corte e vice-versa, são fontes importantes que possibilitam conhecer parte do cotidiano das Minas como também da estrutura burocrática do Estado português e da administração da Capela. A carta de Dom Frei Cipriano, rica de informações e detalhes, além do estilo retórico analisado anteriormente, é um auto de defesa das inúmeras denúncias que lhe

<sup>482</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 409.

<sup>483</sup> Uma transcrição, na íntegra da carta, pode ser encontrado em: TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 164 a 173; & Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 415 a 422.

<sup>484</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 409.



recaíam. Traz, sim, nuances importantes sobre o ocorrido na capela, como também da pretensão dos leigos em obter autonomia, que, no entanto, não é restrita àquela confraria<sup>485</sup>. Além de Dom Frei Cipriano, o Provedor de Capelas também emite seu parecer, argumentando em cima da ideia de que o Rei como “Grão Mestre e Administrador da Ordem de Cristo”<sup>486</sup> era o responsável em receber as contas da Capela do Bom Jesus, posicionando-se favorável aos irmãos do Bom Jesus. Sendo o Provedor um representante régio, caberia a ele a responsabilidade de fazer a tomada de contas da Capela. Nosso enfoque, aqui, será perceber as estratégias utilizadas pelos irmãos da Capela do Bom Jesus em conseguir, através de ações jurídicas, autonomia em relação aos poderes instituídos, especialmente em relação ao bispo.

Os gastos excessivos, especialmente no ano de 1799, período mais crítico das relações entre o ermitão do Bom Jesus e o bispo de Mariana, revelam uma acirrada disputa para demonstrar quem possui o poder de mando em determinado lugar. O administrador da Capela usa do seu cargo para afrontar às determinações episcopais. Aquele excesso de gastos, seja pela exuberância e pompa das solenidades, ou pelas inúmeras obras empreendidas na construção do complexo arquitetônico/religioso, pode demonstrar uma relação clara de poder que possibilita conferir prestígio ao ermitão e aos irmãos à frente da administração do templo. O uso do recurso financeiro da capela não foi o único instrumento utilizado pelos irmãos do Bom Jesus. Outro recurso foi a tentativa de aprovação de novos estatutos da Capela, anexada à carta denúncia impetrada junto à Corte. Solicitavam que a capela estivesse “debaixo da imediata proteção dos Reis”<sup>487</sup> e, sendo assim, não estaria subordinada ao bispo, mas diretamente à Casa Real.

Esta prerrogativa, prevista no Capítulo VIII da Sessão XXII do Concílio de Trento, contradiz outras orientações conciliares, que prevêm o exercício da autoridade episcopal como centro da igreja. O Capítulo IX, na Sessão XXII, determina que “os administradores de quaisquer lugares pios, devem dar conta ao Ordinário” sejam estes lugares administrados

---

<sup>485</sup> Cf.: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Códice: 10461-1794, 20, 3. Cx: 139. Doc 10 ( imagem: 0310 a 0337 -Cd 40). “Consulta do Conselho Ultramarino sobre as representações feitas pelos vigários colados das igrejas paroquiais do bispado de Mariana, em que relatavam o que se passava naquela Capitania, como sejam: o estado de relaxação a que tinham chegado às ordens terceiras, as irmandades, e as confrarias.”

<sup>486</sup> Papéis relativos ao Santuário do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 422 e 423.

<sup>487</sup> É confirmado, pelo Concílio de Trento, esta prerrogativa de certos lugares que teriam alguns privilégios e ao mesmo tempo ligado diretamente à administração régia. O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXII, Capítulo VIII, p. 133.

tanto por eclesiásticos, como seculares, da fábrica de qualquer igreja, ainda Catedral, dos hospitais, confraternidades, das escolas dos *montes de piedade*, *quaisquer lugares pios* estejam obrigados em cada ano a dar conta ao Ordinário da sua administração<sup>488</sup>.

Em outra parte, os bispos reunidos em Trento justificam o motivo pelo qual os monarcas não deveriam conceder estes privilégios, pois mesmo não estando diretamente subordinado aos bispos poderiam ocorrer graves problemas. Desta forma, estabelece o Concílio que

os títulos honorários, e privilégios particulares não tirem coisa alguma ao direito dos Bispos [...]. Os privilégios e isenções, que com vários títulos se concedem a muitos, excitam perturbação na Jurisdição dos Bispos, e dão ocasião aos isentos de vida relaxada [...]; dados de qualquer modo que seja, em qualquer mosteiro, ou com o nome de Irmãos serventes [...] ou mosteiros, hospitais, colégios, ou em fim, com qualquer outro título que seja, se deve entender, que com esses privilégios nada se fira aos Ordinários, de forma que as pessoas a quem se tem concedido estes privilégios, ou se concederem para o diante, sejam sujeitas aos Ordinários [...]<sup>489</sup>.

Hospitais, aqui, deve-se entender dentro da perspectiva conciliar como aqueles lugares “instituído para receber *certo gênero de peregrinos*, ou enfermos, ou outras pessoas”<sup>490</sup>, coincidindo com o público principal da Capela do Bom Jesus. Era comum a ideia de que a doença, manifestada na carne, fosse sinal de uma enfermidade da alma. Curar a alma faz parte do tratamento dos males que se manifestam visivelmente. O hospital aqui é uma instituição que deveria cuidar do homem como um todo propiciando a cura dos dois organismos: espiritual e corporal. Os lugares de peregrinação devem ser vistos como entidades para a cura desses males. O Santuário dispensa certo recurso para a cura dos “doentes da casa”, pagando as boticas, cirurgiões e proporcionando certos alimentos específicos para os enfermos. Tomaremos, aqui, como nota, o emblemático ano de 1799, em que o Irmão Vicente compra “pães para os doentes”, alimentando-os também com

<sup>488</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXII, Capítulo IX, p. 135. *Grifo nosso*.

<sup>489</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXIV, Capítulo XI, p. 291.

<sup>490</sup> “E aos que tem a sua conta os que vulgarmente se chamam de Hospitais, ou outros lugares pios, instituídos principalmente para o uso dos peregrinos, enfermos, velhos ou pobres; em comenda, administração, ou qualquer título ou ainda unidos às suas Igrejas (...). E se estes Hospitais forem instituídos para receber certo gênero de peregrinos, ou enfermos, ou outras pessoas, e no lugar onde estão fundados os ditos hospitais, se acham semelhantes pessoas, ou são poucas, ordena também, que os frutos deles se convertam em outro uso pio, que mais se parecer com o da sua Instituição, e for de maior utilidade atendido o lugar, e o tempo, como parecer mais conveniente ao ordinário (...)”. In.: O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXV, Capítulo VIII, p. 437 e 439. *Grifo nosso*.

frangos, carne seca e pagando ao “boticário Manoel Correia pelos remédios” e ao cirurgião Antônio Nunes pelas visitas que fez aos doentes<sup>491</sup>. Mas, se tratando, em especial, de um lugar para a purificação e tratamento da alma, estariam sob jurisdição do Ordinário, ou seja, o bispo, mesmo que tivessem privilégio Real, pois o mesmo é o responsável pelo “pasto espiritual”. Aqui os conflitos de poder e jurisdição tornam-se mais complexos, pois envolvem três grupos: o bispo; o ermitão (representando os Irmãos da Capela do Bom Jesus); o Rei como Grão Mestre da Ordem de Cristo.

Este conflito, inicialmente gerido pelo ermitão, quebraria uma ordem natural, estabelecida por Deus, que perfaz a imaginação política e jurídica da época, especialmente no que tange à organização social. A sociedade setecentista consistia em uma estratificação altamente hierarquizada, cujos títulos, trajes, “hierarquia de lugares, precedência, etiqueta” eram dispositivos visíveis. A partir destes elementos observa-se que o cumprimento dos deveres, especialmente para com aqueles que publicamente ocupavam posições privilegiadas, como o bispo, era visto, “em certa medida, um dever para com Deus”. O descumprimento seria a quebra da ordem natural e da hierarquia, o que poderia levar a uma desestruturação social, aponta Antônio Manoel Hespanha<sup>492</sup>. O que o ermitão faz, juntamente com outros irmãos, é criar uma situação conflituosa neste complexo quadro hierárquico. A resposta do bispo baseia-se na defesa dessa hierarquização social que se torna vontade divina.

Os irmãos do Bom Jesus acusam o bispo de usar as “horríveis cores da usurpação dos direitos régios”<sup>493</sup>, acusações estas que Dom Frei Cipriano se defende dizendo que eles pretendiam, sim, viver “sem subordinação alguma”, interpretando, erroneamente, o conceito de liberdade. Considera estas ideias destoantes e “doutrina tão abominável como reprovada” sendo o “tronco ou raiz no reino da desordem e da iniquidade” que se tem “estendido os seus ramos por todas as partes do mundo”<sup>494</sup>. O bispo faz menção às revoluções que tomaram conta do mundo, especialmente a partir do século XVIII: a Independência das 13 Colônias<sup>495</sup> e a Revolução Francesa, que, em 1799, encontrava-se em

<sup>491</sup> Cf.: AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 36 V.

<sup>492</sup> Sobre a ordem social nesta conjuntura histórica, ver HESPANHA, Antonio Emanuel. *Imbecillitas – as bem aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010. Coleção Olhares. Capítulo 02. p. 47 à 67.

<sup>493</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 164;

<sup>494</sup> Idem, Ibidem. p. 165.

<sup>495</sup> Cf.: KARNAL, Leandro. A formação da Nação. In.: KARNAL, Leandro (org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 23 – 97.

sua terceira fase. Um olhar conservador questionando as mudanças operadas com os movimentos revolucionários com destaque para o movimento francês, que colocou fim ao absolutismo e à hierarquização social<sup>496</sup>.

O ermitão com os irmãos do Bom Jesus apelam ao Rei reconhecendo nele o “Grão Mestre da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, [que] tem poder espiritual”<sup>497</sup> para gerir as questões eclesiásticas. Por isso, optam por prestar contas ao Provedor dos Órfãos e Ausentes, funcionário este que representa o rei. O Provedor, que muitas vezes também ocupava o cargo de Ouvidor, tinha poderes para fazer a “administração dos legados dos defuntos sem testamento, ausentes, órfãos e mais”<sup>498</sup>. Para conseguirem o intento de retirar do bispo o direito de examinar os livros contábeis e autorizar as inúmeras obras na capela, e transferir esta responsabilidade para o monarca e seus representantes civis, desqualificavam as ações realizadas por Dom Frei Cipriano que agia com “violenta força”, além de usurpar privilégio régio.

Mesmo antes da aprovação dos novos Estatutos, os administradores da Capela do Bom Jesus não prestaram contas do movimento financeiro nem ao bispo ou seus representantes legais, nem ao Ouvidor, seja de Vila Rica ou de São João Del Rei. Não reconheceram no prelado autoridade para as averiguações, mas não o faziam junto ao Provedor dos órfãos e ausentes. O que ocorreu foi a procrastinação da prestação de contas por parte do ermitão.

Dom Frei Cipriano sai em visita pastoral, conforme havia anunciado na resposta dada ao Irmão Vicente quando da solicitação para a construção de corredores que serviriam de confessionários. Chegando à freguesia de Prados, o bispo é notificado da intenção do ermitão e mais irmãos do Bom Jesus em tirar dele a jurisdição sobre a Capela. Procura se informar sobre os eventos que estão acontecendo no Bom Jesus e envia correspondência a Congonhas, notificando os responsáveis da Capela que ele pessoalmente iria receber as contas. Além disso, envia correspondência ao pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei para averiguar, junto ao Provedor daquela Vila, se os mesmos prestaram contas junto àquele órgão. Quando o bispo estava a caminho da

---

<sup>496</sup> Cf.: HOBBSAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções (1789 – 1848)*. Trad.: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 2002.

<sup>497</sup> Papéis relativos ao Santuário do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 410.

<sup>498</sup> Código FELIPINO – as atribuições do provedor livro I título 72. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> acessado em 20/10/2013

freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo, o ermitão foi avisado pelos seus informantes. Previamente orientado, e com medo da reação do bispo, abandonou a Capela levando consigo a documentação contábil do templo. O bispo, ao chegar a Congonhas do Campo, hospedou-se na casa do padre Quintiliano Alves Teixeira Jardim. De lá enviou emissários ao Santuário que não encontraram o ermitão, além de não se apresentou para prestar contas da administração, nem por procuradores. Irmão Vicente Freire de Andrada retirou-se da capela até a saída do bispo da freguesia das Congonhas do Campo, indo para lugar incerto. Isso ocorreu em fins do mês de julho de 1799 e o irmão Vicente prestou contas ao Ouvidor e Provedor das Capelas, Defuntos, Órfãos e Ausentes de São João Del Rei<sup>499</sup> no início do ano de 1800, como consta do assento junto ao *Livro de Despesas*<sup>500</sup>.

A partir de então, preparam um novo Estatuto que seria submetido à Coroa Portuguesa. A primeira versão era composta por 14 artigos sendo reprovada<sup>501</sup>. A versão aprovada pela Mesa de Consciência e Ordens possuía oito artigos<sup>502</sup>. Os irmãos do Bom Jesus não se contentaram com o envio da documentação, nomeando um procurador que foi a Portugal tentar agilizar o processo de aprovação dos Estatutos em Lisboa. Dom Frei Cipriano, de sua residência em Mariana, teve notícias que ouviu “dizer que se aprontava um barbato para ir a Portugal com Compromisso ou Estatutos para serem aprovados por Sua Alteza Real”<sup>503</sup>. Em 1801, no primeiro registro no *Livro de Despesas* consta “ao irmão que foi a Lisboa a cumprir por Sua Majestade o nosso Compromisso”<sup>504</sup>. Há outros lançamentos efetuados em 1803 com o “irmão Joaquim que foi a Lisboa a dependência do Senhor”. Estes valores são remetidos através de “Manoel Antônio de Queirós no Rio de Janeiro para entregar” ao dito irmão<sup>505</sup>.

Os administradores do Santuário estavam certos de que o Estatuto seria aprovado certamente. Não esperavam que a primeira versão fosse recusada pela Mesa de

<sup>499</sup> Cf.: TRINDADE, Raimundo Côm. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 169 e 170.;

<sup>500</sup> Cf.: AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 36 V a 47 V

<sup>501</sup> Cf.: FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. p. 73. Brasiliensia Documenta, Vol. 3.

<sup>502</sup> Cf.: AEAM. *Estatuto da Irmandade do Bom Jesus*. Prateleira K, códice 08. Há uma cópia no Arquivo Histórico Ultramarino, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1912. Cf.: Papéis relativos ao Santuário do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 410.

<sup>503</sup> TRINDADE, Raimundo Côm. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 172.

<sup>504</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 50 V.

<sup>505</sup> AEAM. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 55.

Consciência e Ordens que exigiu reformulações. Mesmo com as modificações necessárias, os irmãos já “se aparelhavam luminárias e belos fogos para se aplaudir o bom êxito de tão útil como interessante negócio”<sup>506</sup>.

O novo Estatuto reitera a autonomia administrativa da Capela colando-a debaixo do poder régio o que acarretaria na anulação da jurisdição episcopal de fazer as correições, mesmo que o Concílio de Trento orientasse o contrário<sup>507</sup>. Pelo novo Estatuto, a estrutura administrativa da Capela permanece a mesma, sendo os irmãos eleitos no jubileu de maio de cada ano. As eleições do juiz, escrivão e tesoureiro, ficavam para o jubileu de setembro a cujos cargos não concorreriam com valores, como de costumes em outras Irmandades ou Ordens Terceiras. As pessoas nomeadas para estes cargos “não serão obrigados a pagar por isso”<sup>508</sup> considerando o excesso de serviços que os mesmos teriam naquela função.

O mesmo documento ainda prevê a continuidade do cargo de Procurador da Irmandade, e determina o caráter, as funções e os critérios de escolha. O pretendente deveria ser de “muita virtude, zelo, e devoção, o qual há de ser conservado enquanto não cometer erro ou culpa por que mereça ser expulso”. As qualidades que eles enunciam estão em conformidade com as orientações da *Constituição Primeiras do Arcebispado da Bahia* que apontam a necessidade de serem “homens diligentes, de idade conveniente, e de boa vida, e costumes”<sup>509</sup> que reitera a idéia de virtude e zelo.

Relativo às funções, o procurador deverá “zelar e [ter] asseio a casa do Senhor administrar os ornamentos, alfaias, e os mais móveis e bens desta irmandade e confraria; os quais não poderá emprestar”<sup>510</sup>. No caso da Irmandade do Bom Jesus, esta função era exercida pelo Ermitão que, desde o tempo de Feliciano Mendes, era o procurador dos bens do Senhor Bom Jesus. A função do procurador não traz inovação mas repete as orientações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que determina, para quem ocupa esta função, a “guarda e limpeza das Ermidas” além da conservação dos ornamentos

<sup>506</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 165.

<sup>507</sup> Cf.: O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão VI, Capítulo IV, p. 167.

<sup>508</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 413.

<sup>509</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Magestade. Propostas e aceitas em o synodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719 e em Coimbra em 1720. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007. Volume 79. Parágrafo 626, p. 232.

<sup>510</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 413.

existentes<sup>511</sup>. O procurador, ou Ermitão, continua vitalício, inovando-se, neste item, as estratégias utilizadas para a escolha do candidato ao cargo, evitando com que fosse ocupado por pessoa estranha ou indiferente aos ideais do grupo à frente da administração.

O procurador tinha alguns irmãos para o auxiliar, chamados no Capítulo 3 de “substitutos”, cujo número seria o suficiente “para irem à cobrança de anuais dos irmãos, que vivem em muitas distancias desta residência”. Nota-se que a substituição do ermitão, quando do seu falecimento ou afastamento, se daria com a eleição de um desses *substitutos* e não de terceiros. Determina o Estatuto: “quando suceda morrer o Procurador, não poderão os oficiais da Irmandade eleger outro, e que seja um dos ditos *substitutos*, por dever ser homem com as referidas qualidades e que tenha pleno conhecimento do estado, e interesses, e bem da Irmandade”<sup>512</sup>. Cria-se, dessa forma, uma linha sucessória que tende a continuar com as prerrogativas dos antigos administradores e oferecer certa segurança e estabilidade para a Irmandade.

Os Capítulos 4, 6 & 7 abordam o aspecto financeiro da Capela e como o mesmo deveria ser gerido. O capítulo quatro porta informações sobre os valores dos irmãos que entram para a Irmandade, das côngruas dos capelães quando das missas pelos irmãos defuntos e a maneira pela qual os rendimentos da Capela poderiam ser gastos. Estas possíveis despesas são melhor enunciadas no Capítulo sete, em que as obras “úteis para maior culto do Senhor e favor dos fiéis” deveriam ter a anuência dos juízes. Para isto, o procurador convocaria os juízes caso “pareça conveniente e uma votação em Mesa, as quais Mesas sempre serão presididas pelo nosso primeiro capelão”<sup>513</sup>. Todos os gastos seriam registrados no respectivo *Livro de Despesas*.

O Capítulo 6 aborda outro aspecto da questão financeira, a arrecadação da Capela a partir dos anuais cobrados pelo procurador e seus “substitutos” além daqueles valores que são “deitados no cofre”. Para evitar desvios, toda a contribuição dos fiéis seria depositada em um “cofre, que deve haver com três chaves, uma das quais devem ter o juiz, outra o tesoureiro, e outra o procurador”<sup>514</sup>. Um cofre como este de três chaves já havia na Capela quando da morte do primeiro ermitão Feliciano Mendes sendo que uma das chaves se

---

<sup>511</sup> CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Op. Cit. Parágrafo 628, p. 232.

<sup>512</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 413. Grifo nosso.

<sup>513</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 414.

<sup>514</sup> Idem, Ibidem. p. 413.

encontrava com David Vieira Urzedo, outra com Ignácio Gonçalves Pereira (que seria o terceiro ermitão da Capela) e a terceira chave com um dos capelães o Padre Antônio José de Moura<sup>515</sup>. Este cofre com três chaves é uma tentativa de evitar o extravio dos valores ofertados além de proibir, sob pena, empréstimos com “qualquer pretexto, pena de pagarem por seus bens, os oficiais que devam ter as chaves do mesmo cofre”<sup>516</sup>. Os gastos autorizados neste Capítulo dizem respeito apenas às “despesas úteis, ou necessárias” do Ermitão e de outros que trabalhem na administração da Capela.

O capítulo 5 do novo Estatuto traz as funções que os sacerdotes teriam ao serem contratados para atender o Santuário. Inicialmente, prevê o número de dois padres para as funções ordinárias da Capela. Estes dois capelães atenderiam durante o ano “para confessar os irmãos romeiros e devotos que vierem ao Santuário do Senhor”. Além dessa prática sacramental da confissão, eles seriam responsáveis pelas missas no decurso do ano, em especial durante “as sextas-feiras, domingos e dias Santos de todo o ano, pelos nossos irmãos e benfeitores, vivos e defuntos”<sup>517</sup>. Apenas durante o jubileu que o irmão procurador “convocará os sacerdotes que forem necessários para confessar aos quais hospedará decentemente; e aos que disserem missa pelos Irmãos vivos e defuntos de dar a esmola de costume desta Irmandade”<sup>518</sup>. Nesse capítulo, encontra-se um dos pontos problemáticos elencados por Dom Frei Cipriano que vinha ocorrendo na Capela, antes mesmo de sua chegada no Bispado de Mariana: a de que o Ermitão “aceitava capelães e os despedia a seu arbítrio”<sup>519</sup>. Se a jurisdição sobre os sacerdotes cabia ao bispo, aqui há uma inversão das funções eclesiásticas que é transmitida a leigos, fato que desagradava ao prelado de Mariana.

O ponto nevrálgico é o oitavo capítulo. Nele encontra-se o cerne do principal problema: a retirada da autoridade eclesiástica sobre a Capela e, desautorizando, com isso, o bispo de averiguar as contas. O Capítulo começa apontando os livros que a Capela deveria ter: de *Assento das Entradas dos Irmãos*; um livro de *Lembranças das Esmolas e Ofertas*; um terceiro livro para se registrar o *Inventário das Vestes, Alfaias e Demais Pertences da Casa do Senhor* que estariam guardados nas casas da Confraria do Bom

<sup>515</sup> Cf.: AEAM. *Documentos Avulsos da Capela do Senhor Bom Jesus*. Livro & 12. f. 5 B.

<sup>516</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 414.

<sup>517</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 413.

<sup>518</sup> Idem, Ibidem. p. 414.

<sup>519</sup> TRINDADE, Raimundo Côn. *História do Bispado de Mariana*. Vol. 01. Op. Cit. p. 166.



Jesus, sob responsabilidade do irmão Procurador; por sua vez, o *Livro de Termos; Acórdãos da Mesa; Receita e Despesas* que também era de responsabilidade do irmão Escrivão da Irmandade<sup>520</sup>. Os mesmos só iriam sair com o procurador para serem levados “todos os anos ao Doutor Provedor das Capelas e Resíduos da Comarca a quem a quem dar daqui por diante”<sup>521</sup>.

Como vimos no início do capítulo, as prestações de contas, na maior parte do tempo, não foram práticas tão frequentes. Apenas no governo de Thomas da Maya Brito foram prestadas regularmente. Nota-se um conflito de jurisdição, pois algumas determinações régias contradizem as orientações do Concílio de Trento que confere ao bispo a primazia sobre as Capelas, no que diz respeito à administração espiritual e mesmo temporal. A Sessão XXII do capítulo VIII diz que o bispo

Em razão do seu ofício, conforme as constituições dos Sagrados Cânones, tomem conhecimento e procurem se ponha em execução tudo o tocante às esmolas dos Montes de Piedade, e de caridade, todos os lugares pios, qualquer que seja a sua denominação, ainda os defendidos com privilégio de isentos; e todos os que foram instituídos para o culto de Deus, salvação das almas, ou sustentar os pobres; não obstante costume algum, ainda imemorial, privilégio ou estatuto<sup>522</sup>.

O artigo 8º torna-se o núcleo central dessa discussão travada entre as autoridades da Capela e Dom Frei Cipriano. Enquanto o bispo tenta trazer para si esta autoridade conferida pela Igreja, reforçando as ações previstas pelo Concílio de Trento, os irmãos do Bom Jesus optam por certa autonomia administrativa. A atitude de Dom José I, rei de Portugal, quando da provisão, dada ao primeiro ermitão e administrador dos bens da Capela, determinava que o mesmo seria “obrigado a dar contas todos os anos perante o visitador do Ordinário em que depender das esmolas e ofertas que os fiéis por sua devoção lhes quisessem dar”<sup>523</sup>. O rei reforçava os ditames do Concílio de Trento que conferia aos bispos, além de outras prerrogativas, o direito de visitar qualquer igreja

---

<sup>520</sup> Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 414.

<sup>521</sup> Idem. Ibidem. p. 415.

<sup>522</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXII, Capítulo VIII, p. 135.

<sup>523</sup> AEAM. *Documentos Avulsos da Capela do Senhor Bom Jesus*. Livro & 12. f. 5 A.

quantas vezes se fizer necessário<sup>524</sup> além da obrigatoriedade dos “administradores de quaisquer lugares pios [que] devem dar conta ao Ordinário”<sup>525</sup>.

Toda essa argumentação apresenta-se em conformidade com uma corrente historiográfica que defende a tese de ser, o século XVIII, período em que a Igreja Católica tenta implantar, na América Portuguesa, as orientações do Concílio de Trento<sup>526</sup>. As ações realizadas pelos bispos de Mariana, desde a criação do Bispado em 1745, apontam para este caminho. Essa prática parece se tornar mais eficaz, em fins do século XVIII e início do século XIX, no entanto, gera conflitos maiores entre diversos agentes. Algumas das medidas adotadas pelos prelados ou pelo monarca reforçaram as orientações estabelecidas no Concílio de Trento: a criação de dioceses e paróquias; a reforma do clero com a criação de seminários (o Seminário da diocese de Mariana foi criado por Dom Frei Manoel da Cruz, em 1750); a tentativa de um reforço do laço de hierarquia; as visitas pastorais; a publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, código de leis pode ser visto como uma tentativa de a Igreja na América Portuguesa se organizar e colocar em prática algumas determinações Conciliares.

Parte desse movimento organizado pela Igreja pode ser analisado nesta rede complexa de ações entre os irmãos do Bom Jesus, o bispo Dom Frei Cipriano e a monarquia portuguesa. A idéia de hierarquia e seu reforço podem ser observados quando os sacerdotes saem de Congonhas até a sede do Bispado, Mariana, reconhecendo perante o bispo as confusões em que eles se envolveram na Capela do Bom Jesus. As visitas pastorais ocorridas nas Minas desde o início do século XVIII, período em que a administração espiritual ainda estava sob responsabilidade da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, podem ser vistas como ações cuja finalidade é tentar implantar as orientações conciliares. As visitas pastorais constituem uma orientação conciliar e ajuda para implementar as diretrizes tridentinas. Dom Frei Cipriano de São José, como os demais bispos que estiveram em Mariana, realizaram visitas pastorais no vasto território de sua Diocese; Dom Frei Cipriano realizou duas visitas: A primeira visita em Congonhas do Campo ocorre no ano de 1799, período em que os conflitos com os administradores do

---

<sup>524</sup> Cf.: O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo I. Sessão VI, Capítulo IV, p. 167.

<sup>525</sup> O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Op. Cit. Tomo II. Sessão XXII, Capítulo IX, p. 135.

<sup>526</sup> Cf.: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época – Período Colonial. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Santuário vão se tornar mais complexos. É importante perceber como os bispos utilizam a visitação para implementar as orientações tridentinas com outros meios, sejam coercitivos como as *Devassas Eclesiásticas*, ou jurídicos como as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

Essas análises permitem ao historiador não apenas retomar a “linguagem dos atores que estuda, mas faça dela o indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e práticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança)”<sup>527</sup> como sugerido por Jacques Revel. Uma rede de relações cada vez mais complexas de se compreender, em especial no caso dos Irmãos do Bom Jesus.

Nesta trama, além do bispo e dos irmãos, temos que levar em conta a figura do rei. Com o Padroado, há uma ampliação da autoridade régia, que, além da jurisdição política, passa a gerir questões religiosas. Para Riolando Azzi, no Padroado, o rei se tornava o “chefe efetivo da Igreja prejudicando a atuação da mesma na Colônia”<sup>528</sup>. Desta forma, administrava o Estado e a Igreja. Com isso, concentra um acúmulo de atividades que resultaria na demora para nomeação de bispos (que também precisava da anuência da Santa Sé) gerando situações de longos períodos de vacâncias e a dependência que os bispos tinham do rei, sem contar com o pequeno número de dioceses.

Esta dependência levou ao protagonismo dos leigos, em especial na região das Minas Gerais onde as Ordens Primeiras eram proibidas<sup>529</sup>. Isso poderia contrapor a uma das características da religião reafirmada pelo Concílio de Trento que é o clericalismo, ou seja, uma religião marcada pela presença do sacerdote. O que se observa é uma linha muito tênue entre certo clericalismo e a autonomia leiga. Mesmo existindo leigos à frente da administração de Capelas, Irmandades e Ordens Terceiras, a prática sacramental será valorizada, como demonstrado no Capítulo 2, além de ser necessária para alcançar as bênçãos indulgenciadas oferecidas na capela do Bom Jesus. Aí está a rede “cerrada de relações” que nos sugere Revel. Determinar uma religião apenas como marcadamente leiga ou profundamente sacramental e clerical é se afastar das especificidades de cada lugar e época. Estes agentes, mesmo que ocupem lugares diferentes, dependem um do outro.

---

<sup>527</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: Id. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 25.

<sup>528</sup> AZZI, Riolando. In.: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil*. Op. Cit. p. 172

<sup>529</sup> Cf.: BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Op. Cit.

Autores como Ronaldo Vainfas, Laura de Mello e Souza e Mary Del Priore<sup>530</sup> apontam uma resistência aos valores tridentinos por parte da população em decorrência, muitas vezes, da carência estrutural da Instituição. Quando analisamos a capela do Bom Jesus e os diferentes agentes que estão atuando, percebemos que as visões dos seus administradores foram diferentes, com comportamentos distintos em relação à autoridade do bispo. Enquanto Feliciano Mendes e Thomas da Maya Brito se destacam por uma ação que se aproxima mais dos modelos tridentinos, em especial no que tange à obediência à autoridade eclesiástica, por outro lado, irmão Vicente Freire de Andrada personifica essa aversão à autoridade clerical. Fazer generalizações não explica casos como o do Santuário de Congonhas. O conflito estabelecido na Capela do Bom Jesus pressupõe o exercício de uma autoridade por parte da Igreja e recusa por parte de alguns leigos. É necessário ampliar as fontes para tentar entender melhor essa teia de relações.

Mesmo sendo o Irmão Vicente Freire de Andrada um dos agentes que assina as petições e parece coordenar as ações, postula-se que o poder não é atributo único de um indivíduo, mas compartilhado com outras pessoas. Nesta tentativa de ampliar as análises da rede de relações que Irmão Vicente traçou, e que estariam junto dele na disputa com o bispo, apontaremos nomes presentes na petição encaminhada à Corte. Debruçaremos sobre alguns deles, de forma sucinta, para sugerir a teia de relações estabelecidas entre o Santuário, o Bispo e a Coroa.

### **3.6 – Irmão e Irmãos da Capela do Bom Jesus: os nomes ocultos nas cartas do irmão Vicente Freire de Andrada e de Dom Frei Cipriano**

A petição enviada à rainha, como também o novo *Estatuto*, registram alguns agentes que atuavam junto ao ermitão: “pessoas de boa gente da Capitania”<sup>531</sup>, aponta o relatório realizado pelo governador. Essas “pessoas de boa gente”, reunidas nas casas da Irmandade, assinaram a petição solicitando a aprovação dos novos *Estatutos* em 12 de

---

<sup>530</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. Op. Cit.; PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993

<sup>531</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Requerimento do Juiz e mesários da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, sita no Morro do Maranhão, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo, Comarca do Rio das Mortes, solicitando confirmação dos seus estatutos. Caixa 178, documento 09, código 12970. Anterior a 26 de outubro de 1805. In.: *Projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco* – Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680 – 1832).

junho de 1800, acrescidas de cartas de apresentação das Câmaras da região<sup>532</sup>. Deve-se notar que os solicitantes eram homens que ocupavam lugares de prestígio na sociedade mineira<sup>533</sup>, dentre eles as Câmaras. O primeiro a assinar a petição foi o Intendente de Vila Rica, Antonio de Brito Amorim. O intendente é “Ministro provido pelo rei, subordinado ao Governador. É responsável pela casa de intendência do ouro [...]. deve acompanhar a matrícula dos escravos [...], o pagamento da capitação [...]. Tem o poder de justiça para punir os sonegadores”<sup>534</sup>. Ele também distribuiu as datas minerais e tinha, como função no início do século XVIII, a difícil tarefa de apaziguar os povos das minas

O superintendente procurará saber, com todo o cuidado, se há discórdias entre os mineiros ou outras pessoas que assistirem nas ditas Minas de que resultem perturbações entre aquelas gentes e porá toda a diligência em as atalhar; e no caso que lhe pareça ser necessário mandar prender a alguma ou algumas das pessoas que forem motores de semelhantes desordens, o fará, e os não soltará sem primeiro fazerem termo de não entenderem um com outro, e tendo cometido culpa por que algum mereça maior castigo, procederá como for direito<sup>535</sup>

Além do intendente, podemos citar várias outras pessoas que ocupavam, com frequência, cargos administrativos importantes. Destaca-se, aqui, a família Monteiro de Barros, proeminente no cenário político nacional durante o período Imperial. O patriarca dessa família na região das Minas, Manoel José Monteiro de Barros, aparece numa lista como um dos homens mais ricos da Capitania<sup>536</sup>. Lucas Antônio Monteiro de Barros<sup>537</sup>,

<sup>532</sup> Cf.: Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 410.

<sup>533</sup> O documento trás a assinatura das seguintes pessoas: O desembargador Intendente – Antonio de Brito Amorim, Bacharel João Gualberto Monteiro de Barros, João de Souza Benavides, Bento de Souza Costa, José Rodrigues da Costa, Vicente Freire de Andrada, Manoel Ferreira da Costa, Bento Rodrigues da Cunha, Romualdo José Monteiro de Barros, João da Cunha Sobreira, Manoel Francisco da Silva, José Ribeiro Rosa, José Joaquim Monteiro de Barros, João Pedro Ribeiro da Costa, José Rodrigues da Cunha, Francisco Antônio Rabelo, José Veloso Carmo, Felipe dos Santos Lisboa, Manoel Luiz Brandão, Ignácio Antônio de Souza Alvim, Manoel José Monteiro de Barros, Manoel Diniz Ramos, Victorino José Ribeiro, José da Fonseca Meireles, José Joaquim Nascentes, Francisco Rodrigues da Cunha, Padre Martinho Rodrigues da Costa, Manoel da Encarnação Rodrigues, Joaquim José de Santa Ana, o Padre Antônio José Cardoso, o padre Dionísio Francisco França, o Padre João Ribeiro Rosa. In.: Papéis relativos ao Santuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 412.

<sup>534</sup> CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papeis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. Volume 02. p. 102 e 103. A partir dessa nota, todas as citações deste código seguirá apenas com a legenda CÓDICE COSTA MATOSO sendo apontado o volume da coleção e a página.

<sup>535</sup> Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil. In.: CÓDICE COSTA MATOSO. Volume 01. p. 313.

<sup>536</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Caixa 70, documento 41.

mesmo não tendo assinado as petições que seguiram para Lisboa, é um dos membros dessa família que adquiriu maior notoriedade no cenário político e jurídico, tendo nascido em Congonhas do Campo em 1765. Após a conclusão do curso em Direito em 1787, retornou para o Brasil, assumiu funções de Juiz de Fora no estado da Bahia. Em Minas Gerais, assume cargos administrativos em Mariana e depois em Vila Rica (Ouro Preto) como ouvidor por volta de 1800. No recenseamento realizado em 1804, “a primeira família citada no Distrito de Antônio Dias era do Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Vila e sua Comarca Lucas Antônio Monteiro de Barros”<sup>538</sup>. A precedência, na lista, é sinal de distinção. Com a Revolução do Porto, foi eleito a representar a Província de Minas Gerais em Portugal, como deputado Constituinte. No entanto, não chegou a embarcar para a Corte, permanecendo no Rio de Janeiro. Foi governador da Capitania de São Paulo, após a Independência do Brasil. Assumiu cargo de juiz da Suprema Corte e, posteriormente, de senador do Império. Recebeu títulos nobiliárquicos de Barão de Congonhas e Visconde com Honras de Grandeza das Congonhas do Campo, falecendo no Rio de Janeiro, em 1851<sup>539</sup>.

O bacharel João Gualberto Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros, que recebeu o título de Barão de Paraopeba; o coronel José Joaquim Monteiro de Barros; Manoel José Monteiro de Barros – este nomeado comendador, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão de milícias, deputado à junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais, também assinam a petição do novo *Estatuto*. Irmãos consanguíneos e não apenas da irmandade, e, juntamente com os demais que integram a lista, são as “pessoas de boa gente da Capitania” como mencionou o governador.

A relação das famílias que se comportavam como elite, com os mandatos de vereador e de oficiais da guarda se estendia por outras localidades do município. A família Monteiro de Barros, por exemplo, construiu uma grande ramificação de atuação e alcance do poder, que incluía cargos na burocracia da província, cargos eletivos para Assembléia Provincial e Geral,

---

<sup>537</sup> Mesmo que este nome não apareça no documento, é importante mencioná-lo devido às redes de favorecimento em torno da família Monteiro de Barros. Matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra – datas das matrículas: 1º ano de direito 2/11/1782; 2º ano de direito 7/10/1783; 3º ano Direito 11/10/1784; 4º ano Direito 19/10/1785; 5º ano Direito 6/10/1786. In.: RODRIGUES, Manoel Augusto (direção). *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis: 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

<sup>538</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias Brasileiras*. Volume II. p. 1536.

<sup>539</sup> Cf.: BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: J. Bentivegna, 1951. Há um exemplar disponível na Biblioteca do Arquivo Público Mineiro. Número de Chamada: 929.2 B874f 1951. 1047 p.

além do Senado. Grandes proprietários de terras, escravos e lavras minerais, em Congonhas do Campo, os familiares do Barão de Paraopeba (Romualdo José Monteiro de Barros), também dominaram os postos mais eminentes da Guarda Nacional naquele distrito. Em 1831, Manuel José Monteiro de Barros era vereador da Câmara de Ouro Preto, membro do Conselho Geral da Província e, além de tudo isso, ainda fora eleito Capitão da Companhia de Congonhas do Campo<sup>540</sup>.

Alguns oficiais eleitos na Irmandade do Senhor Bom Jesus eram membros da família Monteiro de Barros como o escrivão, o Dr. João Gualberto Monteiro de Barros. Para o cargo de juiz, foi eleito o coronel José Veloso Carmo; para tesoureiro, o capitão mor José Rodrigues da Costa. Confirmam no cargo de procurador da Irmandade o irmão Vicente Freire de Andrada<sup>541</sup>. Os oficiais eleitos solicitam, com brevidade, a confirmação do compromisso. Ao analisarmos o perfil de alguns envolvidos no conflito entre a administração do Santuário e o bispo, mostra-se possível romper com a visão reducionista de que apenas o irmão Vicente Freire de Andrada era o responsável por toda a confusão e desordem entre o Santuário e o bispo de Mariana. Fez-se necessário, como vimos acima, flexibilizar o recorte temporal e espacial, para compreendermos a atuação de alguns membros da Irmandade, seja na Capitania ou mesmo fora dela. A atuação política de certos agentes históricos envolvidos na administração do Santuário é geralmente recoberta pelas fontes oficiais, recaindo sobre um ou outro irmão a responsabilidade sobre todas as ações. Este tipo de análise possibilita sair de uma visão microscópica, apresentando uma rede de relações muitas vezes conflituosas, que envolvia pessoas de representação social. A partir da análise dessas redes, delineia-se um imaginário político, numa tessitura de representações e de práticas presentes nesta experiência cultural.

Se a religião é o cenário principal na qual a trama se desenvolve, ela por si não explica esse emaranhado de eventos. A questão política tem seu papel ímpar que contribui e faz parte da interpretação dessa sociedade, reforçando a idéia da unidade teológico-política para o período.

A confusão parece ter sucesso: os irmãos conseguiram a aprovação dos *Estatutos* em 1805, período em que aparentemente cessam os conflitos entre os principais grupos até

---

<sup>540</sup> ANDRADA, Leandro Braga de. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. p. 356. Tese de Doutorado.

<sup>541</sup> Cf.: Papéis relativos ao Santuário do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Op. Cit. Volume 17 ano XVII. p. 412; 413.

aqui analisados. Mesmo assim, Dom Frei Cipriano não via com bons olhos a organização dos festejos do jubileu caracterizando-os como uma grande “praça de touros [e não uma] igreja de fiéis”<sup>542</sup>. Mesmo com uma visão tão negativa sobre os festejos, somando a isto outros tantos conflitos, o bispo parecia não ter tido poder suficiente para afastar o administrador da capela. Deveria saber que o ermitão não era o único responsável por tantos infortúnios. O Irmão Vicente Freire de Andrada permaneceu na administração da capela até 1809, quando falece de “de morte apressada” com 60 anos, “pouco mais ou menos” sendo enterrado no dia 13 de outubro na Capela do Bom Jesus<sup>543</sup>. Assumiu, então, como procurador da Capela, João Pedro Ribeiro da Costa. A linha de sucessão criada no *Estatuto* é cumprida. O novo procurador era um dos “substitutos” e por diversas vezes aparece na documentação do Santuário. Ele também assinou a petição que seguiu para a Corte solicitando a aprovação dos novos *Estatutos*. Desta forma houve uma continuidade da linha de trabalho que vinha sendo desenvolvida além da confirmação do prestígio e do poder de determinado grupo na administração do templo.

O jubileu, mesmo sendo uma festa religiosa, pautada numa perspectiva do Concílio de Trento, na valorização do sacramento, da devoção aos santos, das relíquias, torna-se um lugar de diálogo entre os vários segmentos sociais, alguns, inclusive, conflituosos. A partir da festa, pode-se analisar os laços de solidariedade e mesmo de distinção, criando-se vínculo entre determinados grupos.

A reflexão proposta neste capítulo sobre o jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos objetivou reconstituir as mudanças (descontinuidades) operacionalizada mediante a promoção de estratégias (institucionais e discursivas) promovidas pelos diferentes agentes sociais em suas vivências históricas. Desta maneira, essa pesquisa reportou-se ao sugerido por Jacques Revel, com ampliação das fontes, e, com isso, a possibilidade de perceber os agentes envolvidos, suas redes, a construção de identidades sociais e mesmo plurais bem como as práticas sociais existentes em determinados períodos<sup>544</sup>.

Tal análise das estratégias institucionais e discursivas, neste estudo, remeteu às formulações da micro-história: os indícios levantados na documentação arquivística, tão

---

<sup>542</sup> TRINDADE, Raimundo Cônego. *História do Bispado de Mariana*. Op. Cit. Vol. 1. p. 168;

<sup>543</sup> AEAM. Atestado de óbito de Vicente Freire de Andrada em: 13/10/1809. In: Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo 1803 – 1822. Estante I livro 0 1. f. 151;

<sup>544</sup> Cf.: REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. Op. Cit. p. 25.



dispersos e fragmentários, são assim percebidos como práticas (tensionais ou não, conflitivas, e sempre limitadas) promovidas num conjunto de relações de saber-poder<sup>545</sup>. A realidade histórica, dessa maneira, é reconstituída como uma gama de experiências potenciais, no interior da qual os agentes sociais, em função dos seus próprios recursos ou dos grupos aos quais se vinculam, posicionam-se, procedendo a escolhas. Estas seleções, por sua vez, não diluem as ordenações fortemente hierarquizadas e não-igualitárias presentes na dinâmica social, mas traçam composições diferenciadas com as autoridades vigentes e, concomitantemente, alteram os sentidos e os efeitos de seu poder, ao inscrevê-las em lógicas sociais bastante diferenciadas<sup>546</sup>. Este estudo, portanto, tendeu a distanciar-se de uma abordagem que recorta o real sob a perspectiva do “estudo de caso”, o qual remete, por sua vez, a taxionomias socioculturais previamente constituídas numa perspectiva generalizante mas valorizando as especificidades dos movimentos sociais presentes nas relações promovidas a partir da festa do jubileu do Bom Jesus.

---

<sup>545</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>546</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

## CONCLUSÃO

A pesquisa aqui proposta sobre o jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, objetivou reconstituir uma das principais festas religiosas ocorridas nas Minas setecentistas analisando as continuidades e mudanças operacionalizadas na devoção dos fiéis a partir do fenômeno religioso. Mediante a promoção de uma interpretação das estratégias (institucionais e discursivas) promovidas pelos diferentes agentes sociais em suas vivências históricas, essa pesquisa reportou-se ao sugerido por Jacques Revel: “não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas faça dela o indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e práticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança)”<sup>547</sup>. Esta prática religiosa, pautada nas orientações do Concílio de Trento, configurou-se com a crença no poder das indulgências, do purgatório e de conflitos gerados a partir experiências e interesses distintos.

Tal análise das estratégias institucionais e discursivas, neste estudo, remeteu às formulações da micro-história: os indícios levantados na documentação arquivística, tão dispersos e fragmentários, são assim percebidos como práticas muitas vezes tensionais, conflitivas, mas sempre limitadas, promovidas num conjunto de relações de saber-poder<sup>548</sup>. A realidade histórica, dessa maneira, é reconstituída como uma gama de experiências potenciais, no interior da qual os agentes sociais, em função dos seus próprios recursos ou dos grupos aos quais se vinculam, posicionam-se, procedendo a escolhas. Estas seleções, por sua vez, não diluem as ordenações fortemente hierarquizadas e não-igualitárias presentes na dinâmica social, mas traçam composições diferenciadas com as autoridades vigentes e, concomitantemente, alteram os sentidos e os efeitos de seu poder, ao inscrevê-las em lógicas sociais bastante diferenciadas<sup>549</sup>. Este estudo, portanto, tendeu a distanciar-se de uma abordagem que recorta o real sob a perspectiva do “estudo de caso”, o qual remete, por sua vez, a taxionomias socioculturais previamente constituídas numa

<sup>547</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: Id. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 25.

<sup>548</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>549</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

perspectiva generalizante. Para isto, foi necessária a ampliação do *corpus* documental articulando as fontes como o Concílio de Trento (determinações práticas, pastorais e doutrinárias), a legislação diocesana (Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia), documentações oficiais do bispado (provisões, circulares emitidas pelos bispos, pastorais e mesmo os termos de visitas pastorais), devassas, livros de irmandades e capela, articulando com uma historiografia recente que trabalha este tema.

Estas práticas religiosas revelaram uma crença bastante comum daquela população sobre o purgatório, no poder das indulgências, das missas pelas almas, da prática da peregrinação e das orações (uma verdadeira solidariedade vertical entre vivos e mortos). A análise não se restringe apenas às questões transcendentais mas estas práticas possibilitaram a existência de um *locus* privilegiado de poder resultantes em disputas pelas autoridades constituídas.

Compreende-se então o jubileu de Congonhas como uma experiência histórica continuamente (res)significada através de discursos e práticas, fé e poder, permanentemente imbricados, embora por vezes tal vinculação assumia um caráter conflitivo quer ao exercício das autoridades, quer das mediações devocionais. Afinal, como afirma Michel de Certeau, as práticas religiosas dos tempos modernos implicam que as “mesmas idéias ou as mesmas instituições podem se perpetuar, no momento em que *mudam de significação social*”<sup>550</sup>. E será essa articulação histórico-genealógica, inclusive, que irá conferir uma singularidade irredutível ao jubileu.

Observou-se ainda, que o poder adquirido pela administração do Santuário não era casual. A festa religiosa, que alcançou alto nível de prestígio nos diferentes segmentos sociais além de concentrar grandes recursos econômicos, possibilitou a prática de um forte mecenato por parte da administração do Santuário em prol de importantes artífices, músicos e outros artistas do século XVIII. De forma concomitante, a cuidadosa organização dos atos de piedade e das cerimônias litúrgicas, inclusive no âmbito artístico, contribuiu para criar um complexo arquitetônico/religioso que tinha como função atender às demandas das festividades. Esta importância religiosa e política do lugar levou tornar o Santuário, conforme salienta Bazin, “um dos *topos* espirituais da América Latina”.<sup>551</sup> A

---

<sup>550</sup> CERTEAU, Michel de. A formalidade das práticas – do sistema religioso à ética das Luzes. In.: *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 161 grifo nosso.

<sup>551</sup> BAZIN, Germain. Op. Cit. p. 219.

ampliação do jubileu alcançou alto nível de prestígio nos diferentes seguimentos sociais. Em 1799, por exemplo, a administração do Santuário contratou 42 padres para as festividades,<sup>552</sup> o que causou certo estranhamento para o poder episcopal.

A celebração dos jubileus, aqui com destaque para o promovido em Congonhas, demarca a importância e o sentido da experiência religiosa na vida social na Minas setecentista. Como outras festas do calendário litúrgico da Igreja (Natal, Paixão etc.), este é um “tempo sagrado”, divisor entre o tempo da graça (idéia de jubileu) e o tempo profano, marcado pelo resto do ano. Tal sentido, longe de assumir critérios apenas transcendentais, potencializou práticas culturais (face ao encontro de fiéis das mais diferentes procedências e distintos segmentos sociais), dinamizou as relações sociais, econômicas e artísticas (viabilizando câmbios, contratos, negócios) e ainda reforçou determinadas relações de poder, sobretudo vinculadas à administração do Santuário.

Todavia, a despeito da valorização da figura do sacerdote, suposto esteio da doutrina e elo com o sagrado, certas práticas religiosas possibilitaram também um protagonismo dos leigos, numa interligação da espiritualidade do jubileu com o *locus* de poder que lhe era peculiar. E embora a vida cotidiana dos clérigos estivesse longe de atender aos ditames tridentinos, o que se destaca é a articulação entre uma fé providencialista, uma cultura devocional (baseada na intercessão dos santos) e a exigência sacramental (logo, hierárquica da Igreja). O empenho desta pesquisa foi repensar a singularidade da religiosidade mineira a partir de um conjunto de ações, tensionais ou não, em torno da devoção e da festa do jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo.



---

<sup>552</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26. folha 35 V.

## BIBLIOGRAFIA

### 1 – Fontes primárias

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de óbito da paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo* (1723 – 1730). Prateleira H, livro 33.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo* (1727 – 1780). Prateleira I, livro 08.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de Devassas*. Prateleira Z, número 13. Ano de 1800.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. Prateleira W, livro 41. Emitida em Vila Rica (Ouro Preto), ano de 1753.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. Arm. 1; Gav. 1; Pasta 6. 28 de fevereiro de 1748.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Documentos avulsos da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos*. Prateleira &, livro 12.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus*. Prateleira H, códice 26. f. 03. A folha de rosto do livro apresenta a nomenclatura de *Livro de Despesas*. No entanto, no catálogo geral do Arquivo da Cúria o mesmo foi codificado como sendo o *Primeiro Livro de Contas*. Desta forma, optamos por utilizar, em notas de rodapé, a nomenclatura do catálogo, o que permitirá a outros pesquisadores encontrá-lo no referido Arquivo. No corpo do texto a expressão utilizada é a que se encontra no próprio livro: “Livro de Despesas”.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de Receita da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos*. Prateleira K, livro 1 A.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de provisões do Bispado de Mariana* (1776 – 1780).

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de caixa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Bárbara* (1741 – 1805). Prateleira X, livro número 12 .

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo* (1803 – 1822). Estante I, livro 01.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Breves da capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e outros documentos avulsos* (1779 – 1800). Prateleira &, livro número 6.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Recibos avulsos do Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas* (1797 – 1800). Prateleira & livro número 07.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Recibos avulsos do Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas* (1795 – 1799). Prateleira & livro número 08.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – OURO PRETO. *Cadernetas de pagamentos das anuidades*. Ordem Terceira de São Francisco de Assis, 1761. Estante 03, prateleira 26, caixa 01. Códice: 6.1.20 M.F.: 180

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – OURO PRETO. *Livro de Receita e despesas da Ordem 3ª Franciscana*, 1751 - 1812. Estante 04, prateleira 28. Códice: 6.3.5.M.F.: 216.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – OURO PRETO. *Livro de registro de óbitos e certidões de Missa* da Ordem 3ª Franciscana. 1778 – 1816. Estante 07, prateleira 32, caixa 01. Códice: 6.11.2. M.F.: 212.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). In.: *Projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco* – Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680 – 1832).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Códice: 10461-1794, 20, 3. Cx: 139. documento 10 (imagem: 0310 a 0337 -Cd 40). Representação dos vigários colados bispado de Mariana

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Requerimento do Juiz e mesários da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, sita no Morro do Maranhão, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo, Comarca do Rio das Mortes, solicitando confirmação dos seus estatutos. Caixa 178, documento 09, código 12970. Anterior a 26 de outubro de 1805.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Códice: 5669. Caixa 70, documento 41.

## 2 – Fontes impressas

ANDRADA, Djalma. *O Aleijadinho em Congonhas* – história do Santuário do Senhor Bom Jesus. Edição do Autor. S/A, Opúsculo de 70 páginas. Há uma outra versão no site do Arquivo Público Mineiro: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/congonhas\\_do\\_campo\\_e\\_o\\_alejadinho.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/congonhas_do_campo_e_o_alejadinho.pdf) acessado em 15 dezembro de 2015.

BAPTISTERIO E CEREMONIAL DOS SACRAMENTOS DA SANCTA MADRES IGREJA ROMANA, emendado, e acrescentado im muitascousas nesta ultima impressão, conforme o cathecismo, & ritual Romano. Em Coimbra, com tadas as licenças necessarias. Na officina de Luis Seco Ferreyra familiar do S. Officioa Sua custa, Ano de 1730. In.: ARQUIVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – OURO PRETO (APNSC – OP) Cód.515. Caixa 07.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/casa>

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papeis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. Volume 02.

Código FELIPINO – as atribuições do provedor livro I título 72. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> acessado em 20 out. 2013.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Magestade. Propostas e aceitas em o synodo Diocesano, que odito Senhor Celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719 e em Coimbra em 1720.

Disponível em:

[http://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QaeZvoybyb\\_87qn2XmpmPYa58Rq76cmy\\_CbIG-v0Oy206qQiJvlZo624ltr6-7Kv1uUYFIAISiPY2DGaD8WDg-961VqshhbuGoNpMCQEiv8LsjxPyUrTFHggbwO-2PNMSYc6gIVZe2fm2I-WJO4HiEIopzTzUYoyiHIQ1-ByOrJ0-CcbDD89UzW2CjWKb439kSXNmnOChCexoTLtCixqvgwjxLaRW\\_5I7OAG\\_Sk\\_QI6M9voKfU8FriJfUEDVViHopqaVEa](http://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QaeZvoybyb_87qn2XmpmPYa58Rq76cmy_CbIG-v0Oy206qQiJvlZo624ltr6-7Kv1uUYFIAISiPY2DGaD8WDg-961VqshhbuGoNpMCQEiv8LsjxPyUrTFHggbwO-2PNMSYc6gIVZe2fm2I-WJO4HiEIopzTzUYoyiHIQ1-ByOrJ0-CcbDD89UzW2CjWKb439kSXNmnOChCexoTLtCixqvgwjxLaRW_5I7OAG_Sk_QI6M9voKfU8FriJfUEDVViHopqaVEa) acessado 15 jan. 2016.

ENGRACIA, Júlio. *Relação chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Escola Profissionais Salesianas, 1908.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Poesias e Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957 Edição no Domínio Público disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=116](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=116) acessado 8 mar. 2015.

MARTIROLOGIO ROMANO, publicado por orden Del Papa Gregório XIII, y reconocido com la autoridad de Urbano VIII, de Inocencio XI, de Clemente X, y últimamente corregido y aumentado por el Sumo Pontífice Benedicto XIV. Traducido al Castellano por D. Agustin Alvarez Pato y Castrillon. Con licencia. Madrid, em la Imprenta Real. 1791.

O SACROSANTO E ECUMÊNICO CONCÍLIO DE TRENTO. Em latim e Portuguez: dedica e consagra aos Excell. e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: Na officina Patriarc. De Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXXXI. Com Licença da Real Meza Censoria, e privilégio Real. Tomo I. Sessão XIII, Capítulo VII, p. 287. Disponível em: <http://purl.pt/360> acessado em 20 de agosto de 2014.

Papéis relativos ao Sanctuario do Senhor de Mattosinhos de Congonhas do Campo. In.: *Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. Volume 17 ano XVII. p. 409. Também disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=6369> acessado em 16 out. 2013.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/espreguiceiro> acessado em 23 abril 2016.

PORTO, Joaquim Campos. *O jubileu de Congonhas*. Congonhas: Typographia Americana, 1894.

*Revista do Archivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. Volume 17 ano XVII.

### 3 – Bibliografia Básica

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: ProEditores, 1998. 02 Volumes.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. Nova Cultural: São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado. Santuário de peregrinação do Entre Douro e Minho barroco. In.: OLIVEIRA, Aurélio; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; GONÇALVES, Eduardo; PEREIRA, Varico (org.). *O barroco em Portugal e no Brasil*. Maia (Portugal): Sersilito/ISMAI, 2012.

ALVES, Herinaldo Oliveira (org.). *Roteiro Histórico de Diamantina*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2013.

ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas triunfais – celebrações da morte e cultos de Memória no século XVIII. In.: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris (org).

AUGÉ, Marcel. Religião. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Volume 30.

ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo Barroco*. Perspectiva: São Paulo, 1971.

\_\_\_\_\_. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. 2ª ed. Revista e atualizada. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. Volumes 1 e 2.

AZZI, Riolando. *A cristandade Colonial – mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 5: Anthropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias Brasileiras*. Volume II.



BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1956.

\_\_\_\_\_. *Aleijadinho e a escultura no Brasil*. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Trad. Marisa Murray. Rio de Janeiro: Record, 1971.

*Bíblia de Jerusalém*. 4º impressão. São Paulo: Paulus, 2006.

BORGES, Célia A. R. Maia. Espiritualidade e Mística na Península Ibérica. In.: *LOCUS*, revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Departamento de História/EDUFJF, 2004. Volume 10, número 02.

BORRIELLO, L. CARUANA, E. *Dicionário de mística*. Trad. Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 2003.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Ática, São Paulo, 1988.

BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: J. Bentivegna, 1951.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque Castro Buarque. A especificidade do religioso na história das igrejas cristãs: uma interface entre história e teologia. In.: *Anais eletrônicos do Simpósio Nacional do CEHILA-BRASIL 2008 e IX Ciclo de Estudos da Religião*. Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.). *Manoel da Costa Ataíde – aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. 2ª impressão – revisada. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

\_\_\_\_\_. A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 – 1740): seu testamento e pastoral. In.: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. O triunfo eucarístico: hierarquias e universalidade. *Revista Barroco*. Número 15, ano de 1992.

\_\_\_\_\_. *Revista Barroco número 15, ano de 1992*. p. 461 – 467

CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso; GOMES, José Manuel Flores. Os ex votos do bom Jesus – uma janela aberta sobre o passado. In.: OLIVEIRA, Aurélio; VARANDA, João;

PEIXOTO, José C.; GONÇALVES, Eduardo; PEREIRA, Varico (org.). *O barroco em Portugal e no Brasil*. Maia (Portugal): Sersilito/ISMAI, 2012.

CARRATO, José Ferreria. *As Minas Gerais e os primórdios do caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal. *Dom Oscar de Oliveira: um apóstolo admirável*. Viçosa: Folha de Viçosa, 1999.

CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. *Le monde des métiers au Moyen Age artisans etmarchands*. Rennes: editions Ouest-France, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. A formalidade das práticas – do sistema religioso à ética das Luzes. In.: *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. A formalidade das práticas – do sistema religioso à ética das Luzes. In.: *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2º ed. Lisboa/Portugal: DIFEL, 1990.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000

\_\_\_\_\_. *Religião e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: Brasiliense, 1994.

DELUMEAU, Jean. *El Catolicismo de Lutero a Voltaire*. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Pecado e o Medo*. A culpabilização no ocidente. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSP, 2003.

DINOLA, Alfonso. Sagrado e o profano. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda, 1985. Volume 12.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. (Brasiliensia Documenta, 3).

FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In.: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coordenadores). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas – olhares novos*. Lisboa, Portugal: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda/Maia. 2014.

FERREIRA, Delson Gonçalves. *O Aleijadinho*. 2º ed. Belo Horizonte: Rona, 2001.

FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: prefeitura Municipal, 1974;

\_\_\_\_\_. Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial. Belo Horizonte. *Barroco*, nº 17;

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço de poder nas Minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRANCISCO, Papa. *Misericordiae Vultus: o rosto da misericórdia*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia – Documentos do Magistério.

FURTADO, Júnia Ferreira. Desfile: a procissão barroca. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: 33, 17,1997.

GEREMK, Monislaw. Igreja. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda, 1985. Volume 12.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros – verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Poesias e Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HESPANHA, Antonio Emanuel. *Imbecillitas – as bem aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010. Coleção Olhares.

HOBBSBAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções (1789 – 1848)*. Trad.: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: A época colonial. V.2: Administração, economia, sociedade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época – Período Colonial. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época – Período Colonial. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der; BROD, Benno (org.). *Historia da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – primeira época*. 5ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

HUBERT, Jedin. *Concílios ecumênicos – história e doutrina*. Trad. Nicolas Boér. São Paulo: Editora Herder, 1961.

JOÃO PAULO II. *Aperite Portas Redemptori, Bula de Proclamação do Jubileu pelo 50º Aniversário da Redenção*. Disponível em <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 20 de mar. 2007.

JOÃO PAULO II. *Tertio Millennio adveniente – carta apostólica*. São Paulo: Paulinas, 1998.

KANTOR, Íris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP/Hucitec/ Fapesp/Imprensa Oficial, 2001. Dois volumes.

KANTOR, Íris. Um visitador na periferia da América portuguesa: visitas pastorais, memórias históricas e panegíricos episcopais. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 21, p. 436-446, 1999.

KARNAL, Leandro. A formação da Nação. In.: KARNAL, Leandro (org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, Wilfried. *Dicionários dos Estilos Arquitetônicos*. Trad. Neide Luzia de Rezende. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LANGE CURT, Francisco. A música barroca. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História geral da civilização brasileira – a época colonial*. São Paulo: Divisão Européia de Livro, 1960.

\_\_\_\_\_. *História da música nas irmandades de Vila Rica – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Vol. V.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. 2º ed. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa/Portugal: Estampa, 1995.

LEFEBVRE, Dom Gaspar. *Missal Quotidiano e vespéral*. Beneditino da Abadia de S. André. Bruges, Bélgica: Abadia de Santo André, 1957.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

LISANTE FILHO, Luís. *Negócios coloniais*. Uma correspondência comercial do século XVIII. São Paulo: Visão editorial, 1973.

MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do Trivial: vestuário, alimentação e habitação. In.: *Revista Brasileira de Estudo Político*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. Número 65.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. A entrada solene de um bispo ilustrado em sua diocese no final do século XVIII. In.: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009. [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com).

MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Editora da USP, 2009. Coleção Clássico, nº 10.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 27, 1974. p. 138. 2 Volumes.

MENDES, Nancy Maria (org). *O barroco mineiro em textos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MISSA. *Acervo do Museu da Música de Mariana*. Coordenação musicológica Paulo Castagna. Belo Horizonte: Fundação Educacional e cultural da Arquidiocese de Mariana, 2002.

MULLETT, Michael. *A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna*. Lisboa: Gadiva, 1985.

NEVES, José Maria. *Música Sacra Mineira – biografias, estudos e partituras*. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

OLIVEIRA, Myriam Andrada Ribeiro de. *Les Passos de Congonhas do Campo. Contribution à l'étude de l'oeuvre de Antônio Francisco Lisboa, dit l'Aleijadinho*. Dissertação de Mestrado Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica. Ano de Obtenção: 1969.

\_\_\_\_\_. Congonhas e Bom Jesus de Braga: duas interpretações de um ideário formal e simbólico. In.: OLIVEIRA, Aurélio; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; GONÇALVES, Eduardo; PEREIRA, Varico (org.). *O barroco em Portugal e no Brasil*. Maia (Portugal): Sersilito/ISMAI, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho*. Ed. Dubolso: Cataguases, 1981.

\_\_\_\_\_. *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas*. Brasília, DF.: IPHAN/Monumenta, 2006. Coleção Roteiros do Patrimônio.

\_\_\_\_\_. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes Europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

\_\_\_\_\_. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília, DF: IPHAN, 2011.

PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In.: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coordenadores). *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas – olhares novos*. Lisboa, Portugal: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda/Maia. 2014.

PAULO VI. *Constituição Apostólica Indulgentiarum Doutrina sobre a Doutrina das Indulgências*. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-vi\\_apc\\_01011967\\_indulgentiarum-doctrina.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-vi_apc_01011967_indulgentiarum-doctrina.html)> . Acesso em: 20 de mar. 2007.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Vieira*. São Paulo: Edusp; Campinas: Unicamp, 1994.

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves. Os memorialistas do Bom Jesus do Monte. In.: OLIVEIRA, Aurélio; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; GONÇALVES, Eduardo; PEREIRA, Varico (org.). *O barroco em Portugal e no Brasil*. Maia (Portugal): Sersilito/ISMAI, 2012.

POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*. São Paulo: Globo, 2004.

PONTES, Márcio Miranda. *Música em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Pontes, 2002.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

PROCH, Umberto. A união no segundo concílio de Lião e no Concílio de Ferrara-Florença-Roma. In.: ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

RANKE, Leopoldo Von. *Historia de los Papas*. 11º ed. Trad. Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In.: Id. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. ASSUNÇÃO, Luciana Viana. As visitas Pastorais de Dom Frei Cypriano de São José. In.: *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Volume 06. Mariana: Dom Viçoso, 2010.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. – os dois relatórios Decenais. Visitas ad Limina de Dom Antonio Ferreira Viçoso. 1853 – 1866. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. – os dois relatórios Decenais. Visitas ad Limina de Dom Antonio Ferreira Viçoso. 1853 – 1866. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005.

\_\_\_\_\_. O Báculo e a Mitra de Dom Oscar de Oliveira – 11ª Bispo e 3ª Arcebispo de Mariana. In.: *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico de Mariana*. Volume 07. Mariana: Dom Viçoso, 2012.

\_\_\_\_\_. O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). In.: *Jornal O Arquidiocesano*. Mariana: Editora Dom Viçoso, 24 Nov. 1985. Número 1367, ano XXVII.

RODRIGUES, José Wash. *Mobiliário: as artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.

RODRIGUES, Manoel Augusto (direcção). *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis: 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo – as romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

SANTALÓ, C. Álvares; BUXÓ, Maria Jesús; BECERRA, S. Rodríguez (coord.). *La religiosidad popular – antropologia e história*. Barcelona (Espanha): Anthropos, 1989. Volume 18.

\_\_\_\_\_. *La religiosidad popular – vida y muerte: la imaginación religiosa*. Barcelona (Espanha): Anthropos, 1989. Volume 19.

SANTALÓ\_\_\_\_\_. *La religiosidad popular – hermanades, romerías y santuarios*. Barcelona (Espanha): Anthropos, 1989. Volume 20.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em Ricas Festas – celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Belo Horizonte: FACE/FUMEC, 2003.

SANTOS, Beatriz. *O corpo de Deus na América: a festa de corpus Christe nas cidades da América Portuguesa – séc. XVII*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiro e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. Nº 06, 1942;

SCARANO, Julita. *Fé e milagre: ex votos pintados em madeira (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TAVEIRA, Celso. O Aleijadinho em Congonhas: as hipóteses de Germain Bazin. In.: *Revista Barroco 13*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

TEDIM, José Manuel. Em torno da festa barroca. In.: OLIVEIRA, Aurélio; VARANDA, João; PEIXOTO, José C.; GONÇALVES, Eduardo; PEREIRA, Varico (org.). *O barroco em Portugal e no Brasil*. Maia (Portugal): Sersilito/ISMAI, 2012.

TRINDADE, Côn. Raimundo. *Genealogias Mineiras*. Ponte Nova: Typographia Ideal, 1923; TRINDADE, Côn. Raimundo. *Genealogia da zona do Carmo*. 1943.

\_\_\_\_\_. *Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Publicação do SPHAN, nº 13;

\_\_\_\_\_. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17;

\_\_\_\_\_. *Arquidiocese de Marina*. Subsídios para a sua história. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 1º Vol.

\_\_\_\_\_. *Arquidiocese de Marina*. Subsídios para a sua história. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 2º Vol.

TRINDADE, José da Santíssima – Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821 – 1825)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989;

VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 04, 1940;

VATICANO. *What is a holy year?* Disponível em: <[http://www.vatican.va/jubilee\\_2000/docs/documents/ju\\_documents\\_17-feb-1997\\_history\\_en.html](http://www.vatican.va/jubilee_2000/docs/documents/ju_documents_17-feb-1997_history_en.html)>. acesso em: 10 maio 2008.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. – séc. VIII a XIII. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VVAA. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

WELLS, James. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. Coleção Mineiriana. Série Clássicos. 2 Volumes.

#### 4 – Dissertações e teses

ANDRADA, Leandro Braga de. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. p. 356. Tese de Doutorado.

JUSTE, Luiza de Castro. *Evolução histórico-cultural e paisagístico da Praça da Basílica de Bom Jesus de Matosinho, Congonhas-MG*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Agronomia/Fitotecnia, área de concentração em Produção Vegetal da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Defesa: 2012. Disponível: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/443/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Evolu%C3>



[%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rico-cultural%20e%20paisag%C3%ADstica%20da%20Pra%C3%A7a%20da%20Bas%C3%ADlica%20de%20Bom%20Jesus%20de%20Matosinhos,%20Congonhas-MG.%202012.pdf](#) acessado 20 jan. 2016.

MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara (1749-1822)*. Dissertação mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta_o.pdf?sequence=1)>. acesso em: 24 jan. 2007.

SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica noo século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VGRO-7BTH7V>

SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus [manuscrito]: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto/ICHS. Mariana, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4260/1/DISSERTA%C3%87%C3%82O%20SarcedosMagnusDom.pdf> acessado 10 jan. 2016. Concluído em 08 de dezembro de 1965):

# **ANEXO 01**

*Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*  
*Índice Geral do Livro & 07*

<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Obra</b>	<b>Folha</b>
João Martins Pereira	20/12/1797	395 $\frac{3}{4}$ 4	Vinho para as missas	f. 1 A
Antonio Francisco Lisboa	21/12/1800		Ele e sua oficina entregam as obras dos profetas	f. 2 A
Vitorino José Ribeiro	27/09/1800		Vinho	f. 3 A
Ana Maria de Jesus Nascente	29/12/1800		Lavar e engomar a roupa	f. 4 A
Tomas da Maya Brito	07/09/1800	29 /8. <sup>as</sup> $\frac{1}{4}$ 6	Fatura dos profetas durante 78 dias e $\frac{1}{2}$	f. 5 A
Manoel Rodrigues Falcato e Maximiano	22/11/1800	63 /8. <sup>as</sup> $\frac{3}{4}$ 1	Obra de construção dos passos do Senhor	f. 1 B
Domingos da Cruz Leite	20/10/1800	10 /8. <sup>as</sup> $\frac{1}{2}$	Pedreiro trabalho nas obras dos passos do Senhor	f. 2 B
Pedro Francisco Teixeira	21/12/1800	2 $\frac{1}{4}$ 4	Pago pelos serviços do seu escravo José nas obras da casa	f. 3 B
Paulino José de Souza	20/12/1800	5 $\frac{1}{4}$	10 semanas e meia de trabalho do seu escravo Antonio nas obras da casa	f. 4 B
José Joaquim Monteiro de Barros	04/09/1800	9 $\frac{3}{4}$	Pelos trabalhos de seu escravo Agostinho nas obras dos Passos	f. 5 B
João Antonio Chaves	31/12/1800	17 /8. <sup>as</sup>	Pelo trabalho de seu escravo nas obras dos passos do Senhor	f. 6 B
Anna Maria de Jesus Nascente	?	23 /8. <sup>as</sup> $\frac{3}{4}$	Pelo trabalho de seus escravos: João Gregório (15 semanas); João pequeno (16 semanas); Simão (16 semanas) nas obras dos passos.	f. 7 B
Luis Martins Machado	14/09/1800	2 $\frac{3}{4}$ 7	Cal para a casa do Senhor	f. 8 B
Manoel Pereira Santos	24/12/1800	16 $\frac{3}{4}$ 4	Pelas obras de carapina no conserto das casas dos romeiros (54 dias)	f. 9 B
Paulino José de Souza	20/12/1800	10 $\frac{1}{2}$ //	Pelas obras de carapina na casas dos romeiros (42 dias)	f. 10 B
Manoel da Fonseca	18/12/1800	7 $\frac{1}{2}$	Retelhar as casas dos romeiros	f. 11 B
Vitorino José Ribeiro	29/09/1800	26 $\frac{1}{2}$ 6 vinténs	Gastos em sua venda	f. 12 B

Manoel Francisco da Silva	28/12/1800	13 /8. <sup>as</sup> ½	Três arrobas de ferro para a casa do senhor	f. 13 B
Joseph Rodrigues Collares	10/12/1800	4 ½	Nove fechaduras	f. 14 B
José Francisco de Araújo	31/12/1800	?	Pelo seus serviços de feitor	f. 15 B
João Pires de Castro	08/01/1801	21 /8. <sup>as</sup> ½	Compras de fazendas de sua loja	f. 16 B
Antonio da Costa	15/12/1800	17 ½ 1	Compras diversas (há especificação no recibo)	f. 17 B
Manoel Correia da Silva	03/06/1800	8 ½ 2	Pelos serviços da botica para assistência na casa do Senhor.	f. 18 B
Antonio Nunes Barros	14/09/1800	5 ¼ 4	Curativos nos doentes da casa do senhor.	f. 19 B
Manoel Antonio do Giro	27/04/1801	103 mil 894 reis em barrinhas.	Remeteu o irmão Vicente par entregar ao irmão Joaquim José de Santa Ana quando chegar de Lisboa	f. 20 B
Antonio Ribeiro de Freitas	05/12/1802	7 ½	Vinho para as missas	f. 22 B
Frutuoso Martins Gonçalves	02/12/1802	1 /8. <sup>a</sup> e ½	Vinho	f. 23 B
Manoel Pereira dos Santos	07/12/1802	15 /8. <sup>as</sup>	48 dias de trabalho no conserto do órgão	f. 24 B
Joaquim Marques Ferreira	07/12/1802		48 dias de trabalho no concerto do órgão	f. 1 C
Vicente José Ferreira	07/12/1802	3 /8. <sup>as</sup> ½	Por soldar os canudos do órgão	f. 2 C
Antonio Gomes Pereira	05/12/1802	35 ½ 4	Por trabalho de cantaria nos passos	f. 3 C
José Manoel de Bares (?)	07/12/1802	?	87 dias que trabalhou na cantaria dos passos	f. 4 C
Bernado Nogueira de Azevedo	07/09/1802	10 ½	84 dias de trabalho de seu filho Maximiano nas obras de cantaria dos passos	f. 5 C
Manoel Luis Brandão	03/12/1802	6 ¾	Pelo trabalho de seu escravo José nas obras dos passos do Senhor	f. 6 C
José Antonio Freire	20/09/1802	2 ¼	Pelo trabalho de seus dois escravos nas obras do Senhor	f. 7 C
Joaquim Martins Ferreira	05/12/1802	10 ¼	20 semanas e meia de trabalho do seu escravo Manoel nas obras do Senhor	f. 8 C
Rosa Perpétua do Sacramento	06/12/1802	9 ¾ //	19 semanas e meia que trabalhou o crioulo	f. 9 C

			Antônio nas obras do Senhor	
Frutuoso Martins Gonçalves	03/12/1802	5 ¼ 3	Gastos em sua venda	f. 10 C
José Francisco de Araújo	04/12/1802	45 /8. <sup>as</sup>	Pelo seu serviço de feitor da casa	f. 11 C
Manoel Correia da Silva	05/12/1802	10 ¾ 6	Pelo custo de remédio de sua botica para assistência dos doentes da casa do Senhor	f. 12 C
Antonio Nunes Barros	05/12/1802	7 ½	Assistência aos doentes da casa do senhor Bom Jesus	f. 13 C
Domingos Francisco Duarte	16/01/1810	10 /8. <sup>as</sup>	Uma junta de bois mansos	f. 1
Francisco da Silva Freitas	19/09/1810	3 /8. <sup>as</sup> ¾	Cal preto para obras	f. 2
Frutuoso Antonio Fernandes	06/10/1812	8 /8. <sup>as</sup>	Quatro alqueires de cal e 02 barris de azeite	f. 3
Manoel Vieira da Silva	14/12/1813		32 alqueires de cal	f. 4
Joaquim José de Santa Ana	29/03/1814	4 mil e 200 reis	Sem especificação	f. 5
Antonio de Sá Freitas Moura	30/05/1814	4 /8. <sup>as</sup>	Cal para obras	f. 6
Silvério Gomes de Araújo	07/02/1816	29 mil e 36 reis	Vinho para missas do Rio de Janeiro	f. 7
Teodorio Alves	23/01/1815	Mil e 810 reis	Certidões contra o capitão Fernando da Rocha e Souza	f. 8
Antonio de Castro Guimarães	23/10/1816	18 mil	Vinho e bacalhau	f. 9
Manoel Coelho Pereira	22/04/1816	11 mil	Sem especificação	f. 10
Antonio Ferreira	01/01/1818	02 mil e cem reis	Reforma sem especificação	f. 11
José Nogueira Teixeira	04/12/1816	8 mil e 600 reis	Sem especificação	f. 12
Domingos Francisco Duarte	15/06/1818		Suidécimo (?)	f. 13
Jacinto Pereira Ribeiro	06/03/1819		Gastos com requerimentos da irmandade	f. 14
Caetano de Souza Pinto (irmão)	30/07/1820		Gastos que ainda fizera o irmão Vicente com o Irmão Caetano no Rio de Janeiro	f. 15
Manoel Carapina	01/03/1820		Trabalho e carapina	f. 16
Antonio Carlos Machado Magalhães Botelho (vigário)	14/11/1821	6 /8. <sup>as</sup>	Gastos paroquiais	f. 17

Francisco de Sá e Freitas Mourão	15/12/1822	5 /8. <sup>as</sup>	Cal para obras	f. 18
Silvério Gomes de Araújo	10/04/1822	31 mil e 40 reis	Galão de ouro e tapete	f. 19
José Fernandes dos Passos	01/09/1824	06 vinténs	Conserto das galhetas	f. 20
José Felix dos Santos	04/07/1824	3 /8. <sup>as</sup>	Panelas de ferro para a casa do Senhor	f. 21
Antonio Joaquim Pereira de Magalhães	03/02/1825		Pagamento de dízimo de três anos	f. 22
João Gomes Nunes	19/04/1825	10 mil reis	Compra de um capado	f. 23
João Pedro de Jesus Maria	20/09/1828		Repasse de dízimo do coronel Romualdo Monteiro de Barros ao Irmão João Pedro	f. 24
Domingos Antonio Silveira	11/08/1788	20 /8. <sup>as</sup>	Carta de crédito	f. 25
	Século XIX		Recibos de: Gustno 3 e 45 João Coelho 27 e 55 João Ribeiro Fernandes 16 e 55 Antonio Manoel de Jesus 50 e 65 Manoel Pereira Lima 35 e 45	Folha avulsa sem numeração

*Índice Geral do Livro & 07 – Ordem alfabética*

Nome	Data	Folha
Ana Maria de Jesus Nascente	29/12/1800	f. 4 A
Anna Maria de Jesus Nascente	?	f. 7 B
Antonio Carlos Machado Magalhães Botelho (vigário)	14/11/1821	f. 17
Antonio da Costa	15/12/1800	f. 17 B
Antonio de Castro Guimarães	23/10/1816	f. 9
Antonio de Sá Freitas Moura	30/05/1814	f. 6
Antonio Ferreira	01/01/1818	f. 11
Antonio Francisco Lisboa	21/12/1800	f. 2 A
Antonio Gomes Pereira	05/12/1802	f. 3 C
Antonio Joaquim Pereira de Magalhães	03/02/1825	f. 22
Antonio Nunes Barros	14/09/1800	f. 19 B
Antonio Nunes Barros	05/12/1802	f. 13 C
Antonio Ribeiro de Freitas	05/12/1802	f. 22 B
Bernado Nogueira de Azevedo	07/09/1802	f. 5 C

Caetano de Souza Pinto (irmão)	30/07/1820	f. 15
Domingos Antonio Silveira	11/08/1788	f. 25
Domingos da Cruz Leite	20/10/1800	f. 2 B
Domingos Francisco Duarte	16/01/1810	f. 1
Domingos Francisco Duarte	15/06/1818	f. 13
Francisco da Silva Freitas	19/09/1810	f. 2
Francisco de Sá e Freitas Mourão	15/12/1822	f. 18
Frutuoso Antonio Fernandes	06/10/1812	f. 3
Frutuoso Martins Gonçalves	02/12/1802	f. 23 B
Frutuoso Martins Gonçalves	03/12/1802	f. 10 C
Jacinto Pereira Ribeiro	06/03/1819	f. 14
João Antonio Chaves	31/12/1800	f. 6 B
João Gomes Nunes	19/04/1825	f. 23
João Martins Pereira	20/12/1797	f. 1 A
João Pedro de Jesus Maria	20/09/1828	f. 24
João Pires de Castro	08/01/1801	f. 16 B
Joaquim José de Santa Ana	29/03/1814	f. 5
Joaquim Marques Ferreira	07/12/1802	f. 1 C
Joaquim Martins Ferreira	05/12/1802	f. 8 C
José Antonio Freire	20/09/1802	f. 7 C
José Felix dos Santos	04/07/1824	f. 21
José Fernandes dos Passos	01/09/1824	f. 20
José Francisco de Araújo	31/12/1800	f. 15 B
José Francisco de Araújo	04/12/1802	f. 11 C
José Joaquim Monteiro de Barros	04/09/1800	f. 5 B
José Manoel de Bares (?)	07/12/1802	f. 4 C
José Nogueira Teixeira	04/12/1816	f. 12
Joseph Rodrigues Collares	10/12/1800	f. 14 B
Luis Martins Machado	14/09/1800	f. 8 B
Manoel Antonio do Giro	27/04/1801	f. 20 B
Manoel Carapina	01/03/1820	f. 16
Manoel Coelho Pereira	22/04/1816	f. 10
Manoel Correia da Silva	03/06/1800	f. 18 B
Manoel Correia da Silva	05/12/1802	f. 12 C
Manoel da Fonseca	18/12/1800	f. 11 B

Manoel Francisco da Silva	28/12/1800	f. 13 B
Manoel Luis Brandão	03/12/1802	f. 6 C
Manoel Pereira dos Santos	07/12/1802	f. 24 B
Manoel Pereira Santos	24/12/1800	f. 9 B
Manoel Rodrigues Falcato e Maximiano	22/11/1800	f. 1 B
Manoel Vieira da Silva	14/12/1813	f. 4
Paulino José de Souza	20/12/1800	f. 4 B
Paulino José de Souza	20/12/1800	f. 10 B
Pedro Francisco Teixeira	21/12/1800	f. 3 B
Rosa Perpétua do Sacramento	06/12/1802	f. 9 C
Silvério Gomes de Araújo	07/02/1816	f. 7
Silvério Gomes de Araújo	10/04/1822	f. 19
Teodorio Alves	23/01/1815	f. 8
Tomas da Maya Brito	07/09/1800	f. 5 A
Vicente José Ferreira	07/12/1802	f. 2 C
Vitorino José Ribeiro	27/09/1800	f. 3 A
Vitorino José Ribeiro	29/09/1800	f. 12 B
	Século XIX	Folha avulsa sem numeração



# **ANEXO 02**

*Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*  
*Índice Geral do Livro & 08*

Nome	Data	Valor	Obra	Folha	Nº Recibo
Antônio Francisco Lisboa e seus oficiais	31/12/1799	395 oitavas e $\frac{3}{4}$	Fatura das imagens dos Passos do Senhor.	f. 1 A	Não consta
-	1800	-	Recibos do ano de 1800	f. 2 A	Não consta
Leandro Ferreira Martins	22/12/1799	7 oitavas	Obras do ofício de alfaiate	f. 3 A	18
Manoel Correa da Silva	09/09/1799	7 oitavas e $\frac{3}{4}$ e 6 vintens	Remédios que comprou para a assistência da fábrica	f. 4 A	19
Antônio Nunes Barreiro	24/09/1799	2 oitavas $\frac{1}{2}$ e 5 tostão	Curativo dos doentes	f. 5 A	20
João Pires da Costa	20/12/1799	7 oitavas, 3 contos e 1 tostão	Fazendas (panos)	f. 6 A	17
Antônio da Costa	24/12/1799	6 oitavas e 3 vinténs	Fazendas secas	f. 7 A	16
Urbano Alvarez Jardim	30/12/1799	10 oitavas e 3 vinténs	Carne	f. 8 A	15
Joaquim José da Silva	07/09/1798	26 oitavas $\frac{1}{2}$ e 2 vinténs	85 dias que trabalhou no encanamento	f. 9 A	06
Antônio José Pereira	23/10/1798	20 oitavas $\frac{1}{2}$	82 dias que trabalhou no encanamento	f. 10 A	07
João Martins Ferreira	12/09/1798	12 oitavas	04 semanas que trabalharam seus escravos no encanamento	f. 11 A	08
Anna Francisca de Paula	30/12/1798	4 oitavas	09 semanas e meia que seu escravo trabalhou, a jornal, no encanamento	f. 12 A	09
Antônio José Pereira	30/11/1798	4 oitavas $\frac{1}{2}$	Do jornal de seu escravo que trabalhou no encanamento	f. 13 A	10
Manoel Luiz Br. <sup>om</sup>	14/10/1798	6 oitavas $\frac{1}{2}$	Jornal do escravo Sebastião por 13 semanas	f. 14 A	11
Anna Maria de Jesus Nascentes	24/10/1798	8 oitavas 4 de ouro	Por 16 semanas e meia que trabalharam os escravos seus no encanamento da água	f. 15 A	12

Caetano Francisco Lopes	03/09/1798	3 oitavas $\frac{1}{2}$	7 semanas que o “preto” trabalhou no encanamento	f. 16 A	13
João Martins Ferreira	28/12/1798	7 oitavas e 1 tostão	Gastou na venda (sem especificar produtos)	f. 17 A	14
Inácio da Costa Lisboa	22/11/1798	1 oitava e 4 de ouro	Por ferrar os cavalos da casa	f. 18 A	15
Bernardino Antônio da Silva	02/10/1798	33 oitavas e 15 vinténs de ouro	Uma forja de ferreiro	f. 19 A	16
José Maritns de Barro	30/12/1798	12 oitavas e $\frac{3}{4}$	De carne de vaca	f. 20 A	17
Antônio da Costa	28/09/1798	14 oitavas e $\frac{3}{4}$	Fazenda seca (baeta, retros, papel, lenço azul, chapéu, etc.)	f. 21 A	18
José Marcelino da Silva	28/12/1798	10 oitavas $\frac{1}{2}$	Remedies da botica para a capela	f. 22 A	19
José de Mazolette (?) de Araújo	30/12/1798	5 oitavas $\frac{3}{4}$	Visita que fez aos doentes da capela	f. 23 A	20
Anna Maria de Jesus Nascentes	25/10/1799	14 oitavas $\frac{1}{2}$	Jornais de seus escravos que trabalharam nas obras dos Passos do Senhor	f. 24 A	06
João Martins Ferreira	16/12/1799	36 oitavas	Jornal do crioulo Manoel como também do escravo Antônio nos Passos do Senhor	f. 25 A	07
Ana Francisca de Paula	24/09/1799	5 oitavas e 1 quarto	Dez semanas e meia que o escravo Antônio trabalhou nas obras dos Passos do Senhor	f. 26 A	08
Manoel Rodrigues Falcato	24/08/1799	25 oitavas	Por rebocar e caiar as casas novas dos padres	f. 27 A	09
Vitorino José Ribeiro	31/09/1799	17 oitavas $\frac{3}{4}$ 3 vinténs	Gastos na venda	f. 28 A	10
Manoel Francisco da Silva	24/12/1799	18 oitavas	Quatro arrobas de ferro	f. 29 A	11
José Francisco	30/12/1799	45 oitavas	Por sua porção de feitor da casa	f. 30 A	14
Manoel da Costa Attaide	08/09/1799	49 oitavas	“encarnar, pintar, dourer quarto bustos e também de dourar 14 custódias para relíquias”	f. 31 A	03
Thomas da Maya Brito	19/12/1799	125 oitavas $\frac{3}{4}$	Dos jornais dele e de seus oficiais. Há lista no início da folha do	32 A	05

			recibo apresentando os nomes daqueles que trabalharam sob orientação do mestre Thomas da Maya Brito. São eles: Domingos escravo do dito por 7 semanas; Manoel escravo do dito por 7 semanas; Antônio escravo do dito por 6 semanas; Manoel Rodrigues por 78 dias; Manoel, escravo deste por 72 dias; João Freire por 89 dias; Antônio José Pereira por 93 dias; Damião escravo deste; Joaquim Ignácio de Leola por 95 dias; o próprio Thomas da Maya Brito por 56 dias.		
-	-	-	Uma folha de papel pardo que separa o livro em duas partes. A partir daqui inicia nova numeração de folhas.		
Anna Maria de Jesus Nascentes	30/12/1799	12 oitavas	Lavar e engomar as roupas	f. 1 B	04
Luiz Martins Machado	30/12/1798	5 oitavas e 4 vinténs	Compras de malvazia*	f. 2 B	04 ( <i>sic</i> )
Anna Maria de Jesus Nascentes	30/12/1798	12 oitavas	De lavar e engomar as roupas	f. 3 B	05
Antônio Francisco Lisboa	31/12/1798	355 oitavas $\frac{3}{4}$ e 6 vinténs	Fatura das imagens dos Passos do Senhor	f. 4 B	01
João Martins Ferreira	28/12/1798	1 oitava e tostão	Vinho para a capela	f. 5 B	02
Antônio de Oliveira Souza	24/12/1798	2 oitavas e 12 vinténs	Vinho para as missas	f. 6 B	03
João Martins Ferreira	30/12/1797	5 oitavas e quatro vinténs de ouro	Gastos na venda	f. 07 B	18
Bernardo de Palhares	09/09/1797	3 oitavas	Obras do ofício de alfaiate	f. 08 B	19
José Martins	30/12/1797	6 oitavas	Carne de vaca	f. 9 B	20

Barra					
Antônio da Costa	30/12/1797	7 oitavas $\frac{1}{2}$ e 1 tostão	Consta da lista no início da folha (fazenda seca – baeta azul, 3 lenços azuis, manta de cobrir, quarta de pimenta, 06 linhas de ouro).	f. 10 B	21
Capitão João Pires da Costa	06/10/1797	22 oitavas $\frac{1}{2}$	Consta da lista – fazenda seca	f. 11 B	22
José Marcelino da Silva	28/12/1797	3 oitavas $\frac{1}{2}$ e 4 vinténs	Remédios da botica	f. 12 B	23
José de Nazaré Aguiar	20/09/1797	14 oitavas	Visitas aos doentes da casa	f. 13 B	24
-	-	-	RECIBOS DO ANO DE 1798	f. 14 B	
Simão Rufo Gomes	20/10/1797	10 oitavas $\frac{1}{2}$ e 2 vinténs	Pintar as casas novas dos padres	f. 15 B	08
Antônio Francisco Lisboa e seus oficiais	1796	177 oitava e $\frac{3}{4}$	Trabalharam nas obras de escultura dos Passos da Paixão do Senhor.	f. 16 B	01
Luiz Antônio Ferreira	02/04/1797	133 oitavas 1 quarto e 4 vinténs	Obras para cercar o pasto para os animais da casa.	f. 17 B	15
Ignácio da Costa Lisboa	12/10/1797	1 oitava $\frac{1}{4}$ e 4 vinténs	Ferrar os cavalos	f. 18 B	17
-	-	-	RECIBOS DO ANO DE 1797	f. 18 B	
Antônia Maria de Jesus	30/12/1797	12 oitavas	Lavar e engomar as roupas	f. 20 B	05
Antônio Ferreira de Souza	06/05/1797	6 oitavas	Música da novena do Senhor	f. 21 B	04
Manoel Correia dos Santos	25/09/1797	14 oitavas $\frac{1}{2}$ e 10 vinténs	48 dias que trabalhou com seu ofício de carapina nas casas novas dos padres	f. 22 B	06
Vitorino José Ribeiro	31/09/1797	19 oitavas $\frac{3}{4}$ e 6 vinténs	Vinho para as missas	f. 23 B	02
Antônio de Oliveira Souza	16/12/1797	1 oitava e $\frac{3}{4}$	Vinho para as missas	f. 24 B	03
Joseph Rodrigues Collares	04/10/1798	10 oitavas e 1 quarto	08 Fechaduras para as casas novas dos padres	f. 25 B	07
Manoel Luiz	08/10/1797	9 oitavas	18 semanas que trabalhou o preto Sebastião no rego da	f. 26 B	14

			água		
João Martins Ferreira	20/10/1797	11 oitavas	Jornal do seu “preto” Antônio por 22 semanas que trabalhou no encanamento do rego da água	f. 27 B	13
Silvestre Ferreira da Silva	12/10/1797	15 oitavas	96 alqueires de cal “para rebocar as casas novas dos padres”	f. 28 B	09
Manoel Rodrigues Falcato	09/10/1797	20 oitavas 8 oitavas	Por 64 dias que trabalhou no encanamento da água da casa do senhor; mais 63 dias do escravo do dito no rego da água.	f. 29 B	10
Anna Maria de Jesus Nascentes	16/10/1797	8 oitavas e 1 quarto	Por 16 semanas e meia que trabalhou o preto Simão no rego da água	f. 30 B	11
João Antônio Chaves	16/10/1797	8 oitavas e ½	Por 17 semanas que trabalhou o escravo Mateus no encanamento da água	f. 31 B	12

\* *malvázia*: vinho originário de uma ilha situada ao sul da costa oriental da Murélia (Peloponeso), Grécia. Posteriormente, passou a ser produzido em Chipre e na Ilha de Madeira. É doce e licoroso. Cf.: MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do Trivial: vestuário, alimentação e habitação. In.: *Revista Brasileira de Estudo Político*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. Número 65. p. 168.

### *Índice Geral do Livro & 08 – Ordem alfabética*

Nome	Data	Valor	Obra	Folha	Nº Recibo
-	1800	-	Recibos do ano de 1800	f. 2 A	Não consta
-	-	-	Uma folha de papel pardo que separa o livro em duas partes. A partir daqui inicia nova numeração de folhas.		
-	-	-	RECIBOS DO ANO DE 1798	f. 14 B	
-	-	-	RECIBOS DO ANO DE 1797	f. 18 B	
Ana Francisca de Paula	24/09/1799	5 oitavas e 1 quarto	Dez semanas e meia que o escravo Antônio trabalhou nas obras dos Passos do Senhor	f. 26 A	08

Anna Francisca de Paula	30/12/1798	4 oitavas	09 semanas e meia que seu escravo trabalhou, a jornal, no encanamento	f. 12 A	09
Anna Maria de Jesus Nascentes	24/10/1798	8 oitavas 4 de ouro	Por 16 semanas e meia que trabalharam os escravos seus no encanamento da água	f. 15 A	12
Anna Maria de Jesus Nascentes	25/10/1799	14 oitavas $\frac{1}{2}$	Jornais de seus escravos que trabalharam nas obras dos Passos do Senhor	f. 24 A	06
Anna Maria de Jesus Nascentes	30/12/1799	12 oitavas	Lavar e engomar as roupas	f. 1 B	04
Anna Maria de Jesus Nascentes	30/12/1798	12 oitavas	De lavar e engomar as roupas	f. 3 B	05
Anna Maria de Jesus Nascentes	16/10/1797	8 oitavas e 1 quarto	Por 16 semanas e meia que trabalhou o preto Simão no rego da água	f. 30 B	11
Antônia Maria de Jesus	30/12/1797	12 oitavas	Lavar e engomar as roupas	f. 20 B	05
Antônio da Costa	24/12/1799	6 oitavas e 3 vinténs	Fazendas secas	f. 7 A	16
Antônio da Costa	28/09/1798	14 oitavas e $\frac{3}{4}$	Fazenda seca (baeta, retros, papel, lenço azul, chapéu, etc.)	f. 21 A	18
Antônio da Costa	30/12/1797	7 oitavas $\frac{1}{2}$ e 1 tostão	Consta da lista no início da folha (fazenda seca – baeta azul, 3 lenços azuis, manta de cobrir, quarta de pimenta, 06 linhas de ouro).	f. 10 B	21
Antônio de Oliveira Souza	24/12/1798	2 oitavas e 12 vinténs	Vinho para as missas	f. 6 B	03
Antônio de Oliveira Souza	16/12/1797	1 oitava e $\frac{3}{4}$	Vinho para as missas	f. 24 B	03
Antônio Ferreira de Souza	06/05/1797	6 oitavas	Música da novena do Senhor	f. 21 B	04
Antônio Francisco Lisboa	31/12/1798	355 oitavas $\frac{3}{4}$ e 6 vinténs	Fatura das imagens dos Passos do Senhor	f. 4 B	01
Antônio Francisco Lisboa e seus oficiais	31/12/1799	395 oitavas e $\frac{3}{4}$	Fatura das imagens dos Passos do Senhor.	f. 1 A	Não consta
Antônio Francisco Lisboa e seus oficiais	1796	177 oitava e $\frac{3}{4}$	Trabalharam nas obras de escultura dos Passos da Paixão do Senhor.	f. 16 B	01
Antônio José	23/10/1798	20 oitavas	82 dias que trabalhou	f. 10 A	07

Pereira		½	no encanamento		
Antônio José Pereira	30/11/1798	4 oitavas ½	Do jornal de seu escravo que trabalhou no encanamento	f. 13 A	10
Antônio Nunes Barreiro	24/09/1799	2 oitavas ½ e 5 tostão	Curativo dos doentes	f. 5 A	20
Bernardino Antônio da Silva	02/10/1798	33 oitavas e 15 vinténs de ouro	Uma forja de ferreiro	f. 19 A	16
Bernardo de Palhares	09/09/1797	3 oitavas	Obras do ofício de alfaiate	f. 08 B	19
Caetano Francisco Lopes	03/09/1798	3 oitavas ½	7 semanas que o “preto” trabalhou no encanamento	f. 16 A	13
Capitão João Pires da Costa	06/10/1797	22 oitavas ½	Consta da lista – fazenda seca	f. 11 B	22
Ignácio da Costa Lisboa	12/10/1797	1 oitava ¼ e 4 vinténs	Ferrar os cavalos	f. 18 B	17
Inácio da Costa Lisboa	22/11/1798	1 oitava e 4 de ouro	Por ferrar os cavalos da casa	f. 18 A	15
João Antônio Chaves	16/10/1797	8 oitavas e ½	Por 17 semanas que trabalhou o escravo Mateus no encanamento da água	f. 31 B	12
João Martins Ferreira	12/09/1798	12 oitavas	04 semanas que trabalharam seus escravos no encanamento	f. 11 A	08
João Martins Ferreira	28/12/1798	7 oitavas e 1 tostão	Gastou na venda (sem especificar produtos)	f. 17 A	14
João Martins Ferreira	16/12/1799	36 oitavas	Jornal do crioulo Manoel como também do escravo Antônio nos Passos do Senhor	f. 25 A	07
João Martins Ferreira	28/12/1798	1 oitava e tostão	Vinho para a capela	f. 5 B	02
João Martins Ferreira	30/12/1797	5 oitavas e quatro vinténs de ouro	Gastos na venda	f. 07 B	18
João Martins Ferreira	20/10/1797	11 oitavas	Jornal do seu “preto” Antônio por 22 semanas que trabalhou no encanamento do rego da água	f. 27 B	13
João Pires da Costa	20/12/1799	7 oitavas, 3 contos e	Fazendas (panos)	f. 6 A	17



		1 tostão			
Joaquim José da Silva	07/09/1798	26 oitavas $\frac{1}{2}$ e 2 vinténs	85 dias que trabalhou no encanamento	f. 9 A	06
José de Mazolette (?) de Araújo	30/12/1798	5 oitavas $\frac{3}{4}$	Visita que fez aos doentes da capela	f. 23 A	20
José de Nazaré Aguiar	20/09/1797	14 oitavas	Visitas aos doentes da casa	f. 13 B	24
José Francisco	30/12/1799	45 oitavas	Por sua porção de feitor da casa	f. 30 A	14
José Marcelino da Silva	28/12/1798	10 oitavas $\frac{1}{2}$	Remedies da botica para a capela	f. 22 A	19
José Marcelino da Silva	28/12/1797	3 oitavas $\frac{1}{2}$ e 4 vinténs	Remédios da botica	f. 12 B	23
José Maritns de Barro	30/12/1798	12 oitavas e $\frac{3}{4}$	De carne de vaca	f. 20 A	17
José Martins Barra	30/12/1797	6 oitavas	Carne de vaca	f. 9 B	20
Joseph Rodrigues Collares	04/10/1798	10 oitavas e 1 quarto	08 Fechaduras para as casas novas dos padres	f. 25 B	07
Leandro Ferreira Martins	22/12/1799	7 oitavas	Obras do ofício de alfaiate	f. 3 A	18
Luiz Antônio Ferreira	02/04/1797	133 oitavas 1 quarto e 4 vinténs	Obras para cercar o pasto para os animais da casa.	f. 17 B	15
Luiz Martins Machado	30/12/1798	5 oitavas e 4 vinténs	Compras de malvazia*	f. 2 B	04 ( <i>sic</i> )
Manoel Correa da Silva	09/09/1799	7 oitavas e $\frac{3}{4}$ e 6 vintens	Remédios que comprou para a assistência da fábrica	f. 4 A	19
Manoel Correia dos Santos	25/09/1797	14 oitavas $\frac{1}{2}$ e 10 vinténs	48 dias que trabalhou com seu ofício de carapina nas casas novas dos padres	f. 22 B	06
Manoel da Costa Attaide	08/09/1799	49 oitavas	“encarnar, pintar, dourer quarto bustos e também de dourar 14 custódias para reliquias”	f. 31 A	03
Manoel Francisco da Silva	24/12/1799	18 oitavas	Quatro arrobas de ferro	f. 29 A	11
Manoel Luiz	08/10/1797	9 oitavas	18 semanas que trabalhou o preto Sebastião no rego da água	f. 26 B	14
Manoel Luiz Br. <sup>om</sup>	14/10/1798	6 oitavas	Jornal do escravo	f. 14 A	11

		½	Sebastião por 13 semanas		
Manoel Rodrigues Falcato	24/08/1799	25 oitavas	Por rebocar e cair as casas novas dos padres	f. 27 A	09
Manoel Rodrigues Falcato	09/10/1797	20 oitavas 8 oitavas	Por 64 dias que trabalhou no encanamento da água da casa do senhor; mais 63 dias do escravo do dito no rego da água.	f. 29 B	10
Silvestre Ferreira da Silva	12/10/1797	15 oitavas	96 alqueires de cal “para rebocar as casas novas dos padres”	f. 28 B	09
Simão Rufo Gomes	20/10/1797	10 oitavas ½ e 2 vinténs	Pintar as casas novas dos padres	f. 15 B	08
Thomas da Maya Brito	19/12/1799	125 oitavas ¾	Dos jornais dele e de seus oficiais. Há lista no início da folha do recibo apresentando os nomes daqueles que trabalharam sob orientação do mestre Thomas da Maya Brito. São eles: Domingos escravo do dito por 7 semanas; Manoel escravo do dito por 7 semanas; Antônio escravo do dito por 6 semanas; Manoel Rodrigues por 78 dias; Manoel, escravo deste por 72 dias; João Freire por 89 dias; Antônio José Pereira por 93 dias; Damião escravo deste; Joaquim Ignácio de Leola por 95 dias; o próprio Thomas da Maya Brito por 56 dias.	32 A	05
Urbano Alvarez Jardim	30/12/1799	10 oitavas e 3 vinténs	Carne	f. 8 A	15
Vitorino José Ribeiro	31/09/1799	17 oitavas ¾ 3 vinténs	Gastos na venda	f. 28 A	10
Vitorino José Ribeiro	31/09/1797	19 oitavas ¾ e 6 vinténs	Vinho para as missas	f. 23 B	02